

LEITURAS DE ÉMILE BENVENISTE

Organizadores:
Heloisa Monteiro Rosário
Sara Luiza Hoff
Valdir do Nascimento Flores

LEITURAS DE ÉMILE BENVENISTE

Organizadores:
Heloisa Monteiro Rosário
Sara Luiza Hoff
Valdir do Nascimento Flores

2022

1ª edição

Porto Alegre

editora
ZO
UK

Conselho Editorial

Cristiane Tavares – Instituto Vera Cruz/SP
Daniela Mussi – UFRJ
Idalice Ribeiro Silva Lima – UFTM
Joanna Burigo – Emancipa mulher
Leonardo Antunes – UFRGS
Lucia Tennina – UBA
Luis Augusto Campos – UERJ
Luis Felipe Miguel – UnB
Maria Amelia Bulhões – UFRGS
Regina Dalcastagnè – UnB
Regina Zilberman – UFRGS
Renato Ortiz – Unicamp
Ricardo Timm de Souza – PUCRS
Rodrigo Saballa de Carvalho – UFRGS
Rosana Pinheiro Machado – Universidade de Bath/UK
Susana Rangel – UFRGS
Winnie Bueno – Winnieteca

2022 © Heloisa Monteiro Rosário; Sara Luiza Hoff e Valdir do
Nascimento Flores

Projeto gráfico e edição: Editora Zouk

Revisão: Tatiana Tanaka

Capa: Heloisa Monteiro Rosário

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

L533

Leituras de Émile Benveniste [recurso eletrônico] : estudos sobre
literatura brasileira moderna / organizado por Heloisa Monteiro Rosário,
Sara Luiza Hoff, Valdir do Nascimento Flores. - Porto Alegre : Zouk, 2022.
212 p. ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5778-096-1 (Ebook)

1. Linguística. I. Rosário, Heloisa Monteiro. II. Hoff, Sara Luiza. III.
Flores, Valdir do Nascimento. IV. Título.

2023-132

CDD 410

CDU 81'1

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguística 410
2. Linguística 81'1



direitos desta edição reservados à

Editora Zouk

Av. Cristóvão Colombo, 1343 sl. 203

90560-004 – Floresta – Porto Alegre – RS – Brasil

f. 51. 3024.7554

www.editorazouk.com.br

Sumário

Apresentação

Heloisa Monteiro Rosário

Sara Luiza Hoff

7

I. A aporia da enunciação

Valdir do Nascimento Flores

12

II. Os contornos da noção de *não pessoa* na teorização de Émile Benveniste

Carolina Knack

21

III. Duas noções de subjetividade: dois mundos de Émile Benveniste

Daniel Costa da Silva

30

IV. A *escuta* em uma abordagem enunciativa da aquisição da língua materna

Carmem Luci da Costa Silva

39

V. Questionando a noção de *representação* a partir da relação língua-escrita em Saussure e Benveniste

Jomson Teixeira da Silva Filho

49

VI. As camadas enunciativas na formação do sujeito-leitor: do homem na língua ao homem-livro

Márcia Elisa Vanzin Boabaid

58

VII. Análise textual à luz da teoria benvenistiana:
uma reflexão sobre o tempo verbal

Alena Ciulla

67

- VIII. O texto na escola: um olhar para os dois planos de enunciação
Claudia Toldo
76
- IX. Banco de dados de linguagem nas afasias: uma maneira de “mostrar”
fatos enunciativos pela perspectiva benvenistiana
Celia H. P. Della Mía
84
- X. As vocalizações no autismo como aspectos constituintes da linguagem sob
a perspectiva enunciativa
Isabela Barbosa do Rêgo Barros
93
- XI. A relação entre suposição/reconhecimento de falante da língua
e de sujeito na sustentação de um lugar de enunciação para o bebê
e crianças pequenas
Ana Paula Ramos de Souza
103
- XII. O falante e a língua: sobre processos de associação linguística em Freud e
Benveniste e a clínica dos distúrbios de linguagem
Jefferson Lopes Cardoso
111
- XIII. Benveniste e a descoberta freudiana: uma função da linguagem ou um
sexto aspecto da enunciação?
Silvana Silva
119
- XIV. O ato enunciativo de narrar: a constituição do indivíduo na sociedade
Marlete Sandra Diedrich
129
- XV. Linguagem e pensamento na poética de Benveniste: a busca pelo
desconhecido
Daiane Neumann
139

XVI. Em busca de princípios para abordagem dos
sentidos no discurso poético
José Temístocles Ferreira Júnior
148

XVII. Ele-tornado-eu: como a teoria dos pronomes de Benveniste pode
contribuir para o debate racial?
Renata Trindade Severo
159

XVIII. Onde a linguística e a antropologia se encontram – diálogos entre
Benveniste e Lévi-Strauss
Gabriela Barboza
167

XIX. Uma linguística da língua que contém a sociedade em Benveniste
Fábio Aresi
178

XX. Do rastro ao signo: questões sobre a escrita na obra benvenistiana
Paula Ávila Nunes
188

XXI. A semiologia da língua é a metassemântica?
Heloisa Monteiro Rosário
197

Nota sobre os autores
206

Apresentação

No final dos anos 1990, no Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, os estudos relativos a Émile Benveniste – considerado o mais importante linguista francês do século XX –, assim como a Ferdinand de Saussure – considerado o pai da linguística –, inexistiam. Em consonância com o que, na época, se passava no campo da linguística no Brasil, predominavam na UFRGS os estudos em linguística do texto, pragmática e análise do discurso. Saussure e Benveniste, praticamente esquecidos, não eram lidos ou, quando muito, eram lidos, desconsiderando-se a coerência interna de seus pensamentos, em função do ponto de vista de outros autores e/ou de outras perspectivas teóricas.

Essa realidade começou a mudar, mais precisamente em 1999, com a criação da disciplina de Linguística Geral no PPG-Letras/UFRGS, sob a responsabilidade do professor Valdir do Nascimento Flores, recém-chegado ao curso de Letras em 1998. Centrada em Saussure e em seus leitores, essa disciplina passou, com o tempo, a se chamar Epistemologia da Linguística, nome que tem já faz alguns anos.

O pensamento de Benveniste, por sua vez, também foi retomado (ou melhor, resgatado), o que se deu a partir da criação de duas outras disciplinas no PPG-Letras/UFRGS: primeiramente, a de Fundamentos em Teorias da Enunciação e, depois, a de Teorias da Enunciação, de novo sob a responsabilidade do professor Valdir.

Eis o início de uma mudança significativa de rumo e de um novo cenário, que não se limita à UFRGS, mas que nela encontra um de seus protagonistas: o professor Valdir.

Desde então, ano a ano, os estudos em Saussure e em Benveniste só ganharam em proporção e em importância, fazendo da UFRGS um reconhecido centro de pesquisa e de formação no campo dos estudos sobre a linguagem. Muitos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses foram desenvolvidos; muitos professores-pesquisadores foram formados; muitas interlocuções com pesquisadores do Brasil e do exterior (em especial da França) foram estabelecidas; muitas interfaces com outros campos do saber ou perspectivas foram instauradas (enunciação e aquisição da linguagem; enunciação e psicanálise; enunciação e fonoaudiologia; enunciação e ensino de língua materna e estrangeira; enunciação e descrição do português; enunciação e terminologia;

enunciação e tradução; enunciação e filosofia; enunciação e texto; enunciação e literatura etc.).

Entre o final dos anos 1990 e hoje, portanto, de esquecidas (ou apagadas, reduzidas), as teorias da linguagem de Saussure e de Benveniste passaram a ser estudadas *per se*, constituindo um substantivo campo com pesquisas que buscam compreender retrospectivamente esses grandes nomes da linguística, além de considerar suas contribuições de um ponto de vista prospectivo e, muitas vezes, em sua relação com outros campos ou teóricos.

Nesse sentido, considerando especificamente a importância do pensamento de Benveniste para todos aqueles que se interessam sobre questões de linguagem, assim como sua forte presença na pesquisa na área de Letras e Linguística desenvolvida na UFRGS e em outras universidades do Rio Grande do Sul, ocorreu, em 2004, o 1º *Colóquio Leituras de Émile Benveniste*, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre.

Esse encontro, organizado pelo professor Valdir (seu idealizador) e pela professora Leci Borges Barbisan, contou com a participação de pesquisadores convidados, que, durante dois dias, tiveram a oportunidade de debater a respeito da produção em torno das ideias do linguista.

Nessa ocasião, o *Colóquio* não contou com a audiência de público externo, e os estudos enunciativos de/sobre Benveniste foram o eixo do debate. As discussões envolveram aspectos epistemológicos da teoria benvenistiana da enunciação e suas relações com outras áreas de estudo, além de aspectos metodológicos particulares ao campo enunciativo. As atas desse primeiro encontro, disponibilizando as apresentações, foram publicadas em um número especial da revista *Letras de Hoje* (v. 39, n. 4, dez. 2004).

Embora a pesquisa em Benveniste tenha se mantido relevante no PPG-Letras/UFRGS e no estado, envolvendo um número cada vez maior de graduandos, mestrandos, doutorandos e professores-pesquisadores, a segunda edição do *Colóquio* somente ocorreu anos mais tarde, em 2018, na Universidade de Passo Fundo (UPF), em Passo Fundo. Esse segundo encontro foi organizado pela professora Cláudia Stumpf Toldo Oudeste, acompanhada do professor Valdir, e manteve o formato do primeiro, com a participação de pesquisadores convidados, todos com grande interesse na teoria benvenistiana.

Dessa vez, contudo, uma primeira mudança foi introduzida: o encontro não envolveu apenas os debatedores, mas contou com a participação de público. Alunos de graduação e, em particular, de programas de pós-graduação, na

condição de assistência, tiveram a oportunidade de acompanhar as apresentações e discussões.

Em relação à temática abordada, ampliou-se a discussão, uma vez que, em função sobretudo da publicação de manuscritos inéditos de Benveniste e da repercussão desses textos na pesquisa sobre o linguista, a reflexão enunciativa do autor não pôde mais ser desvinculada de sua teoria da linguagem, o que, conseqüentemente, levou a uma retomada de suas ideias, assim como à consideração de novas perspectivas de estudo e de interpretação de seu pensamento.

Nesse sentido, no 2º *Colóquio Leituras de Émile Benveniste*, cada pesquisador foi convidado a apresentar e a comentar hermeneuticamente um determinado texto do linguista, fundamental, de seu ponto de vista, para o desenvolvimento de algum ponto da teoria benvenistiana da linguagem. E, como ocorreu com a primeira edição, esse segundo *Colóquio* também foi objeto de publicação: suas atas encontram-se reunidas em um número especial da revista *Desenredo*, dedicada à exegese de alguns textos do autor (v. 14, n. 3, 2018).

No ano seguinte, em 2019, aconteceu a terceira edição do *Colóquio*, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em Pelotas. Esse encontro, cuja organização coube à professora Daiane Neumann e ao professor Valdir, contou igualmente com pesquisadores convidados, mantendo a característica dos dois encontros anteriores, e consolidou a participação de um público externo, envolvendo alunos de graduação e de pós-graduação de diversas universidades. Cabe registrar, por outro lado, que essa edição marcou o início da participação de pesquisadores provenientes de instituições de ensino superior de fora do Rio Grande do Sul.

A propósito de seu eixo temático, o 3º *Colóquio Leituras de Émile Benveniste* continuou buscando um Benveniste que não se reduz à reflexão enunciativa, mas que trata da linguagem em geral, na qual o homem tem papel e lugar determinantes; ou seja, a questão antropológica e a envergadura do pensamento do linguista configuraram o debate.

Seguindo a tradição, as atas desse terceiro encontro foram publicadas e podem ser consultadas em um número especial da revista *Linguagem & Ensino* (v. 23, n. 3, 2020).

Por sua vez, neste livro, é com muita alegria que trazemos as atas da quarta edição do *Colóquio*, ocorrida virtualmente em outubro de 2021, por conta da pandemia da covid-19. Esse encontro, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi organizado pelo professor Valdir e por nós duas, Heloisa e Sara.

O *Colóquio*, que passou a ser bianual, manteve a assistência de um público externo. No entanto, não contou mais com a participação de convidados para exposição e debate de trabalhos, já que, nessa edição, uma segunda e substancial mudança foi introduzida: foram abertas inscrições e as submissões foram todas objeto de parecer *ad hoc*. Com isso, para integrarem o encontro, os pesquisadores dependeram da aprovação de seus trabalhos pelos pares.

Nessa quarta edição, dando continuidade à investigação dos múltiplos aspectos do pensamento do linguista, três eixos temáticos foram propostos para reflexão:

- A diversidade da obra de Benveniste e a diversidade de suas recepções;
- A obra de Benveniste à luz de estudos teórico-conceituais;
- A teoria da linguagem de Benveniste no entrecruzamento de disciplinas e campos do conhecimento.

Por outro lado, foi ampliada a participação de pesquisadores e de alunos de fora do Rio Grande do Sul: além de colegas das regiões Sul e Sudeste, também integraram o evento estudiosos do Centro-Oeste e do Nordeste do país. Isso mostra não apenas a produtividade da pesquisa sobre Benveniste no Brasil, mas também o reconhecimento de que se formou, na UFRGS, um importante centro de pesquisa e de formação na teoria da linguagem de Benveniste, consolidado de 1998 para cá, e que tem, no *Colóquio*, uma de suas principais expressões. Afinal, a história desse *Colóquio* e a dos estudos saussurianos e benvenistianos na UFRGS estão estreitamente relacionadas e mostram como o cenário relativo à linguística francesa mudou no país.

Enquanto aguardamos a realização da quinta edição – prevista para o ano de 2023, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) –, esperamos que todos aproveitem os textos do 4º *Colóquio Leituras de Émile Benveniste* aqui reunidos!

Nossos agradecimentos a todos pelas contribuições e trocas constantes!

Nosso profundo agradecimento e reconhecimento ao professor Valdir, que tornou e torna tudo isso possível, uma vez que a presença e a produtividade de uma teoria, de um pensamento, no debate acadêmico também dependem daqueles que, como ele, compreendem a importância de se ter e de se consolidar um lugar na universidade (em disciplinas, colóquios, por exemplo), o que apenas se alcança, ao longo do tempo e com muito trabalho, com a formação e a colaboração de muitos parceiros.

Por fim, agradecemos igualmente à coordenação do PPG-Letras/
UFRGS pela oportunidade de publicação deste livro!
Boa leitura e boas discussões!

Porto Alegre, janeiro de 2022
Heloisa Monteiro Rosário (professora/PPG-Letras/UFRGS)
Sara Luiza Hoff (doutoranda/PPG-Letras/UFRGS)

I - A aporia da enunciação

Valdir do Nascimento Flores (UFRGS)
vnf.ufrgs@gmail.com

1. Introdução

Normalmente, Émile Benveniste (1902–1976) é reconhecido, na história da linguística, por ter introduzido, nesse campo, a “enunciação”. Esse reconhecimento — muitas vezes compartilhado com outros dois grandes linguistas do século XX, Roman Jakobson (1896–1982) e Charles Bally (1895–1947) — não é sem ônus e menos ainda sem consequências. Muitas fontes corroboram a proeminência de Benveniste no campo enunciativo, considerando-o uma espécie de “pai” do que se convencionou chamar “teoria da enunciação”.

Obras de referência e estudos de divulgação ampla (didática etc.) na linguística concordam quanto à atribuição desse lugar a Benveniste. Por exemplo, o livro introdutório de Paveau e Sarfati (2008, p. 170) afirma que “é em Benveniste que encontramos a definição de enunciação original e tornada canônica”.

Se, em face dessa evidência, perguntamos sobre o alcance epistemológico que a enunciação tem no escopo da linguística, vemos que quase inexitem trabalhos que a apresentam em uma dimensão propriamente epistêmica. A linguística parece não tomar para si o compromisso de avaliar o que o filósofo Giorgio Agamben, em 1998, num livro intitulado *O que resta de Auschwitz*, chama de “aporia implícita” à ideia de uma “semântica da enunciação”, semântica esta apresentada prospectivamente por Benveniste, em texto de 1969, “Semiologia da língua”. O próprio Agamben indaga:

Convém que nos detenhamos por algum momento na **aporia implícita** dessa formulação. Se a enunciação não se refere, conforme sabemos, ao texto do enunciado, mas ao fato de ele ter lugar, se ela não é senão o puro autorreferir-se da linguagem à instância de discurso em ato, em que sentido se poderá falar de uma “semântica da enunciação”? (AGAMBEN, 2008, p. 139-140, grifo nosso).

Está posto o problema que nos conduz: convocados pela indagação de Agamben, apresentamos, a seguir (item 2), o que entendemos ser o fundamento que eleva a teoria da linguagem de Benveniste — aí incluída a enunciação — a um patamar epistemológico distinto. Em seguida (item 3), analisamos a ideia de enunciação à luz dos questionamentos que levanta acerca da viabilidade de uma “linguística enunciativa” ou de uma “semântica da enunciação”. A esse propósito, não deixa de chamar atenção o fato de que as análises linguísticas de Benveniste (1988; 1989), presentes nos textos em que é abordada a enunciação ou não, nem de longe se assemelham ao que a tradição da linguística fez em nome do linguista. Sobre isso, indagamos: a formulação benvenistiana realmente dá lugar a uma “linguística/semântica da enunciação” que descreveria as marcas da enunciação no enunciado? Ou isso não passa de mera apropriação de uma reflexão em um quadro epistemologicamente estranho ao que foi gestado? Abordamos esse ponto nas conclusões (item 4).

2. O impensado da teoria de Benveniste

Que Agamben é leitor de Benveniste é sabido de todos os que estudam o filósofo; portanto, não deveria causar estranheza termos partido dele para reler Benveniste. Contudo, isso não pode ser feito sem esclarecer um ponto importante: somos conscientemente parciais em abordar alguns aspectos da leitura que Agamben faz de Benveniste. Quer dizer: não buscamos trazer aqui como opera a teoria de Benveniste na teoria de Agamben. Esse seria um feito de considerável envergadura, que nos obrigaria a um percurso que vai além de nosso objetivo principal. Assim, sabemos que mutilamos grandemente o raciocínio do filósofo. Talvez em outro tempo possamos voltar à relação Agamben–Benveniste, para, então, abordar como incide na filosofia a reflexão de um linguista. Feita essa ressalva, sigamos um pouco mais o filósofo em sua leitura do linguista.

À indagação acerca da viabilidade — ou não — de uma “semântica da enunciação” apresentada acima, gostaríamos de acrescentar outra ideia de Agamben: na recensão que faz do livro *Introdução a uma ciência da linguagem* de Jean-Claude Milner, ele diz que Benveniste — juntamente com Ferdinand de Saussure e com o próprio Milner — é um linguista “capaz de captar o ponto de excesso da linguagem em relação à ciência” (AGAMBEN, 2015, p. 69).

Como Agamben chega a essa conclusão?

Inicialmente, o filósofo opera com a distinção entre quatro fatos primitivos, apresentados por Milner como base do conhecimento linguístico. São eles:

- (I) O *factum loquendi*, que afirma a existência da linguagem e, por conseguinte, dos seres falantes: “O nome corrente desse fato bruto é a *linguagem*. Notaremos que ele supõe uma única coisa: que existam seres falantes. Nesse sentido, falar da linguagem significa somente falar sobre o fato de que existem seres falantes” (MILNER, 2021, p. 47).
- (II) O *factum linguae*, que é o fato da língua, ou seja, “o fato de que aquilo que um ser falante fala merece o nome de língua” (MILNER, 2021, p. 50).
- (III) O *factum linguarum*, que é o fato das línguas, ou seja, de que são “diversas, mas sempre formando uma classe homogênea” (MILNER, 2021, p. 50).
- (IV) O *factum grammaticae*, que é o fato da gramática, ou seja, “o fato de que as línguas sejam passíveis de descrição em termos de propriedades” (MILNER, 2021, p. 51).

Para Agamben, essa distinção permite definir o que é de ordem filosófica e o que é de ordem linguística. O objeto da filosofia é o *factum loquendi*, o existente puro, apenas pressuposto pela linguística; o objeto da linguística é a *língua*, entendida como o estenograma do *factum grammaticae*, do *factum linguae* e do *factum linguarum*. Aliás, o *factum grammaticae* é, propriamente falando, o objeto da linguística, na medida em que, em linguística, trata-se sempre de atribuição de propriedades a um dado de língua.

Ora, a conclusão de Agamben certamente tem a ver com a forma singular com a qual a teoria de Benveniste se relaciona a esses fatos.

Mais do que qualquer outro linguista, Benveniste possibilita uma linguística ancorada na presença do *homem na(s) língua(s) e na linguagem*. Estando o homem alojado simultaneamente em ambas, essa “outra” linguística traria à tona um saber não binário, que mostraria que o fato de que há falante — o *factum loquendi* — implica o fato de que o falante fala algo que tem determinadas propriedades que o permitem falar — o *factum grammaticae*.

Teria sido essa implicação entre o *factum loquendi* e o *factum grammaticae* que autorizou Agamben a situar Benveniste entre os que são capazes de captar o *ponto de excesso* da ciência linguística? Acreditamos que sim.

A vinculação da linguagem — que é da ordem do *factum loquendi* — ao próprio do homem não é estranha ao pensamento benvenistiano. Tomemos

apenas o texto “Da subjetividade na linguagem”, que tem uma envergadura epistêmica de efeito geral sobre a obra do autor. Nele, lemos a clara indissociabilidade entre homem e linguagem: “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 1988, p. 285); “não atingimos nunca o homem separado da linguagem” (BENVENISTE, 1988, p. 285); “a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 1988, p. 285); “única é a condição do homem na linguagem” (BENVENISTE, 1988, p. 287).

Em relação às línguas, tomemos o texto “A natureza dos pronomes”:

A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar um problema de linguagem (BENVENISTE, 1988, p. 277).

Além disso, Benveniste introduz, sub-repticiamente, uma ideia importante para fundamentar a nossa perspectiva:

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabeçermos no quadro do discurso, que é **a língua enquanto assumida pelo homem que fala**, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística (BENVENISTE, 1988, p. 293, itálico do autor, negrito nosso).

Eis o ponto: “o homem que fala”. Isso está no âmago do pensamento de Benveniste, é um impensado de sua teoria, no sentido de que está presente em sua reflexão sem que o autor tenha tirado todas as consequências de sua descoberta. “O homem que fala” é ideia pressuposta por Benveniste em todas as considerações que faz acerca das propriedades da linguagem e das línguas. Há uma “propriedade da linguagem, pouco visível sob a evidência que a dissimula, e que não podemos ainda caracterizar a não ser sumariamente” (BENVENISTE, 1988, p. 286): “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 1988, p. 286, grifos do autor). Quer dizer, a “realidade” do sujeito é a do “ser”, fundada na linguagem e constitutiva do “homem que fala” – da ordem do *factum loquendi*.

A conclusão de Agamben sobre Benveniste cauciona a interpretação que, há muitos anos, temos feito de que a linguística de Benveniste — embora, em muitos aspectos, assimilada aos parâmetros de cientificidade de seu tempo — implica uma teoria da linguagem que não se limita a tais parâmetros

(FLORES, 2013). Trata-se de uma teoria que revela os termos pelos quais é constitutiva da natureza simbólica do homem a condição de ser falante.

Uma teoria nesses moldes não ressoa integralmente nas teses abrigadas pelo discurso científico ao qual a linguística, em sua constante busca de integração no “conjunto das ciências positivas” (MILNER, 2021, p. 16), se filia. Assim, Agamben, ao supor em Benveniste a “capacidade” de *captar o ponto de excesso da linguagem em relação à ciência*, lança luzes sobre um aspecto da teoria que, talvez, nem o próprio Benveniste tenha conseguido avaliar, o impensado de sua teoria.

3. O ter-lugar da enunciação

Se seguirmos o raciocínio de Agamben no livro *O que resta de Auschwitz*, veremos que ele continua apontando o que considera problemático na concepção de uma “semântica da enunciação”:

Certamente, o isolamento da esfera da enunciação permite distinguir pela primeira vez, em um enunciado, o que é dito do fato de ele ter lugar; mas não é, precisamente por isso, que a enunciação representará a identificação, na linguagem, de uma dimensão não semântica? (AGAMBEN, 2008, p. 140).

O questionamento de Agamben não pode ser ignorado pelo linguista. Quer dizer: como apresentar em termos de “uma semântica” — disciplina linguística que visa a dizer algo positivo sobre o significado das línguas — algo que não tem propriamente um significado? Vejamos como Agamben continua:

Sem dúvida é possível definir algo similar a um significado dos indicadores *eu, tu, agora, aqui* (por exemplo, “eu significa aquele que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”); contudo, isso é algo completamente diferente do significado lexical que compete aos outros signos da linguagem. *Eu* não é nem uma noção, nem uma substância, e, no discurso, a enunciação colhe não o que se diz, mas o puro fato de que se está dizendo isso, o acontecimento — evanescente, por definição — da linguagem como tal (AGAMBEN, 2008, p. 140, grifos do autor).

Dito de outro modo: como fazer semântica sobre algo que é irrepetível, evanescente, único? Ele conclui:

Assim como o ser dos filósofos, a enunciação é o que há de mais único e concreto, por se referir à instância de discurso em ato, absolutamente

singular e irrepitível e, ao mesmo tempo, é o que há de mais vazio e genérico, por se repetir toda vez sem que jamais seja possível fixar a sua realidade lexical (AGAMBEN, 2008, p. 140).

Em *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*, Agamben identifica nos estudos de Benveniste acerca dos pronomes o traço essencial que têm tais palavras de fazer remissão à instância de discurso: operar a “conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Essa operação não mostra o objeto no mundo, mas o “seu ter-lugar”: “o lugar, que é indicado pela *demonstratio* e unicamente a partir do qual todas as outras indicações são possíveis — é um lugar de linguagem, e a indicação é a categoria através da qual a linguagem faz referência ao próprio ter-lugar” (AGAMBEN, 2006, p. 42-43, grifo do autor).

A noção de enunciação — entendida como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82) — é, na opinião do filósofo, o que permite, independentemente e mesmo anteriormente ao que ela significa ou ao que nela é dito, se referir a esse ter-lugar:

Os pronomes e os outros indicadores da enunciação, antes de designar objetos reais, indicam precisamente *que a linguagem tem lugar*. Eles permitem, deste modo, referir-se, ainda antes que ao mundo dos significados, ao próprio *ato de linguagem*, no interior do qual unicamente pode ser significado (AGAMBEN, 2006, p. 43, grifo do autor).

Agamben vê em Benveniste a possibilidade de situar na conversão da língua em discurso o ter-lugar da linguagem que, na filosofia, é o próprio *ser* (assimilável ao *factum loquendi*). Os indicadores da enunciação atualizam, via referência à própria instância, o ter-lugar da linguagem, experiência metafísica que abre ao pensamento o ser e o mundo. A enunciação contém a transcendência do ser e do mundo relativamente ao que é efetivamente enunciado. Os indicadores da enunciação “constituem a estrutura linguística originária da transcendência” (AGAMBEN, 2006, p. 44).

A contemporaneidade — ou seja, uma coexistência, um “ao mesmo tempo” — entre o *eu* (o indicador da enunciação por excelência) e a instância de discurso que o contém permite à linguagem mostrar-se a si mesma.

Essa interpretação de Agamben o leva a interrogar: “o que significa *indicar* a instância de discurso? Como é possível que o discurso tenha *lugar*?” (AGAMBEN, 2006, p. 51). Ou ainda: como é possível que a instância de discurso, que é contemporânea do indicador da enunciação, mostre o ter-lugar? Para ele, “a linguística moderna, ainda que confirme o caráter de índice do

shifter, deixa na sombra esse problema” (AGAMBEN, 2006, p. 51). Nós assim respondemos: a enunciação se caracteriza por colocar em implicação o *factum loquendi* e o *factum grammaticae*. Quer dizer, a enunciação não seria apreensível em uma mera descrição das marcas no enunciado. Sua contribuição para a reflexão sobre a linguagem reside no fato de que ela resguarda o lugar em que o falante se implica no falar.

4. Concluindo

Recoloquemos nossa provocação: queria Benveniste ter criado uma linguística da enunciação nos termos em que isso foi propalado no século XX?

Primeiramente, é necessário entender um ponto essencial que une os textos ligados à dita teoria da enunciação. Eles dizem respeito à “marca do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da ‘subjatividade’” (BENVENISTE, 1988, Prefácio, n. p.). Esse é o fio que unifica a discussão enunciativa de Benveniste: homem, linguagem e marca linguística (ou seria melhor dizer línguas?).

Ora, em que medida a “linguística enunciativa” que evoca a autoridade de Benveniste realmente dá relevo a esse fio? Em nenhum artigo de Benveniste se veem análises que sejam minimamente semelhantes às feitas em seu nome. Estas não vão muito além da descrição de marcas da enunciação (advérbios, pronomes, verbos etc.) no enunciado, se resumem a descrever em um dado enunciado como comparecem as formas linguísticas da pessoa, do tempo e do espaço.

Essas formas linguísticas não deveriam estar necessariamente ligadas às *categorias* de pessoa, tempo e espaço? Ora, as *formas* — relativas a uma língua particular — testemunham pelas *categorias* — relativas à linguagem. É Benveniste (1988, p. 287) mesmo quem adverte: “Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem”. As línguas são testemunho da linguagem.

O ponto de excesso da linguística em relação à ciência articulado por Benveniste é que sua teoria supõe a implicação entre o *factum loquendi* e o *factum grammaticae*. Não há análise linguística desconectada da linguagem.

Ora, a dita linguística da enunciação delineada a partir de Benveniste produziu análises que visem a tal articulação? Não cremos. E isso, ao menos, por um motivo: os linguistas esquecem que o objeto da enunciação não é o enunciado, nem mesmo as marcas da enunciação do enunciado, mas, como

Benveniste (1989, p. 82) mesmo diz, “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”.

A semântica da enunciação (ou a linguística, ou a teoria?) de Benveniste — o termo aqui é indiferente — toma as marcas das línguas apenas como testemunho do ato de enunciar, quer dizer, do fato de que algo foi dito, o fato de esse algo ter-lugar. Esse ato não é assimilável a um nível específico da análise linguística.

A enunciação tem, na verdade, o papel de “colocar em funcionamento a língua”. Vale repetir: a enunciação faz a língua *funcionar*. E como faz isso? Colocando em ato e em uma dada língua as grandes funções que situam o homem na linguagem. Por exemplo, quando fala a respeito dos indicadores de pessoa, tempo e espaço:

A importância da sua **função** se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso (BENVENISTE, 1988, p. 280, grifo nosso).

A enunciação mostra que há na linguagem grandes funções nas quais o homem se situa ao falar uma língua. A palavra-chave aqui é *função*. Nesse sentido, a enunciação é o puro ter-lugar das funções do homem na língua e na linguagem. Isso aparece também nas análises *stricto sensu* de Benveniste:

Nas diversas línguas consideradas separadamente, cada uma por si mesma e no seu funcionamento próprio, a análise da frase relativa mostra uma estrutura formal organizada por uma **função**, que nem sempre é visível. **O problema está em desvendar essa função**. Pode-se chegar a isso observando-se que frequentemente a frase relativa tem, no sistema linguístico que se considera, as mesmas marcas formais que outro sintagma, de denominação totalmente diferente, e que não se pensaria pudesse ser-lhe aparentado. Guiada por essa analogia formal, a interpretação da frase relativa torna-se possível em termos de **função**. (BENVENISTE, 1988, p. 228-229, grifos nossos).

[...]

O que há de comparável em sistemas linguísticos completamente diferentes entre si são **funções**, assim como as relações entre essas **funções**, indicadas por marcas formais. Pudemos mostrar, mesmo de maneira ainda esquemática, que a frase relativa, de qualquer maneira que se prenda à antecedente (por um pronome, uma partícula, etc.) se comporta como um “adjetivo sintático” determinado, do mesmo modo que

o pronome relativo desempenha o papel de um “artigo sintático” determinativo. Em suma, as unidades complexas da frase podem, em virtude da sua **função**, distribuir-se nas mesmas classes de formas nas quais se ordenam as unidades simples, ou palavras, em virtude dos seus caracteres morfológicos (BENVENISTE, 1988, p. 244, grifos nossos).

Sobre isso, cabe apenas concluir: a linguística das grandes funções da presença do homem na linguagem e nas línguas ainda está por ser feita.

Referências

- AGAMBEN, G. *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- AGAMBEN, G. Filosofia e linguística: Jean-Claude Milner – Introduction à une Science du langage. In: AGAMBEN, G. *A potência do pensamento – Ensaios e conferências*. Tradução de António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 51-69.
- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989.
- FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- MILNER, J-C. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Tradução de Daniel Costa da Silva et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-E. *Les grands théories de la linguistique: De la grammaire comparée à la pragmatique*. Paris: A. Colin, 2008.

II - Os contornos da noção de *não pessoa* na teorização de Émile Benveniste

Carolina Knack (UFRGS)
carolinaknack@gmail.com

1. Introdução

O presente trabalho, de natureza teórico-conceitual, tem como objetivo geral explorar os contornos da noção de *não pessoa* na teorização de Émile Benveniste. Tal objetivo não se reveste de ineditismo: diferentes estudos já se debruçaram sobre essa categoria, explorando especialmente a reflexão enunciativa de Benveniste, como Bressan (2003), Weigert (2004) e Flores *et al.* (2008). Esses estudos demonstraram não só o lugar da *não pessoa* no quadro enunciativo, mas também possibilidades analíticas a partir da descrição de usos linguísticos.

Diante disso, caberia nos perguntarmos: o que ainda se pode dizer sobre a categoria de *não pessoa* que possa fomentar alguma discussão num momento em que caminhamos a passos largos na (re)leitura de textos do linguista, buscando neles vislumbrar novos horizontes? Talvez uma resposta possa ser formulada levando em conta justamente essa ideia de *caminhar a passos largos*. Considero que a recepção atual da obra benvenistiana no Brasil enseja retornar aos textos clássicos do autor e, por meio deles, às bases fundantes do seu pensamento, o que, em certa medida, permite (re)discutir aquilo que é tido como *já dado*, como *evidente* na reflexão do linguista. No conjunto dessas *evidências*, penso encontrar a categoria de *não pessoa*.

Certamente, os leitores mais conhecedores da obra benvenistiana não hesitariam em conceituar a categoria de *não pessoa*, o que, de algum modo, mostra-nos que i) essa categoria teria, ao menos, uma definição explícita e que ii) essa noção assumiria certa “estabilidade” na teorização do autor.

De fato, Benveniste define a *não pessoa*, pela primeira vez, no clássico artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (2005 [1946]). Nesse artigo, ele propõe reexaminar a tradicional categoria de pessoa, herdada da gramática grega, buscando compreender como e por quais princípios as pessoas se

opõem, o que o leva à proposição da categoria de não pessoa, à sua definição e ao registro de suas propriedades.¹

Comumente, as definições de *não pessoa* em relação a *pessoa* e outras categorias são utilizadas para contextualizar as bases da reflexão enunciativa de Benveniste. Flores (2013) inclusive situa a distinção *pessoa/não pessoa* como o cerne do primeiro momento temático da teorização enunciativa, destacando a pertinência desse par conceitual como fundamento da reflexão linguística acerca da subjetividade. Considero que essa discussão já está, em alguma medida, bem assentada entre nós. Tomo, por isso, o artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” como um ponto de partida, mas nele não me detenho no presente trabalho. Importa lembrar, por ora, que, buscando averiguar o que distingue as duas primeiras pessoas da terceira, Benveniste conclui que elas se opõem como os membros de uma correlação, a qual denomina *correlação de pessoalidade*: *eu* e *tu* apresentam marca de pessoa e *ele*, não. Essa conclusão se assenta no exame de uma grande quantidade de exemplos de variadas línguas e evidencia que a não pessoa é, portanto, uma categoria de linguagem que se manifesta particularmente nas línguas.

A constatação da diferença entre as pessoas é reiterada em outros textos de Benveniste, nos quais ele propõe minuciosas análises intralinguísticas, como em “O antônimo e o pronome em francês moderno” (2006 [1965]). Apesar de integrar a 5ª parte de *Problemas de linguística geral II*, esse artigo não costuma ser citado por pesquisadores em estudos canonicamente considerados enunciativos. Ou seja: embora frequentemente associada à reflexão enunciativa, a categoria de não pessoa comparece em outros textos do linguista não tradicionalmente citados quando se trata de enunciação, o que indica o fato de a categoria integrar, de modo geral, a teoria da linguagem de Benveniste.

Assim, se, em diferentes artigos do autor, é possível perceber a presença da categoria de não pessoa, essa presença parece ser revestida de traços singulares conforme o foco da discussão, o que pode levar a perceber contornos específicos para a noção. Em outras palavras: apesar de haver certa estabilidade nocional em relação à categoria de não pessoa, considero a hipótese de que os contornos da noção de não pessoa são modificados conforme também se modificam as problemáticas da reflexão benvenistiana. Essa é a hipótese de leitura que guia este trabalho.

1 A esse respeito, vale ler Flores (2019), que, em sua recente obra intitulada *Problemas gerais de linguística*, apresenta, em diferentes capítulos, a sua leitura a respeito da categoria de não pessoa, relacionando-a com o *problema* que aborda no capítulo em questão, como em “A linguagem e as línguas” (capítulo 1) e “A língua e a realidade – o mundo da autorreferência” (capítulo 2).

No presente estudo, restrinjo-me a apenas duas problemáticas a fim de abordar tal hipótese: a da análise intralinguística e a do aparelho formal da enunciação. Para cada uma, elejo um artigo de Benveniste como referência a fim de explorar os contornos da noção de não pessoa. Para a primeira, selecionei o artigo “O antônimo e o pronome em francês moderno” (2006 [1965]); para a segunda, obviamente, o artigo “O aparelho formal da enunciação” (2006 [1970]).

Uma particularidade deve, de antemão, ser assinalada. Os dois artigos escolhidos não apresentam ocorrências do termo *não pessoa*. Porém, como pretendo mostrar, a categoria, com seus contornos, é neles evocada. Esses contornos – termo utilizado por Ono (2007) para tratar da noção de *enunciação* em Benveniste – podem ser apreendidos a partir, evidentemente, da relação entre termos, suas noções e diferentes expressões ou noções conexas. Embora meu itinerário de pesquisa seja inspirado no de Ono, advirto que não o realizo com tamanha completude e profundidade como faz a autora quanto à enunciação.

Passemos, então, a cada artigo selecionado, a fim de discutir a hipótese deste trabalho.

2. Os contornos da noção de *não pessoa* via problemática da análise intralinguística em “O antônimo e o pronome em francês moderno”

Para a primeira problemática, a da análise intralinguística, detenho-me no artigo “O antônimo e o pronome em francês moderno”. Por ser este um texto menos lido, opto por apresentar uma breve síntese do raciocínio de Benveniste, considerando a questão que guia meu estudo. Nesse artigo de 1965, Benveniste examina duas séries de pronomes pessoais (*je, tu, il e moi, toi, lui*), investigando a relação entre elas. Segundo ele, trata-se de “uma realidade linguística insuficientemente descrita” (BENVENISTE, 2006, p. 202). Primeiro, então, ele observa a distribuição de *je* e *moi*, descrevendo seu comportamento sintático, suas capacidades combinatórias. Constata que *moi* configura uma categoria análoga ao nome próprio:

À semelhança e à diferença do nome próprio social, MOI é, na instância de discurso, a designação própria [*autique*] daquele que fala: é o seu *nome próprio de locutor*, aquele pelo qual um falante, sempre e somente ele, se refere a si próprio enquanto falante, denominando o outro face a si, TOI, e o de fora do diálogo, LUI. (BENVENISTE, 2006, p. 204, grifos e caixa-alta do autor).

A partir disso, Benveniste passa a explorar as particularidades sintáticas da terceira pessoa, constatando que *lui*, à diferença dos pronomes de 1ª e 2ª pessoa, pertence aos dois paradigmas (pronomes e antônimos). Em seguida, propõe justamente descrever as condições de emprego dos pronomes e antônimos em francês considerando três variáveis: a pessoa, o modo do verbo e a função gramatical da forma pronominal. Antes, porém, sinaliza que

Uma observação preliminar se impõe relativamente ao estatuto de cada uma das três pessoas nas formas pronominais que as representam.

Je é uma pessoa única; *tu* é uma pessoa única, mas *il* representa não importa que sujeito compatível com seu gênero e número, e pode, repetido num mesmo enunciado, remeter a sujeitos diferentes (BENVENISTE, 2006, p. 206, grifos do autor).

Suas análises linguísticas ao longo das 12 páginas seguintes vão mostrar que “Os pronomes de 1ª e 2ª pessoa, de um lado, e os de 3ª pessoa, de outro lado, não obedecem à mesma distribuição” (BENVENISTE, 2006, p. 212), o que evidencia suas funções distintas. O autor assim conclui o texto:

Tudo concorre, então, para ilustrar esta constatação geral de que a **3ª pessoa é fundamentalmente diferente das duas outras em seu ESTATUTO, sua FUNÇÃO e DISTRIBUIÇÃO** de suas formas, e que especialmente nos antônimos e pronomes, o singular e o plural na 3ª pessoa podem nem mesmo ser simétricos. (BENVENISTE, 2006, p. 219, caixa-alta do autor, grifo nosso).

Na palavra *estatuto*, há uma nota de rodapé que encaminha o leitor para o texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo”: “Cf. para uma teoria de conjunto BL 543 (1946), fasc. I, p. 1-12 (Problèmes de Linguistique Générale, I, p. 225-236)” (BENVENISTE, 2006, p. 219).

Feita essa breve síntese, é perceptível que o termo *não pessoa* não comparece em nenhuma das citações que recupero do texto de 1965. Isso me leva a conjecturar que, embora o termo *não pessoa* não seja empregado, os contornos da sua noção são desenhados a partir do que o autor constata justamente quanto ao comportamento sintático e às capacidades combinatórias da *3ª pessoa* (este, sim, um termo empregado). São contornos definidos pelas propriedades atinentes ao exame dos pronomes como fenômeno sintático, com foco em suas relações sintagmáticas. De sua função na linguagem, expressa de diferentes modos nas línguas, advém, portanto, o estatuto da *não pessoa*.

A propriedade de *não pessoalidade* está lá, evocada na comparação com *eu* e *tu*: “*Je* é uma pessoa única; *tu* é uma pessoa única”, mas *ele* “representa

não importa que sujeito compatível com seu gênero e número” (BENVENISTE, 2006, p. 206), ou seja, não tem *unicidade*; *ele* é denominado como “o de fora do diálogo”, ou seja, não tem *inversibilidade*. Não por acaso, há remissão em nota ao texto de 1946 para vermos uma “teoria de conjunto”.

O fato é que a análise miúda que Benveniste faz do funcionamento das séries de pronomes em francês, com meu destaque, neste trabalho, para pontos relacionados à terceira pessoa, acrescenta mais elementos, mais uma *camada nocional* à não pessoa, ou melhor, atualiza pontos sinalizados em “A natureza dos pronomes” (2005 [1956], p. 282, grifo do autor), artigo no qual destaca, mais brevemente, que os pronomes de “[...] terceira pessoa são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza”; são “substitutos abreviativos”, cumprem função de “representação sintática”.

No artigo de 1965, é justamente esse ponto que é aprofundado, pois há um interesse na *função*, o que se dá a partir do exame da *distribuição* dos pronomes, fato que conduz o autor a problematizar o *estatuto* da categoria e adiciona contornos mais específicos à 3ª pessoa em vista da problemática da análise intralinguística. Isto é, os contornos da noção estão relacionados à problemática na qual a noção se instancia e se desenvolve, e evidentemente, ao artigo em que isso é feito. Bem sabemos que cada texto benvenistiano tem suas particularidades composicionais, teóricas, analíticas, interlocutivas, fato que tem nos levado a ter sempre muito cuidado com o trânsito de termos de um texto para outro. Flores (2013) inclusive chama a atenção para a flutuação terminológica e para os usos homonímicos, polissêmicos e sinonímicos dos termos nos escritos benvenistianos. Em relação à não pessoa, não poderia ser diferente. A cada texto, penso ser possível visualizar *camadas de sentido*, *contornos*, que vão produzir seus efeitos em termos de desdobramentos analíticos.

3. Os contornos da noção de não pessoa via problemática do aparelho formal em “O aparelho formal da enunciação”

Para a segunda problemática, a do aparelho formal da enunciação, selecionei o artigo de mesmo título. Por ser esse texto mais frequentemente lido por nós, dispensei um movimento de síntese.

Nesse texto, Benveniste também não emprega o termo *não pessoa*. Porém, sua noção parece ser evocada em alguns momentos do artigo: ao tratar da referência, ao tratar de entidades-signos com “estatuto pleno e permanente”, dentre outros. Falemos brevemente desses dois pontos.

Após tratar das “condições iniciais que regem o mecanismo de referência no processo de enunciação”, Benveniste (2006) aborda, ao longo das páginas 84 e 85, os índices específicos (pessoa, espaço, tempo), para, na página 86, pontuar que a enunciação “promove literalmente à existência” certas classes de signos, entidades que “não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor”. Os exemplos são: “eu, aquele, amanhã”. Tais entidades se distinguiriam daquelas “que têm na língua seu estatuto pleno e permanente”.

Se o emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 2006, p. 82), poderíamos nos perguntar de que modo ainda faria sentido a necessidade de distinção assinalada por Benveniste (2006, p. 84): a de que seria “preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao aqui-agora da enunciação”.

Esse trecho evoca, sem dúvida, a discussão presente em “A natureza dos pronomes”, em que Benveniste (2005, p. 282) situa que “Há enunciados de discurso que, a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação ‘objetiva’. É o domínio daquilo a que chamamos a terceira pessoa”. Está aí implicada a reflexão sobre *sui*-referência (autorreferência) e referência.

Embora essa reflexão possa ser aqui evocada, não há uma simples transposição do que é dito no artigo de 1956 para o de 1970, assim como não há uma transposição do que Benveniste afirma em 1965 antes retomado. Aqui, a problemática é outra: está em questão a discussão do quadro formal de realização da enunciação e, evidentemente, tudo o que está relacionado ao “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Logo, o que se destaca é justamente o fato de que o *eu*, na relação com o *tu* e o *ele*, sujeita toda a língua a sua apropriação. Isso, no entanto, não significa que todos os enunciados sejam formalmente construídos com a categoria de pessoa, o que também não extirpa do enunciado a sua “natureza individual”.

Como, então, ainda haveria, de um lado, entidades com estatuto pleno e, de outro lado, outras que emanariam da enunciação? Valendo-me de um termo que Ono (2007) emprega para falar da visão de Benveniste sobre a performatividade, eu diria que há aqui uma visão *ambivalente* em relação ao estatuto das entidades na enunciação, na medida em que a enunciação comportaria esses dois mundos – o ligado à categoria de pessoa e o ligado à de não pessoa

–, que se entrelaçam ao mecanismo da referência e da *sui-referência*. A consideração dessa *ambivalência*, desse algo aparentemente oposto, mas copresente, implica pensarmos, no caso do presente trabalho, a respeito dos contornos que a categoria de não pessoa receberia aqui.

Se, no texto de 1965, esses contornos envolviam a consideração da não pessoa quanto às suas relações sintagmáticas, no texto de 1970, os contornos parecem envolver seu funcionamento quanto ao mecanismo de referência. Ter um estatuto pleno e permanente na língua requer, ao mesmo tempo, ter suas relações de significação inscritas na língua, considerando inclusive suas possíveis relações sintagmáticas (é o que Benveniste faz no artigo de 1965), e ter necessidade de atualização dessas formas no discurso, já que, “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Os traços para a instauração da referência, embora inscritos em potencial na língua, estão na dependência da conversão da língua em discurso pelo locutor, quer dizer, na dependência da enunciação. Essa ambivalência em relação ao estatuto das entidades na enunciação repercute nos contornos da noção de *não pessoa*, contornos que vão se especificando na relação com a problemática em pauta.

E o que podemos, por ora, concluir do percurso aqui traçado?

4. Conclusão

A hipótese que guiou este trabalho foi a de que os *contornos da noção de não pessoa são modificados conforme também se modificam as problemáticas da reflexão de Benveniste*. Parti da consideração da existência de definições explícitas para essa categoria nos textos do linguista e da tendência a visualizar certa estabilidade nocional a partir da concepção geral de que a terceira pessoa é, justamente, o membro não marcado da correlação de pessoa, sendo compreendida como não pessoa (não apresentando unicidade, inversibilidade, ou seja, tudo aquilo que caracteriza a categoria de pessoa).

Porém, percorrendo apenas dois artigos do linguista, é perceptível que são constituídas camadas nocionais vinculadas, cada uma, a problemáticas específicas, o que, de algum modo, mostra-nos que os contornos da noção de não pessoa vão sendo modificados, sim, conforme as problemáticas também são modificadas.

Na análise intralinguística (problemática do primeiro texto), os contornos da noção de *não pessoa* consideram seu comportamento sintático, suas capacidades combinatórias, quer dizer, suas relações sintagmáticas em termos

de *função* e *distribuição* na comparação com a 1ª e a 2ª pessoas, o que leva a pensar sobre seu *estatuto*. Na enunciação (problemática do segundo texto), os contornos da noção de *não pessoa* consideram seu comportamento referencial, suas relações com a necessária conversão da língua em discurso pelo locutor.

E assim certamente seguiríamos, investigando outros textos, outras problemáticas, explorando a espessura nocional da categoria de pessoa.

O que isso pode acrescentar ao tanto que já se discutiu sobre a não pessoa?

Este estudo teórico-conceitual evidencia a amplitude da reflexão de Benveniste sobre a linguagem, as línguas e a língua, neste caso, sob o recorte da não pessoa. O percurso em dois textos, com duas problemáticas distintas, mostra que a não pessoa é, de fato, uma categoria da linguagem que se realiza particularmente nas línguas diversas. Seus contornos estão atrelados não só a essas línguas (o que fica evidente quando se analisa a distribuição da 3ª pessoa no francês, de modo específico, por exemplo), mas também à linguagem (o que fica evidente quando se analisam sua função e seu estatuto, de modo geral). As constatações a que chega Benveniste lhe permitem explicar o funcionamento da língua. De modo transversal a essas constatações, está em questão a problemática em si.

Assim, somos conduzidos a pensar, prospectivamente, a partir de Benveniste, nas implicações da categoria de não pessoa para análises de distintos fenômenos de linguagem. O que se analisa quando se teoriza e se analisa a não pessoa a partir de diferentes problemáticas? Que contornos da noção de *não pessoa* estão sendo mobilizados e deslocados para os estudos analíticos? Que essas questões finais sejam um convite ao diálogo entre os que se interessam pela teorização benvenistiana.

Referências

- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BRESSAN, N. T. W. *A tríade enunciativa: um estudo sobre a não pessoa na teoria de Émile Benveniste*. 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FLORES, V. do N. *et al. Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

ONO, A. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

WEIGERT, N. T. O lugar epistemológico da não pessoa no quadro teórico da enunciação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 197-207, dez. 2004.

III - Duas noções de subjetividade: dois mundos de Émile Benveniste

Daniel Costa da Silva (UFRGS)
utopiste@hotmail.com

1. Introdução

Neste estudo teórico, buscamos apresentar nosso entendimento sobre a noção de subjetividade na teoria do linguista Émile Benveniste, destacando a distinção que propomos, em nossa tese (SILVA, 2021), entre duas maneiras de se entender essa noção. Fazemos a distinção entre *subjetividade inerente* e *subjetividade enquanto efeito*.

A *subjetividade inerente* é algo que surge com o texto “Da subjetividade na linguagem”, de 1958; já a *subjetividade enquanto efeito* acompanha o momento teórico da distinção entre pessoa e não pessoa. A formulação dessa distinção está em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, de 1946. Nesse artigo, Benveniste, ao dizer que a “terceira pessoa” não é uma “verdadeira pessoa”, retira a não pessoa do plano constitutivo, colocando-a em outro plano – que chamaremos de plano mostrado. Benveniste é explícito quanto a isso ao dizer que as duas primeiras pessoas (eu-tu) não estão no mesmo plano da não pessoa (PLG I, p. 251-252¹). É fundamental, aqui, ficar claro que vislumbramos dois planos distintos: um plano constitutivo, o da linguagem; e um plano mostrado, o da língua. Assim, a não pessoa não se *constitui* na linguagem; ela se *institui* na língua.

Caso a não pessoa se constituísse na linguagem, então, ao lado da definição explícita de subjetividade (PLG I, p. 286) existiria também uma definição de objetividade. Ou seja, caso a não pessoa se constituísse no plano da linguagem, existiria uma noção de “não subjetividade”, definida como a capacidade que o “não locutor” tem de se propor como *objeto*. A não pessoa seria esse

1 As edições brasileiras de *Problemas de linguística geral* de Émile Benveniste serão, aqui, referidas conforme o seguinte sistema: sigla da obra (PLG), indicação do volume (I ou II) e indicação da página.

“não locutor”, mas tal conceito não existe, assim como também não existe tal definição de objetividade.

Se a relação entre “eu” e “tu” é de implicação, a relação entre a categoria de pessoa e a de não pessoa é de necessidade. A não pessoa precisa da pessoa, no caso, de um “eu”, para se *instituir na língua*; já a pessoa (eu-tu) precisa da não pessoa para falar de algo, para referir-se a algo do mundo. Assim, se as pessoas “eu” e “tu” cumprem o papel da autorreferência, a não pessoa cumpre o papel da referência ao “mundo”, a algo “objetivo”. Uma das principais propriedades da não pessoa é a de jamais ser reflexiva da instância de discurso (PLG I, p. 283); já que a não pessoa pode remeter a *não importa quem* ou *não importa o quê*, havendo apenas uma única exceção: não pode remeter à própria instância de discurso (PLG I, p. 282), pois o papel da autorreferência é das pessoas (eu e tu).

É possível explicar isso com base no texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, de 1968. Segundo Benveniste:

A língua fornece [...] o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável [...] entre o eu e o não eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele” (PLG II, p. 101).

Vemos que existe um duplo funcionamento do discurso – subjetivo e referencial. Subjetivo, pois se refere à oposição “eu-tu”; e referencial, pois diz respeito à relação de “eu-tu” com “ele”, opondo as noções de pessoa e de não pessoa. Benveniste diz que aí está o “fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua” (PLG II, p. 101). De um lado, temos a autorreferência; de outro lado, a referência, que “fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação” (PLG II, p. 101).

A seguir, iremos nos deter nas características das duas noções de subjetividade que buscamos apresentar. Até aqui apenas ressaltamos que, quando se tratar do plano constitutivo, estamos na concepção da *subjetividade inerente*. A *subjetividade enquanto feito*, por sua vez, diz respeito ao plano mostrado.

2. Duas noções de subjetividade

Uma primeira característica da noção de *subjetividade inerente* diz respeito a sua vocação para estudos interdisciplinares. Uma vez que trata da

relação do homem com a linguagem, ela se presta a estudos não apenas linguísticos, mas também de cunho filosófico, antropológico, ou mesmo, psicológico. Aliás, a *subjetividade inerente* surge justamente em um estudo cujo público-alvo não era formado primordialmente por linguistas, como é o caso do artigo “Da subjetividade na linguagem”. Logo, é o próprio Benveniste que se coloca em um diálogo interdisciplinar. E é justamente isso que vai conferir um aspecto antropológico à teoria benvenistiana relacionada com a questão da subjetividade.

A noção de *subjetividade enquanto efeito*, por sua vez, já não diz tanto respeito à relação da linguagem com o homem, visto que diz mais respeito à linguagem em si. Logo, quando aquilo que está em consideração são os *efeitos* que a subjetividade provoca no discurso, a relação com outras áreas se dá em um âmbito basicamente linguístico.

Uma segunda característica importante em relação à *subjetividade inerente* é a que diz respeito ao modo como ela emerge no discurso, isto é, como essa noção de subjetividade se apresenta nas línguas. A *subjetividade inerente* pode ser vista a partir de um número bastante limitado de “marcas” (que preferimos tratar como *fundamentos*), que são basicamente três: pessoa, tempo e espaço. E esses fundamentos precisam ser entendidos como **categorias da linguagem**.

Os efeitos – diferentemente dos fundamentos que são limitados a um número bastante pequeno – são inúmeros e incontáveis. Segundo Benveniste (quando visa a ilustrar alguns efeitos que a subjetividade pode introduzir): “não saberíamos dizer qual é, no universo das línguas reais, a extensão das particularidades que assinalamos” (*PLG I*, p. 290). E esses efeitos precisam ser entendidos, não como categorias da linguagem, mas como **fatos de línguas**.

Podemos citar ainda que, em relação à *subjetividade inerente*, Benveniste vai usar expressões que dão conta de um processo global, envolvendo toda a língua; pois diz respeito ao **plano constitutivo**; trata-se de uma condição *a priori* das línguas. Já em relação à *subjetividade enquanto efeito*, trata-se de um *a posteriori* das línguas, pois diz respeito ao **plano mostrado**. E, nesse caso, a subjetividade já não abrange globalmente a língua, isto é, quando for possível “dividir” a língua em duas partes, colocando, de um lado, uma parte subjetiva e, de outro lado, uma parte objetiva – quando há uma gradação, entre maior ou menor subjetividade –, então, estamos tratando dos *efeitos* que se produzem nas línguas particulares e, portanto, estamos no âmbito da *subjetividade enquanto efeito*. Em relação à *subjetividade inerente*, não há uma maneira “objetiva” de se constituir na linguagem – que aconteceria caso a não pessoa estivesse

nesse plano constitutivo. Assim, por termos somente as pessoas (eu-tu) no plano constitutivo, a *subjetividade inerente* não possui uma contrapartida objetiva, sendo, por isso, totalmente subjetiva: “a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes” (PLG I, p. 287).

Ao se levar em conta a questão da subjetividade, é possível ver, então, nas análises de Benveniste, dois tipos de “marcas”: na linguagem, mais do que marcas, são *fundamentos*, que são basicamente três: pessoa, tempo e espaço. Nas línguas, são “marcas” no sentido de que são *feitos*.

3. Os fundamentos da subjetividade

As categorias de pessoa, tempo e espaço são inerentes à linguagem porque “eu” e “tu” são as pessoas implícitas, o presente (agora) é o tempo implícito e o aqui é o espaço implícito. Por isso, é possível dizer que “uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível” (PLG I, p. 287). Como dizem respeito à condição *a priori* das línguas, esses fundamentos não precisam ser verificados em todos os idiomas para que se presuma a existência deles.

O primeiro fundamento da subjetividade na linguagem está ligado à categoria de pessoa. Sobre a relação entre “eu” e “tu”, o importante, aqui, é lembrarmos apenas que o “eu” implica um “tu”.

Benveniste dedica pouco espaço no texto “Da subjetividade na linguagem” para tratar das “outras classes de pronomes”, além dos pronomes pessoais. Sabemos somente que esses pronomes compartilham o “mesmo status” e que “organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência” (PLG I, p. 288). Se Benveniste não dedica um texto para tratar das “relações espaciais”, ele escreve um artigo para abordar a questão da temporalidade: “A linguagem e a experiência humana”, de 1965. Nesse texto, a noção de pessoa e a de temporalidade são apresentadas como “categorias fundamentais do discurso” (PLG II, p. 68). E, ao entrar na discussão sobre o tempo, Benveniste, primeiramente, coloca que tanto o presente quanto os “dois outros momentos engendrados por ele” – no caso, o passado e o futuro – seriam “inerentes ao exercício da fala” (PLG II, p. 75). Aqui, é preciso ficarmos atentos para o fato de que os tempos seriam inerentes *ao exercício da fala*, isto é, eles são próprios do plano mostrado. Benveniste, então, na sequência, se retifica e coloca que há apenas um único tempo inerente à linguagem – que, no caso, é o presente, portanto, o único tempo implícito: “na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este [...] é por natureza implícito” (PLG II, p. 75).

Assim como fez com a noção de não pessoa – deslocada do plano constitutivo para o plano mostrado –, Benveniste também coloca que passado e futuro “não estão no mesmo nível” do presente (*PLG II*, p. 75).

Benveniste, ao prosseguir falando dos tempos de passado e de futuro, argumenta que: “a língua não os situa no tempo segundo sua posição própria [...], mas somente como pontos vistos para trás ou para frente *a partir do presente*” (*PLG II*, p. 75, grifo do autor).

Tudo se dá a partir do presente porque “é impossível deslocar este eixo referencial para o colocar no passado ou no futuro”; uma vez que a enunciação só se dá no *agora*. Mais do que isso – conforme o texto “O aparelho formal da enunciação” –, vemos que é a própria enunciação que cria a categoria do presente (*PLG II*, p. 85). E uma vez que “este eixo referencial” não pode ser deslocado no tempo, Benveniste coloca novamente que “o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito” (*PLG II*, p. 76). Ele vai reforçar também seu argumento – que dizia que passado e futuro são “pontos vistos para trás ou para frente *a partir do presente*” – ao dizer que “estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas as visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente” (*PLG II*, p. 76). Destacamos esse argumento de Benveniste com duas citações semelhantes, pois se trata de um raciocínio importante do autor, de que os tempos de “passado” e de “futuro” marcados nas línguas *não se relacionam ao tempo*, ou seja, não dizem respeito ao tempo em si, mas são, na verdade, *visões sobre o tempo*, criadas a partir do presente (*PLG II*, p. 76). Assim, os sistemas temporais são *efeitos (visões)* sobre o tempo marcados nas línguas.

Benveniste, na sequência, aponta para dois fatos significativos: “nas línguas [...] nunca falta a forma do passado”; e “ao contrário, muitas línguas não têm forma específica de futuro” (*PLG II*, p. 76). E há uma explicação para se marcar mais tempos de passado do que de futuro nas línguas. E aqui já cabe explicar também o motivo pelo qual há mais marcações na língua para a questão da temporalidade do que para a questão da espacialidade. O tempo nos dá algo que o espaço não dá: a experiência (*PLG II*, p. 77). E o tempo tem algo que o espaço não tem: uma linha – a linha do tempo. O tempo nos dá experiência e nós o retribuímos com várias marcações nas línguas – em especial, tempos de passado – para que se possa organizar essa experiência. É importante marcar essa diferença entre as questões da temporalidade e da espacialidade, pois, é fácil pensar que aquilo que ocorre com a noção de tempo ocorreria da mesma maneira com a noção de espaço.

Benveniste diz que devemos nos perguntar a que nível se pode encontrar a noção de tempo que se marca nas línguas (*PLG II*, p. 70). Assim, baseados no que ele coloca sobre a questão do tempo, não seria difícil imaginarmos o que ele diria sobre o espaço. Que há um *espaço físico*: o mundo ao nosso redor; que há um *espaço crônico*: os sistemas que servem para medir o espaço; e que há um *espaço linguístico*, ligado à instância de discurso, centrado no “aqui”, não podendo ser deslocado para muito além de “ali” e “lá”. Caso se queira ir mais longe, deve-se recorrer ao *espaço crônico*. Portanto, as diferenças importantes entre o tempo e o espaço dizem respeito à experiência e à linha do tempo.

O “agora” (tempo presente), implícito, ao se instituir na língua, rompe a linha do tempo, criando passado e futuro. Se a enunciação cria a categoria do presente, a categoria do presente, por sua vez, cria a categoria do tempo (*PLG II*, p. 85). Desse *efeito* – dessas *visões sobre o tempo* – é que decorrem as marcações temporais no plano mostrado. Se o tempo não tivesse sua linha, nós nos contentaríamos com o *tempo crônico*, para dar conta de tempos mais remotos, e com o *tempo linguístico*, para nos referir a anteontem, ontem, hoje, amanhã e depois de amanhã (*PLG II*, p. 79).

O “aqui”, espaço implícito, ao se instituir na língua, não rompe nenhuma linha e simplesmente localiza o locutor em um ponto. Isso explica o fato de não necessitarmos de tantas marcações espaciais nas línguas.

4. Os efeitos da subjetividade

De acordo com o 18º parágrafo do texto “Da subjetividade na linguagem”, de 1958 (*PLG I*, p. 290), a categoria de pessoa é criada duas vezes: a categoria da pessoa existe, como possibilidade, na linguagem, isto é, no plano constitutivo; e, após ter emergido da linguagem, a categoria da pessoa existe no discurso, na “estrutura das línguas”, isto é, no plano mostrado (*PLG I*, p. 289-290). Essas duas maneiras de se ler a categoria de pessoa demonstram, mais uma vez, dois entendimentos da noção de subjetividade. De um lado, a categoria de pessoa na linguagem, no plano constitutivo, ligado à polaridade eu-tu. De outro lado, a categoria de pessoa no plano mostrado, em sua contrapartida com a noção de não pessoa, provocando efeitos muito variados na estrutura das línguas.

Estamos dando um destaque para o 18º parágrafo do texto de 1958, pois ele marca a divisão entre a apresentação dos fundamentos da subjetividade (inerente) e a análise dos efeitos que a subjetividade (enquanto efeito) provoca no discurso. Lembremos que Benveniste anuncia, nesse parágrafo, que

pretende “ilustrar alguns efeitos da mudança de perspectiva que a ‘subjatividade’ pode introduzir” (PLG I, p. 290); e prossegue dizendo que é mais importante mostrar do que propriamente saber qual seria a extensão do que ele havia acabado de assinalar em relação à subjatividade. Aqui, há uma característica importante da noção de *subjatividade enquanto efeito*: esses efeitos são numerosos e incontáveis.

Além disso, Benveniste, nesse ponto, é claro ao dizer que não está mais levando em conta **categorias da linguagem**, mas, sim, **fatos de línguas**: “visamos necessariamente línguas particulares” (PLG I, p. 290). E a última frase do parágrafo é esta: “O francês dá alguns exemplos sob medida” (PLG I, p. 290). O que significa dizer que Benveniste passa, nos parágrafos seguintes, a analisar uma língua em particular.

Os efeitos não se resumem a três parágrafos de um texto de Benveniste. Esses efeitos são abundantes na obra do autor. E, lembremos, a descrição desses efeitos acompanha sua formulação em torno da distinção pessoa e não pessoa. Cabe ainda salientar que essas descrições são basicamente linguísticas e repletas de dados de línguas. Isso pode ser visto, por exemplo, desde suas considerações sobre a frase nominal, expostas em 1950. E, mais do que acompanhar a distinção entre pessoa e não pessoa, os efeitos se produzem exatamente a partir desse encontro necessário, instituído nas línguas, entre pessoa e não pessoa.

Sobre a noção de não pessoa, Benveniste adverte: ela “existe e só se caracteriza por oposição à pessoa eu do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não pessoa’” (PLG I, p. 292). Logo, a noção de não pessoa é, por excelência, uma noção ligada à *subjatividade enquanto efeito*, pois só tem valor e só existe a partir da oposição que integra entre subjetivo e objetivo. Segundo Benveniste, a diferença entre “subjetivo” e “não subjetivo” aparece “desde que se tenha percebido a natureza da oposição entre as ‘pessoas’ do verbo” (PLG I, p. 292). Ou seja, para detectar o contraponto entre subjetivo e objetivo nas línguas (o que significa dizer, para detectar a *subjatividade enquanto efeito*), é preciso perceber a natureza da oposição entre as noções de pessoa e de não pessoa.

5. Dois mundos de Benveniste

A distinção que propomos, entre duas noções de subjatividade, representa os *dois mundos* apresentados em “O aparelho formal da enunciação”, de 1970 (PLG II, p. 81). A *subjatividade inerente* dirá respeito a esse “mecanismo total e constante” que afeta a língua por inteiro (PLG II, p. 82).

Consideramos que a noção de subjetividade – tanto a *subjetividade inerente* quanto a *subjetividade enquanto efeito* – não desaparece da teoria de Benveniste, mesmo que não citada, de modo explícito, no texto de 1970. Aqui, é preciso tentar explicar nossa discordância com a colocação de que a dicotomia subjetivo-objetivo perde força na argumentação de Benveniste em seu texto de 1970 (FLORES, 2013, p. 96-97). Segundo Flores: “Em *Aparelho formal da enunciação*, de 1970, essa dicotomia [objetivo-subjetivo] perde força, uma vez que, aí, toda a língua passa a ser vista como integrada pela subjetividade” (FLORES, 2013, p. 97). Buscamos mostrar que a subjetividade que engloba toda a língua é a *subjetividade inerente* e ela está na base do artigo de 1970. Porém, acreditamos que a dicotomia subjetivo-objetivo (portanto, a consideração da *subjetividade enquanto efeito*) não perde força, pois Benveniste diz que não vai abordar a diversidade das estruturas linguísticas, isto é, ele não vai tratar desse outro mundo, o do emprego das formas. Em nota de rodapé, Benveniste diz que não vai tratar de “fatos de língua”, por já ter insistido sobre isso em vários estudos anteriores: “Os detalhes dos fatos de língua [...] estão expostos em muitos capítulos de nossos *PLG I* [...], o que nos dispensa de insistir sobre eles” (*PLG II*, p. 85). Benveniste só poderia abordar a dicotomia subjetivo-objetivo caso continuasse a tratar de fatos de línguas, o que ele, deliberadamente, escolheu não fazer.

6. Conclusão

Qualquer estudo que busque analisar “marcas de subjetivação” precisa se focar nos *efeitos*. É necessário se deter em dados de línguas. As “marcas” da *subjetividade inerente* – da passagem de locutor a sujeito – já estão dadas por Benveniste: pessoa, tempo e espaço.

Parafraçando o final do artigo de 1958 (*PLG I*, p. 293), podemos concluir que muitas noções na Linguística aparecerão sob uma nova luz a partir do momento em que buscarmos os *efeitos* que a subjetividade provoca nas línguas. E a partir do momento em que percebermos que os fundamentos da *subjetividade inerente* são aquilo que iluminará essas noções.

Referências

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

SILVA, D. C. *A noção de subjetividade em Émile Benveniste*. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2021.

IV - A *escuta* em uma abordagem enunciativa da aquisição da língua materna

Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS/CNPq)
clcostasilva@hotmail.com

1. Pontuações iniciais

Neste texto, tenho como objetivo abordar *o papel da escuta na aquisição da língua materna em uma abordagem enunciativa, por meio da exploração de movimentos de escuta-emissão nas interlocuções de uma criança, em seu primeiro ano, com outros de seu convívio*. Para tanto, o trabalho apresenta a seguinte estrutura: 1) a incursão pela noção de “escuta” de Barthes; 2) o estabelecimento de releitura das obras *Problemas de linguística geral I e II* (doravante, *PLG I e PLG II*), no entrecruzamento entre Benveniste e Barthes, para constituir um ponto de vista teórico sobre a “escuta”; 3) reflexão sobre a escuta dos fatos linguísticos de uma criança com seus interlocutores a partir de pontos de ancoragem teórica.

2. De Barthes ao renovado diálogo com Émile Benveniste sobre a “escuta”

As discussões de Barthes sobre “escuta” trouxeram à minha reflexão sobre a *instauração* da criança na língua materna (SILVA, 2009) algumas inquietações: a afirmação de que a “escuta fala”; a ideia de que a “escuta” está para além do ouvir, enquanto aspecto fisiológico de um aparelho auditivo; os apontamentos sobre as diferenças entre o animal e o humano, pensadas a partir da audição; o fato de haver aspectos biológicos e simbólicos implicados no “escutar”; a escuta como relação dual entre parceiros na linguagem e o prazer implicado na escuta.

Essas questões comparecem em Barthes vinculadas a três tipos de escutas: a primeira é uma escuta ligada ao ouvir ruídos e à transformação desses ruídos em indícios. Ocorre, nesse caso, uma espécie de triagem sobre um fundo auditivo, em que a escuta figura como exercício de uma função de seleção.

Além dessa escuta, Barthes reflete sobre um segundo tipo, relacionado ao que distingue o humano do animal. Essa segunda escuta envolve, de um

lado, o encontro dual entre humanos e, de outro, a distinção de ruídos significativos no ritmo a partir de relações entre o acentuado e o não acentuado. Nesse caso, o signo funda-se, no humano, a partir dessa relação de presença/ausência: “esta segunda escuta metamorfeia o homem em sujeito dual: a inter-pelação conduz a uma interlocução, na qual o silêncio do que escuta será tão activo como a palavra do locutor: **a escuta fala**” (BARTHES, 1984 [1976], p. 2, grifos nossos).

Já a terceira escuta liga-se ao desejo de agarrar significantes, na busca de prazer do que escutar. A escuta é, por parte da criança, então, um “[...] jogo de agarra dos significantes pelo qual *o infans* se torna ser falante” (BARTHES, 1984 [1976], p. 3, grifo do autor). A partir dessa terceira escuta, o autor defende que a liberdade de escuta é tão necessária como a liberdade da palavra, visto o sujeito não ser obrigado a ir, “[...] a tomar como prazer lá onde não quer ir” (BARTHES, 1984 [1976], p. 5).

A leitura do texto de Barthes “A escuta” encaminhou-me a reler Benveniste para buscar “indícios” de termos e noções ligados ao papel do ouvinte em sua reflexão. A partir desses indícios, no entrecruzamento entre Barthes e Benveniste, pergunto: como abordar “a escuta” na teoria da linguagem do linguista? Há um lugar para o ouvinte em sua reflexão? A seguir, apresento algumas passagens dos *PLG I e II* a fim de recuperar termos importantes para a construção de respostas aos questionamentos formulados a partir de Benveniste.

Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, Benveniste aborda a linguagem, de um lado, como um fato físico, que “utiliza o aparelho vocal para produzir-se, [o] **aparelho auditivo** para ser percebida”, e, de outro lado, como “uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou a experiência pela sua ‘evocação’” (BENVENISTE, 1995, p. 30, grifos nossos). Como fato físico, de ordem biológica, a linguagem vale-se de um aparelho vocal e de um aparelho auditivo. Como estrutura imaterial, de ordem simbólica, a linguagem “evoca” significados. Ora, se há uma evocação de significados por quem emite (relacionada ao aparelho vocal), há algo de captação de significados por quem escuta (atrelada ao aparelho auditivo).

O linguista, ainda, afirma que a “situação inerente ao **exercício da linguagem**, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para **o locutor**, representa a realidade; para **o ouvinte**, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da **comunicação intersubjetiva**” (BENVENISTE, 1995, p. 26, grifos nossos). Nessa passagem, Benveniste considera a situação de exercício da linguagem como lugar da troca entre locutor

e ouvinte e, conseqüentemente, situa a comunicação intersubjetiva, bastante tratada em distintos textos, como vinculada à relação entre quem emite um ato de discurso e quem o ouve. Na continuidade desse artigo, o autor volta a tratar dos “ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos” (BENVENISTE, 1995, p. 31), ao refletir sobre o poder fundador da linguagem.

Quando Benveniste focaliza o aprender da língua pela criança, em “Os níveis da análise linguística”, liga esse processo ao exercício do discurso nas atividades de linguagem da criança (locutor) em todas as situações. A apreensão do signo, com sua rede intralinguística de oposições e integrações em unidades superiores, envolve a familiaridade com unidades que se apresentam na frase e no exercício de discurso.

Esse é um princípio de análise linguística com o qual a criança opera em seu ato de instauração na língua materna. Assim, ainda que, numa relação muito inicial da criança com a língua, esta lhe falte como sistema organizado, essa língua não é de todo ausente, pois está no exercício do discurso da criança com outros. Isso porque “qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe, no sentido mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos” (BENVENISTE, 1989, p. 20). Como a criança está no exercício do discurso desde a sua entrada no mundo, produzindo e “escutando” sons, o sistema de sua língua, nos termos de Benveniste (1995, p. 140), “se forma e se configura” nesse exercício.

O estar na língua da criança com o outro, em seu duplo modo de existência (sistêmico e discursivo), encontra, no jogo entre emissões-escutas de si mesma e emissões-escutas do outro, aspectos necessários para se fundar em uma língua. Se é “no exercício incessante da sua atividade na linguagem em todas as situações” (BENVENISTE, 1995, p. 140) que a criança vai apreendendo os “contrastes” e destacando uma noção empírica de signo em uma crescente familiaridade com o sistema, considero ser, no jogo entre emissões-escutas de si mesma e do outro, que a criança encontra a condição de sua instauração na língua materna.

No artigo “A forma e o sentido na linguagem”, o linguista insiste em uma característica de toda “língua real”: “[...] o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de **sons emitidos e percebidos**, que se organizam em palavras dotadas de sentidos” (BENVENISTE, 1989, p. 224, grifos nossos). A organização das “palavras como dotadas de sentido”, no aspecto vocal, relaciona-se à emissão e à percepção de sons. Ao abordar o semiótico (domínio do signo), o autor defende a ideia de identificação “no interior e no uso da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 227). Se o sistema, o semiótico,

implica distintividades e oposições para “ser significativo”, a identificação dessas oposições envolve o “humano na língua” em sua dupla presença, de quem emite sons e de quem os percebe.

Se o semiótico supõe a identificação da unidade como pertencente a um sistema de diferenças que se apresentam no uso (no exercício do discurso), o semântico (domínio da língua em emprego) envolve a compreensão do sentido de formas agenciadas, seja pela ideia da frase, seja pelo emprego da palavra na frase. Novamente, então, ao tratar do semântico, Benveniste aborda outra operação: a compreensão. Quem compreende? Parece-me que sua reflexão novamente coloca em destaque o ouvinte. É na relação entre quem emite e quem escuta, relação mediada por discursos, que Benveniste pensa a organização humana na sociedade, visto que a língua exerce essa “função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, [...] transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens” (BENVENISTE, 1989, p. 229). Ora, para transmitir a informação, comunicar a experiência, impor adesão e suscitar a resposta, há uma ação, por meio da língua, sobre um outro: há, pois, um ouvinte que ouve a informação, tem acesso à experiência comunicada; portanto, escuta e responde ao que lhe é suscitado.

Também em “O aparelho formal da enunciação”, o termo “ouvinte” e expressões como “sons percebidos” comparecem de modo saliente: “Os **sons emitidos e percebidos**, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração [...] procedem sempre de atos individuais” (BENVENISTE, 1989, p. 82, grifos nossos). Pensar os sons como ligados a atos individuais é pensar sons emitidos e percebidos, questão que leva Benveniste a tratar da língua no ato de utilização, ou seja, na enunciação. Quando aborda a enunciação falada, o linguista recorre novamente à relação locutor-ouvinte:

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1989, p. 83-84).

Na sequência, Benveniste reitera que, desde que o locutor se declare como tal e assuma a língua, ele implanta o outro diante de si: “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula **um alocutário**” (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifo nosso). Ao introduzir, em sua reflexão, o alocutário da enunciação falada, o linguista concede lugar ao ouvinte, que

se torna locutor ao realizar uma enunciação de retorno. É o aspecto de inver-sibilidade da enunciação que discuto no quadro da relação entre emissões e escutas, visto que, a partir de Benveniste, torna-se possível conjecturar que, entre uma emissão e outra de locutores que se declaram como tais e implan-tam o *outro* diante de si, há a postulação de um alocutário como um ouvinte. Quando trata da referência como integrante da enunciação, o autor reitera o papel do outro: “A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso e, para o **outro**, a possibilidade de correferir, no consenso pragmático que faz de cada locutor um colocutor” (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifo nosso).

A partir dessa reflexão de Benveniste sobre a referência na enunciação, Silva e Oliveira (2021) afirmam que o ato enunciativo condensa (inter)subjeti-vidade e (cor)referência, ideia com base na qual refletem sobre questões de es-cuta relacionadas aos movimentos de referir e correferir. Segundo os autores, o locutor refere e, ao referir, concede um lugar de escuta ao alocutário via possi-bilidade de correferir. Tal possibilidade é condição de duas novas enunciações, uma durante e outra a partir da escuta (do outro e de si mesmo), por meio das quais o alocutário se inverte, ele próprio, em locutor. Com isso, os pes-quisadores defendem a escuta como uma “enunciação implícita”, interpretação respaldada na formulação de Benveniste de que “Toda enunciação é, explícita ou **implicitamente**, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifo nosso). Se, do ponto de vista teórico, a “escuta” pode ser con-siderada uma “enunciação implícita”, como conceber, metodológica e analiti-camente, a escuta nos estudos aquisicionais, que lidam com fatos observáveis? Esse questionamento retornará na seção seguinte.

Ao abordar o quadro figurativo da enunciação, Benveniste volta a tra-tar da “*acentuação da relação discursiva com o parceiro*”, em que duas figuras são alternativamente protagonistas da enunciação na estrutura de diálogo. A própria definição de *enunciação* está ligada, conforme o linguista, a esse qua-dro. A partir de tal alternância de emissões, novamente torna-se possível pen-sar a alternância de escutas na relação discursiva entre parceiros. Isso conduz Benveniste a refletir sobre o “monólogo” como um diálogo interiorizado entre um *eu locutor* e um *eu ouvinte*: “Às vezes, o eu locutor é o único a falar, o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar signifi-cante a enunciação do eu locutor” (BENVENISTE, 1989, p. 88).

Ainda que possamos realizar, no entrecruzamento entre Barthes e Benveniste, a transposição da ideia de que “a escuta fala” (BARTHES, 1984

[1976], p. 2) para a ideia de que “a escuta é um ato de enunciação”, não podemos deixar de considerar que, em Benveniste, a enunciação envolve o emprego da língua em seu aspecto de materialidade, fenômeno, inclusive, vinculado aos instrumentos de materialização do sistema linguístico. Nesse caso, como conceber a escuta enquanto ato de enunciação? Não tenho dúvidas de que pensar a enunciação falada em Benveniste é pensar a relação entre parceiros, na qual o ouvinte tem um lugar estruturante. Concebo que o lugar desse ouvinte, no exercício do discurso, encontra-se no intervalo das alternâncias de emissões e pode ser tratado, como instância analítica, a partir dos efeitos de sentido que cada emissão de formas evoca. Nesse caso, a escuta atrela-se a sentidos possíveis de serem depreendidos nas relações entre emissões.

3. A alternância de emissões no ato enunciativo de instauração da língua materna: a escuta no quadro figurativo da enunciação

No campo da aquisição da linguagem, Claudia de Lemos,¹ ao investigar a relação criança-língua-outro, reflete sobre o escutar (no sentido de que esse termo preferencialmente se reveste na Psicanálise lacaniana) como distinto do ouvir, enquanto atividade sensorial de ordem fisiológica. Penso com De Lemos o escutar como distinto do ouvir, e sob efeito de Barthes (1984 [1976]), que tem me instigado a *reler* Benveniste, tenho concebido a escuta como ato de enunciação ligado ao captar sentidos evocados na emissão do outro.

Conforme a reflexão do item anterior, do ponto de vista teórico, a escuta pode ser um *ato de enunciação implícito* (SILVA; OLIVEIRA, 2021), mas, de um ponto de vista metodológico e analítico, esse ato de enunciação implícito contém indícios explícitos aos olhos do observador. Desde esse último ponto de vista, considero que a escuta pode ser estudada nas emissões de retorno de um locutor a partir da emissão anterior de outro locutor. É possível, para o analista, considerar os indícios dos efeitos de sentido das emissões de um locutor nas emissões de retorno do locutor seguinte. Assim, a análise do fenômeno da escuta coloca em foco o modo como “os parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 87) e o modo como “a forma sonora de um locutor suscita uma outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 1989, p. 83-84). Assim, o estudo da escuta na aquisição coloca em relevo a relação entre as emissões da criança e as do outro, com destaque para a inversibilidade enunciativa ou a “estrutura do diálogo” do *quadro figurativo*. A

¹ Para De Lemos (2002), a escuta releva da terceira posição, quando a criança se distancia da fala do outro via efeitos de diferença entre a sua fala e a do outro.

alternância de locutores em suas emissões e de um mesmo locutor, caso da escuta de si próprio, possibilita-me pensar que a evocação de sentidos das formas pode ser considerada na relação entre emissões faladas. Se a escuta é um ato de enunciação implícito, situado no intervalo de emissões, estudá-la envolve lidar com o modo como uma emissão age sobre a outra ou como cada emissão afeta a estrutura do diálogo.

O entrecruzamento da reflexão benvenistiana com o campo da aquisição da linguagem tem me levado a observar os fatos linguísticos de crianças a partir desses pontos de vista teórico, metodológico e analítico sobre a escuta. Os fatos a serem aqui relatados pertencem ao Banco de Dados Na Língua (DEL RÉ; HILÁRIO; RODRIGUES, 2016). Metodologicamente, as análises apresentam o percurso seguinte: 1) relato de dois fatos linguísticos; 2) análise e reflexão sobre os acontecimentos enunciativos do relato, com foco na “escuta” e no modo como os protagonistas da enunciação se alternam em suas emissões fônicas.

Fato linguístico 1 – Relato e análise

G, criança com um mês e dezenove dias, está no carrinho acompanhada por alguém que a filma. De início, não há emissões de interlocutor(es), mas há a presença humana de quem filma a cena. Na sequência, a criança apresenta vocalizações em tom ascendente e a avó comparece na situação enunciativa com as seguintes interrogações: “o que qui tá reclamandu? O que qui tá reclamandu?”. A criança, diante das emissões da avó, manifesta silêncio nessa alternância de protagonistas.

Nesse fato linguístico relatado, destaco, inicialmente, o fato de a criança vocalizar em tom ascendente e olhar para a câmera, parecendo procurar um suposto interlocutor. A criança preenche um lugar enunciativo de emissão e indicia ocupar o lugar enunciativo de busca de escuta no outro. Quem a escuta é a avó, que, possivelmente em razão do tom ascendente, interpreta suas vocalizações como evocando sentidos de “reclamação”. Ao apresentar a função de interrogação duas vezes “o que qui tá reclamandu?”, em resposta às supostas emissões de reclamação da criança, a avó parece tentar suscitar um retorno da criança, que vem a partir de sua segunda enunciação, momento em que G dirige o olhar para ela e encerra, com silêncio, as suas emissões.

O silêncio de G, nessa situação enunciativa, é interessante porque, conforme palavras de Barthes (1984 [1976]), a criança parece estar “cifrando” a realidade em busca de indícios de ruídos do vocal humano. Ao encontrar a voz do outro, G deixa de vocalizar e olha para seu interlocutor. Há uma metamorfose

da criança “em sujeito dual” (BARTHES, 1984 [1976], p. 2). O silêncio de G diante da emissão da avó o situa nesse lugar de perceber ou identificar sons, condição fundamental para se instaurar na língua materna.

Com efeito, a avó, ao enunciar e ao se alternar com G, vale-se da função da interrogação para suscitar uma resposta de G. Nessa situação enunciativa, há um humano que filma, mas que não se constitui como interlocutor da criança (talvez por seu silêncio linguístico). As emissões de G, em tom ascendente, evocam uma espécie de “apelo” na avó, visto esta reiterar o questionamento “o que qui tá reclamando?”. Parece-me, nesse caso, haver um efeito sobre a avó das formas fônicas de G em tom ascendente, como se a criança a convocasse à escuta.

Aqui, ganha relevo a “comunhão fática”, conforme reflexão de Malinowski apresentada por Benveniste (1989) em “O aparelho formal da enunciação”, pois importa o fato de que o discurso, sob a forma de diálogo, estabelece uma relação entre os parceiros. Cada “enunciação”, nesse caso, é um ato que serve para unir um locutor-ouvinte e um locutor-emissor por algum laço. Tem-se, assim, por parte da criança, uma “enunciação” que (aparentemente) se satisfaz em sua realização, sem a necessidade de referência. Trata-se de uma relação constituída entre parceiros (criança e outro), em que o som, ou seja, o fônico da linguagem, é o principal responsável por estabelecer esse laço “psicossocial” por meio do qual a criança dá indícios de buscar seu preenchimento de lugar enunciativo em alternância de emissões e escutas.

Fato linguístico 2 – Relato e análise

G, com sete meses e vinte e nove dias, e o pai estão sobre o tapete com alguns brinquedos. O pai interage com ele por meio da canção infantil “bate palminha, bate” e de sons diversos. Quem está filmando não interage com G nem com o pai, que emite três vezes a canção “bati palminha, bati, palminha de São José, bati palminha, bati, pra quando papai viê”, acompanhado do olhar atento de G e da boca semiaberta, postura que evoca prazer a partir da escuta da canção. Quando o pai muda o seu modo de enunciação, da canção para a forma “ituu”, G enuncia sons que evocam descontentamento.

Nessa situação enunciativa, o interessante é que G dá indícios, em sua escuta atenta, de prazer com o canto do pai. A melodia e o ritmo nas enunciações cantadas do pai implantam G como alocutário, que se instaura como um *eu-ouvinte* ao evocar escolhas de escuta. Isso porque o pai, ao mudar seu modo de enunciação fônica, suscita, como resposta de G, uma enunciação de retorno

com formas fônicas que evocam descontentamento. Tal indício se relaciona à menção de Barthes (1984 [1976], p. 5) de que o sujeito não está obrigado “[...] a tomar o seu prazer lá onde ele não quer ir”. Nesse caso, há indícios, nas emissões de G, quando da mudança no modo de enunciação do pai, de uma operação de seleção do que escutar, o que, obviamente, não supõe uma intencionalidade por parte do bebê, mas sim o mostra sob o efeito da ação da língua e do outro.

Considerando as alternâncias de protagonistas no quadro figurativo da enunciação, vemos G preencher seu lugar enunciativo de escuta e dar indícios de sua posição como *eu-ouvinte*.

4. Pontuações finais

No entrecruzamento entre o quadro da enunciação e o quadro da aquisição, impõe-se ao pesquisador pensar questões de ordem teórica, metodológica e analítica, pois o campo aquisicional está marcado, de um lado, por um compromisso teórico (o ponto de vista do pesquisador) e, de outro lado, por um compromisso com o empírico (fatos linguísticos de criança). Como lidar com o aspecto de materialização da “escuta”? Esse aspecto na aquisição coloca em relevo a relação entre as emissões da criança e as do outro, com destaque para a inversibilidade enunciativa ou a “estrutura do diálogo” do quadro figurativo. A alternância de protagonistas da enunciação e a consideração da relação entre as emissões fônicas possibilitam ao pesquisador observar indícios do modo como uma emissão age sobre outra ou como uma emissão afeta outra.

Por isso, a instauração da criança em sua língua materna envolve os movimentos de emissão e de escuta. Ocupar esse lugar enunciativo requer movimentar-se em relações de intersubjetividade nas emissões e em relações de intersubjetividade nas escutas. Neste texto, aliando a teoria da linguagem de Benveniste à análise de fatos linguísticos de criança, procurei tratar do *papel da escuta na aquisição de língua materna em uma abordagem enunciativa, por meio da exploração de movimentos de escuta-emissão nas interlocuções de uma criança, em seu primeiro ano, com outros de seu convívio*.

Com relação à escuta na aquisição sob uma perspectiva enunciativa, há indícios importantes: (i) a busca da criança pela escuta de sons humanos; (ii) a implantação de um parceiro enunciativo que se inverte de *eu que emite* para *eu que escuta*; (iii) a ocupação de um lugar de escuta via pausas e silêncios e via manifestação de atitude como *eu-ouvinte* (desejo de escuta de sons que evocam poeticidade).

É por estudar a linguagem/língua em funcionamento que tivemos o acesso possível aos mecanismos do funcionamento fônico das manifestações de uma criança na aurora de sua história de enunciações.

Referências

BARTHES, R. A escuta. In: BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 201- 211.

BENVENISTE, É. (1966). *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão de Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.*; revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

DE LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, n. 42, p. 41-69, jan-jun. 2002.

DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; RODRIGUES, R. A. O corpus NA Língua e as tecnologias de apoio: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no Brasil. *Artefactum — Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 2, p. 1-16, 2016. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1363>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, C. L. da C. S. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SILVA, C. L. da C.; OLIVEIRA, G. F. Nos rumores da língua: a escuta entre as enunciações falada e escrita da criança. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 16, n. 25, p. 165-190, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.116837>. Acesso em: 14 nov. 2021.

V - Questionando a noção de *representação* a partir da relação língua-escrita em Saussure e Benveniste

Jomson Teixeira da Silva Filho (UFRA)
jomson08@gmail.com

1. Palavras iniciais

Nosso objetivo neste trabalho é responder à seguinte pergunta: em relação à ideia de *representação*, *que semelhanças e que diferenças há entre Saussure e Benveniste concernentes à(s) noção(ões) de escritas em suas respectivas teorias da linguagem?*

Proponho-me a apresentar uma chave de leitura segundo a qual é a partir da recusa à noção de língua como *representação* que se pode pensar em um ponto de encontro entre Saussure e Benveniste. Essa recusa, segundo minha interpretação, estende-se à escrita que, dentre as noções que podemos encontrar internamente aos pensamentos de Saussure e Benveniste, apresenta-se como um sistema semiológico que “continua” a língua, ou seja, a escrita “mostra” a língua. Dessa forma, adotamos a seguinte hipótese: há entre Saussure e Benveniste um encontro teórico-epistemológico em relação à recusa à noção de escrita como *representação*, consequência da concepção de língua/linguagem que, dentro de suas especificidades e contextos, esses autores adotam.

Empreendemos um estudo de natureza teórico-conceitual, que visa a apresentar e a examinar algumas das noções de *escrita* presentes nas *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*, de Benveniste (2014 [2012]), e no *Curso de linguística geral*, de Saussure (2012 [1916]), com o intuito de confrontar essas noções e, dessa forma, confirmar ou a refutar nossa hipótese.

2. Notas brevíssimas sobre a noção de *representação* e sua (não) relação com o conceito de língua

A fundação da linguística enquanto ciência se dá por meio da recusa saussuriana à concepção de língua como *representação*, e, conseqüentemente, como nomenclatura, concepção esta baseada em uma abordagem filosófica da linguagem com a qual Saussure opera uma ruptura epistemológica, conforme

lemos no *Curso de linguística geral*,¹ embora a noção de *representação* tenha se estabelecido como um “fora” que permanece sempre latente na teorização de Saussure, via *escrita*.

A abordagem filosófica defende a ideia de que a relação entre o nome e a coisa nomeada é direta e natural, uma vez que a palavra está naturalmente ligada à “coisa” à qual se refere. Sendo assim, o signo,² numa acepção filosófica, ou pré-linguística, é entendido como *representação* do *real*, ou de seu *referente*.

De acordo com Conti (2013), há, nesse caso, uma discussão sobre a relação entre as palavras e as coisas, mas não há ainda uma discussão sobre a natureza dessa relação. Continua a autora:

É Aristóteles quem delinea um processo tríade para explicar como e por que as palavras e as coisas se relacionam: *os signos falados são representados pelos signos escritos; os signos falados representam impressões na alma e as impressões na alma são a aparência das coisas reais* (CONTI, 2003, p. 32, grifos nossos).

Suponho ser essa uma das posições de Saussure no *Curso*, ou seja, Saussure herda da tradição filosófica clássica a ideia de que a fala exerce um privilégio metafísico. Dessa forma, a escrita comparece, na visão saussuriana, como sendo um significante que representa outro significante, primeiro e natural, a saber, o som, a fala. Como afirma o genebrino, a escrita “é muito mais fácil de aprender que o *liame natural, o único e verdadeiro, o som*” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 35, grifos nossos).

Paradoxalmente, “o gesto inaugural de Saussure, no campo dos estudos da linguagem, pode ser condensado em sua recusa *radical* à concepção de língua como *representação*, recusa daquilo que ele concebe como uma abordagem filosófica da linguagem” (CARVALHO; MELO, 2020, p. 2, grifos nossos). Essa abordagem filosófica seria, como afirmamos anteriormente, caracterizada pela concepção de língua como nomenclatura. Sobre isso, destaca Saussure: “Há, inicialmente, a concepção superficial do grande público: ele vê na língua somente uma nomenclatura, o que suprime toda a pesquisa acerca de sua verdadeira natureza” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 25).

Esse gesto inaugural de Saussure de recusa à noção de língua como nomenclatura, embora não tenha sido destacado como um ponto teórico que

1 Doravante, *Curso* ou CLG.

2 Por questões de espaço, estou utilizando “palavra” e “signo” ignorando as distinções teórico-epistemológicas que envolvem esses termos. Considero que o leitor tenha um conhecimento prévio sobre essa discussão.

desperta discussões mais profundas, apresenta consequências teórico-epistemológicas relacionadas a temas que compõem a rede conceitual saussuriana. Sobre isso, o mestre genebrino afirma que, embora a visão de língua como nomenclatura seja uma visão simplista, ela nos aproxima da verdade, já que evidencia que a unidade linguística, o signo, é constituída pela união de dois termos, os quais, posteriormente, Saussure denominará de significado e de significante.

Em relação ao conceito de signo, Milner (2003 [2002]) destaca a diferença entre as teorizações de Saussure e de Port-Royal, por exemplo. Milner afirma que essa diferença se baseia especialmente na noção de assimetria em que consiste o port-royalismo: “a fumaça é o signo do fogo, a respiração é o signo da vida, a expressão do rosto é o signo do sentimento, mas não inversamente” (MILNER, 2003 [2002], p. 29, tradução nossa).

Em Saussure, por sua vez, a assimetria não é absoluta, mas ao contrário, está baseada na reciprocidade, como destaca Milner a partir do *Curso*: “uma sucessão de sons só é linguística se comporta uma ideia [...] os conceitos [...] só se tornam entidades linguísticas por associação com imagens acústicas” (MILNER, 2003 [2002], p. 29, tradução nossa). O que Saussure faz, então, é recusar uma teoria clássica de signo segundo a qual este é uma realidade que *representa*, numa relação assimétrica, outra realidade.

Se a fundação da linguística está associada à recusa à noção de língua e de signo como *representação*, estendemos essa recusa à noção de *escrita*.³ Na busca por entender como a noção de *representação* foi atribuída à escrita por Saussure, apresentamos, na seção que se segue, a abordagem saussuriana da escrita.

3. A (não) relação língua-escrita em Saussure: escrita como representação versus escrita a partir do valor linguístico

A noção de *representação* dada à *escrita* por Saussure é destacada principalmente no título do capítulo VI da Introdução do *Curso* intitulado “Representação da língua pela escrita”. Nesse capítulo, Saussure destaca o pres-tígio dado à escrita:

mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal;

3 Obviamente, essa é uma interpretação minha, não exatamente expressa no *Curso*.

terminamos por dar maior importância à *representação do signo vocal* do que ao próprio signo (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 34, grifos nossos).

Em seguida, Saussure sugere que se desapegar da letra era “o primeiro passo rumo à verdade”, já que “é o estudo dos sons através dos próprios sons” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 34), que interessa a Saussure como um campo de pesquisa. A noção de *escrita* como *representação* da língua foi assumida por Saussure no *Curso* e, como consequência, sua exclusão. Isso se deu devido à busca de Saussure por formalizar um objeto para a ciência linguística, o que o obrigou a ceder ao positivismo de sua época e, assim, excluir a escrita desse objeto, relegando a ela um lugar de *representação*, de *fotografia*, de *imagem* da língua: “língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 34). O mestre genebrino ainda acrescenta: “o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última por si só constitui tal objeto” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 34).

Saussure estabelece, assim, um objeto teórico para a linguística, diferente do objeto da filologia que “apega-se muito servilmente à língua escrita e esquece a língua falada” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 8), esta sim o verdadeiro objeto da linguística.

Há, assim, duas conclusões decorrentes do que se pode entender da escrita neste capítulo do *Curso*: i) a escrita mantém uma relação de representação com a fala e não com a língua e, sendo assim, ii) a escrita não faz parte do objeto da linguística, a língua. Não é essa a possibilidade de entendimento sobre a escrita quando nos debruçamos sobre o capítulo IV, “O valor linguístico”.

O ponto de vista que leva em consideração o valor linguístico coloca a noção de *escrita* dentro de uma perspectiva semiológica, segundo a qual a escrita é um sistema de signos comparável à língua. A Semiologia, ciência que Saussure (2012 [1916]) anunciou de forma prospectiva, tem como objeto a vida dos signos no seio social. Interessa a ela todos os sistemas de signos, dos quais a língua é o sistema principal. A partir da Teoria do Valor, a *escrita* se apresenta no CLG fora da noção de *representação*, o que não me parece uma questão trivial, já que assumo ser essa teoria a base epistemológica da linguística saussuriana (SILVA FILHO, 2018; 2020).

A partir da referida teoria, a substância material não apresenta importância quando se tem em questão o valor marcado pelo jogo das puras diferenças, de modo que mesmo o som, outrora considerado liame natural, agora passa a ser entendido como “coisa secundária” em relação à língua, assim como é a escrita também secundária.

Contudo, há uma nova interpretação sobre a relação entre língua, fala e escrita, pois agora a escrita é secundária, mas não em relação à fala e, sim, em relação à língua, já que o significante linguístico não é essencialmente “fônico”, nem “gráfico”, mas “incorpóreo”, ou seja, “não é constituído por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 138).

Nesse caso, a relação toma outra ordem de sentido: fala e escrita são ambas secundárias, mas em relação à língua que se apresenta como o sistema linguístico primário a partir do qual é possível tanto a fala quanto a escrita.

É nesse momento que o sistema da escrita é chamado a comparecer como termo de comparação com o sistema da língua. Observemos que agora a escrita não é tomada como representação do signo vocal, mas como aquela que apresenta “um idêntico estado de coisas” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 138). Diz o genebrino: “Como se comprova existir idêntico estado de coisas nesse outro sistema de signos que é a escrita, nós o tomaremos como termo de comparação para esclarecer toda a questão” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 138).

Nessa passagem, a escrita é tomada como prova das principais teses da Teoria do Valor em relação à língua. Há aqui uma relação de equivalência de funcionamento entre esses dois sistemas e não apenas uma relação de representação entre eles. Por isso, faz-se necessário repensar a relação língua-escrita em Saussure, ainda que para isso seja necessário opor Saussure a ele mesmo, já que “é ao próprio Saussure que, decididamente, é necessário opor Saussure” (DERRIDA, 1973, p. 64).

4. A relação língua-escrita em Benveniste: *Últimas aulas*

Fenoglio (2017) afirma, a partir de uma nota inédita quando da preparação de um curso de linguística geral de 1963/64, que Benveniste adota a concepção de Saussure de que a escrita é um sistema semiótico subordinado à língua, secundário em relação a ela. Como se sabe, isso vai mudar radicalmente nas lições de 1968/1969, quando a escrita passa a ser uma questão “primordial”. Diz Benveniste: “Toda reflexão sobre a língua, em particular, faz surgir em nosso pensamento a forma escrita, na qual os signos linguísticos adquirem realidade visível” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 127).

Se, em 1963/64, a escrita não era uma questão para Benveniste, olhando para suas *Últimas aulas* nos questionamos: qual o programa teórico de Benveniste em 1968/69? Pensamos ser a Semiologia e, por isso, a relação primordial entre a língua e escrita.

Retomar essa relação implica, para Benveniste, recusar a noção de escrita como representação ou como instrumento da língua. Aqui aparece o ponto em que Benveniste se afasta de Saussure ao destacar que não se está considerando o fenômeno “escrita” como sendo a língua escrita tomada em relação à língua falada, mas entendendo a escrita como um sistema semiótico que não representa a língua, mas comprova sua propriedade metalinguística de autointerpretância.

A escrita é, assim, não uma representação, mas um outro modo de ser língua (ROSÁRIO, 2018). Partindo de Saussure, Benveniste destaca que é necessário “repensar do zero, em sua relação primordial, a língua e a escrita” (BENVENISTE (2014 [2012], p. 127). Na mesma página, pouco mais acima, Benveniste afirma: “nosso pensamento está, em qualquer nível, constantemente informado pela escrita. Isso relaciona de maneira mais íntima, extremamente íntima, a escrita com a língua toda, a fala e o próprio pensamento” (BENVENISTE (2014 [2012], p. 127). Isso possibilita a Benveniste problematizar, via Semiologia, a noção de escrita como imagem, representação da língua falada, apenas.

Esse afastamento teórico entre Saussure e Benveniste é defendido por Fenoglio (2017, p. 278), que é categórica ao afirmar que “trata-se, para Benveniste, de analisar a escrita ‘como sistema semiótico, o que Saussure não faz’”. Defendemos, no entanto, que, se essa afirmação de Fenoglio não deve ser refutada, deve, ao menos, ser relativizada, pois, como afirma o genebrino, “A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à *escrita*, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. Ela é apenas o principal desses sistemas” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 47, grifo nosso).

A análise de Fenoglio leva em consideração apenas uma parte do *Curso* saussuriano, pois, como afirma a autora,

a concepção saussuriana da escrita está disponível *apenas* no capítulo de Introdução ao Cours, no Capítulo VI, intitulado “Représentation de la langue par l’écriture” [Representação da língua pela escrita] (cujo título, já significativo, permite a Benveniste concentrar-se neste termo “representação”) e através do parágrafo 3 do capítulo VII sobre a fonologia, parágrafo intitulado “critique du témoignage de l’écriture” [crítica ao testemunho da escrita] (FENOGLIO, 2017, p. 279, grifo nosso).

O termo restritivo “apenas” nos mostra que a noção de escrita enquanto representação é concebida dessa parte do CLG sem se levar em consideração o que realmente se apresenta como a novidade saussuriana no *Curso*, qual seja, a

Teoria do Valor, conforme defendemos em Silva Filho (2018). Considero que toda a teorização de Saussure deve ser alicerçada nesse conceito fundamental do qual todo seu cabedal teórico deve prescindir. Por isso, propomos estender a análise sobre a noção de escrita a esse importante capítulo do *Curso*. Conforme nos esclarece Testenoire,

a reflexão saussuriana sobre a escrita não pode ser resumida, como sabemos, no capítulo 6 da introdução à CLG intitulado “Representação da linguagem pela escrita”. A escrita recebe, em todo o CLG, um tratamento profundamente ambivalente: criticada como mediação enganosa da linguagem, também é chamada como um análogo relevante para refletir sobre as características do objeto linguístico. A escrita de Saussure, portanto, participa do que chamamos de duplo processo de velamento e desvelamento da linguagem (TESTENOIRE, 2016, p. 37, grifos e tradução nossa).

Esse tratamento ambivalente da escrita em Saussure faz com que Benveniste se pergunte, na aula 8 de 6 de fevereiro de 1969: “de qual escrita se fala?” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 127). Ao passo que responde: “Saussure decide falar de escritas remontando ao alfabeto grego [...]. Não confundamos a escrita com a língua escrita (tomo essa expressão para significar ‘língua sob a forma escrita’” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 127-128).

O mestre sírio continua sua argumentação dizendo que a discussão que faz Saussure é baseada exatamente nessa noção de escrita como a língua em sua forma escrita, como representação gráfica da fala, criticando o genebrino por confundir a escrita com o alfabeto e a língua com uma língua moderna, destacando, inclusive, que não é essa a questão principal, e sim a relação (primordial) da escrita com a língua. Dessa forma, a partir de Benveniste, entendo que a escrita se apresenta como sendo um sistema semiótico, mas também como a língua em sua forma escrita e, nesse sentido, comparável à língua em sua forma oral, ou um outro tipo de fala.

O que se percebe é que Benveniste não nega exatamente que há algo de representação entre a oralidade e a escrita, no sentido de que há língua em sua forma oral e há língua em sua forma escrita. O problema é que Saussure parece ter se fixado nesse ponto, quando se deveria considerar não a *escrita* como *representação*, mas como fenômeno em si, o que implica entendê-la como sistema comparável ao sistema da língua. Mais uma vez reiteremos que esse entendimento pode ser encontrado no *Curso*, a partir da Teoria do Valor.

5. Palavras finais

A noção de representação comparece neste trabalho principalmente devido ao fato de que a literatura especializada parece colocar esses dois autores em lados totalmente opostos quando se trata da escrita: Saussure como defensor de uma noção de escrita apenas como representação – nesse caso da língua oral – e Benveniste como aquele que estabelece uma visada semiológica ao entender a escrita como um sistema semiológico que objetiva a língua, provando sua propriedade de autossemitização ou autointerpretância, conforme defendem Titello (2019) e Fenoglio (2017), por exemplo. Diferentemente desses autores e reconhecendo a importância de suas argumentações e, ainda, longe de defender que os dois linguistas – Saussure e Benveniste – apresentam noções de escrita que se correspondem *pari passu*, argumentamos que, da recusa à noção de língua como representação, tanto Saussure quanto Benveniste elaboram ideias que nos permitem entender que a escrita se apresenta como um sistema semiológico relacionado à língua e à fala.

Referências

- BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].
- CARVALHO, G. M. de; MELO, M. de F. V. de. Notas sobre a recusa saussuriana à noção de língua como representação. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 1-14, maio/ago. 2020.
- CONTI, M. A. Representação: elemento da significação?. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 237-268, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/76202>. Acesso em: 30 out. 2021.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FENOGLIO, I. 'A língua e a escrita': distanciamento teórico entre Saussure e Benveniste. *Revista do GELNE*, Natal, v. 19, n. Especial, 2017.
- MILNER, J. C. *El periplo estructural: figuras y paradigma*. Buenos Aires: Amorrortur/ Editores, 2003 [2002].

ROSÁRIO, H. M. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

SILVA FILHO, J. T. da. *Linearização e hierarquia: retomando o paradoxo posicional a partir do programa minimalista*. 2018. 146 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Maceió, 2018.

SILVA FILHO, J. T. da. O signo linguístico entre Saussure e Benveniste: ainda de sua natureza “arbitrária” e “necessária” e sua relação com o sujeito falante/locutor. *Revista Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 23, n. 3, jul.-set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/17632>. Acesso em: 2 maio 2020.

TESTENOIRE, P.-Y. Sur la conceptualisation de la «langue écrite» dans les théorisations linguistiques du début du XX^e siècle. *Dossiers d'HEL: écriture(s) et représentations du langage et des langues*, Paris, n. 9, p. 34-46, 2016.

TITELLO, D. V. *A escrita como fenômeno semiológico em Émile Benveniste*. 2019. 199 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2019.

VI - As camadas enunciativas na formação do sujeito-leitor: do homem na língua ao homem-livro

Márcia Elisa Vanzin Boabaid (UFSM)
marcia.boabaid@ufsm.br

1. Palavras iniciais

Este estudo é sobre leitura — a do sujeito professor que acredito ser para o *professor-sujeito-leitor* que quero alcançar. Também é uma pergunta, e Benveniste inspira uma possível resposta. Farei um percurso reflexivo, tomando o conjunto da obra de Benveniste, que toca o homem como ser constituído *na e pela* linguagem. E, inspirada pela leitura de *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, narrativa que mostra o valor dos livros e choca ao descrever um mundo sem eles, busco explorar a relação do homem na língua e a metáfora do homem-livro, habitante da floresta do conhecimento. A leitura do professor permite compor essa reflexão.

O título é dividido em duas partes: a primeira, *As camadas enunciativas na formação do sujeito-leitor*, aponta um possível enquadramento teórico, mas o que propõe é mostrar o homem constituído *com e a partir* de todas as suas leituras. Refere-se ao leitor despojado de toda unidade, sustentado na sucessão de leituras, por isso *sujeito-leitor* faz referência ao leitor inteiro. A segunda parte, *Do homem na língua ao homem-livro*, remete ao homem que, segundo Flores (2020), só é homem porque é dotado de linguagem e a linguagem só é linguagem porque *é* falada pelo homem. A reciprocidade entre ambos remete ao enquadramento teórico benvenistiano. Interessa pensar se o professor lê e também a sua trajetória de leitura. Isso permite aproximar o *professor-leitor* do *sujeito-leitor* e, conseqüentemente, da fórmula *professor-sujeito-leitor*. O primeiro compreende o movimento da leitura no professor, permitindo a ele enunciar-se a partir do que lê. O segundo considera a enunciação do primeiro e instala o sujeito no *aqui-agora* da experiência na linguagem.

Nesta leitura-pergunta, imprescindível é convocar o professor para ler-se, ouvir sua própria voz, e ler a leitura para transformá-la em leituras, desencaixotar-se como um abrir de páginas para significar o mundo – o seu e o do outro.

2. O professor é um discurso no mundo para significar

Na escola, duas queixas estão presentes. A primeira focada nos alunos: eles têm problemas de interpretação de texto, não sabem ler. A segunda, revelada na voz de alunos e professores: entendi o texto, sei o que quero dizer, mas não consigo colocar as ideias no papel. Os dados oficiais apontam que o aluno não lê, que há lacunas de leitura e interpretação de textos. Somado a isso, o exame de um questionário¹ aplicado por mim a um grupo de professores do ensino público revelou 26% como não leitores, 12% leitores eventuais e 3% leitores. O resultado dessa reflexão colocou em pauta a relação do professor com a leitura. Kleiman (2001) assinala que a escola vem lidando equivocadamente com a leitura e pontua, como possível causa, a falta de formação teórica em leitura por parte dos professores. Nessa mesma linha, Toldo (2009, p. 49) destaca que “ler e escrever são tarefas dos professores das diferentes áreas do conhecimento”, isso implica que cada professor tenha um conhecimento profundo das características do ler e escrever na sua área de atuação.

Esses apontamentos colocam em evidência a relação do professor com a leitura – tomada aqui como atividade enunciativa – e sinalizam a necessidade de o professor ser um leitor, a fim de que pela sua experiência motive outros leitores. Tal deslocamento implica ler sobre leitura e, por consequência, ler a escrita. Benveniste (2014, p. 180) destaca que “‘Ler’ e ‘escrever’ são o mesmo processo no homem; um não ocorre jamais sem o outro, são duas operações complementares” [...] “uma é como o avesso da outra”. A partir disso, a tarefa é recuperar a leitura ausente na escola e fazer florescer o homem-livro que há em cada um.

Entretanto, professores que não são leitores teriam condições de mediar a formação de leitores? É possível o professor *educar o olhar* para a leitura? Rubem Alves (2003) sugere a necessidade de ensinar o aluno a *ver* o mundo via palavra pelo simples ato de apontar possibilidades. Isso remete a ideia de fazer apaixonar pelo que se olha. Agamben (2014, p. 24) cita que Aristóteles distinguiu “aqueles que possuem a visão tendo os olhos fechados e aqueles que a usam efetivamente” [...] e “entre quem se serve da ciência e quem simplesmente a possui”. Como se vê, essa é também outra forma de olhar. Para que a dimensão do que *olhar* se realize, faz-se necessário saber além do conteúdo da disciplina, mas ter claro o que concebe como essencial de leitura; além disso, dominar, mesmo que minimamente, as concepções teóricas que balizam sua

1 O objetivo foi compor o perfil do professor na Educação Básica, em todas as áreas. Os dados serão analisados oportunamente.

prática a fim de que possa apontar o relevante aos alunos. Esse é o ponto que permite pensar a relação do professor com a leitura.

Exemplifico o processo de leitura que deveria estar presente na escola citando Barthes (2012, p. 26, grifos do autor), que lança ao leitor duas perguntas entrelaçadas: “Nunca lhe aconteceu, ao ler um livro, interromper com frequência a leitura, não por desinteresse, mas, ao contrário, por afluxo de ideias, excitações, associações? Numa palavra, nunca lhe aconteceu *ler levantando a cabeça*?”. É essa leitura inquieta o indício de que o *sujeito-leitor* está no texto. Acredito ser essa a tarefa do professor — levar o aluno a entender o texto, escrever mentalmente sua leitura, compor sentidos, inserir um discurso no mundo para significar. Tal leitura exige que se instaure o lugar de fala e significação *na e pela* linguagem, que se atualize a língua em discurso como passagem de locutor a sujeito e que a sala de aula possa também ser a experiência que possibilita vivenciar a troca, renascer pelo seu discurso o acontecimento, a sua experiência do acontecimento e ao outro aprender primeiro o discurso e por ele o acontecimento reproduzido. Essa é a leitura que parece longe do professor.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 1999, p. 43) assinalam que “o homem é um texto que constrói textos”, o que poderia ser ampliado para o homem é um texto que se apropria de textos, constitui-se em um texto-leitor e deságua *em e no* outro texto. E o professor é esse texto-corpo que fala e fala textos. É corpo em sua potência epistêmica, porque mobiliza práticas de saber e conhecimento. Agamben (2014, p. 23) registra que, para Platão, a obra de cada ser é “aquilo que ele é o único a fazer ou faz de modo mais belo do que outros”, e isso não implica um sujeito, mas uma relação. É fato que esse raciocínio contribui para estabelecer proposições de leitura e vincula o professor com sua imagem de atuação, o que implica, além do domínio técnico, a paixão mobilizada para ensinar e fascinar pelas coisas do mundo.

A fim de associar *ser e ter* ao professor, cito Benveniste (1995, p. 217, grifo do autor): “*Ser* é o estado do *sendo*, daquele que é alguma coisa; *ter* é o estado do *tendo*, daquele de quem alguma coisa é”. Nessa concepção, quando une, *ser* estabelece uma relação de identidade. Já dois termos unidos por *ter* permanecem distintos e se definem como de pertinência. É claro que essa definição permite pensar para além dos limites da linguística e, conforme Agamben (2014, p. 83), “a relação entre “*ser*” e “*ter*” é mais íntima e complexa”. O referido autor explora a ideia de Aristóteles acerca de que a potência é um dos modos em que o ser se diz, indica o estado do ser, como atribuído a um sujeito, e conclui: “O

uso, assim como o hábito, é uma forma-de-vida e não o saber ou a faculdade de um sujeito” (AGAMBEN, 2014, p. 85, grifos do autor). Como se viu, o trabalho do professor envolve o uso de si — o seu saber no seu fazer —, o que implica tecer redes de sentidos. Nesse formato, só o professor motivado por leituras realiza o discurso que permite ao aluno levantar a cabeça e ver.

3. O homem na língua é indissociável do homem-livro

A expressão *o homem na língua*, na visão de Flores (2013), é unificadora da Teoria da Enunciação de Benveniste, uma vez que aponta para o antropológico, para o homem e sempre problematiza o humano. Há uma antropologia da enunciação que permite pensar que esse saber sobre o homem advém do fato de o homem falar, quer dizer, do dizer do homem acerca da presença da língua nele (FLORES, 2020). Logo, o homem só é homem porque é dotado de linguagem e a linguagem só é linguagem porque falada pelo homem. Assim, a linguagem é o lugar da emergência do sujeito, que se constitui como *eu* no seu discurso e, ao fazê-lo, instaura um *tu* diante de si. Em Benveniste (1995, p. 286, grifo do autor), lê-se: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*”, o que mostra a noção de pessoa como fundamento da subjetividade, da “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1995, p. 286), e é no exercício dela a passagem de locutor a sujeito.

Se a constituição do homem em sujeito é assegurada pelo locutor, esse precisa antes tornar a língua própria de si, designando-se como *eu* e “se faz presente pelo que torna, ou não, aparente em seu discurso” (FLORES, 2020, p. 107). Apesar de mostrar-se na forma *eu*, esse sujeito não é apenas linguístico, é um sujeito de linguagem, que tem existência também fora dela porque a “instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria de pessoa” (BENVENISTE, 1995, p. 290). Assim, Benveniste (1989, p. 68) toma as categorias de pessoa e tempo como fundamentais do discurso porque reveladoras da “experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem”.

De acordo com Benjamin (2018, p. 140), a experiência não é algo que se possa simplesmente fazer ou não fazer, mas o mundo das relações constitutivas da realidade, dentre elas “a capacidade de trocar experiências”, e isso deveria acontecer na sala de aula, na experiência *com* e *a partir da* leitura. A troca de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida, é irrepetível e aponta sempre para uma abertura. Se “o homem não dispõe de nenhum outro

meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1989, p. 85), é o tecido significativo da instância de discurso que “constrói um mundo, uma realidade configurada em discurso” (FLORES, 2020, p. 108).

Em *Fahrenheit 451*, a ideia de que as coisas estejam no mundo e de que a única possibilidade de “o sujeito comum terá de ver noventa e nove por cento está no livro” (BRADBURY, 2012, p. 111) está associada à construção do mundo via discurso do professor, que, apropriado de leituras, passa a ser parte do mundo do aluno na *conversão* do seu saber em enunciação. É a ponte entre língua e realidade, via discurso, que permite a inscrição do homem no mundo. Então, ler é compreender o mundo, e compreender o mundo está no mundo em Benveniste.

Na instância de leitura, o *tu* professor apropria-se do texto assumindo a posição de *eu* e, ao (re)constituir certo sentido, instala suas impressões de leitura *no* e *para* o aluno (*tu*). Essa troca enunciativa é reconfigurada linguisticamente por meio das categorias de tempo, espaço e pessoa. O professor, ao “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82), instala uma singular cena enunciativa e aponta as múltiplas possibilidades de homem na língua aproximando os diferentes saberes e interações. Esse movimento instaura a experiência do conhecimento no aluno, que (re)atualiza suas leituras, inaugurando outra cena enunciativa (res) significada *no* e *pelo* discurso do *sujeito-leitor*.

A par disso, Silva (2013) registra ser a enunciação do professor um processo constituído de mecanismos de discursivização da língua e de subjetivação da comunicação, o que envolve o papel da temporalidade na enunciação do professor, sobretudo o papel do tempo linguístico no estabelecimento de um universo de fala e o papel do tempo intersubjetivo no estabelecimento de uma dialeticidade e de uma correferencialidade. A apropriação de leituras possibilita o outro correferir. Para Knack (2012, p. 174, grifos da autora), no texto falado predomina a conjunção *eu-tu*, pois “a enunciação de um está na dependência da enunciação do outro e a estrutura do diálogo se configura a partir da *comunhão* dos elementos de tempo e, ocasionalmente, de espaço e da alternância dos papéis de protagonistas da enunciação”. Esse processo de compartilhar do falante no espaço da sala de aula mobiliza o texto falado de forma síncrona, possibilitando locutor e alocutário disporem do mesmo tempo da enunciação. A transposição exige que o professor tenha a leitura como constitutiva de si, só assim poderá implantar o outro e expressar relação com o mundo.

A soma das camadas enunciativas de leitura do professor e a experiência de locutor mobilizam diferentes campos do conhecimento que não estariam “explicando uns aos outros, mas produzindo questões e compartilhando entre si suas próprias interrogações” (TEIXEIRA; FLORES, 2011, p. 423). Associar isso à dimensão interdisciplinar da escola implica diálogos com outros saberes e “pensar na afetação de um discurso por outro” [...] “em função de sua exposição ao saber do outro” (TEIXEIRA; FLORES, 2011, p. 423). Isso posto, exige que as leituras sejam lincadas por meio da ativação da potência de leitura do *sujeito-leitor*. Seria o professor esse *ser* que *tem* um corpo *leitável* capaz de relacionar diferentes campos? E Benveniste (1989, p. 222) acolhe: “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*”, detalhe que torna impossível não associar as relações que essa linguagem tem com a vida cotidiana e, para além das relações humanas que constituímos, ser uma *forma-de-vida*. É a leitura, formada pelas camadas, o que autoriza o professor falar da leitura que é.

Nas *Últimas aulas no Collège de France*, Benveniste (2014, p. 127) introduz o capítulo “A língua e a escrita” registrando: “Vivemos na civilização do livro, do livro lido, do livro escrito, da escrita e da leitura”, construção que aponta para o ato fundador da escrita, mas igualmente para a necessária habilidade de ler o escrito, tarefa que implica ensinar a leitura. Desta forma, para ler um texto de história é necessário problematizar, tecer relações, criar possibilidades de e para significar, agir diante do texto – escrito ou falado –, e essa leitura precisa ser ensinada na escola, uma vez que há diferença entre o real objetivo da leitura e aprender a ler, como decifração.

A leitura é uma nova enunciação e uma possível resposta porque “atinge um ouvinte e [...] suscita outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 1989, p. 84), e é o discurso que possibilita ligar linguagem e homem, língua e homem, homem e sociedade. Considerando a ressignificação pelas leituras do professor que, abastecido teoricamente, pode mostrar formas de ler, ver e interpretar. Dessa forma, ler envolve a experiência de leitor, uma experiência de significação e a soma de todas suas leituras individuais.

Retomo aqui as camadas enunciativas de leitura. Aquelas que estão na memória e não podem ser separadas por ordem de importância, mas se complementam no conjunto. Assim, a leitura é um texto que escrevemos em nós, porque “possuímos memória fotográfica, mas passamos a vida aprendendo a bloquear as coisas que estão realmente lá *dentro*” (BRADBURY, 2012, p. 184, grifos do autor). O fogo transformador é o livro por meio das palavras do professor. Isso porque não somos professores, constituímos-nos da mesma forma,

não nascemos leitores, fomos, ao longo das diferentes leituras, nos constituindo na relação do *eu-leitor* com o *eu-leitor* das nossas leituras anteriores. Fato que as camadas não se expandem de um momento para o outro, são etapas que misturam saberes pessoais, epistemológicos e interdisciplinares, isso vai trabalhando o homem-livro, no inconsciente, na emoção, na razão, não importa. É nesse movimento que o professor, homem na língua, atinge o homem-livro.

4. Conclusão

Sabe-se que não há professor na forma em que foi concebido, ele começa ao finalizar a primeira etapa. Passa de bloco à forma humana e sofre modificações. A leitura é uma delas, pois relaciona o conhecido e o desconhecido e, por meio das palavras, transforma na mesma intensidade do fogo em *Fahrenheit 451*. É a leitura que não permite didatizar facilmente, mas faculta articular diferentes campos de estudos e apontar para a “outra maneira de ver as mesmas coisas” (BENVENISTE, 1989, p. 81). Isso implica outro jeito de *ver* e *interpretar*, de *escrever* a escrita, de *ler* a leitura, remete à condição do diálogo, porque nele sempre estão envolvidos locutores e interlocutores.

Esse é o homem-livro, soma do professor, do sujeito e do leitor, que deixa as marcas de sua enunciação e carrega todas as marcas construídas na relação com o outro e se (re)nova. Tal qual acontece em *Fahrenheit 451*, *toca* o outro para *transformá-lo* possibilitando renascer na floresta dos homens-livros, espaço que guarda a palavra e a memória, e ser aquele que diz *eu* e desassossega o outro.

Portanto, para diminuir a distância do aluno em relação à leitura é urgente atrair o professor para a leitura. Mostrar a ele que dizer algo implica um modo de ler, que em uma questão de matemática ou na orientação de um exercício de educação física tem leitura. Entender que seu dizer de sujeito quando *coloca a língua em funcionamento* torna-o homem na língua e também o torna leitor, o que permite a ponte entre o antes e o depois, inaugurando o homem-livro, sua forma de *ser* e *estar* no mundo.

Concluo. O professor é importante porque tem textura, poros, feições. O professor-leitor poderia passar pelo microscópio e encontraríamos vida-leitura nele, em profusão infinita. Quanto mais poros, quanto mais detalhes de vida gravados por centímetro quadrado, mais *literário*. Assim, na escola, é urgente despertar o homem-livro de cada um, para que o aluno possa *ler* o professor levantando a cabeça. Porque o professor é essa palavra que age.

Referências

- AGAMBEN, G. *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALVES, R. *Conversas sobre educação*. Campinas, SP: Verus, 2003.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- BENJAMIN, W. *Linguagem/tradução/literatura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BRADBURY, R. *Fahrenheit 451*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.
- FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- KLEIMAN, Â. *Oficina de leitura*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2001.
- KNACK, C. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.
- SILVA, S. *O homem na língua: uma visão antropológica da enunciação para o ensino da escrita*. 2013. 222 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.
- TEIXEIRA, M.; FLORES, V. Linguística da Enunciação: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. *ReVEL*, [s. l.], v. 9, n. 16, 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br> Acesso em: 17 out. 2021.

TOLDO, C. O trabalho com a leitura e a escrita na escola. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 48-59, 2009. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/921>. Acesso em: 18 set. 2021.

VII - Análise textual à luz da teoria benvenistiana: uma reflexão sobre o tempo verbal

Alena Ciulla (UFRGS)
alenacs@gmail.com

1. Introdução

A partir, principalmente, do texto “As relações de tempo no verbo francês”, a proposta deste estudo é pensar os “modos de linguagem” de Benveniste como categorias de análise textual. Contudo, diferentemente do que foi feito em Ciulla (2020), a ideia não é aplicar tais categorias em análises de textos para “confirmar” a proposta de Benveniste, observando as marcas do tempo verbal nos textos do português e seus efeitos de sentido. Pois isso seria repetir uma certa tradição hermenêutica de análise de textos que se ocupa do texto como produto. Embora esse seja um método válido de análise, que acrescenta aos estudos sobre a sociedade, não acrescenta tanto às teorias da linguagem, no que diz respeito ao funcionamento das línguas.

É justamente este o meu interesse: o que encaminho aqui é uma análise de um aspecto do funcionamento dos textos e não do sentido de textos particulares em que tais aspectos entram em jogo.

Neste trabalho, então, o intuito é compreender o fenômeno sugerido por Benveniste, que ele observa especialmente no francês, mas ao mesmo tempo aponta como um princípio da linguagem, que diz respeito a uma certa organização das formas verbais que propiciam diferentes efeitos de sentido para os enunciados e, conseqüentemente, para os textos.

Alguns aspectos da reflexão de Benveniste serão retomados, apenas aquilo que eu considero importante para mostrar que tipo de análise textual pode ser feito a partir dessa proposta. Ou, mais humildemente, o intuito é assinalar o tipo de análise que não é compatível com essa proposta e, ainda, apontar para aquilo que se perde do esforço de Benveniste nesta reflexão tão rica e complexa, ao considerar os planos discursivo e histórico apenas como modos de textualização.

Como sabemos, o autor questiona o paradigma verbo-temporal das gramáticas e mostra que as divisões tradicionais em presente, passado e futuro,

típicas das gramáticas latinas, e mesmo as categorias verbais de modo e aspecto não explicam a realidade do emprego nem são suficientes para organizar o conjunto de formas pessoais dos verbos. Nas palavras do autor:

O conjunto das formas pessoais do verbo francês é tradicionalmente distribuído entre certo número de paradigmas temporais denominados *presente*, *imperfecto*, *passado definido*, etc. e estes por sua vez se distribuem segundo as três grandes categorias de tempo, presente, passado, futuro. Essas divisões, incontestáveis no seu princípio, permanecem entretanto longe das realidades de emprego e não são suficientes para organizá-las. Não encontramos apenas na noção de tempo o critério que decidirá a posição ou mesmo a possibilidade de uma forma dada no seio do sistema verbal. Como saber, por exemplo, se *il allait sortir* [= “ele ia sair”] pertence ou não ao paradigma de *sortir*? Em virtude de qual classificação temporal se deverá aceitá-lo ou rejeitá-lo? (BENVENISTE, 2005, p. 260, grifos do autor).

A chave da resposta a essas questões, em Benveniste, são as relações que as formas verbais estabelecem com a categoria de pessoa. O que não surpreende – depois que entendemos isso em Benveniste, é claro: o artigo de que tratamos está na quinta parte do *Problemas de linguística geral I*, que se chama “O homem na língua”. Essa inserção condiz com uma ideia geral que se pode deprender desse texto de 1959, que é o de que a temporalidade dos verbos é uma manifestação do homem na língua e só existe por essa manifestação.

Podemos dividir o texto “As relações de tempo no verbo francês” em duas partes. Na primeira, Benveniste mostra, entre outras coisas, que as diversas formas verbais não expressam sempre o tempo cronológico dos calendários e relógios, da realidade objetiva, como estamos inclinados a pensar, quando ouvimos a palavra “tempo”. Na segunda parte, Benveniste mostra que nem todas as formas verbais expressam tempo, mas têm outras funções.

2. A primeira parte: formas temporais e planos de enunciação

A questão do tempo fica mais evidente se seguirmos o raciocínio do autor para o sistema verbal do francês, em que se distinguem dois passados: o composto e o simples. Colocando em cotejo o *passé composé* (*pc*) e o *passé simple* (*ps*), Benveniste explica: na interpretação tradicional, seriam duas variantes da mesma forma, *grosso modo*, uma para a escrita formal, outra para a fala. Contudo, não é assim que o uso dessas formas se verifica. O *ps* não indica um passado em relação ao enunciador, mas sim um passado “absoluto”, cumpre

com uma intenção histórica, de relatar fatos objetivos. Sob essa perspectiva, o *ps* não cumpre, então, uma função temporal, mas estabelece fatos ocorridos, serve para relatar ações acontecidas numa cronologia não ancorada no atual tempo do locutor. Já o *pc*, tempo pretérito composto do francês, estabelece uma ação no passado em relação a quem enuncia. O passado que se expressa por essa forma é sempre o passado de quem a emprega, no momento em que a emprega. O *ps* e o *pc* não concorrem, então, pois, do ponto de vista enunciativo, têm funções diferentes.

As conjugações não reúnem formas diferentes sob um mesmo tema, mas, para Benveniste, distribuem-se em dois sistemas distintos e complementares, que são os planos *discursivo* e *histórico*. “Pela escolha dos tempos do verbo, o discurso distingue-se nitidamente da narrativa histórica” (BENVENISTE, 2005, p. 268). Como exemplo da enunciação no plano histórico, Benveniste traz excertos de um livro de história grega e de literatura de ficção, em que “os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador” (BENVENISTE, 2005, p. 267). Quanto ao plano discursivo, trata-se de toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte, como os comentários, as comparações, as autobiografias, as traduções e todo texto que servir de testemunho dos acontecimentos narrados, mudar de tom, multiplicar os pontos de vista, ou seja, manifestar a relação de pessoa no enunciado.

É por essa reflexão que Benveniste associa, então, as posições enunciativas que o locutor pode assumir e os diferentes planos que são alternados em decorrência dessas posições. Ora o locutor manifesta a sua posição em relação ao enunciado, configurando assim o *plano discursivo*, ora o locutor manifesta o propósito histórico naquilo que enuncia, configurando o *plano histórico*. No plano histórico, “trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa”, isto é “são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica, estão caracterizados como passados. A intenção histórica constitui realmente uma das grandes funções da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 262).

Projetando essa proposta para as línguas em geral, a primeira coisa que se observa é que os sistemas verbais das línguas não coincidem. No português, não temos um aoristo, que proscreve o plano discursivo, por exemplo. Nem no alemão, nem no inglês. Assim, o que destaco aqui, em primeiro lugar, não são as formas verbais que são empregadas, mas os princípios que regem as relações entre as formas e que revelam que a noção de tempo verbal é tributária da relação de pessoalidade. Como cada língua, e o português em especial, se

organiza sob esse aspecto, este é um estudo ainda a ser feito. No entanto, para fundar este estudo, apoiando-me também em Grumbach (1977), talvez já se possa afirmar que o *ps*, por ser excluído do discurso, no francês, é um fenômeno específico. E a colocação de que todas as formas que remetem à enunciação não configuram o plano histórico pode ser uma hipótese de linguística geral.

3. A segunda parte: as funções de indicar ações acabadas e de indicar anterioridade

Ao tratar das relações entre tempos simples e compostos, Benveniste salienta outras funções das formas verbais, para além da alternância entre os diferentes planos. Trata-se da expressão da noção de ação acabada e da noção de anterioridade. Após minuciosa listagem dos tempos simples e compostos do francês, o autor apresenta a correlação que explica as duas funções dos tempos compostos. A primeira diz respeito à expressão de perfeito (ação acabada) que todos os tempos compostos oferecem aos tempos simples. A segunda diz respeito à noção de anterioridade que os tempos compostos indicam sempre e somente em relação ao tempo simples correlativo. Assim, por exemplo, o par *il a corru* e *il corrut*: ainda que sejam duas formas verbais de passado, o primeiro é efetivamente temporal, evocando o plano discursivo, enquanto o segundo, no aoristo, coloca o enunciado no plano do histórico. Além disso, *il a corru*, em relação a *il court*, fornece o seu correlativo no perfeito, dando a noção de ação acabada.

Por fim, para ilustrar a função de anterioridade que a forma composta possibilita expressar, citamos o exemplo de *Quand il a écrit une lettre, il l'envoie*, para o anterior de presente, e *Quand il eut écrit une lettre, il l'envoya*, para o anterior de aoristo.

As formas verbais se organizam, então, para compor um sistema em que se correlacionam as funções de indicar ação acabada, anterioridade e passado ou presente, sempre em relação a quem fala.

4. A falsa correspondência dos mundos narrado e comentado

Por esta breve retomada da descrição da ossatura do sistema verbal francês feita por Benveniste, já se pode desconfiar de uma simplificação, como a que faz Weinrich (1973) ao propor pensar o texto sob o ponto de vista do *erzählte Welt* e do *besprochene Welt*, por mais sedutor que pareça. O mundo objeto da narrativa (*erzählte Welt*) seria um desenvolvimento do que Benveniste

propôs como plano histórico, mas Weinrich define os enunciados desse mundo como um convite a entender o que é dito de maneira mais distante, já que a intervenção do ouvinte não é imediatamente solicitada. No mundo objeto de comentário (*besprochene Welt*), em claro paralelo ao plano discursivo, de Benveniste, o que é dito deve ser interpretado como algo a reagir mais imediatamente. Destaco que a proposta de Weinrich visa aos enunciados, enquanto Benveniste propõe pensar modos de linguagem, no que se distinguem já nitidamente. Além disso, o tempo, para Weinrich, passa a ser um indicador, pela estatística e frequência, de uma certa visada, entre tipos de textos, entre a narrativa e o comentário.

Até aqui apontamos para deslocamentos de Weinrich, que poderiam não comprometer a reflexão. Contudo, tais deslocamentos dão margem para equívocos. É importantíssimo ressaltar, em primeiro lugar, que a narrativa não fica restrita ao plano histórico, como vários divulgadores, não apenas Weinrich, e inclusive antes dele, fizeram parecer. É o próprio Benveniste quem alerta para a coexistência de duas maneiras de construir narrativas que o sistema temporal do francês permite:

Falamos sempre dos tempos da “narrativa histórica” para evitar o termo “tempos narrativos” que causou tanta confusão. Nas perspectivas que traçamos aqui, o aoristo é um “tempo narrativo”, mas o perfeito pode também ser um, o que obscureceria a distinção essencial entre os dois planos de enunciação (BENVENISTE, 2005, p. 268).

Os dois planos de enunciação têm modos de narração, um no passado histórico, outro no passado temporal, propriamente, pois evoca a relação de pessoa. Os planos não distinguem, então, modos de textualização, mas posições enunciativas. Na perspectiva de Benveniste que trazemos aqui, trata-se, como bem observam Revaz, Lugrin e Adam (1998), “de fatos de uma outra amplitude, a saber, as posições enunciativas do sujeito falante com relação ao seu dizer em todas as formas de textualização”.

Um outro ponto dissonante entre Weinrich e Benveniste diz respeito ao fato de que o autor alemão considera a alternância dos mundos, entre o *erzählte* e o *besprochene* (mal traduzido por *mundo comentado*, ao passo que o termo está mais próximo de *discussão, debate*), como uma “atitude do locutor”. Ora, Benveniste não evoca em nenhum momento uma visada psicologizante da questão. Sua perspectiva é a daquilo que está disponível na língua, e não do emprego particular que cada um faz desses recursos.

Revaz, Lugrin e Adam (1998) criticam também a insistência na divisão binária, entre um plano e outro, estabelecida por Benveniste (2005) e que Weinrich (1973) acompanha. Sob o ponto de vista que defendo aqui, o aspecto a criticar, no entanto, não é a divisão binária e, sim, o fato de que Weinrich a tomou para propor a formulação de dois modos estanques de textualização. Para Benveniste (2005 [1959]), os dois planos estão em distribuição complementar, e não em oposição. Além disso, para o autor,

o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de um personagem ou intervêm, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso. O próprio da linguagem consiste em permitir essas transferências instantâneas (BENVENISTE, 2005, p. 267).

Com essa passagem, e ainda em outras (como a do exemplo do texto de Camus), Benveniste deixa claro que o usual da linguagem é a fluida passagem de um plano a outro. Uma outra evidência da posição de Benveniste sobre o problema aparece quando menciona a questão do discurso indireto, que repousa sobre a combinação dos dois planos de enunciação:

A enunciação histórica e a do discurso podem, conforme o caso, conjugar-se num terceiro tipo de enunciação, no qual o discurso é referido em termos de acontecimento e transposto para o plano histórico; é o que comumente se chama *discurso indireto*. As regras dessa transposição implicam problemas que não serão examinados aqui (BENVENISTE, 2005, p. 267, grifo do autor).

Assim, a principal crítica que sustentamos aqui é a de que a confusão do plano histórico com a narrativa (iniciada por Genette e sacramentada por Weinrich e todos os que se seguiram) enfraquece o princípio fundamental da visada dos planos histórico e discursivo como dois modos de se colocar na linguagem: um que tende a uma posição que se apresenta como objetiva e outro que é uma posição de subjetividade declarada. Assim, se empregam as formas do plano histórico, quando essa organização é necessária, quando não se pode manifestar a certeza do cálculo, quando há a necessidade da evidência. Por outro lado, quando há lugar para o debate, ao testemunho ou à opinião, empregam-se as formas do discurso. Contudo, os planos se atravessam, porque “a passagem constante entre os dois registros é um caráter dominante da linguagem” (ARRIVÉ, 1997).

Outro ponto obscurecido por uma visão binarista de modos de textualização e que está na origem da reflexão de Benveniste é algo que,

contraditoriamente, pode efetivamente ajudar a pensar o texto, que é *como se pode narrar no ps e no pc*? A pergunta geral, que pode ser aplicada a cada língua, seria: como se pode narrar no modo histórico e no modo discursivo?

Aqui, sim, a reflexão ganha a amplitude da organização textual. Não se trata de associar modos de textualização aos planos histórico e discursivo, mas de observar como as formas verbo-pessoais orquestram a organização temporal dos textos, manifestando diferentes posições enunciativas (para narrar, descrever, argumentar etc.).

5. O tempo presente

Benveniste concebe o tempo presente como pivô da temporalidade linguística, conforme podemos atestar pela seguinte passagem:

A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. O *Dictionnaire général* define o presente como “o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está”. Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se fala”. Este é o momento eternamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva”, porque é determinado cada vez pelo locutor, para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo linguístico é sui referencial. Em última análise, a temporalidade humana, com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem (BENVENISTE, 2005, p. 289).

O ponto que debatemos é sobre o suposto silêncio de Benveniste no que diz respeito ao presente histórico, que contrariaria a sua tese. Aprofundando o raciocínio, na esteira de Arrivé (1997), percebemos que Benveniste foi econômico nas suas explicações, porém não negligente. De fato, o presente – e não apenas o presente dito histórico – não coincide quase nunca com o presente do locutor.

Benveniste (2005, p. 302) observa que a coincidência acontece apenas no caso dos verbos performativos, na primeira pessoa, como em *eu te prometo que virei*, em que a ação de enunciar e o ato enunciado se fundem. Em todas as outras situações há uma discrepância, maior ou menor, entre a duração da ação descrita e a de enunciá-la. Alguns exemplos disso são, em português, para o futuro próximo: *saio amanhã para Florianópolis*; ou, em francês, para o passado recente: *j'arrive à l'instant de Paris*. Sobre isso, Arrivé (1997) conclui:

O presente do locutor não se limita a um ponto, nem mesmo ao breve segmento de tempo que necessita a produção material do enunciado. O presente transborda por todos os lados aquilo que o sujeito toma como ainda presente (o passado recente) ou como já presente e ou inelutável (o futuro próximo) (ARRIVÉ, 1997, p. 3).

A questão é que o presente histórico permaneceria, aparentemente, inexplicado, pois não pode ser considerado imediatamente contemporâneo da instância enunciativa. Contudo, mesmo que brevemente, Benveniste (2005, p. 271) se coloca sobre esse ponto, ao afirmar “Não falamos, aqui, naturalmente, do ‘presente histórico’ das gramáticas, que é apenas um artifício de estilo”. Para Arrivé (1997), a atitude de Benveniste é a de remeter o presente histórico às margens da língua, e o “artifício de estilo” seria uma metáfora enunciativa que expressa que a totalidade da instância enunciativa é, neste caso, por artifício, deslocada, metaforizada em passado, daí o efeito incontestável de presentificação do passado que se obtém.

A constatação geral a que se pode chegar aqui é que se emprega o presente em situações em que se visa a um efeito sobre o presente do locutor.

6. Considerações finais

Vimos algumas abordagens que não são compatíveis com a proposta de Benveniste e que muitas vezes obscurecem a contribuição da reflexão sobre aspectos importantes para sustentar um estudo do sistema temporal das línguas. Recalculando, a partir desses problemas, a tese de Benveniste sobre as relações de tempo expressas nas formas verbais, retornarmos à nossa, de pensar essas categorias à luz do seu efeito nos modos de enunciar que estão disponíveis aos falantes para que (re)construam seus textos, conforme suas necessidades. De fato, já é o que Benveniste faz: observamos que a motivação de sua reflexão no texto de 59 é o fato de que a gramática tradicional não fornece uma explicação satisfatória para as *realidades de emprego* dos tempos verbais. Ora, as realidades de emprego das formas da língua são a língua em funcionamento em situações concretas, são os textos, através dos quais efetivamente os falantes significam e se comunicam. Ao propor, então, uma análise das formas verbais como modos de exercer diferentes funções na linguagem – como as de narrar historicamente ou relatar como testemunha, de explicitar uma opinião, de indicar ações acabadas e/ou anterioridade – Benveniste apresenta, de certo modo, uma categoria textual de análise.

Referências

ARRIVÉ, M. Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture. *Linx*, Paris, n. 9, p. 159-168, 1997.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

CIULLA, A. O tempo dos verbos como categoria de análise textual. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 56, p. 195-216, jul./dez. 2020.

GRUMBACH, J. Linguistique textuelle et étude des textes littéraires (à propos de *Le Temps* de H. Weinrich). *Pratiques: linguistique, littérature, didactique*, France, n. 13, p. 77-90, 1977.

REVAZ, F.; LUGRIN, G.; ADAM, J-M. Pour en finir avec le couple récit/discours. *Pratiques : linguistique, littérature, didactique*, France, n. 100, p. 81-98, 1998.

WEINRICH, H. *Le Temps*. Paris: Seuil, 1973.

VIII - O texto na escola: um olhar para os dois planos de enunciação

Claudia Toldo (UPF)
claudiast@upf.br

1. Primeiras palavras

O objetivo deste texto é trazer à discussão o texto de 1959, de Émile Benveniste, que trata das “relações de tempo no verbo francês”, publicado na quinta parte – “O homem na língua” – de seus *Problemas de linguística geral I*. Com os sintagmas “enunciação histórica” e “enunciação de discurso”, Benveniste problematiza o que chama de “dois planos de enunciação”: o da história e o do discurso. Neste texto, faço uma leitura dos sintagmas apontados, com o intuito de trazer um deslocamento¹ dessa discussão para uma possível análise de texto, tomando-o como unidade de trabalho com a língua em sala de aula.

Esta proposta de reflexão que trago hoje ao 4º Colóquio *Leituras de Émile Benveniste* está organizada da seguinte maneira: primeiramente, procedo a uma leitura de parte do texto de Benveniste, a fim de apontar suas principais reflexões acerca da enunciação histórica e enunciação do discurso; em seguida, aponto considerações sobre o texto de Benveniste, feitas por Michel Arrivé, em seu estudo de 1997 “Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture” e, finalmente, uma proposta de análise de trechos de texto (produzidos em situação de vestibular), considerando as questões teóricas trazidas à discussão. Registro que não tenho a pretensão de esgotar o assunto, mas ampliar a discussão e deslocá-la para uma questão aplicada ao estudo do texto – meu objetivo maior.

1 Este texto vincula-se ao meu projeto atual de pesquisa (CNPq), intitulado *O texto na sala de aula: estudo enunciativo do emprego da língua*, em que me interessam estudos teóricos, recordados da Linguística da Enunciação posta por Benveniste, e deslocamentos para atividades de análise do emprego da língua em textos produzidos em situação de vestibular, na Universidade de Passo Fundo (UPF). Portanto, o texto é minha unidade de reflexão e análise.

2. “As relações de tempo no verbo francês”: algumas considerações

É importante registrar algumas observações iniciais. Em primeiro lugar, o texto de 1959 traz o termo “enunciação” com o sentido de enunciado, e mais um enunciado observável. Então já deve ficar claro que não podemos tomá-lo com o sentido construído em 1970, no “Aparelho”, como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Em segundo lugar, o conceito de temporalidade é visto como a categoria de tempo regida pela categoria de pessoa, observada a presença (ou não) de indicadores de subjetividade. Em terceiro lugar, Benveniste problematiza a tradicional postura de ver, nos estudos do verbo, o presente, o passado e o futuro. Como diz Benveniste (1995 [1959], p. 260), “essas divisões, incontestáveis no seu princípio, permanecem, entretanto, longe das realidades de emprego e não são suficientes para organizá-las”. Destaca a necessidade de identificar as relações que *organizam as diversas formas temporais*, demonstrando implicações no sentido construído e no uso da língua. Isso evidencia o objetivo principal de Benveniste nessa reflexão de 1959, que é ver as relações que organizam as diversas formas temporais, tomadas na língua francesa para análise. Aqui está o detalhe: para Benveniste, o tempo verbal não se emprega como membros de um sistema único, mas deve ser visto em dois sistemas distintos e complementares: o da enunciação histórica e o da enunciação de discurso – ambos disponíveis ao locutor.

Para Benveniste, a enunciação histórica caracteriza a “narrativa dos acontecimentos passados”, registrados pela língua escrita. Os termos “narrativa”, “acontecimentos” e “passados” ganham destaque na reflexão de Benveniste (1995, p. 262, grifo nosso) à medida que ele sinaliza: “Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, **sem nenhuma intervenção do locutor da narrativa**”. Ou seja, isso deve pertencer ao passado. Aqui sublinho o que Benveniste destaca quando trata da intenção histórica enquanto função da língua de narrar os acontecimentos passados. Ele diz: “imprime-lhe a sua temporalidade específica, cujas formas devemos assinalar” (BENVENISTE, 1995, p. 262). Temos a reflexão acerca do plano histórico da enunciação que define a narrativa histórica como “o modo de enunciação que exclui toda forma linguística ‘autobiográfica’”. Então, já fica claro que a narrativa histórica traz as formas da terceira pessoa e não “eu”, “tu”, “aqui” e “agora”.

Benveniste aponta que a enunciação histórica carrega em si três tempos: o aoristo (traz a discussão da diferença, na língua francesa, do *passé simple* e do *passé composé* enquanto formas que expressariam “semelhante” relação temporal com o passado, apontando a diferença do uso da língua falada e escrita);

o imperfeito e o mais-que-perfeito, que também trazem o passado, mas usado mais familiarmente. Nessa enunciação, o tempo presente não é considerado, ou melhor, é excluído da reflexão. A partir de exemplos de narrativas, Benveniste observa que a natureza dos tempos verbais permanece a mesma no decorrer da narrativa histórica e os acontecimentos narrados são apresentados como se produziram, à medida que aparecem na história narrada. “Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos” (BENVENISTE, 1995, p. 267). Benveniste afirma que se encontra aqui o tempo fora da pessoa do narrador. Como assim ‘aparecem’? Quem os faz aparecer? Problema a discutir!

Em contrapartida, o plano do discurso é entendido como “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro momento, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, 1995, p. 267). Assim, encontramos o discurso de alguém a outro alguém, enquanto locutor que organiza o que diz pela categoria de pessoa. Nas palavras de Benveniste (1995, p. 267), encontro uma comparação necessária: “A distinção que fazemos entre narrativa histórica e discurso não coincide, portanto, absolutamente, com a distinção entre língua escrita e língua falada. A enunciação histórica é reservada hoje à língua escrita. O discurso, porém, é tanto escrito como falado”. Nessa discussão, Benveniste traz um terceiro elemento à reflexão, ou melhor, um terceiro tipo de enunciação “no qual o discurso é referido em termos de acontecimento e transposto para o plano histórico – o discurso indireto” (BENVENISTE, 1995, p. 267), sendo que já aponta que não vai discutir essa questão nesse texto de 1959 – mas aponta o problema. Lamento, pois acredito que teríamos algo interessante a ser discutido aqui. Fica para outro colóquio.

Nessa distinção entre enunciação histórica e enunciação do discurso, encontramos destaque para a categoria de pessoa – “explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte” (BENVENISTE, 1995, p. 268). Retomando: no plano histórico, a terceira pessoa não se opõe a nenhuma outra; é, na verdade, uma ausência de pessoa; no plano do discurso, há a presença marcada de um locutor e de um de interlocutor que estabelecem entre si uma relação de diálogo.

Assim, Benveniste pontua os tempos característicos das enunciações: da histórica, presente em formas da 3ª pessoa: o aoristo, o mais-que-perfeito e o prospectivo e excluem-se o presente, o perfeito, o futuro; do discurso, admitem-se todos os tempos em todas as suas realizações e exclui-se o aoristo. Isso faz Benveniste concluir que há tempos verbais que se empregam na língua falada – os próprios do discurso, o presente em especial, e tempos próprios da narrativa histórica, evidenciando tempos próprios de enunciações diferentes,

uma vez que o tempo presente é o presente do historiador que traz o presente de uma narrativa que cessa de acontecer.

Então, podemos perceber que, na enunciação de discurso, temos uma relação pessoa/não pessoa; na *enunciação histórica*, essa relação de pessoa está ausente. Assim, temos algo que se apresenta e se impõe à discussão: a subjetividade da linguagem, materializada a partir da singularidade da categoria de pessoa. Outro ponto a discutir.

Com o intuito de complementar a reflexão, trago a leitura feita desse texto de Benveniste pelo linguista Michel Arrivé, em trabalho publicado em 1997, na *Revue des linguistes de l'université Paris X*, em Nanterre, intitulado “Histoire, discours: retour sur quelques difficultés de lecture”. Michel Arrivé, após minuciosa análise das considerações feitas por Benveniste em *relações de tempo no verbo francês*, pontua algumas conclusões que me interessam aqui.

Arrivé (1997) inicia suas considerações acerca do estudo de Benveniste, apontando para a dificuldade na leitura do texto, apesar de uma aparente transparência na distinção entre *história* e *discurso*. O enunciado possui dois “planos”, e apenas dois planos, diz ele. Tudo o que não é história é discurso, e tudo o que não é discurso é história. Para Arrivé (1997), três são as ponderações necessárias para pensar a questão dos dois registros da enunciação. Ele salienta: 1) o problema do “presente histórico”; 2) o problema colocado pela integração do “aoristo” — o passado simples — com as formas do não realizado; 3) o problema do alcance da distinção entre os dois conceitos de *história* e *discurso*, quando questiona: essa distinção vale apenas para o francês, como o próprio título do artigo parece sugerir, ou tem um escopo mais geral, universal?

Quanto ao primeiro ponto, Arrivé (1997) destaca toda a reflexão que Benveniste faz ao longo dos seus *Problemas de linguística geral*, trazendo a questão do tempo. Mas destaca uma, a do texto de 1966 – “Da subjetividade na linguagem” –, quando Benveniste diz:

A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. O *Dictionnaire general* define o *presente* como “o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está”. Devemos ter cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo em que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se fala”. Esse é o momento externamente “presente”, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva” porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo linguístico é *sui-referencial*. Em última análise, a temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade ao próprio exercício da linguagem (BENVENISTE, 1995, p. 289, grifos do autor).

Assim, Arrivé (1997) aponta para uma discrepância entre a duração da ação descrita e a da ação a declarar. O presente do locutor não se limita a um ponto, nem mesmo ao breve segmento de tempo necessário para a produção material do enunciado. O fato é que o presente histórico aparentemente apresenta um problema mais difícil: é impossível considerá-lo imediatamente contemporâneo da instância da enunciação. Daí o indiscutível efeito de presentificação do passado que se obtém. Eis o presente histórico.

O segundo ponto trata do aoristo, reconhecidamente como mais difícil. Arrivé pontua que Benveniste introduz o difícil conceito de “anterioridade intralinguística”, “uma noção específica da língua, sem equivalente no tempo do mundo”. De fato, deve ser entendido que o *status* do passado simples e do passado composto (privilegio da língua francesa) só é observado no caso em que o passado composto assume o valor temporal do passado do discurso. Passado ao *status* de forma simples, assume, portanto, os valores não apenas temporais, mas também aspectuais do aoristo e sua variante: não é o aoristo que é modelado no pretérito composto, mas sim o pretérito composto que é modelado no aoristo. E conclui: de acordo com o que indica a sua morfologia, o passado, que precisamente se diz simples, tem o valor de não realizado.

E o terceiro ponto trata da questão da universalidade da reflexão de Benveniste. A dúvida de Arrivé surge quando reflete sobre o próprio título do texto, uma vez que, numa primeira leitura, parece que a distinção entre história e discurso visa exclusivamente ao sistema francês, já que nenhum exemplo de outro idioma além do francês é citado. Esse é um fenômeno raro para Benveniste, que geralmente convoca um grande número de línguas para fazer suas reflexões acerca da linguagem e da língua. Mas Arrivé observa que essa distinção tem um escopo geral, universal. O que varia de idioma para idioma, de estado de idioma para estado de idioma, é a distribuição das formas temporais do verbo – ou daquilo que os substitui – entre os dois registros. Destaca que as formas temporais do verbo são distribuídas de forma variável entre os dois registros de história e de discurso universalmente relevantes. Benveniste, em 1959, toma como único exemplo o francês do século XIX, pois pontuou a ambivalência do aoristo, tanto o tempo da história quanto o tempo do discurso, e Arrivé chama a atenção para isso, destacando que isso já era observado no francês contemporâneo. Assim, ao contrário das aparências, a distinção entre *história* e *discurso*, longe de ser válida apenas para o francês, tem um significado universal.

A partir disso, muitos poderiam ser os questionamentos. Vou ficar com a categoria de tempo, “agenciada” pela categoria de pessoa, que traz a presença da subjetividade à medida que ela é evidenciada pelo fato de o locutor escolher

entre uma (história) ou outra forma (discurso) de construir os seus enunciados, uma vez que a diferença entre *história* e *discurso* é de natureza formal e se deve à presença (ou não) da marca de pessoa no *enunciado*. É desse ponto que proponho um deslocamento teórico para um ensaio de análise de um texto² em que se pode evidenciar a discussão proposta neste *Colóquio*.

3. Uma proposta de análise: os planos histórico e do discurso

A partir da discussão apresentada até aqui, quero mostrar – no texto que segue – exemplos dos dois planos estudados, para apontar questões que, a meu ver, são possíveis e principalmente necessárias, para o trabalho com o texto em sala de aula. A seguir, o texto produzido na situação referida na nota 2.

Novas perspectivas	
1	A pandemia do novo coronavírus de 2020 paralisou o globo e, com ela, questões sociais, econômicas e ecológicas vieram à tona. O impacto do isolamento
2	levou as pessoas, empresas e fábricas a reavaliarem suas prioridades e respectivos
3	serviços. Tais pautas levam à discussão de que, em certos aspectos, o covid-19
4	surge para o bem.
5	
6	O isolamento social nos proporcionou a capacidade, ou necessidade, de re-
7	fletir sobre a maneira de viver. Em uma nova realidade, o consumismo é deixado
8	de lado e passamos a apreciar humanos ao invés de produtos. O Sistema Único de
9	Saúde (SUS) tornou-se tema de discussão, uma vez que o Brasil é um dos países
10	que está custeando todo o tratamento para o coronavírus. O mundo parou, ou ao
11	menos desacelerou e, além de mudarmos nossa visão perante ele, a natureza teve
12	tempo para se regenerar dos estragos feitos pelo homem.
13	Apesar da crise financeira, a pandemia mostrou que sem os humanos a fauna
14	e a flora podem se curar. Na verdade, nós somos a doença que está matando-as.
15	Com essa perspectiva, empresas que emitem toneladas de CO ₂ por ano, princi-
16	palmente nos países asiáticos, terão que diminuir suas produções, já que o con-
17	sumidor percebeu o impacto dessas ao meio ambiente e não irá mais aceitar tais
18	ações. Afinal, matar o planeta Terra, onde vivemos, é cometer suicídio em massa.
19	Entretanto, o caos de 2020 nos mostra que ainda há chances de calma após a
20	tempestade.
21	Devido aos fatos apresentados, é indubitável que a pandemia do covid-19
22	transformou nossas ações, pensamentos e prioridades para sempre. Pequenas
23	ações, como o descarte devido do lixo e optar por empresas sustentáveis, já fazem
24	a diferença. Portanto, podemos ser as gerações que entrarão para os livros de His-
25	tória por sobreviver a uma pandemia e ajudar a salvar a Terra.

2 Redação – Processo Vestibular – UPF. Prova disponível em: <https://www.upf.br/ingresso/provas/vestibulares-anteriores>.

Observando os enunciados “A pandemia do novo coronavírus de 2020 paralisou o globo [...]”, “O impacto do isolamento levou as pessoas, empresas e fábricas a reavaliarem suas prioridades e respectivos serviços”, “O Sistema Único de Saúde (SUS) tornou-se tema de discussão [...]”, “O mundo parou, ou ao menos desacelerou [...]” e “Apesar da crise financeira, a pandemia mostrou que sem os humanos a fauna e a flora podem se curar”, podemos caracterizá-los como aqueles que revelam a enunciação histórica. Nos enunciados “O isolamento social nos proporcionou a capacidade, ou necessidade, de refletir sobre a maneira de viver”, “Na verdade, nós somos a doença que está matando-as”, “Devido aos fatos apresentados, é indubitável que a pandemia do covid-19 transformou nossas ações, pensamentos e prioridades para sempre”, é possível caracterizá-los como aqueles que revelam a enunciação do discurso. A questão não é apenas classificar os enunciados como do plano histórico e do plano do discurso, é mostrar como esses enunciados organizam o sentido do texto em análise. Isso, para mim, está ligado ao ensino da leitura e da escrita de textos. O que nos faz estipular essa diferença?

Se observarmos o critério formal, considerando as categorias de tempo e de pessoa, os enunciados caracterizados como do plano histórico trazem o verbo no passado (perfeito) e nos possibilitam comprovar que “ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos” (BENVENISTE, 1995, p. 267), ou seja, os acontecimentos se narram, aparecem; os enunciados caracterizados como do discurso aceitam o presente, tempo do dizer, e têm a marca (“nos”, “nossas”) de alguém que diz algo sobre o acontecimento narrado. A partir disso, observamos que os primeiros não têm marcas que denunciam a presença do locutor que se propõe como sujeito; nos segundos, há marcas que revelam a subjetividade.

Os dois tipos de enunciado apresentam-se em narrativas, com as características trazidas por Benveniste, no texto de 1959, com uma diferença: a presença da “intenção histórica” no ato de narrar, enquanto função da língua, à medida que imprime uma temporalidade específica, neste caso o passado perfeito, e a “intenção de influenciar”, já que temos um locutor que convoca um outro para compartilhar seu ponto de vista.

No decorrer do texto analisado, observamos a passagem de uma forma de organizar o enunciado a outra, revelando a passagem de um plano a outro instantaneamente, conforme discutido por Benveniste e ratificado por Arrivé. Leia-se: “Cada vez que no seio de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a

outro sistema temporal, o do discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 267). Assim, ao olhar para a organização dos enunciados neste texto, percebo que, nos dois tipos de enunciados, temos um locutor que diz algo. A questão é que um se revela explicitamente e o outro deixa o acontecimento aparecer. Benveniste (1995, p. 261-262) defende que “todos os dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor”. Assim, percebo e acredito que se deve olhar o fenômeno dos planos de enunciação, observando o falante que tem lugar na língua e organiza o seu dizer como melhor lhe convém.

4. Considerações finais

Para finalizar, aponto: este ensaio de análise pode auxiliar um trabalho de texto em sala de aula, a fim de que os alunos possam entender como organizar as formas da língua e dizer o que querem dizer. Segundo Milner (2021, p. 47), “[...] falar da linguagem significa somente falar sobre o fato de que existem seres falantes”. E esses seres falantes produzem textos. Portanto, precisam entender o que significa apresentar-se como falantes nos textos que escrevem.

Referências

ARRIVÉ, M. Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture. *Linx*, Paris, n. 9, p. 159-168, 1997. Disponível em: <http://journals.openedition.org/linx/1028>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

MILNER, J-C. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

IX - Banco de dados de linguagem nas afasias: uma maneira de “mostrar” fatos enunciativos pela perspectiva benvenistiana

Celia H. P. Della Méa (UFSM)
celiadmea@gmail.com

1. Introdução

No intuito de historiar o caminho traçado até chegar à construção de um banco de dados de linguagem nas afasias, buscamos registrar o percurso que motivou tal ação, bem como “mostrar” o processo de formação de um Banco de Dados de Linguagem nas Afasias (BDLA) por um viés enunciativo conduzido pela acepção promovida nos e pelos estudos de Émile Benveniste. Para tanto, elencamos três seções no intuito de organizar nossa reflexão.

Iniciamos com **“Banco de dados de linguagem nas afasias: uma inquietação”**, que visa a apresentar os motivos que impulsionaram a elaboração desta proposta e as condições para essa realização. Na sequência, elaboramos a **seção “Pressupostos para um Banco de dados em perspectiva enunciativa”**, com o registro de fundamentos teóricos e passos necessários para a constituição do BDLA e em perspectiva enunciativa; e finalizamos este capítulo com **“Considerações sobre nossa proposição”**, quando prospectamos movimentos para continuidade da proposta.

2. Banco de dados de linguagem nas afasias: uma inquietação

Em 2018, comecei a participar de um grupo de convivência entre sujeitos com e sem afasia, denominado Grupo Interdisciplinar de Convivência (GIC), na Universidade Federal de Santa Maria. O grupo, fundado em 2010 por docentes da Fonoaudiologia e Fisioterapia dessa mesma universidade, tinha e tem por objetivo promover a atenção interdisciplinar à saúde de sujeitos adultos com afasia e seus familiares e/ou cuidadores, bem como aprimorar a formação dos estudantes (graduação e pós-graduação) envolvidos, numa ação conjunta que visa a favorecer a reinserção social e linguístico-cultural dos sujeitos com afasia. Nessa ação, entende-se o trabalho com a linguagem em afasia

numa perspectiva interdisciplinar, já que envolve diversos campos do saber (fonoaudiologia, linguística, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, entre outros); entretanto, não é proposta com isso a diluição de fronteiras sabidamente reconhecidas, mas tem-se por premissa que o fazer em “saúde” requer o múltiplo e são as significações em rede que, muitas vezes, asseguram respostas aos questionamentos.

O grupo constitui-se a partir do encaminhamento de sujeitos com afasia que o Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF/UFMS) acolhe, sendo a participação gratuita a todos os componentes do GIC. No trabalho grupal, por meio das ações promovidas, os sujeitos com afasia têm a oportunidade de exercitarem a linguagem verbal (oral/escrita) e não verbal (movimentos faciais, mímicas, por exemplo), tendo circunstâncias reais e interlocutores privilegiados¹ para a interlocução. Explico-me: a alternância dos locutores ao se proporem como sujeito, em casos de afasias, mostra-se cada vez mais esvaziada e, por vezes, é nos encontros do GIC que o locutor com afasia consegue se propor como sujeito e de fato exercer a propriedade de *Homo loquens* — que é de sua própria natureza. Benveniste (1989, p. 93) afirma que a “linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro”, sendo, então, o fato de o locutor ocupar a posição de sujeito uma condição necessária à própria definição de homem.

Como os encontros do GIC, desde 2013, são captados por meio de gravações audiovisuais, observei que havia um volume de material disponível que estava apenas categorizado em anos e meses, portanto, ainda não havia sido lapidado de modo a constituir um banco de dados a ser analisado de acordo com as áreas que se preocupam com questões de linguagem nas afasias. Nesse sentido, no intuito de iniciar essa tarefa, elegi os anos de 2013 a 2016 para observar e encontrei 596 vídeos que registravam as sessões do GIC e conduziram meu interesse à organização de um Banco de dados de Linguagem nas Afasias.

Em 2019, iniciamos o processo de revisão das filmagens do período eleito e começamos a selecionar o que consideramos fatos² que delinearão os re-

1 Privilegiados, aqui, é um termo que não se refere à noção de “ideais” no sentido chomskiano e, sim, implica considerar que a enunciação singular do sujeito com afasia encontra interlocutores especialistas da linguagem em áreas diversas e que se dispõem como ouvintes a realizar a escuta, no sentido do que Surreaux (2006) traz como noção do papel do terapeuta de linguagem – um “interlocutor privilegiado”, pois reconhece as formações desviantes e lhes atribui possibilidades de sentido.

2 O conceito de “fato” em enunciação requer esclarecimentos. Nunes e Flores (2017) apontam para a questão, considerando que a efemeridade do ato enunciativo não permite que o ato (ação

cortes enunciativos a serem transcritos para constituição final de um Banco de Dados de Linguagem nas Afasias a ser disponibilizado para pesquisas de áreas variadas de conhecimento. Para o processo de seleção dos fatos enunciativos a serem transcritos, assistimos cuidadosamente aos vídeos, colocamo-nos no lugar de observadores da linguagem em afasia e, tendo clareza dos objetivos na/da observação, selecionamos fatos enunciativos, valendo-nos de recortes enunciativos, para fins de detalhamento de instâncias enunciativas e tendo como elemento definidor interloquções entre sujeitos com e sem afasia.

Quanto aos fundamentos teóricos para organização estrutural do Banco, apropriamo-nos do aparelho formal da enunciação, proposto por Benveniste (1989) como mecanismo metodológico no intuito de ‘mostrar’ a enunciação em sua realização, mesmo conscientes de que não atingimos a totalidade do ato enunciativo e que, na transcrição, já produzimos uma enunciação sobre a outra enunciação proferida (NUNES; FLORES, 2017). Assim, tanto para os recortes enunciativos quanto para a descrição deles, valemo-nos de alguns pressupostos da perspectiva dos estudos enunciativos de Émile Benveniste e, nesse sentido, interessa-nos “mostrar” mais os fatos enunciativos de (re)constituição da linguagem nos quais os sujeitos com afasia estão envolvidos do que as afasias em si. Passemos, então, ao registro de aspectos que nortearam nossa reflexão.

3. Pressupostos para um banco de dados em perspectiva enunciativa

Na perspectiva enunciativa de Émile Benveniste, a “linguagem está na natureza do homem” (BENVENISTE, 1995, p. 285), sendo, portanto, inconcebível dissociar homem e linguagem. Nessa linha de pensamento, Benveniste (1995) assegura ser na e pela linguagem que o homem se constitui *sujeito*; é por um ato de linguagem que o locutor se apropria da língua e a transforma em discurso por meio da enunciação e sempre referida ao outro (intersubjetividade). A acepção de linguagem assim concebida evidencia o fato de ser a linguagem condição da própria existência do homem, que, enquanto sujeito falante, instaura o outro, sendo a intersubjetividade condição da existência do homem na língua (subjetividade).

em si) seja analisado, sendo o fato – recorte de uma enunciação, o objeto analisável. Assim, contempla-se o ato por intermédio de um fato, pois esse é que pode servir de objeto de análise em enunciação. Flores *et al.* (2008) observam que o fato enunciativo pode ser apresentado em recortes, a fim de possibilitar um enfoque mais detalhado da cena na instância enunciativa.

Como bem observa Benveniste (1995, p. 285), é um “homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem”, e esse ato de apropriação da língua é entendido como “este colocar em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” – ou seja – enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 82). Para constituir o Banco de Dados de Linguagem nas Afasias, reconhecemos o homem enquanto sujeito falante e sua enunciação numa relação singular, mobilizada pela intersubjetividade. Nesse sentido, associamo-nos a noções basilares na perspectiva enunciativa de Benveniste (1989; 1995), já que, na descrição do BDLA, transcrevemos esse “homem falando”, na singularidade de sua enunciação que, mesmo desviante, enuncia e ocupa sua posição de sujeito na língua.

No texto “O aparelho formal da enunciação”, de 1970, Benveniste fornece um aparato metodológico (de todas as línguas) para dar conta do que denominou “emprego da língua”. O autor apresenta, então, o aparelho formal da enunciação que permite considerar o colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização. Para o autor, na “enunciação consideraremos, sucessivamente, **o próprio ato, as situações** em que ele se realiza, **os instrumentos** de sua realização” (BENVENISTE, 1989, p. 83, grifos nossos). Entendemos ser a descrição da enunciação um recurso dos mais importantes para a organização do BDLA.

Em Flores (2018), há uma reflexão bastante profícua sobre a enunciação no quadro formal de sua realização que nos permitiu promover o início da análise linguística pela constituição do BDLA, levando em conta o funcionamento dos caracteres formais da enunciação. O autor salienta que o advérbio “sucessivamente” remete ao percurso da análise linguística: 1º o próprio ato, 2º a situação em que o ato ocorre e 3º os instrumentos que possibilitaram a realização do ato.

Com relação ao “próprio ato”, encontra-se o locutor como condição primeira e necessária à enunciação, pois o “ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala” (BENVENISTE, 1989, p. 84); quanto à situação em que se realiza o ato da enunciação, Flores (2018, p. 403) entende que a situação é constituída em uma instância de discurso, ou seja, “pelo conjunto das circunstâncias que inclui as coordenadas de tempo, espaço e pessoa”, envolvendo, então, interlocutores que referem e correferem pelo discurso; já em relação aos instrumentos de realização da enunciação, Benveniste (1989, p. 84) instrui ser “por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” que o locutor enuncia sua posição na língua. Assim, a enunciação vai comportar índices específicos (as categorias de

pessoa (eu/tu), tempo e espaço) e os procedimentos acessórios que, conforme Benveniste (1989, p. 86), dizem respeito “[à]s condições necessárias às grandes funções sintáticas”.

Na reflexão de Flores (2018, p. 404), são formas necessárias da enunciação “os índices de pessoa (eu-tu), os índices de ostensão de espaço (este, aqui) e as formas temporais (do presente da enunciação)”; e, como acessórios da enunciação, são muitos os mecanismos que poderiam ser considerados, mesmo que Benveniste (1989) tenha citado apenas alguns, como: a interrogação, a intimação, a asserção e tipos de modalidades formais. Nossa proposta sobre a constituição do BDLA segue esse percurso esboçado.

É pertinente que busquemos, ainda, trazer a ideia de transcrição em enunciação. Cabe ressaltar, inicialmente, que buscamos transformar fatos enunciativos falados em escritos e que essa passagem não abarca fielmente a instância enunciativa, pois certos aspectos podem se perder na observação do transcritor e esse pode ainda afetar o fato enunciativo que transcreve, na medida em que produz uma enunciação sobre outra. Nas palavras de Aresi e Flores (2008, p. 91), “o ato enunciativo, uma vez transcrito, sofre uma mudança em sua condição original, já que a transcrição se configura numa enunciação sobre outra enunciação”. Essa questão também foi observada por Flores (2006, p. 73, grifos do autor) quando o autor informa que “a transcrição é, ela mesma, um *dizer*, na medida em que, sendo ela o *mostrado* de um *dito*, também ela teria sua instância *mostrada* já que é um *dizer*”. Em nossa proposta, entendemos que a transcrição, na perspectiva enunciativa, permite “mostrar” a singularidade do funcionamento da linguagem de cada sujeito com afasia e, por meio dela, já se está, de certa forma, num início de uma análise linguística.

Para constituição do BDLA com a descrição dos fatos enunciativos, viabilizando uma possível análise linguística da enunciação, adotamos esse aparato metodológico do funcionamento da língua (aparelho formal da enunciação), em recortes enunciativos, e organizamos o BDLA em cinco aspectos, inter-relacionando esses aspectos ao quadro formal de sua realização, conforme será explicitado a seguir.

Considerando sujeito e linguagem indissociáveis e, com a intenção de “mostrar” o recorte dos fatos enunciativos, levamos em conta o aparelho formal da enunciação proposto por Benveniste (1989) e elaboramos etapas significativas, para instituir o BDLA: (1) Numeração das linhas para marcar a troca de turno e facilitar a análise e a discussão dos dados; (2) Sigla do falante; (3) Transcrição propriamente dita de enunciados orais; (4) Observações sobre as

enunciações orais/verbais; (5) Observações sobre o não verbal implicado na enunciação.

Os itens 1 e 2 dizem respeito à organização dos dados, indicando as trocas na interlocução (ordem numérica) em cada enunciação e o registro da identificação dos sujeitos falantes envolvidos na instância enunciativa: por meio de siglagens diferentes (Marc, Del, Bir, Eld, Car, Gua etc.) para os sujeitos com afasia e com a sigla Pe (parceiro na enunciação) para qualquer sujeito sem afasia participante. Consideramos aqui como *a priori* o próprio ato enunciativo (locutor e sujeito) e a situação em que o ato ocorre em recortes enunciativos dialógicos.

Já na parte 3 (Transcrição propriamente dita de enunciados orais), temos a transcrição do enunciado propriamente dito, quando nos valemos de contribuições da Análise da Conversação (MARCUSCHI, 1986), adotando a transcrição por meio do sistema ortográfico e indicando marcações especiais, como particularidades entonacionais na/da instância enunciativa. No intuito de facilitar a compreensão da transcrição dos fatos enunciativos e aproximá-los da instância enunciativa primeira, adotamos os seguintes sinais: letras maiúsculas para marcar ênfase em palavras e/ou sílabas; (...) para indicar que a fala foi tomada ou interrompida; () para indicar incompreensões; : para os alongamentos de vogais; / para truncamento brusco; “ para citações literais, e ... para qualquer pausa. Seguimos também a proposta de Marcuschi (1986) que alerta para o fato de que a eficácia na transcrição não está atrelada à adoção de um número expressivo de símbolos. Nesse sentido, selecionamos somente os que consideramos necessários para o entendimento de especificidades na instância enunciativa, levando em consideração os índices específicos (necessários) e os procedimentos acessórios (adotados) para o resgate da enunciação no enunciado transcrito.

Com o estabelecimento do item 4 (Observações sobre as enunciações orais/verbais), buscamos evidenciar os procedimentos acessórios propostos por Benveniste (1989) e retomados por Flores (2018), isto é, trazemos aspectos sobre o quadro formal instaurado na singularidade de cada enunciação. Nesse enfoque, elementos que compõem a enunciação e que auxiliam em sua descrição, como, por exemplo, a interrogação, a asserção, a exclamação, assim como o tom jocoso, tom irônico, tom exclamativo etc.

A parte 5 (Observações sobre o não verbal implicado na enunciação) é uma espécie de rodeio na/pela instância enunciativa (situação em que o ato de realiza), no sentido de que registra elementos de outros sistemas semiológicos, mas que incidem sobre a significação da enunciação. Nessa parte, são

evidenciadas observações sobre o não verbal, na medida em que gestos, risos, olhares, dêiticos gestuais são fatores que assumem certa complementariedade da fala de sujeitos com afasia, pois, em situação de afasia, servem de suporte para significações na linguagem desviante.

Na constituição do BDLA, valemo-nos, então, desse aparato teórico-metodológico, que busca “mostrar” a enunciação em algumas de suas especificidades. Salientamos que não o propusemos no intuito de promover o modelo a ser referência, mas, sim, de organizar um modelo viável para promover a análise linguística pelo viés enunciativo proposto por Benveniste. Na sequência, registramos um breve fragmento de uma das descrições que compõem o BDLA, a fim de “mostrar” o fato enunciativo em conformidade o aparato teórico-metodológico articulado.

Quadro 1: Recorte enunciativo HDV0003

Nº	Sigla do falante	Transcrição	Observações sobre as enunciações orais/verbais	Observações sobre o não verbal implicado na enunciação
01	BIR	() naquele tempo ainda lá eu eu achei lindo até hoje ... tu te lembra? ... fui contigo lá lá longe lá ... aquela () que eu olhei aquela vez	Assertiva Interrogativa	Aponta ligeiramente para a frente com a mão direita. Com a mão esquerda, aponta para trás.
02	Pe (1)	a apresentação?	Interrogativa	
03	BIR	é: BAH::: que coisa linda aquilo	Exclamativa e assertiva	Inclina a cabeça para o lado direito. ...

Fonte: Elaboração própria.

Ainda cabe esclarecer que o quadro anterior registra parte de um recorte enunciativo (HDV0003), gravado em 10 de março de 2016, durante encontro do GIC na UFSM. No BDLA, o fragmento acima foi catalogado da seguinte forma: SDV0003 (00:03:30 – 00:04:45/ 00:20:00) em 10/03/16 para fins de identificação.

4. Considerações sobre a proposta

O Banco de Dados de Linguagem nas Afasias consta com mais de 100 recortes enunciativos descritos e que estarão à disposição de profissionais de áreas diversas no intuito de colaborar com as propostas de pesquisas que engendram estudos sobre afasia por um viés enunciativo. Conforme sinalizamos no início deste capítulo, elegemos os anos de 2013 a 2016 para essa proposta de constituição do BDLA e, ao finalizar as descrições do ano de 2016, os fatos enunciativos serão disponibilizados para acesso, com respectivos áudios em repositório institucional.

Creemos que o BDLA é um ponto inaugural da proposta, pois são muitos os audiovisuais de anos subsequentes que estão armazenados em arquivo no GIC e que certamente nos conduzirão à continuidade da observação e descrição da singularidade dos fatos enunciativos produzidos por sujeitos com comprometimento da linguagem em funcionamento. Assim, o encerramento dessa proposta de constituição do BDLA será momentâneo, pois é apenas o início de novos “olhares” sobre o homem na língua e quem sabe uma abertura para a observação da língua no homem “através da experiência que o falante tem de sua condição” (FLORES, 2019, p. 33). Seria esse o caminho **natural** na contemplação do funcionamento da linguagem desviante? Creemos que sim, mas essa já é uma outra reflexão.

Referências

ARESI, F.; FLORES, V. do N. O funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 86-95, 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/5250>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.

FLORES, V. do N. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 34, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/39000/26459>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FLORES, V. do N. Entre o dizer e o mostrar: a transcrição como modalidade de enunciação. *Organon*, Porto Alegre, v. 20, n. 40-41, p. 61-75, 2006. Disponível em: <https://>

www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178431/000601529.pdf?sequence=1.
Acesso em: 20 nov. 2021.

FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

FLORES, V. do N. *et al. Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

NUNES, P. Á.; FLORES, V. do N. O trabalho com dado e banco de dados: considerações por meio de uma teoria enunciativa da linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 52, n. 3, p. 401-409, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2017.3.29372>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SURREAUX, L. M. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

X- As vocalizações no autismo como aspectos constituintes da linguagem sob a perspectiva enunciativa

Isabela Barbosa do Rêgo Barros (UNICAP)
isabela.barros@unicap.br

1. Introdução

Este texto tem origem nas pesquisas que desenvolvo no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, as quais vinculam a aquisição de linguagem típica e atípica à teoria da enunciação de Émile Benveniste (2005; 2006). Seleccionamos para reflexão o tema enunciação que atravessa a obra do autor, mas é destacado o texto “O aparelho formal da enunciação”, publicado em 1970.

Trazemos considerações sobre a enunciação, do ponto de vista da vocalização: um fenômeno fonético caracterizado pela perda do traço de uma consoante e a aquisição das características de um segmento vocal, ou, simplesmente, a transformação de consoantes em vogais (HORA; AQUINO, 2012). Esse fenômeno não é analisado neste trabalho como um processo diacrônico de mudança no sistema linguístico, mas como um evento enunciativo individual e singular ao autismo, que ainda não fora estudado enquanto constitutivo de linguagem. As vocalizações não são tratadas na literatura fonoaudiológica e médica tradicional como reduto de linguagem, não havendo clareza se seriam gritos aleatórios ou uma espécie de balbúcio inicial no autista. Concordamos com Orrado e Vivès (2021) que o autista se expressa utilizando subterfúgios, entre os quais a modulação de sua voz.

Partimos do pressuposto de Benveniste de que o emprego da língua e, conseqüentemente, a enunciação envolvem a língua por completo. “Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Entendemos que, ao mencionar a totalidade da língua, Benveniste inclui os elementos segmentais e suprasegmentais (prosódicos), permitindo que nos voltemos para as vocalizações como espaço enunciativo.

No texto de 1964, “Os níveis da análise linguística”, Benveniste (2005) enfatiza uma relação de distribuição/integração entre os elementos e as partes

que compõem o conjunto da língua, defendendo que na análise linguística é possível segmentar, mas sem destituir a união que faz a língua ser língua e não outra coisa. “A abordagem linguístico-enunciativa não se limita a um determinado nível da língua, mas perpassa todo o estudo da língua” (FLORES, 2010, p. 396). É por isso que na análise enunciativa benvenistiana é possível olharmos para os níveis fonético e fonológico e encontrarmos o sujeito, posto que ali a enunciação está presente. Na observação de Surreaux e Santos (2014), numa transcrição de base enunciativa utiliza-se a escrita ortográfica convencional (mas não se excluem símbolos da IPA quando for necessário); procura-se abranger os níveis de análise linguística; descrevem-se a situação contextual, as falas, os gestos, os olhares, a entonação; destaca-se o ato enunciativo; registram-se os enunciados, apontando os efeitos da relação eu-tu.

Utilizando um termo cunhado por Flores (2010), trazemos a transversalidade enunciativa como a possibilidade de destacar um nível de análise, mas não se deter apenas nele. Posto que a enunciação é sempre transversal e nunca linear, porque coloca os níveis lexical, sintático, semântico e pragmático em inter-relação simultaneamente.

Aludimos às vocalizações no autismo como uma experiência universal infantil atribuída por Carvalho (2019) como jogos sonoros infantis, ou seja, “as aproximações/associações entre segmentos sonoros semelhantes, que dominam a fala da criança em um momento inicial de seu percurso linguístico” (CARVALHO, 2019, p. 75), cujo sentido dos enunciados não é transparente para aqueles que escutam. Da mesma forma, aproximamos as vocalizações às considerações sobre a enunciação vocal/fônica discutida por Silva e Milano (2013), considerando-as como fazendo parte do processo natural de aquisição de linguagem no autismo.

Apresentamos uma análise comparativa de fragmentos da fala de bebês típicos e de crianças autistas retirados do banco de dados do Grupo de Estudos e Acolhimento ao Espectro Autista (Geaut) do laboratório de práticas de linguagem do PPGCL/UNICAP. Na primeira parte do texto, discorreremos sobre a enunciação e o jogo sonoro. Na segunda parte, trazemos considerações sobre a aquisição de linguagem e as vocalizações. Em todas, comentamos cenas enunciativas de bebês típicos e crianças autistas em que é possível perceber o movimento de vir a ser falante.

2. Do jogo sonoro à enunciação

No início de sua relação com a língua, as crianças produzem ruídos que parecem antecipar os sons de vários sistemas linguísticos, ao mesmo tempo que são totalmente diferentes deles, uma vez que “não há limites para o potencial fônico da vocalização infantil” (HELLER-ROAZEN, 2010, p. 7). Parece não haver no bebê preocupação com o que é produzido.

Os jogos sonoros, jogos de ressonância ou jogos vocálicos, segundo Carvalho (2019), realçam a relação lúdica que a criança tem com a língua em um momento inicial de aquisição de linguagem. Na mesma direção, Silva e Milano (2013) informam que parece ser importante para a criança a relação que ela estabelece com o som antes que o outro lhe dê sustentação.

Durante os jogos vocálicos, o lugar de escuta ocupado pelo outro no contexto dialógico é fundamental para que os jogos se transformem propriamente em falas. Trata-se de jogar com os sons da língua materna de forma dominante, associando/aproximando palavras de sons semelhantes (CARVALHO, 2019).

Concordamos com a autora a respeito de uma operação homofônica, por semelhança sonora, na escuta da criança para a fala do outro durante o jogo sonoro. Durante o deslize na cadeia significativa, ocorrem mudanças no enunciado infantil em direção à proximidade sonora, as quais configuram o jogo vocálico. Analisemos a cena a seguir em que Maria, um bebê típico de 1 ano de idade, passeia com a tia no pomar de um sítio.

Quadro 1: Jogo sonoro

Criança: Maria, 1 ano			
Interlocutor: tia			
	Maria	Tia	Descrição da Cena
1	/ˈtiti/		Embaixo de um abacateiro, Maria olha para a tia.
2		/abaˈkati/ /ɛ/ maˈria/	A tia olha para a criança.
3	/ɛ/ /kakaˈtũ/ /kɛ/ /kaka- taˈtata/ /o/ / kakaˈkũ/		Maria olha para a tia, olha para o chão e depois para cima, para o pé de abacate, ergue a mão e tenta alcançar uma fruta.
4	/babaˈkati/ /ɛ/ /taˈtata/		Maria balança os braços em cima da cabeça, tenta pular, emite pequenos sorrisos. Aponta para o abacate na árvore.

Fonte: Arquivo pessoal.

As vocalizações, mais próximas a um balbúcio, são postas na rede de significantes pelo interlocutor que atesta o lugar de sujeito de Maria. O significante abacate circula no enunciado infantil entre as linhas 1, 3 e 4 em um jogo vocálico de aproximação sonora com o padrão acústico que a criança escuta na voz da tia.

Consideramos que, nas vocalizações do autista, a circulação na cadeia significativa se dá entre o “eu” e o “tu”, posto que não devemos desconsiderar a rigidez no eixo sintagmático, que impõe dificuldade no deslize da linguagem (BARROS; NÓBREGA, 2016).

Segundo as autoras, no autismo há uma relação distorcida entre os eixos sintagmático e associativo, caracterizada pela fixidez no eixo sintagmático. É por isso que, comumente, encontramos repetições do discurso ou de parte do discurso do outro ou, ainda, padrões de neologismos sem que haja um deslize ou tentativas de organização do enunciado, tipificando a linguagem como descontextualizada, rígida e perseverante.

Haveria uma dificuldade do sujeito em lidar com as relações associativas suplantadas em uma base subjetiva, no dizer de Saussure: relações entre os elementos linguísticos estabelecidas na mente dos sujeitos falantes, fora do discurso. A atividade intensa do sujeito autista sobre um dos eixos, escolhendo e combinando os signos linguísticos a partir do discurso do outro, dificulta a participação do interlocutor nas trocas comunicativas, individualiza a língua e

provoca, em alguns poucos interlocutores, tentativas para encontrar sentidos que aproximem o discurso ao contexto (BARROS; NÓBREGA, 2016).

Considerando a rigidez sintagmática, admitimos as vocalizações como uma possível insistência do autista em um período de aquisição de linguagem. Elas teriam origem nos ruídos dos bebês, passando ao jogo sonoro, no qual o autista, possivelmente, teria prazer em exercitar o aparelho fonador ou escutar os sons que produz, quando está em um aparente isolamento autístico. Todavia, as associações vocálicas tornam-se diferenciadas e ganham sentido, constituindo-se em manifestações enunciativas, quando aproximadas às palavras, por semelhança sonora, através da escuta do outro, a exemplo do que ocorre nas linhas 2 e 3 a seguir, quando o interlocutor atende às vocalizações como uma possível chamada de atenção da criança autista: Ei, ó (olha). Aí, ói (olhe). As vocalizações são promovidas ao *status* de enunciado pelo ouvinte.

Quadro 2: Vocalização no autismo

Criança: Estênio, 8 anos			
Interlocutor: Fonoaudióloga			
	Estênio	Fonoaudióloga	Descrição da Cena
1		/ u k i ' ε / /'kies'tas/ /fa'zẽ- du/	O interlocutor olha para a criança, que, sentada em frente a uma mesa infantil, segura alguns livros.
2	/ei'ɔ/ /'a/ /'i/ /'ɔ/ /'i/		A criança olha para os livros.
3		/'ɔ'la/ /'nu/ /'li- vru/ /'ɔ'la/	A fonoaudióloga aponta uma figura do livro.

Fonte: Geaut.

Algo semelhante ocorre na interlocução entre um bebê típico e sua mãe durante interação familiar. Vejamos:

Quadro 3: Vocalização do infante

Criança: Martin, 8 meses			
Interlocutor: Mãe			
	Martin	Mãe	Descrição da Cena
1	/ˈiiii/ /aaaʼue/ /iˈeaa/ / eeʼaaaa/ /ˈaaaa/		Em pé, apoiando-se com as duas mãos no móvel da TV, o bebê olha para mãe, para a TV e vira o rosto. Parece irritado.
2		/ˈkiˈfoj/ /mahˈti/	A mãe olha para o bebê, enquanto filma a cena.
3			O bebê volta a olhar para a mãe e chora-mingua.
4		/uˈki/ /voˈse/ /ˈke/ /uˈki/ /voˈse/ /ˈke/	A mãe olha para o bebê e continua filmando.
5	/ˈaaaaii/		Ainda em pé, apoiando-se com as duas mãos no móvel da TV, o bebê olha para a mãe.
		/ˈta/ /kãʼsadu/	Estende uma das mãos para o bebê.

Fonte: Arquivo pessoal.

A vocalização do bebê na linha 1 foi tomada pelo interlocutor como um ato enunciativo ao ser considerado o contexto: pessoa (eu-tu), tempo e espaço. O mesmo ocorre na linha 5 quando o locutor, possivelmente, concebe a vocalização como uma interjeição de cansaço e responde dando um sentido ao que foi dito. O bebê, assim como a criança autista do quadro 2, é posto na linguagem pelo interlocutor, que reconhece nas vocalizações padrões linguísticos presentes no sistema da língua a que estão submetidos. Esse movimento faz ascender o bebê e a criança autista à posição de sujeito.

As vocalizações entram em uma trama de sentido a partir da escuta que os interlocutores se propõem a fazer. De acordo com Benveniste (2006), no texto de 1967, “A forma e o sentido na linguagem”, o sentido na linguagem está na noção compartilhada por um conjunto de locutores a respeito dos termos da língua. No mesmo texto, Benveniste afirma que a linguagem possui o caráter universal de se realizar por meios vocais, consistindo em um conjunto de sons emitidos e percebidos organizados em palavras dotadas de sentido, presente em todas as línguas.

As vocalizações encontradas no padrão linguístico dos autistas são julgadas como fora de um processo de linguagem. Porém, a partir dos estudos em aquisição de linguagem, sobretudo os de fundamento benvenistianiano, pensamos que, nas vocalizações, há um problema de significação, objeto de reflexão

na teoria enunciativa de Benveniste, além de serem partes integrantes de um processo natural de tomada da palavra.

3. Aquisição de linguagem e vocalizações

A função primordial da linguagem é significar. Benveniste (2006) defende no texto “A forma e o sentido” a significação como vocação original da linguagem, atribuindo relações de existência estabelecidas com o homem sintetizadas na frase “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (BENVENISTE, 2006, p. 222, grifo do autor), porque a falta da linguagem implicaria ausência de sociedade e de humanidade.

Em texto anterior de 1958, “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste (2005) aludira à relação homem-linguagem afirmando que a linguagem é lugar de constituição do sujeito e não é possível vê-lo destituído dela. Única é sua condição na linguagem, pois a linguagem está na natureza do homem. Para Flores (2019), a própria enunciação remete à condição do homem na linguagem. Na relação entre o universal das línguas, o particular e o falar singular do sujeito, a enunciação se apresenta. Para o autor, “a condição humana de falante se realiza nas línguas porque é próprio das línguas que sejam enunciadas” (FLORES, 2019, p. 66).

Considerando apenas o nível fonético das línguas, entendemos o universal das línguas como a hibridização fônica dos sistemas linguísticos perceptível nos arrulhos dos bebês. Inicialmente, o bebê aparenta uma habilidade fônica infinita, porém, ao longo de sua trajetória de vir a ser falante, segundo Heller-Roazen (2010) lembrando Jakobson, a criança perde parte de sua habilidade de produzir sons quando começa a falar uma única língua. Ela “esquece” os sons que excedem o sistema fonético particular.

É como se a aquisição da linguagem fosse apenas possível por meio de um ato de esquecimento, um tipo de amnésia linguística infantil (ou amnésia fônica, já que aquilo que o bebê parece esquecer não é a língua, mas uma capacidade aparentemente infinita para uma articulação indiferenciada) (HELLER-ROAZEN, 2010, p. 8).

O “esquecimento fonético das línguas”, para nós, confirmaria a entrada do sujeito em um único sistema linguístico e sua subordinação a ele. É o ato enunciativo que começa a se apresentar no que é particular de cada língua quando o infante, da forma que lhe é possível, usa a língua e o interlocutor

reconhece esse movimento. “A enunciação é uma realidade ao mesmo tempo singular na sua manifestação e geral na sua forma” (FLORES, 2019, p. 70).

A relação que a criança estabelece com a língua em aquisição transcende o aspecto maturacional, pois revela o sujeito na linguagem. A criança se vê imersa em um sistema linguístico no qual deve apropriar-se e o faz, mas a seu tempo e a sua maneira; e, desse modo, se enuncia.

Admitimos a possibilidade de que, ao vocalizar de modo único e irrepetível, utilizando uma modulação que lhe é própria, o sujeito autista se faz efeito e pode ser reconhecido na língua por seu interlocutor dentro de um processo natural de aquisição de linguagem. Há a apropriação de segmentos vocálicos do sistema linguístico a que está submetido.

Na cena seguinte, Jorge, uma criança com diagnóstico de autismo, está em disputa pelo jogo no computador com outra criança autista e um adulto. Chamamos a atenção para a vocalização presente na linha 2.

Quadro 4: Disputa pelo jogo no computador

Criança: Jorge, 7 anos			
Interlocutores: estagiária e pesquisadora			
	Jorge	Pesquisadora	Descrição da Cena
1		/ˈmujto/ /ˈběj/ /ˈvito/ /ˈnɛ/ /vóse/ /ˈnāw/ /ˈʒohzi/	A pesquisadora intervém, contendo os movimentos de Jorge.
2	/ˈaaˈũ/ /ˈaaaˈũ/		Jorge parece se irritar.
3		/ˈnāw/ /ɛ/ /vóse /	A pesquisadora responde à vocalização reafirmando que não é a vez da criança no jogo.

Fonte: Geaut.

Percebemos que as vocalizações da criança na linha 2 são ressignificadas pelo interlocutor na linha 3, aproximando-as, por semelhança sonora (fonema e prosódia), do sintagma “não”. O autista possui uma relação peculiar com a voz, às vezes monótona ou outras cantarolante que, juntamente com a ecolalia e as estereotipias, testemunham uma posição subjetiva (ORRADO; VIVÈS, 2021). Desta forma, aproximamos um pouco nosso olhar da perspectiva apontada por Silva e Milano (2013), que destacam a voz como reduto enunciativo, e acreditamos que as vocalizações são o primeiro contorno da voz: elas ainda não são palavras reconhecidas, mas também não são massas amorfas de sons. Encontramo-nos com as autoras por lembrar que a voz se abriga na escuta do outro, pois é na escuta que as vocalizações também alcançam estatuto de dizer.

Nosso caminho em busca da enunciação é traçado nos aspectos fonéticos e fonológicos da língua, pois não se separa o que é visto (a forma) do que é perceptível (o sentido). Essa reflexão nos possibilita considerar que as vocalizações do sujeito autista podem ser percebidas como atos enunciativos, o que é reforçado pela passagem a seguir de Benveniste (2006), retirada do texto “O aparelho formal da enunciação” (1970):

Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como **processo de aquisição, de difusão, de alteração** – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala (BENVENISTE, 2006, p. 82, grifo nosso).

Benveniste chama atenção para a língua não ser percebida apenas em sua estrutura interna, mas tomá-la no uso pelo sujeito em estado de aquisição de linguagem, na comunicação entre os pares e nos transtornos, uma vez que em todas as manifestações há relações singulares do sujeito com a língua em contextos enunciativos particulares.

4. Considerações finais

Percebemos as vocalizações no autismo como constituintes de uma linguagem e de um sujeito fragmentados, tendo como ponto de partida duas considerações de Émile Benveniste: 1) a linguagem constitui o sujeito; e 2) a enunciação é o ato individual de colocar a língua em funcionamento.

Apesar de Benveniste não tratar dos padrões linguísticos desviantes em seus textos, consideramos que, a partir dos temas trazidos pelo autor, é possível defender a singularidade na aquisição de linguagem no autismo e atestar que as vocalizações, juntamente com as demais produções tipicamente autísticas, de acordo com o contexto enunciativo, podem deixar o estatuto de estereotípias da linguagem ou gritos aleatórios e serem reconhecidas como integrante do processo de aquisição de linguagem.

Referências

BARROS, I. B. do R.; NÓBREGA, M. Fonoaudiologia e sistema linguístico. In: MONTENEGRO, A. C. de A.; BARROS, I. B. do R.; AZEVEDO, N. P. da S. G. (org.). *Fonoaudiologia e linguística: teoria e prática*. Curitiba: Appris, 2016. p. 65-82.

- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- CARVALHO, G. M. M. Jogos sonoros na fala infantil e mudanças na interpretação do outro. *Linguística*, Montevideu, v. 35, n. 2, p. 75-84, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S2079-312X2019000200075&script=sci_arttext. Acesso em: 6 set. 2021.
- FLORES, V. do N. A enunciação e os níveis de análise linguística. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIACÃO E DISCURSO, set. 2010, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUCRS, 2010. p. 396-402. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/sited/arquivos/ValdirdoNascimentoFlores.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- HELLER-ROAZEN, D. *Ecolalias: sobre o esquecimento das línguas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- HORA, D. da; AQUINO, M. de F. S. Da fala para a leitura: análise variacionista. *Alfa*, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 1099-1115, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4986>. Acesso em: 10 set. 2021.
- ORRADO, I.; VIVÈS, J.-M. *Autismo e mediação: bricolagem uma solução para cada um*. São Paulo: Aller, 2021.
- SILVA, C. L. da C.; MILANO, L. O lugar da voz na aquisição de linguagem. *Nonada: Letras em Revista*, Porto Alegre, v. 2, n. 21, p. 1-12, out. 2013. Disponível em: <https://seer.uniritter.edu.br/index.php?journal=nonada&page=article&op=view&path%5B%5D=786>. Acesso em: 6 set. 2021.
- SURREAUX, L. M.; SANTOS, R. O. Transcrição de base enunciativa em distúrbios afásicos: aspectos prosódicos e gestuais. *Revista ProLíngua*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 214-223, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/19340>. Acesso em: 12 set. 2021.

XI - A relação entre suposição/reconhecimento de falante da língua e de sujeito na sustentação de um lugar de enunciação para o bebê e crianças pequenas

Ana Paula Ramos de Souza (UFRGS)
ramos1964@uol.com.br

Neste texto abordo alguns conceitos que considero fundamentais para pensar a transição do *infans* a falante e seus possíveis obstáculos, de modo especial, a articulação entre suposição de sujeito e suposição de falante da língua, apetência simbólica e apetência linguística, na sustentação de um lugar de enunciação para o bebê/a criança pequena pelo adulto e na forma como o bebê/a criança pequena ocupa esse lugar.

Cabe destacar que mais do que um processo de aquisição da linguagem no sentido tradicional do termo, acredito que o bebê passa por um processo de apropriação. Nas palavras de Benveniste:

quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias do discurso caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é o eu, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor (BENVENISTE, 1991a [1956], p. 281).

Para que o bebê passe de *infans* a falante da língua, ele precisa efetivar esse processo de apropriação linguística que abrange o reconhecimento/a suposição de falante da língua pelo adulto e a ocupação desse lugar de modo crescentemente complexo com a fala pelo bebê. Há, portanto, duas possibilidades no processo de apropriação linguística do bebê. Na primeira, tudo vai bem e ele constitui-se em relações conjuntivas e disjuntivas de modo a transitar da dependência discursiva à possibilidade de correferir e se instaurar como sujeito na linguagem (SILVA, 2007). Na segunda, comum a bebês que entre 18 e 24 meses são trazidos ao fonoaudiólogo com queixa de atraso na aquisição da linguagem, há obstáculos que impedem essa transição. Esses obstáculos podem ter uma participação maior de dificuldades para o adulto sustentar um lugar de enunciação para o bebê e/ou pelo fato de o bebê apresentar limitações biológicas que o impeçam de ocupar esse lugar com fala.

Em trabalho anterior (SOUZA; FLORES, 2013), observamos que, quando o adulto não reconhece a criança pequena como falante por ela apresentar, por exemplo, um quadro de apraxia de fala, isso pode ter um efeito desapropriativo. Portanto, parece fundamental que, além de supor um futuro falante no bebê, o adulto reconheça quando ele começa a ocupar seu lugar de enunciação com fala.

A importância da sustentação de um lugar de enunciação por parte do adulto para a criança que está em processo de apropriação da linguagem decorre do caráter intersubjetivo da linguagem. Esse caráter intersubjetivo foi ressaltado por Cardoso (2010) em seu trabalho sobre princípios de avaliação nos distúrbios de linguagem.

Destaco nesse princípio a importância de observar a criança com todos seus alocutários usuais, porque no estudo de Flores e Souza (2014), com sujeitos em risco ao desenvolvimento e à apropriação da linguagem, observamos que havia diferença na interlocução com a mãe e com o pai, evidenciando que a forma como o adulto sustenta o lugar de enunciação produz efeitos no modo como o bebê/a criança pequena o ocupa, pois observamos dificuldades nas relações disjuntivas. Esse dado também foi observado no trabalho de Roth van Hoogstraten (2020), em que a dificuldade no processo de separação mãe-bebê evidenciou-se por ausência de relações disjuntivas nas protoconversações iniciais. Também no trabalho de Surreaux (2006) observamos uma criança com o mesmo tipo de sintomatologia. Para essas autoras, isso evidencia a articulação entre psiquismo e forma de sustentação e ocupação do lugar de enunciação ao e pelo bebê na formulação de uma hipótese de funcionamento de linguagem, conceito fundamental na avaliação do processo de apropriação linguística pelo bebê. Portanto, não basta que o adulto suponha um futuro falante no bebê, é preciso que ele suponha um sujeito em separado. O bebê não pode estar aderido à posição de falo materno, pois, neste caso, ele poderia não ter um lugar de enunciação para si, mas estar referenciado às demandas maternas.

A suposição de sujeito, identificada como eixo teórico da constituição psíquica (KUPFER *et al.*, 2009), é fundamental para que o diálogo se dê, pois aquele que exerce a função materna consegue supor que o bebê lhe endereça pedidos, e reconhece as manifestações do bebê como as de alguém em separado de si. Acrescento, à suposição de sujeito, o termo reconhecimento de sujeito, pois os estudos de neurociências já evidenciam que, antes de falar, o bebê apresenta saberes suficientes para que o reconheçamos em suas manifestações (PARLATO-OLIVEIRA, 2019).

Faz-se necessário articular a esse conceito de suposição/reconhecimento de sujeito o conceito de apetência simbólica (LAZNIK, 2013), o qual afirma que o bebê, que vai bem em termos de circulação pulsional, articula as dimensões do real, imaginário e simbólico a partir de um apetite que evidencia pela relação com o outro, algo que estaria obstaculizado no bebê em sofrimento psíquico com sinais de um futuro quadro de autismo (LAZNIK, 2016). Catão (2009) afirma que o bebê necessita ser suposto e reconhecido como um sujeito pela mãe (ou substituta) mesmo que ainda não seja um falante da língua, pois há um dizer, por gestos, vocalizações, e isso impulsionará o percurso pulsional necessário à circulação da pulsão invocante.

A esses dois conceitos, em Souza (no prelo), acrescento o conceito de apetência linguística que abrange as habilidades do bebê para a apropriação linguística, cujas bases são habilidades auditivas crescentemente sintonizadas com a identificação de contrastes de sentido em sua língua, que se articulam a habilidades de produção de balbúcio, crescentemente complexo a ponto de engendrar uma espécie de pauta de realização vocal para construção da fala articulada. Essa apetência é elemento fundamental que alimenta, no adulto, a suposição de um futuro falante no bebê. Se o bebê se mantém silencioso, a falta de identificação de esforço para falar arrefece ou até suspende a suposição de que ele se tornará um falante da língua. Algumas reações são comuns aos pais nesse processo de dúvida sobre a capacidade de seu bebê: falar pelo bebê/criança pequena, desistir do diálogo ou tornar-se diretivo buscando induzir por meio da repetição do seu dizer a produção correta de palavras. Ocorre que essas três posições rompem a sincronia no diálogo entre adulto e criança e, ao contrário de auxiliar, acabam por ter um efeito desapropriativo.

Cabe então ao fonoaudiólogo identificar as limitações na apetência linguística do bebê para poder oferecer estratégias de sustentação que lhe permitam a apropriação linguística e, ao mesmo tempo, produzir a sincronia necessária entre o bebê e seus pais de modo que estes voltem a supor/reconhecer um falante e mantenham a sustentação de um lugar de enunciação ao(à) filho(a).

Por outro lado, quando a apetência simbólica e a suposição/o reconhecimento de sujeito estão abalados(as) é preciso que um profissional *psi* tome conta do caso para que as rupturas psíquicas que obstaculizam essa articulação possam ser trabalhadas. De modo específico, em casos de risco ou já instalação de uma patologia como o autismo, é preciso que vários profissionais compareçam ao caso, pois, em situações assim, a apetência simbólica do bebê está dificultada por condições biológicas dele. Em casos em que o sofrimento advenha do laço, o profissional *psi* pode dar conta do processo de intervenção

oportuna, muitas vezes, sem necessidade de intervenções corporais, como ocorre em casos de sinais de risco para o autismo.

O fato comum na clínica de bebês e crianças pequenas é que essas crianças chegarão ao fonoaudiólogo em primeiro lugar, pois a impossibilidade ou dificuldade de falar é um dos primeiros sintomas identificados pelos familiares. Por isso, esse profissional necessita refletir sobre a articulação psiquismo-linguagem, reconhecendo os obstáculos por parte do adulto, como, por exemplo, a dificuldade do adulto em reconhecer ou supor um sujeito em função de falhas na apetência simbólica do bebê ou por diagnósticos precoces que façam romper tal suposição (deficiência sensorial, deficiência intelectual, deficiência física, autismo etc.), ou transtornos de humor da mãe, como depressão pós-parto, o que se evidencia, muitas vezes, em dificuldades para a emergência de relações conjuntivas presentes no primeiro mecanismo proposto por Silva (2007); ou dificuldade em supor um sujeito em separado de si, o que pode incidir sobre a emergência das relações disjuntivas.

Do lado do bebê ou da criança pequena observo dificuldades para a ocupação de um lugar de enunciação por falhas na apetência simbólica que, por alterações sensório-motoras, dificultam a construção de espaços corporais de modo a liberar a córtex para entrar em relação com o outro, registrar seu prazer, sua fala, e inscrever simbolicamente, o que possui uma correspondência no registro imaginário por meio da circulação pulsional; e falhas na apetência linguística que podem ser dificuldades no ouvir (neuropatia auditiva, surdez), no escutar (surdez central), na produção de fala (apraxia de fala infantil, atraso motor da fala, anomia, disartria, etc.) e no desejo de se fazer escutar que acabam por gerar dissincronia nas protoconversações e diálogos iniciais.

Tradicionalmente, o fonoaudiólogo ocupa-se da identificação dos limites na apetência linguística. Proponho, no entanto, ampliar tal olhar a partir das noções de apropriação, intersubjetividade e da visão de Silva (2007) sobre o processo de instauração do sujeito na linguagem, cuja base é a teoria benvenistiana. Trata-se da sustentação de um lugar de enunciação ao bebê/à criança pequena o primeiro trabalho clínico do fonoaudiólogo diante de dificuldades de apropriação linguística, em que ele terá de oferecer recursos instrumentais para auxiliar o bebê na articulação da escuta ao dizer, e também auxiliar os pais a encontrar a sincronia necessária na sustentação desse lugar de enunciação ao(à) seu/sua filho(a). Necessitará ensinar como sustentar um falante estremecido (CARDOSO, 2010) na construção de novas possibilidades enunciativas para o bebê/a criança pequena.

Para exemplificar a articulação teórica proposta, trago a vinheta do caso de M., que recebeu o diagnóstico de transtorno do espectro do autismo (TEA) aos dois anos e seis meses de um neurologista. Ele apresentava na época atraso na fala. Levado a uma fonoaudióloga que trabalhava mais na perspectiva comportamental, foi treinado a repetir palavras e, rapidamente, começou a falar e interagir, o que permitiu questionar o diagnóstico de TEA (que ao início havia abalado a suposição de sujeito) e passar a um diagnóstico de transtorno do desenvolvimento da linguagem (TDL). Quando ele chega para avaliação comigo aos três anos e seis meses, a queixa principal dos pais era a de que ele não dialogava, repetia muito as falas do adulto e tinha dificuldade de narrar, por exemplo, o que acontecia na escola com ele. Os pais identificaram que o trabalho da fonoaudióloga anterior não estava funcionando muito porque ele não gostava do modo como o trabalho era desenvolvido, e que, com o advento da pandemia, havia interrompido o tratamento em 2020.

A partir dessa queixa, solicitei aos pais que me enviassem vídeos da interação deles com M. e observei que eles faziam muitas perguntas tentando fazer M. falar. Não havia um diálogo, mas algo muito semelhante ao que foi observado por Aresi e Flores (2008) no uso do par pergunta-resposta por fonoaudiólogas. Realizei uma entrevista com os pais, na qual expliquei que o dialogar vem de uma postura de investimento do adulto, abrindo espaço para as manifestações espontâneas da criança e que, se eles investissem em perguntas de modo excessivo, não dariam espaço para M. se manifestar espontaneamente. De certa forma, eu afirmei que M. poderia ocupar seu lugar de enunciação se houvesse espaço para isso. Os pais compreenderam minha colocação e diminuíram consideravelmente o uso de perguntas.

Iniciei teleatendimentos com M. e sua mãe, nos quais observei que ele tinha dificuldades no domínio semiótico, evidenciadas por um repertório linguístico um pouco restrito para sua faixa etária, mas que era capaz de repetir o dizer do adulto ou usar *scripts* (falas de desenhos) para manter o diálogo. Abri espaço para dialogarmos sobre personagens de que ele gostava em filmes como *UP: altas aventuras*, *Toy Story*, *Patrulha Canina* etc. Um universo de heróis elaborados em sua maioria pela Pixar, um estúdio apreciado por M. Durante os atendimentos, além de visualizar esses personagens, contava histórias com livros, dando suporte visual para sua compreensão, o que sustentou diálogos e momentos de desfrute de boas histórias.

Quando foi possível realizar os atendimentos presenciais, M. já havia retornado para a escola, o que lhe conferiu especial motivação para avançar na linguagem. Emergiu no seu brincar o uso do faz de conta, com vozes dos

personagens e brincadeiras que reproduziam as histórias da *Patrulha Canina*. Esses atendimentos, em presença da mãe, e por vezes também do pai, permitiram que M. pudesse trabalhar no plano imaginário da linguagem, mesmo que, por vezes, trouxesse *scripts* dos personagens vistos nos filmes. Ainda assim, a criação de ações de salvamento pela Patrulha Canina somou-se a inovações feitas por M., que passou a alternar na ocupação não só daquele que salva, mas do vilão. Essa ocupação do personagem vilão se deu a partir da emergência de algumas brigas na escola com um colega que não está bem, que, nas palavras de M.: “Ele bate nas crianças”. Em conjunto com essas encenações, vi surgir a instanciação de si no discurso (uso do pronome EU) e da conjugação de primeira pessoa, o uso da intimação, da interrogação, enfim, das funções comuns ao terceiro mecanismo enunciativo proposto por Silva (2007).

Essa vinheta do caso de M. viabiliza algumas reflexões sobre os conceitos anteriormente expostos. Hipotetizo que o diagnóstico precoce e apressado de TEA produziu uma suspensão da suposição de sujeito em M. Depois, o diagnóstico de TDL recolocou a possibilidade de supor um sujeito, mas manteve a suspensão da suposição de falante. M. não possuía dificuldades de apetência simbólica, mas alguns entraves na apetência linguística (domínios semântico-sintático e pragmático na visão tradicional). No entanto, a suspensão da suposição de falante criou obstáculos adicionais ao processo de apropriação, pois o diálogo como forma de estar na linguagem foi perdido nas interações entre os pais e M., tanto pelo abalo na suposição de falante, quanto pela abordagem diretiva de repetição de signos utilizada pela primeira fonoaudióloga.

M., um menino muito inteligente, pois já lê apesar de ter dificuldades na fala, resistiu a essa destituição e talvez tenha buscado na escrita a autonomia discursiva para estar na linguagem. A relação dialógica, que estabeleceu comigo e com os pais a partir de minha orientação, barrou o processo desappropriativo de seu lugar de enunciação e destravou sua evolução. Deste modo, acredito que o exercício da disjunção e do segundo mecanismo enunciativo permitiu a emergência do terceiro mecanismo e a construção da possibilidade de uma narrativa própria. M. ainda sente algumas dificuldades em encontrar algumas palavras e mesmo de construir frases mais longas, mas se apresenta como um falante reconhecível e valorizado pelos pais, professoras e colegas. Neste caso, a apetência linguística abalou a suposição de falante. Os diagnósticos e intervenções equivocadas ao início de seu percurso terapêutico também não auxiliaram na sustentação de um lugar de enunciação, criando sombras nos pais sobre um possível autismo e abalando a suposição/o reconhecimento de sujeito.

O caso produz evidências da célebre afirmação de Benveniste (1991b [1958]) sobre o que encontramos no mundo ser “um homem falando a outro homem” e o diálogo ser o modo natural do funcionamento linguístico e do processo de apropriação. Enquanto a possibilidade de diálogo não foi restaurada para M., por meio da sustentação de um lugar de enunciação, seu progresso linguístico ficou obstaculizado, não apenas no domínio das formas, mas, sobretudo, no processo de semantização da língua (BENVENISTE, 1989a [1967]; 1989b [1969]).

Vejo nessas observações argumentos fundamentais para adotar deslocamentos da teoria benvenistiana para o campo dos distúrbios de linguagem na clínica fonoaudiológica, tanto pela visão necessária à minha prática, quanto pela possibilidade de respeito à constituição do psiquismo infantil. Isso produz um deslocamento do olhar sobre os enunciados produzidos pela criança para o processo de sustentação de um dizer, ou seja, de um falante vir a ser, que está em curso no processo de apropriação linguística infantil.

Referências

ARESI, F.; FLORES, V. do N. O funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 6, p. 86-95, 2008.

BENVENISTE, É. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989a [1967]. p. 220-242.

BENVENISTE, É. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1991a [1956]. p. 277-283.

BENVENISTE, É. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989b [1969]. p. 43-67.

BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1991b [1958]. p. 285-293.

CARDOSO, J. F. *Princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios de linguagem*. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CATÃO, I. *O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. São Paulo: Instituto Langage, 2009.

FLORES, M. R.; SOUZA, A. P. R. de. Diálogo de pais e bebês em situação de risco ao desenvolvimento. *Revista CEFAC*, Campinas, SP, v. 16, n. 4, p. 840-852, 2014.

KUPFER, M. C. *et al.* Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. *Lat. Am. Journal of Fund. Psychopath*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 48-68, maio 2009.

LAZNIK, M. C. *A hora e a vez do bebê*. São Paulo: Instituto Langage, 2013.

LAZNIK, M. C. Podemos pensar uma clínica do nó borromeo que distingue a psicose e o autismo nos bebês? In: LAZNIK, M. C.; TOUATI, B.; BURSZTEJN, C. *Distinção clínica e teórica entre autismo e psicose na infância*. São Paulo: Instituto Langage, 2016. p. 27-55.

PARLATO-OLIVEIRA, E. *Saberes do bebê*. São Paulo: Instituto Langage, 2019.

ROTH VAN HOOGSTRATEN, A. M. J. *Análise do funcionamento de linguagem na avaliação de sofrimento psíquico em bebês*. 2020. Tese (Doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

SILVA, C. L. C. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, A. P. R. de. *A clínica fonoaudiológica de linguagem com crianças pequenas e seus familiares*. Santa Maria: Editora da UFSM, [no prelo].

SOUZA, A. P. R. de; FLORES, V. do N. A passagem de locutor a sujeito como efeito do processo de apropriação na clínica da infância: estudo de um caso. In: BUSNEL, M. C.; MELGAÇO, R. G. (org.). *O bebê e as palavras: uma visão transdisciplinar sobre o bebê*. São Paulo: Instituto Langage, 2013. p. 185-200.

SURREAUX, L. M. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

XII - O falante e a língua: sobre processos de associação linguística em Freud e Benveniste e a clínica dos distúrbios de linguagem

Jefferson Lopes Cardoso (UFRGS)
jeflcardoso@hotmail.com

1. Introdução

O trabalho traz em seu escopo uma reflexão sobre a relação do falante com a língua. Mais especificamente sobre quando essa relação é pensada na Clínica dos Distúrbios de Linguagem.¹ Para levar essa reflexão a cabo, são discutidos os processos de associação linguística referidos nos estudos de Émile Benveniste e de Sigmund Freud. A partir das formulações feitas por esses autores destacam-se, em linhas gerais, algumas particularidades do processo de associação linguística relacionadas aos sujeitos que apresentam algum distúrbio de linguagem.² Em Freud, é abordado o processo de associação da palavra formulado no trabalho *A interpretação das afasias*, escrito em 1891. Em Benveniste, é abordado o processo de associação linguística entre os planos semiótico e semântico da língua referido no texto “A forma e o sentido na linguagem”, escrito em 1966, e no “A semiologia da língua”, escrito em 1969.

1 O sintagma Clínica dos Distúrbios de Linguagem abriga um conceito de clínica (CARDOSO, 2010). Trata-se de uma noção de clínica que acredita na impossibilidade de separação do sintoma de linguagem daquele que enuncia. Uma clínica em que os ditos *distúrbios de linguagem* são entendidos como manifestações singulares de linguagem que escapam à regra. São manifestações de um sujeito que, ao falar, ou não falar, marca uma posição na linguagem.

2 A expressão *distúrbios de linguagem* denomina o conjunto das manifestações de linguagem de um sujeito que comparecem na instância clínica. Estão incluídas nessa designação desde manifestações decorrentes de problemas neurosensoriais, anatômicos, intelectuais, motores, neurológicos, de estrutura psicológica, entre outros, até as manifestações de linguagem presentes em quadros sindrômicos, com ou sem etiologia orgânica definida.

2. Sigmund Freud e as associações da representação da palavra

Freud (1977), em *A interpretação das afasias*, faz um estudo detalhado sobre as afasias.³ O seu trabalho contém uma crítica à *teoria das localizações*, a qual preconiza que as funções do sistema nervoso central têm sua sede em regiões determinadas do cérebro, sendo o processo fisiológico da linguagem um reflexo cerebral. Em sua tese, Freud explica as perturbações da linguagem com base numa tal estrutura do aparelho de linguagem. Para ele, as perturbações de linguagem ensinam sobre o funcionamento desse aparelho. O interessante é que já no primeiro parágrafo de sua obra Freud utiliza a expressão “aparelho associativo de linguagem”:

[...] a parafasia observada em alguns doentes não se distingue em nada daquela troca ou mutilação de palavras que quem é saudável pode encontrar em si próprio em caso de cansaço ou de atenção distraída ou sob a influência de estados afectivos que o perturbam [...]. É óbvio considerar a parafasia na sua vasta acepção como um sintoma puramente funcional, como um sinal de funcionalidade reduzida do aparelho associativo da linguagem (FREUD, 1977, p. 35).

Alguns leitores da obra freudiana afirmam que em *A interpretação das afasias* o psicanalista faz linguística, em muitos aspectos para além de Roman Jakobson. Para esses leitores, nesse estudo está presente a superação rígida entre *normal versus patológico*, e uma antecipação da teoria sobre o ato falho, o chiste e o lapso como exemplos de condensação e deslocamento operados pela linguagem. Garcia-Roza (1991) é um dos que concorda que, mesmo que não haja uma intenção declarada, o estudo de Freud sobre as afasias contém algumas antecipações de conceitos desenvolvidos posteriormente nos textos psicanalíticos. No entanto, o autor não crê que o texto freudiano seja de linguística. Para ele, “o texto freudiano é um texto de neurologia. O que podemos dizer é que, enquanto texto de neurologia da época, e que aponta para uma

3 Afasia é um distúrbio de linguagem que afeta a capacidade de comunicação de uma pessoa. Geralmente acontece por alguma lesão ou acidente vascular cerebral (AVC). Para os nossos interesses neste trabalho, citamos apenas, de forma muito resumida, dois dos tipos de afasia analisadas por Freud: a) *afasia sensorial*/área de Wernicke, em que a compreensão é afetada, mas preserva a articulação da fala – que pode ser caracterizada como “estilo telegráfico”, com sílabas sem sentido, com nenhuma palavra compreensível, com o empobrecimento de partes do discurso (substantivos, adjetivos, verbos etc.) b) *afasia motora*/área de Broca, em que a “fala” é afetada, mas preserva o aspecto compreensivo da linguagem – o falar espontâneo é impossível, mas a repetição e a leitura em voz alta podem acontecer.

problemática que não é mais, sequer, a da própria neurologia, mas que também não é da linguística, mas sim da psicanálise” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 29).

Ao abordar a relação entre o psíquico (psicológico) e o fisiológico, Freud questiona o fato de que, para a medicina da época, uma representação seja o efeito mecânico da estimulação periférica, ou, mais amplamente, de que o processo psicológico seja um epifenômeno ou uma duplicação mecânica do processo fisiológico. Para ele, “[...] a cadeia dos processos fisiológicos no sistema nervoso não está em relação de causalidade com os processos psíquicos [...]. O psíquico é um processo paralelo ao fisiológico” (FREUD, 1977, p. 56).

Nesses termos, não há uma relação mecânica entre elementos sensoriais (impressões) e elementos psíquicos (representações), mas um paralelo entre essas duas ordens de processos. Para Freud, não podemos ter uma sensação sem logo associá-la, logo “*sensação e associação* são dois nomes com que designamos duas diferentes perspectivas do mesmo processo” (FREUD, 1977, p. 57).

É então que, para mostrar o que é que o estudo das perturbações de linguagem nos ensina, em torno das funções do aparelho de linguagem, separa o aspecto psicológico do anatômico. Nessa direção a ênfase vai para a psicologia, cuja unidade da função da linguagem é a palavra. A palavra que, como destaca Freud, é uma complexa representação composta por elementos acústicos, visuais e cinestésicos. Segundo Freud, “geralmente são mencionadas quatro componentes da representação da palavra: a imagem acústica, a imagem visual de uma letra, a imagem motora da linguagem, e a imagem motora do escrever” (FREUD, 1977, p. 67).

Mas são as associações as responsáveis pela estruturação do aparelho de linguagem. E aqui é importante distinguir os dois tipos de associação que entram no jogo da representação da palavra: a) associação enquanto relação entre termos que articula os vários elementos (acústico, visual e cinestésico) que formam uma representação-palavra; b) associação da representação-palavra com as demais representações-palavra, o que Freud denomina de *superassociação*.

Evidentemente, as associações da língua com que trabalha a nossa capacidade linguística são capazes de uma *superassociação* e nós damos-lhe claramente conta deste processo porquanto só com dificuldade executamos as novas associações, pelo que *o que é superassociado é danificado antes do associado primário, em todo o lado onde exista a lesão* (FREUD, 1977, p. 611, grifos do autor).

É a *superassociação* que nos interessa em especial, essa associação de associações. A complexidade do processo associativo entre palavras se mostra

quando o analisamos em cada uma das atividades humanas. Sobre as atividades, Freud cita: o aprender a falar; o aprender uma língua; o aprender a soletrar; o aprender a ler; o aprender a escrever. Entre essas atividades, sublinhamos aquela que realizamos quando aprendemos a falar.

Aprendemos a *falar* na medida em que associamos uma *imagem acústica da palavra* com uma *sensação a nível de inervação da palavra*. Quando falamos chegamos à posse de uma *representação motora da linguagem*. [...] após falar obtemos uma *imagem acústica* da palavra pronunciada. Enquanto não tivermos desenvolvido ulteriormente a nossa linguagem, basta que essa segunda imagem acústica seja associada à primeira, não é necessário que seja igual. [...] comportamo-nos como quem está atingido pela afasia motora, associando o som a nós estranho de diversas palavras com um único som produzido por nós (FREUD, 1977, p. 67, grifos do autor).

Em outras palavras, a criança associa a imagem acústica da palavra que quer falar à imagem acústica de outra palavra, já falada por ela. Assim, produz a mesma materialidade sonora para diferentes palavras. Ou, de outra forma, produz diferentes sons de acordo com as suas possibilidades de produção (associações).

3. Émile Benveniste e as associações linguísticas na língua

Na análise de alguns textos de Benveniste, se observa que a significação assume, progressivamente, o *status* de conceito operatório (NORMAND, 1996). A primazia dada à questão da significação fica mais transparente, em especial, no estudo semiológico empreendido pelo autor. A temática acerca da significação está presente, especialmente, na conferência, proferida por Benveniste em um congresso de filosofia em 1966: “A forma e o sentido na linguagem”.

A discussão em torno das noções de *forma* e *sentido* vai promover o estudo semiológico empreendido por Benveniste. A defesa desse estudo é mais visível em “A semiologia da língua”, escrito em 1969, no qual é indicada a construção de uma semiologia de “segunda geração”, que irá contribuir, segundo o linguista, para o desenvolvimento de outros ramos da semiologia geral. É assim que o interesse pela *significação*, tanto em relação aos sistemas de signos em geral – texto de 1969 – como em relação ao estudo da língua – no texto de 1966 –, leva Benveniste a distinguir dois modos distintos de significância que estão combinados na língua: modo semiótico e modo semântico.

A distinção de duas maneiras de ser língua – semiótica e semântica – tem como base um duplo aspecto: o caráter significante da língua; e “o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido” (BENVENISTE, 1989, p. 224). É tomando por base esses aspectos que Benveniste pretende avançar na noção, muito geral, de significação encontrada na ideia de signo em Saussure. A proposta então é ir além de Saussure na análise da língua como sistema significante. Essa proposta, em que os dois modos de língua estão implicados, vai considerar o *signo* como sendo a *unidade semiótica* e a *frase* como a *unidade semântica*. É assim que, para explicar os dois modos de ser da língua, Benveniste faz intervir os pontos de vista – da *forma* e do *sentido* – sobre o signo e sobre a frase.

Resumimos essa dupla intervenção. A esfera semiótica, cuja unidade é o signo, tem *forma* e *sentido*. O *significante*, que é forma em relação à unidade signo, tem *forma* (estrutura formal do significante) e tem *sentido* (função distintiva). A outra face do signo, o *significado*, que é sentido em relação à unidade signo, tem *forma* (reconhecimento e uso) e tem *sentido* (significa). Reconhece-se, assim, a dupla incidência dessas noções sobre o plano semiótico da língua.

Indo para o plano semântico, a unidade é a *frase*. Assim como na esfera semiótica, no semântico as noções de *forma* e *sentido* vão coexistir. A síntese dessa coexistência pode ser representada pelo argumento de Benveniste de que o *sentido* se realiza formalmente na língua pela escolha e pelo agenciamento de palavras (BENVENISTE, 1989, p. 230). Para ele, no discurso não há signos, mas palavras que são agenciadas pelo locutor em circunstâncias únicas. Ao serem agenciadas, essas palavras passam a integrar a frase que, segundo Benveniste, é a expressão semântica por excelência. Como diz o autor: “Afinal, é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases” (BENVENISTE, 1989, p. 228).

Se a *forma*, no semântico, corresponde ao agenciamento das palavras no sintagma, o *sentido* é a ideia que a frase exprime. Nesse ponto, Benveniste trata de uma questão que, segundo ele, é muito difícil: “ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’ (BENVENISTE, 1989, p. 83). Essa questão, mesmo que formulada textualmente em trabalho posterior, ganha um destaque especial quando Benveniste discute a esfera semântica da língua. O estudo sobre o “sentido” é relevado no quadro teórico do autor, e quando ele diz que a ideia só encontra forma num agenciamento sintagmático, está enfatizando que a *forma* e o *sentido na linguagem* devem ser compreendidos no funcionamento da língua.

Da divisão entre os dois modos de língua – semiótico e semântico – decorrem outros aspectos fundamentais para o entendimento da teoria enunciativa de Benveniste. Um desses aspectos é o debate acerca da diferença, do ponto de vista do sentido, entre a concepção de frase e de palavra. O sentido de uma frase equivale a sua ideia, e o sentido de uma palavra é o seu emprego. Ao usar a palavra, o locutor sai do plano semiótico e entra no plano do semântico. Podemos dizer então que a palavra é o elemento que articula: língua e discurso. Se no interior da língua o signo tem caráter distintivo e conceito genérico, no plano semântico a frase, composta por palavras, é que materializa a ideia num “aqui” e “agora”. Portanto a ideia, sempre única, é especificada pelo locutor no uso singular que este faz do sistema da língua.

Outro aspecto a destacar, que deriva do primeiro, é a questão da referência nessa dupla abordagem da língua. Se na esfera semiótica não há referência, visto que o signo é intralinguístico, no semântico a referência é à situação de discurso. É isso que faz da frase sempre um acontecimento diferente: ser referida num tempo presente, através de um conjunto cada vez único de circunstâncias.

Um terceiro aspecto é o de que os critérios de validade para a existência desses dois “modos de ser” da língua dependem de duas faculdades também distintas para o falante: de um lado, o signo deve ser reconhecido; de outro, o discurso deve ser compreendido. Sobre essas faculdades, Benveniste diz algo de especial interesse para este trabalho:

A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra. *Nas formas patológicas da linguagem, as duas faculdades estão frequentemente dissociadas* (BENVENISTE, 1989, p. 66, grifos nossos).

Ao afirmar que nas “formas patológicas” há uma dissociação, uma disjunção, entre o semiótico e o semântico, pode-se concluir que o inverso é verdadeiro. Ou seja, em condições ditas “normais”, o processo associativo entre os dois planos da língua – semiótico e semântico – é necessário para que o sujeito enuncie. Se por um lado, como diz Benveniste, “do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo” (BENVENISTE, 1989, p. 66), por outro lado há associação.

Indo ao encontro da Clínica dos Distúrbios de Linguagem, pensamos que nas “formas patológicas” o hiato que separa semiótico e semântico tem sua dimensão ampliada, de tal maneira que, para o sujeito com distúrbio de

linguagem, essa necessária associação se desfaz. Como diz Flores, “O falante, nesse caso, não se situa na aporia do hiato que há entre semiótico e semântico, na eterna operação de conversão da língua em discurso; ele se perde entre o semiótico e o semântico” (FLORES, 2019, p. 293).

4. Questão para a Clínica dos Distúrbios de Linguagem

Abrimos este item com a seguinte questão: Como se configuram as associações linguísticas nos casos em que há um *distúrbio de linguagem*?

Partimos do princípio de que os *distúrbios de linguagem* se caracterizam por uma dissociação específica da isomorfia *forma/sentido*. Tal dissociação, sabemos, não é exclusiva dos *distúrbios de linguagem*. Ela é, também, perceptível na linguagem ordinária, visto que há muito se questiona a existência de relações biunívocas entre os elementos formais da língua e o sentido que esses elementos veiculam. As teorias linguísticas, em geral, problematizam a existência de um isomorfismo absoluto nas línguas e mesmo entre as línguas. Porém, a questão que se impõe, do nosso ponto de vista, é que em casos de *distúrbios de linguagem* essa dissociação da relação *forma/sentido* tem especificidades que podem ser determinantes de uma não compreensão do sentido.

A quebra da isomorfia *forma/sentido*, nesses casos, tem uma particularidade que está relacionada aos aspectos de reconhecimento e de compreensão das unidades da língua (cf. 3). Em todos os casos de *distúrbios de linguagem*, independentemente do tipo de alteração, é o uso da língua que é colocado em questão. Todos, cada um com a sua particularidade, refletem ou um problema de reconhecimento do signo, ou uma dificuldade na compreensão da “ideia”, ou, ainda, um problema em que ambos os aspectos estão em jogo.

Assim, na clínica, o problema das associações linguísticas acontece por diferentes tipos de relação: entre o signo e a palavra/frase; entre o sentido e a estrutura formal do significante; entre a imagem acústica e o significado; entre a ideia e o agenciamento sintático; entre a imagem acústica de um signo e a imagem acústica de outro signo etc. Essa complexidade precisa ser compreendida e considerada pelo fonoaudiólogo no seu trabalho clínico.

5. Conclusões

Nossas conclusões são de caráter geral, e podem ser divididas em dois grupos: no primeiro grupo estão as conclusões em relação aos autores Freud e

Benveniste; no segundo grupo estão as conclusões relacionadas à Clínica dos Distúrbios de Linguagem/ao clínico.

Em relação aos autores: ambos fazem referência aos processos associativos linguísticos; consideram o funcionamento de linguagem/uso como elemento central relacionado à fala; mencionam a implicação dos processos de associação no distúrbio de linguagem.

Em relação à clínica/ao clínico: é importante que o fonoaudiólogo considere o falante e as relações que mantém com a língua por meio do outro/interlocutor; que entenda e reflita sobre a complexidade dos processos associativos linguísticos no seu trabalho clínico; que possibilite ao paciente a construção de associações linguísticas, considerando os aspectos relacionados à forma e ao sentido da linguagem.

Referências

BENVENISTE, É. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 221-242.

BENVENISTE, É. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 43-67.

CARDOSO, J. L. *Princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios de linguagem*. 2010. 102 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FLORES, V. do N. *O escafandro e a borboleta* ou o testemunho da fala que falta ao falante. In: FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 273-300.

FREUD, S. *A interpretação das afasias*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana* – 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996. p. 128-152.

XIII - Benveniste e a descoberta freudiana: uma função da linguagem ou um sexto aspecto da enunciação?¹

Silvana Silva (UFRGS)
ssilvana2011@gmail.com

1. Contexto e justificativa

Benveniste é um linguista que, como poucos, soube estabelecer interlocução com as ciências conexas. Flores (2005) reconhece, inclusive, uma face interdisciplinar em seu fazer. Uma afirmação de seu texto já nos remete a um conceito linguístico necessário para tal articulação: a simbolização. Vejamos: “O interessante nesse vértice é a possibilidade de pensar a linguagem – talvez fosse melhor dizer *o simbólico* – como uma dimensão constitutiva de toda produção humana” (FLORES, 2005, p. 132, grifos nossos).

Este capítulo pretende explorar o(s) sentido(s) que o linguista deu à linguagem no que chamou “a descoberta freudiana” no texto “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” (1956, *PLG F*). Sendo o inconsciente um dos conceitos basilares da Psicanálise, entendemos que Benveniste estabelece importantes reflexões sobre as relações entre a linguagem e esse grande desconhecido do homem. No entanto, o texto de 1956 é relativamente pouco comentado pelos especialistas, fato que dificulta o estabelecimento de relações epistemológicas.

2. Objetivo e atravessamentos

Para pavimentar um pouco esse caminho, o objetivo desse trabalho é avaliar se as reflexões de “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” (1956, *PLG I*) podem fazer alguma repercussão à noção de “enunciação” tal como entendido na elaboração de Ono (2017).

1 Este trabalho é parte integrante das atividades de Pesquisa do Estágio Pós-Doutoral em Estudos Retóricos, na Université de Liège, Bélgica, sob a supervisão do professor Sémir Badir.

2 As edições brasileiras de *Problemas de linguística geral* de Émile Benveniste serão, aqui, referidas conforme o seguinte sistema: sigla da obra (*PLG*), indicação do volume (*I* ou *II*) e indicação da página, se for o caso.

O texto traz, no entanto uma dificuldade: há uma crítica de Benveniste a uma certa interpretação de Freud sobre *a natureza da linguagem* como contendo um aspecto supostamente “primitivo” ou “original”. Essa dificuldade será discutida a seguir.

Freud, no texto “O sentido antitético das palavras primitivas”, mostra que as línguas antigas apresentavam uma ambiguidade estrutural (duplo sentido) que poderia ser usada para compreender a linguagem dos sonhos (tese do linguista Abel). Segundo Benveniste, essa tese é totalmente equivocada, pois,

As distinções que cada língua manifesta devem ser relacionadas com a lógica particular que as sustenta e não submetidas de imediato a uma avaliação universal. A esse respeito, as línguas antigas ou arcaicas não são nem mais nem menos singulares do que as que falamos. [...] A pretensão de procurar nela essa distinção e não a encontrar realizada demonstraria a insensibilidade à contradição não na língua mas no pesquisador, pois é realmente um objetivo contraditório imputar ao mesmo tempo a uma língua o conhecimento de duas noções enquanto contrárias e a expressão dessas noções enquanto idênticas (BENVENISTE, 1989, p. 89).

Além disso, há no texto de Benveniste uma aproximação ao texto, quase contemporâneo, “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953) de Jacques Lacan, uma vez que o psicanalista introduz o domínio do “discurso concreto enquanto realidade transindividual do sujeito” bem como “operações da história para a emergência da verdade no real” na discussão sobre as proximidades entre linguística e psicanálise – conforme breve citação de Benveniste (1989, p. 83).

Abaixo, Benveniste destaca a propriedade geral das línguas e da linguagem nos seguintes termos:

Uma vez que pomos a linguagem organizada em correspondência com o psiquismo elementar, introduz-se no raciocínio um dado novo que rompe a simetria que pensávamos estabelecer. O próprio Freud, sem o saber, deu a prova disso no seu engenhoso ensaio sobre a negação. [...] O que subsiste então do recalque não é mais do que uma repugnância em se identificar com o conteúdo, mas o sujeito não tem mais poder sobre esse conteúdo. Ainda que o seu discurso possa prodigalizar as contestações mas não abolir a **propriedade fundamental da linguagem, que consiste em implicar em que “algo” corresponde àquilo que se enuncia – algo e não “nada”** (BENVENISTE, 1989, p. 91-92, grifos nossos).

Vemos na citação a seguir que a linguística pode apropriar, da psicanálise, a ideia de que há correspondência entre uma instância interna e uma externa ao sujeito. “Chegamos aqui ao problema essencial do qual todas essas discussões e o conjunto dos processos analíticos atestam a instância: o simbolismo. Toda a psicanálise se funda sobre uma teoria do símbolo. Ora, **a linguagem é apenas simbolismo.**” (BENVENISTE, 1989, p. 91-92, grifos nossos).

A partir de sua leitura do texto freudiano “Sobre o sentido antitético das palavras” (1910), citado por Benveniste, o psicanalista Jorge (2008, p. 113-116) posiciona-se sobre a suposta impossibilidade de articulação entre linguística e psicanálise – que, com a torção e a primazia de Lacan para o “significante”, poderia impossibilitar qualquer possibilidade de interdisciplinaridade – trazendo um elemento comum ao “inconsciente estruturado como uma linguagem” e a “linguagem”. Trata-se da **ambiguidade** da função simbólica da linguagem.

As línguas são totalmente permeadas pela ambiguidade da mesma forma que o sujeito do inconsciente é partido entre significantes e evasivo a toda e qualquer representação imaginária (JORGE, 2008, p. 114).

Eis o fascínio de Freud pelo “sentido antitético” das palavras, já que “é o simbólico – e apenas o simbólico – [que] permite que o sujeito transite por sua estruturação enquanto efeito do significante”, conclui Jorge (2008, p. 115).

Outro atravessamento da psicanálise na reflexão benvenistiana aparece no final do texto, quando Benveniste refere e reflete sobre o texto “A negativa” (FREUD, 1976 [1925]).

A negação é u’a maneira de tomar consciência do que se recalca, sem ser, entretanto uma admissão daquilo que se recalca. O resultado é uma espécie de admissão intelectual daquilo que se recalca. Não vemos, aqui, que o fator linguístico é decisivo nesse processo complexo, e que a negação é de certo modo constitutiva do conteúdo negado e, portanto, da emergência desse conteúdo na consciência e da supressão do recalque? (BENVENISTE, 1989, p. 91).

Logo, entendemos que a negação, “fator linguístico” – tanto quanto as imagens –, faz parte do chamado “inconsciente”.

A título de ilustração, recorremos a dois trabalhos de historicização do legado freudiano. A questão de fundo é a seguinte: em que período histórico se situam os textos freudianos que tratam da linguagem retomados por Benveniste? O biógrafo e historiador Gay (1989) divide a obra freudiana em três períodos, a saber: Fundamentos (1856-1905), Elaborações (1902-1915) e

Revisões (1915-1939). Já o psicanalista Quinodoz (2007) situa a obra freudiana nos seguintes períodos: Descoberta da psicanálise (1895-1910), Os anos da maturidade (1911-1920), Novas perspectivas (1920-1939). Observamos em ambas as periodizações que Benveniste retoma dois textos de períodos diferentes do legado de Freud. A nosso ver, esse fato revela que Benveniste era um conhecedor de nuances da obra freudiana.

A linguista Fenoglio (2019) manifesta-se de forma semelhante ao psicanalista Jorge (2008). Em estudo sobre as notas dos manuscritos de Benveniste, ela refere-se a uma nota do artigo de Benveniste nos seguintes termos:

Benveniste manifesta claramente sua apreciação positiva dos trabalhos de Freud e de sua descoberta freudiana. [...] A nota mostra que Benveniste passou do que parece ser um contrassenso da teoria freudiana a uma compreensão final do papel da linguagem na teoria psicanalítica. Nessa nota, uma fronteira é instituída entre a psicanálise e a linguística; no texto do artigo, a fronteira entre as disciplinas é certamente mantida, mas sem oposição (FENOGLIO, 2019, p. 128-129).

Poderíamos nos perguntar o que exatamente Fenoglio (2019) quer dizer com a expressão ambígua “fronteira mantida mas sem oposição”. A própria palavra *correspondência*, que captamos do discurso benvenistiano, nos ajuda a compreender: para atravessar a “fronteira” entre o âmbito da psicanálise – a constituição subjetiva – e o âmbito da linguística – a constituição do sentido da palavra –, é necessária uma condição: a correspondência. Correspondência entre um “sentido” e uma “figura”, entre uma “significância” e uma “afirmação recalcada”. É claro que tal “correspondência” se realiza às expensas, muitas vezes, de um grande sofrimento do sujeito que, justamente, coloca o analista no lugar do outro, para poder receber em algum momento o “retorno” de sua fala e assim captar o sentido de sua própria – e não escutada – enunciação. Ainda nesse sentido e dependendo da situação (psic)analítica, tal “correspondência” coloca em relação “grandes massas de conteúdo verbal” – para usar uma terminologia à moda freudiana – e uma grande metáfora. É aí que a escuta ou a fala do analista pode ajudar o sujeito a “digerir” tais correspondências, “quebrando-as” em unidades menores, mais palatáveis ao analisando.

No próximo item, aprofundaremos a leitura de “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” (1956, *PLG I*), procurando relacioná-la com a questão do título de nosso texto.

3. O aspecto correspondencial na e pela linguagem

Uma questão a explorar é a relação entre o processo geral de “correspondência” e procedimentos linguísticos particulares, tais como a formação de figuras de linguagem. Benveniste, em extenso parágrafo, nos lança a investigar essa intrincada relação.

A continuarmos essa comparação, tomaríamos o caminho de fecundas comparações entre a simbólica do inconsciente e certos processos típicos da subjetividade manifestada no discurso. Pode-se, ao nível da linguagem, precisar: trata-se dos processos *estilísticos* do discurso. De fato, é no estilo mais que na língua, que veríamos um termo de comparação com as propriedades que Freud desvendou como sinaléticas da “linguagem” onírica. Ficamos impressionados com as analogias que aqui se esboçam. O inconsciente emprega uma verdadeira “retórica” que, como o estilo, tem as suas “figuras”, e o velho catálogo dos tropos proporcionaria um inventário apropriado aos dois registros da expressão. Encontram-se aí, num e noutro, todos os processos de substituição engendrados pelo tabu: o eufemismo, a alusão, a antífrase, a preterição, a litotes. A natureza do conteúdo evidenciará todas as formas da metáfora, pois é de uma conversão metafórica que os símbolos do inconsciente tiram o seu sentido e ao mesmo tempo a sua dificuldade (BENVENISTE, 1989, p. 93-94).

Ono (2017) coteja cinco aspectos da enunciação, a saber, o aspecto vocal, o aspecto operacional de conversão da língua em discurso, o aspecto individual, o aspecto alteritário e o aspecto referencial, tomando como ponto de chegada o texto “O aparelho formal da enunciação”. A questão de fundo que nos move é a seguinte: o conceito de enunciação do texto de 1956 revela tão somente uma “função” da linguagem ou constitui um sexto aspecto da enunciação?

Uma primeira exploração do texto nos mostra que, apesar de Benveniste fazer um esforço para demonstrar que, na situação de análise, há uma oposição entre “dois” discursos – o do inconsciente e o consciente, atribuindo a essa duplicidade a ideia de “função” de linguagem, tal duplicidade acrescenta uma faceta ao fenômeno multifacetado da “enunciação”.

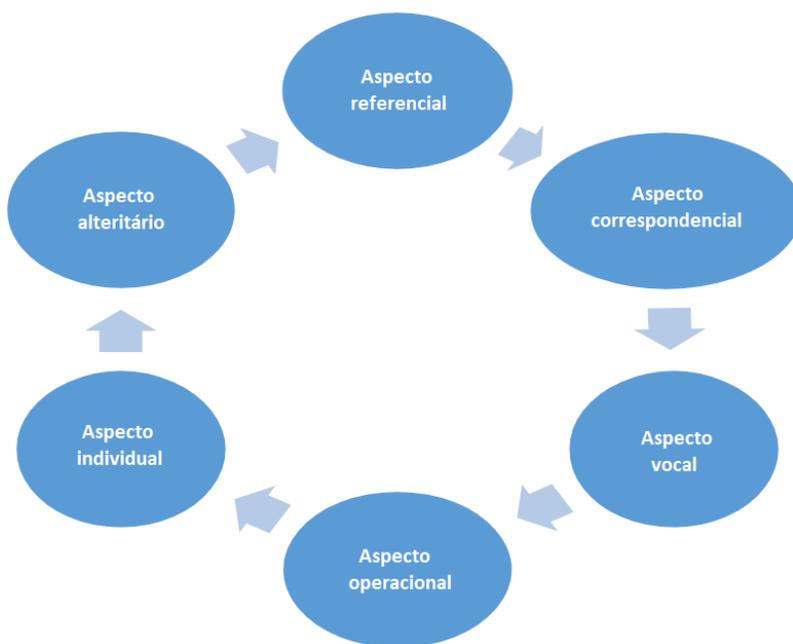
Essa faceta é justamente o fato de que se a “enunciação” contém um “aparelho” e o psiquismo, em termos freudianos, em especial a partir da segunda tópica do inconsciente, apresenta igualmente um “aparelho”, o texto “Observações...” nos permitiria pensar em um “duplo aparelho”: um aparelho que estabelece a interlocução e outro que deseja ser escutado.

A esse sexto aspecto chamaremos de *função correspondencial* da linguagem: ao analista cabe estabelecer uma “escuta” entre as figuras e estilos “retóricos” do aparelho inconsciente e as narrativas que o locutor conta sobre si mesmo em situação de análise.

A retomada estratégica de Benveniste do texto “A negativa” de Freud revela que tal aparelho opera na passagem de uma “(de)núnciação” de um dizer recalcado no inconsciente a uma assunção de tal dizer na e pela situação analítica. Assumimos, por fim, a tarefa de descrever tal “duplo aparelho formal da (de)núnciação” em seu desdobramento em “aparelho formal da(outra) enunciação”, que consistiria na renovação da palavra e dos sentidos, pela extração de um sentido “latente” dentro da palavra, uma afirmação dentro de outra desafirmação, experiência crucial no campo da fala em análise.

Abaixo, demonstramos em que “lugar” situamos o dito *aspecto correspondencial* da linguagem.

Figura 1 — O lugar do aspecto correspondencial na enunciação



Fonte: Elaboração própria.

Retomando os cinco aspectos de Ono (2017), acrescentamos um “sexto” aspecto, o *correspondencial*, que, a nosso ver, estaria localizado entre o aspecto

vocal e o aspecto referencial. De fato, é na escuta, no retorno do dizer do analisando para si mesmo, espécie de voz em eco e em dissolução, que a correspondência entre uma enunciação mais ou menos dolorosa e um fragmento, uma figura do inconsciente, que o sujeito reconhece um *processo estilístico de seu discurso*. Nesse reconhecimento, o analisando pode referir, correferir novamente e, assim, recriar novos sentidos, novas relações referenciais e, conseqüentemente, armazenar novas figuras estilísticas.

Em nossa pesquisa de pós-doutorado, destacamos a dimensão da articulação entre os operadores conceituais gesto e figura de linguagem – a partir de nossa leitura do legado retórico para o campo enunciativo – para a compreensão do fenômeno da expressão, organização e ocultação do “desejo na linguagem” (LYOTARD, 1971). A leitura e a análise-piloto da obra *Fragmentos de um discurso amoroso*, de Roland Barthes, nos conduziram a um terceiro elemento articulador: o afeto ou a atitude linguística.

Assim, a partir da análise da obra de Barthes (1994), entendemos que os *processos estilísticos do discurso*³ a que se refere Benveniste na conclusão do artigo são compostos de:

1. **Gesto:** mobilização ou deslocamento de figuras para constituição de outro espaço de dizer
2. **Figura:** fixação de conteúdos em formas simbólicas
3. **Afeto:** conteúdo (recalcado) que mobiliza a produção de figura e de gesto

Ainda considerando que o aspecto correspondencial pode ser visto como um “nível de análise”, e o entendendo como intermediário entre o nível dos processos estilísticos do discurso (ou da língua, ou seja, mais ou menos “inconscientes”) e da construção atual da autorreferência no discurso, esmiuçamos, abaixo, seus elementos constitutivos e algumas de suas relações. Esse nível é composto, a nosso ver, de dois processos principais:

1. Na junção entre gesto e figura, há a formação de uma **fixação** em formas de dizer(-se), isto é, a própria constituição da “personalidade” do sujeito, isto é, seu “jeito” de dizer(-se).
2. Na passagem do afeto para o nível enunciativo, há o **recalcamento** de algumas (muitas) formas linguísticas ou mesmo o deslocamento, a substituição, constituindo assim uma forma de o sujeito driblar os

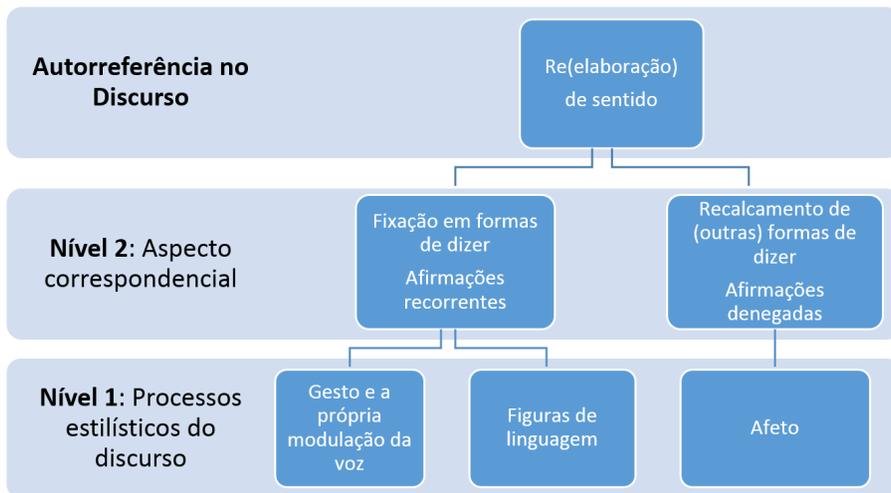
3 Para mais esclarecimentos, remetemos o leitor a nosso estudo sobre as relações epistemológicas entre gesto e figura em discursos (SILVA, 2022, no prelo).

interditos da linguagem em relação a certos “afetos” inapropriados na sua relação com a sociedade.

Esses dois processos básicos – fixação e recalçamento – se juntam, por fim, na elaboração e reelaboração contínua do sujeito em seu discurso.

Vejamos, em esquema, adaptado da descrição de Silva (2020) para um processo de semantização do discurso.

Figura 2 — Aparelho formal da (de)núnciação



Fonte: Elaboração própria (adaptado de SILVA, 2020).

Não é objetivo deste artigo tornar essa explicação mais complexa do que o esquema genérico aqui aplicado, mas talvez esse dispositivo possa ter alguma relevância clínica. Entendemos inclusive que em algumas situações possa não haver uma simples “convergência” entre fixação e recalçamento, mas de fato dissociação e desconstrução.

4. Considerações finais

Como vimos, o objetivo deste trabalho não foi o de destacar a “função da linguagem” na descoberta freudiana, mas fazer o percurso inverso: o de observar se a “função do inconsciente” faz sentido para a linguística.

De maneira geral, podemos constatar que tal função está atrelada a um sexto aspecto da enunciação, a que chamamos *aspecto correspondencial*, o qual, a nosso ver, coloca em relação paradoxal afirmações recorrentes e afirmações

denegadas na reconstrução que o sujeito faz para elaborar a autorreferência que constitui o ponto de ancoragem de sua enunciação.

Nesse sentido, esperamos ampliar a discussão operacional de tal aspecto, em especial a partir do conceito de processos estilísticos do discurso. É a tarefa alçada.

Referências

BARTHES, R. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Tradução de Hortênsia dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1990. p. 81-92.

BENVENISTE, É. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 81-96.

FENOGLIO, I. As notas de trabalho de Benveniste: onde o pensamento teórico nasce via enunciação. In: FENOGLIO, I. *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*. Tradução de Valdir do Nascimento Flores, Veronica Galindez e Heloisa Monteiro Rosário. Brasília: Editora da UnB, 2019. p. 115-152.

FLORES, V. do N. Por que gosto de Benveniste? (Um ensaio sobre a singularidade do homem na língua). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 217-230, dez. 2005.

FREUD, S. A negativa. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. XIX. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 293-301.

GAY, P. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JORGE, M. A. C. A controvérsia Freud-Benveniste. In: JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 112-116.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 238-323.

LYOTARD, J. F. *Discours, figure*. Paris: Klincksieck, 1971.

ONO, A. *La notion d'énonciation chez Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

QUINODOZ, J. M. *Ler Freud: guia de leitura da obra freudiana*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SILVA, S. A semantização da noção de Ensino Remoto Emergencial na comunidade Academia Pandêmica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 35, *online*, 2020. *Anais [...]*. [S. l.]: ANPOLL, 2020. Disponível em: <https://anpoll.org.br/enanpoll-2020-anais/resumos/digitados/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0133-1.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SILVA, S. *Gesto & figura: história, teorias e análises*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2022 [no prelo].

XIV - O ato enunciativo de narrar: a constituição do indivíduo na sociedade

Marlete Sandra Diedrich (UPF)
marlete@upf.br

1. Palavras iniciais

O tema desta reflexão é a concepção do ato enunciativo de narrar e seu papel na constituição do indivíduo na sociedade. A proposta encontra sua motivação na afirmação de Benveniste (2005) acerca do poder simbólico da linguagem manifestado na narrativa, o qual é referido pelo linguista no texto “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, originalmente publicado em 1963, e integrante da obra *Problemas de linguística geral I* (2005). A partir do olhar benvenistiano, reflete-se, nesta proposta, sobre o ato de narrar sob dois enfoques que se relacionam entre si: o primeiro deles diz respeito à realização do ato de narrar na relação língua-discurso; o segundo se refere ao ato de narrar na constituição do homem na relação indivíduo-sociedade. A proposta tem por objetivo, ao assumir os dois enfoques em inter-relação, situar o ato de narrar no simbólico da linguagem e evidenciar sua importância na constituição do indivíduo na sociedade. Não se trata, portanto, de uma divisão teórica dos conceitos e princípios derivados da leitura que se faz dos trabalhos de Benveniste, mas do estabelecimento de determinadas relações entre eles, numa abertura dos estudos linguísticos na busca de se contemplar a implicação existente entre homem, língua e sociedade a partir da propriedade simbólica da linguagem.

Tal abertura, em nossa opinião, aproxima a reflexão aqui apresentada do que afirma Flores (2019) acerca da antropologia da enunciação, entendida pelo referido autor como “o estudo de um saber sobre o homem que advém de sua capacidade de enunciar” (FLORES, 2019, p. 246). Nesse sentido, apoiamos-nos no argumento de que:

O *Homo loquens* é constituído na linguagem, e sua natureza é feita de linguagem. Ele é sujeito por ser falante, um sujeito falante. Assim, antes de ser uma categoria da antropologia da enunciação, ele é a sua

condição. Por isso, a enunciação do *Homo loquens* deixa à mostra um saber sobre a sua natureza, sobre os efeitos da presença da língua nele (FLORES, 2019, p. 269).

Acreditamos ser possível acessar o saber referido por Flores (2019) com o enfoque que pretendemos dar ao ato enunciativo de narrar. Ao narrar, o falante ocupa seu lugar na estrutura enunciativa e mobiliza, desse lugar, a língua em instâncias enunciativas de tal forma que explicita, em seu ato, os efeitos da presença da língua em sua constituição. Como já referido, trata-se tão somente de uma aproximação teórica, embora não tenhamos, ainda, desenvolvidas, por completo, as implicações dessa questão em nossa proposta. Por ora, limitamo-nos ao reconhecimento da possibilidade de vermos a narrativa como elemento constitutivo do saber apontado por Flores (2019). A certeza que temos, por outro lado, é de que, ao nos voltarmos para o estudo da narrativa como ato enunciativo e seu papel na constituição do indivíduo na sociedade, necessitamos reservar um lugar de destaque ao homem.

Sendo assim, organizamos este capítulo da seguinte forma: após estas considerações iniciais, discutimos o ato de narrar à luz do primeiro enfoque, o qual comporta a relação língua-discurso e configura um olhar para as questões enunciativas, mas não somente para elas. Segundo Flores (2013), o estudo da enunciação é parte importante da reflexão de Benveniste, mas perpassa a obra do autor o interesse maior pela presença do homem na linguagem. O primeiro enfoque abre possibilidades para pensarmos questões de significação implicadas nos deslocamentos percebidos do geral da língua para o particular do discurso por meio de formas complexas, como é o caso da concepção da narrativa que estamos aqui propondo e que convoca o olhar para a relação do falante com a língua mobilizada em suas narrativas. Na sequência, chegamos ao segundo enfoque, com o olhar voltado para a relação indivíduo-sociedade e a constituição do homem falante nessa relação. Esse enfoque só é possível em função do primeiro, uma vez que a condição do homem falante se dá na relação língua-discurso e é, para nós, essa condição que o alça à sociedade.

2. O ato enunciativo de narrar

Reconheçamos que o poder simbólico das narrativas marca a história da humanidade e de cada homem em particular. Estamos nos referindo, a título de exemplificação, às narrativas mitológicas, às narrativas dos diversos grupos humanos que povoam o mundo, às narrativas constituídas no universo particular de cada indivíduo na construção de sua própria historicidade. As

narrativas, indubitavelmente, representam parte importante da vida humana na linguagem. Elas têm sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, como a Literatura, a Antropologia, a Sociologia.

Para nós, elas têm representado uma interessante manifestação do deslocamento do homem no simbólico da linguagem:

Imaginemos o que seria a tarefa de representar visualmente a “criação do mundo” se fosse possível figurá-la em imagens pintadas, esculpidas ou semelhantes à custa de um trabalho insano; depois vejamos no que se torna a mesma história quando se realiza na narrativa, sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse, que faz tanto com tão pouco (BENVENISTE, 2005, p. 30-31).

Temos clareza de que, nessa referência à narrativa, não encontramos um detalhamento teórico de Benveniste sobre o termo, nem nos parece ter havido esse propósito na discussão apresentada pelo autor. Pelo contrário, o que se percebe é um uso de natureza ilustrativa, no qual a questão da narrativa sustenta a discussão acerca do poder simbólico da linguagem. No entanto, mesmo cientes do caráter ilustrativo dessa referência à narrativa, autorizamos-nos a nos deter um pouco mais sobre ela e discuti-la à luz de determinados princípios já conhecidos do autor.

Assim, detemo-nos na sucessão de “ruídozinhos vocais” que constitui a narrativa e *recria* realidades, representando um mundo na e pela linguagem. Já foi amplamente discutido, no universo dos estudos benvenistianos, o uso do prefixo *re* como um marcador de historicidade, numa dupla função em relação à narrativa: retoma o acontecimento no *aqui- agora* da enunciação, mas não como mera reprodução da realidade, uma vez que se trata de um movimento com *recriação* de um acontecimento na língua-discurso, em que o evento passado é revivido em um ato enunciativo presente, ou mesmo projetado para um futuro, com a atualização de formas e sentidos.

Há de se observar que, segundo Benveniste (2005), os ruídozinhos vocais se “dissipam apenas emitidos, apenas percebidos”. Ou seja, há um caráter efêmero na mobilização desses elementos; trata-se da efemeridade da enunciação: um ato individual de utilização da língua no *aqui* e no *agora*, capaz de expor o acontecimento de linguagem, mas sempre como um evento evanescente. A “sucessão dos ruídozinhos vocais” é por nós interpretada como a sintagmatização de formas, as quais, por sua combinação, derivam sentidos da língua

no discurso. Trata-se da semântica própria da língua-discurso, reveladora de determinados arranjos singulares para modos de narrar que reproduzem sentidos no discurso narrativo. Nesse caso, com Dessons (2006), vemos um discurso anterior ressoar em um discurso atual para evocar novos sentidos.

No entanto, ao afirmarmos nossas certezas acerca das relações língua-discurso advindas da leitura que fazemos da obra benvenistiana, temos clareza de que ainda não definimos o que estamos entendendo como *narrativa* no escopo de nossa abordagem, lacuna terminológica que precisa ser preenchida. Para tanto, somos influenciados sobremaneira por nossas demais atividades de pesquisas, as quais têm colocado como questão central o estudo da narrativa sob o olhar da perspectiva aquisicional enunciativa, com interesse centrado nos estudos da área de Aquisição da Linguagem (cf. DIEDRICH, 2020). Assim, muitas das leituras e discussões que empreendemos acerca da criança e de suas narrativas na aquisição da linguagem nos auxiliam também a pensar na definição de narrativa no universo dos estudos benvenistianos. Além disso, é importante registrar que esse conceito se encontra em fase embrionária e, como é de praxe no fazer científico, está sujeito a reformulações ao longo do processo de aprofundamento da pesquisa.

Para buscarmos um conceito de narrativa na abordagem proposta, voltamo-nos para a ideia de *acontecimento*. Tal ideia já se mostrou potente na citação do texto “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” com a qual abrimos esta seção: “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça” (BENVENISTE, 2005, p. 31). A narrativa, história que se realiza na e pela palavra, tem o poder de expor o acontecimento. Há de se registrar que o entendimento que temos do sentido de “expor” nessa passagem se distancia de qualquer interpretação que se volte para a ideia do decalque ou do espelhamento. Numa concepção enunciativa, como já afirmamos anteriormente, a ideia de “expor o acontecimento”, na relação língua-discurso, está muito mais atrelada ao sentido de “evocação”, elemento bastante presente na obra benvenistiana, como atestamos na descrição que o autor faz dos dois planos da linguagem:

De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua “evocação” (BENVENISTE, 2005, p. 30).

Ainda acerca da abordagem que Benveniste faz da ideia de acontecimento, encontramos outras referências em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguagem” que nos permitem relacionar o ato enunciativo de narrar à propriedade simbólica da linguagem:

Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade (BENVENISTE, 2005, p. 26).

Em destaque, aqui, a atividade de atualização do acontecimento no *aqui-agora* da enunciação, o que coloca em evidência a noção de temporalidade: tornar presente na relação entre *eu* e *tu* o acontecimento passado ou futuro. Há, sem dúvida, espaço para pensarmos, nesta abordagem, a relação do homem com a língua-discurso no ato de narrar: a) a relação intersubjetiva do *eu* com o *tu* em situação de diálogo; b) a relação do homem com a língua e com a propriedade significante cujas formas e sentidos se particularizam no *aqui-agora*; e c) a relação do homem com a cultura da qual faz parte, o que se dá na atualização de formas e sentidos da língua situada socialmente. Estamos nos referindo à “cultura” com base numa das definições que Benveniste formula para esse termo: “Chamo cultura ao *meio humano*, tudo o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo” (BENVENISTE, 2005, p. 31, grifo do autor).

Se a concepção do ato de narrar enunciativo nos leva a pensar na *atualização do acontecimento na linguagem*, faz-se necessário ainda expandirmos nosso olhar investigativo para outro texto de Benveniste, “O aparelho formal da enunciação”, texto de 1970, integrante da obra *Problemas de linguística geral II* (1989). Ao final do texto, Benveniste (1989, p. 90) afirma que “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso”. Afirma isso após referir a fraseologia, a oralidade, a distinção entre enunciação falada e escrita. Entendemos ser possível pensarmos na narrativa como uma forma complexa do discurso, conforme referência benvenistiana. Apoiamo-nos também no trabalho interpretativo de Flores e Teixeira:

Em síntese, caberia dizer que Benveniste, em seu último artigo, tematiza aspectos complexos do discurso que incluem fenômenos limite cuja repercussão social é inegável, que exigem da linguística partir de um quadro formal de enunciação, mas que a impede[m] de se manter no

interior desse quadro, dada a complexidade que têm (FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 6).

A narrativa, vista por nós como uma dessas formas complexas, convoca um olhar translinguístico para o dizer, o qual parte da enunciação, mas não se limita a ela, o que justifica a existência do segundo enfoque que aqui estamos propondo. Além disso, a ideia de complexidade é por nós tematizada por meio de um deslocamento do que propõem Flores e Teixeira (2013). Pensamos na *complexidade* como a característica das unidades formadas por outros elementos, a elas internos e cujo funcionamento é interdependente. Assim, a narrativa pode ser entendida como *forma complexa do discurso* porque mobiliza, na sua constituição, outros elementos enunciativos, dos quais se destacam as relações de tempo e de espaço, as quais têm seu funcionamento atrelado à unidade narrativa.

Com base nessas reflexões, definimos a narrativa como uma forma complexa do discurso resultante do ato enunciativo de narrar, por meio do qual o acontecimento, real ou imaginário, é reproduzido, e para o qual concorre a atualização de formas e sentidos. Apresentada essa definição, concluímos nosso enfoque 1. E é essa mesma conclusão que nos move ao enfrentamento do enfoque 2, o que fazemos na seção seguinte.

3. A constituição do homem na relação indivíduo-sociedade

Em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, texto de 1968, integrante de *Problemas de linguística geral II* (1989), o autor afirma:

Nada pode ser compreendido que não tenha sido reduzido à língua. Por consequência, a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama a sociedade (BENVENISTE, 1989, p. 100).

Com essa concepção, vemos a língua conter a sociedade em sua propriedade simbólica. São os valores culturais de uma sociedade¹ determinada que se imprimem nas narrativas mobilizadas pelo falante.

1 Para um estudo mais aprofundado sobre “sociedade” na concepção benvenistiana, sugerimos a leitura de Aresi (2020), tese na qual nos apoiamos para pensar algumas das questões aqui apresentadas.

É com o apoio de Flores (2019) que discorreremos: Se a linguagem é inerente à condição humana, representando nas línguas a mais alta forma de manifestação simbólica, é fato que isso se dá sempre por um ato de enunciação. Nesse ato, assumido como universal, uma vez que sua realização caracteriza todas as línguas, reafirma-se a propriedade humana da linguagem; mas, também, nesse ato, assumido como particular, uma vez que faz emergir a relação entre o geral do sistema e o particular do discurso, encontra-se a atualização da língua, a qual, em nosso raciocínio, permite a atualização do indivíduo na sociedade. Assumimos a ideia de que a mobilização de narrativas no diálogo permite ao homem a experiência subjetiva por meio da qual ele se situa na língua-discurso para se situar em relação aos elementos sociais e culturais que marcam sua existência. Assim, o homem falante se constitui indivíduo numa sociedade que constrói suas próprias narrativas, na relação indissociável entre indivíduo e sociedade. Dessons (2006) nos ajuda a compreender esse fato reconhecendo que a inclusão do falante em seu discurso, a cada enunciação, também insere, a cada vez, a pessoa na sociedade.

Ao narrar, o falante se insere numa sociedade que narra, que constrói mundos considerados reais ou fictícios nas e pelas narrativas mobilizadas. Faz isso à sua maneira, constituindo-se indivíduo — realidade particular — no geral da sociedade. Assim, indivíduo e sociedade se definem mutuamente. Para melhor entendermos o que estamos propondo, convocamos um recorte da obra literária *A contadora de filmes* (2014), de Hernán Letelier, a título de ilustração:

Eu chegava do cinema, tomava rapidinho uma xícara de chá (que deixavam pronto me esperando) e começava a minha função. De pé na frente deles, de costas para a parede pintada a cal, branca feito a tela do cinema, começava a contar o filme “de a a z”, como dizia meu pai, tratando de não esquecer nenhum detalhe, nem da história, nem dos diálogos, nem dos personagens.

Aliás, devo esclarecer aqui que não me mandavam para o cinema só por ser a única mulher da família e eles – meu pai e meus irmãos – serem cavalheiros com as damas. Não senhor. Eles me mandavam porque eu era a melhor contando filmes. Assim mesmo, como se ouve: a melhor contadora de filmes da família. Depois, passei a ser a melhor da viela e em pouco tempo a melhor do povoado.

Que eu saiba, não havia ninguém no povoado da Mina que ganhasse de mim na hora de contar filmes. Do tipo que fosse: de caubóis, de terror, de guerra, de marcianos, de amor. E, claro, os filmes mexicanos, que eram os que papai, como todo mundo que tinha vindo do sul, mais gostava.

E foi justamente com um filme mexicano, desses cheios de cantorias e muito choro, que ganhei meu título. Não foi nada fácil ganhar esse título.

Ou vocês acham que fui eleita só por causa da minha fina estampa? (LETELIER, 2014, n. p).

A personagem narra na particularidade do discurso outros mundos, decorrentes de outras experiências na linguagem. São essas outras experiências que se atualizam na relação intersubjetiva, num jogo de referências construídas com o outro. Ao dizer que começava a contar o filme “de a a z” e “tratando de não esquecer nenhum detalhe, nem da história, nem dos diálogos, nem dos personagens”, a menina personagem explicita sua relação com o simbólico da linguagem. É essa relação que possibilita a ela atingir outros homens na sociedade, representados na cena relatada por seu pai e seus irmãos. Ao narrar as histórias dos filmes por ela vistos, a personagem cumpre o que é próprio da linguagem:

Torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa, e não por meio de um sinal como um grito modulado; realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular, não uma emissão vocal comum à espécie inteira. (BENVENISTE, 2005, p. 30).

Há, assim, uma sociedade que se constitui nas e pelas narrativas; e nela o indivíduo se firma como alguém que narra à sua maneira os acontecimentos, como ilustra o relato literário.

Logo, concluímos, em relação ao enfoque 2, que: Ao narrar, o homem mobiliza a língua-discurso em empregos que lhe possibilitam ocupar, pelo ato de enunciação, seu lugar de indivíduo na sociedade. Na mobilização de narrativas, um homem fala com outro homem. Cumprem-se as “funções inter-humanas do discurso” (BENVENISTE, 2005, p. 139), possibilitando a existência de universos sociais e culturais constituídos a partir de narrativas específicas.

4. Considerações finais

Ao final de nossa reflexão, afirmamos que o ato enunciativo de narrar evoca realidades e acontecimentos do homem em sua historicidade na linguagem. O indivíduo se define por meio das narrativas mobilizadas em relação ao outro, na função da atividade simbólica que marca a vida do homem em sociedade. Nas relações intersubjetivas mobilizadas no ato de narrar, dá-se a relação

entre o social da língua, o partilhado, e a particularidade do discurso, na relação de singularidade do homem com a língua em emprego. Afinal, “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1989, p. 85).

Concluímos, então, que há uma particularidade quando essa inserção se dá via narrativa, a qual particulariza também o indivíduo na sociedade. Essa constatação aponta para uma questão prospectiva a que nos propomos e que pretendemos abordar em trabalhos futuros.

Para melhor entender a particularidade advinda do universo das narrativas na enunciação, há de se descreverem as relações homem-narrativas e a complexidade de formas e sentidos que essas relações permitem na língua em emprego, na relação de um homem falando com outro homem, sendo esta a relação que define o homem como indivíduo na sociedade.

Referências

ARESI, F. *A relação entre língua e sociedade na reflexão teórica de Émile Benveniste*. 2020. 285 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2020.

BENVENISTE, É. (1966). *Problemas de linguística geral I*. Tradução por Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BENVENISTE, É. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Tradução por Eduardo Guimarães *et al.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

DESSONS, G. *Émile Benveniste: l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.

DIEDRICH, M. S. A criança e suas narrativas: a experiência constituída nos ruídozinhos vocais. In: OLIVEIRA, G. F.; ARESI, F. (org.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 204-220.

FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades de Émile Benveniste. *ReVEL*, [s. l.], edição especial, n. 7, p. 1-14, 2013.

LETELIER, H. *A contadora de filmes*. Tradução de Eric Nepomuceno. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Livro eletrônico.

XV - Linguagem e pensamento na poética de Benveniste: a busca pelo desconhecido

Daiane Neumann (UFPEL)
daiane_neumann@hotmail.com

A reflexão que se seguirá nesta exposição discute acerca da busca pelo desconhecido na poética de Émile Benveniste, a partir especificamente da relação entre a linguagem e o pensamento.

A questão do sentido é apresentada, por Benveniste, como não consensual entre os linguistas de sua época e, embora exista uma tentativa de contornar o que seria o sentido, através de diferentes acepções e definições que o termo adquire na obra, o linguista acaba por associar, em especial no domínio semântico, a noção de sentido ao “particular”, “único”, “irrepetível”.

Assim, em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste (2006, p. 231) afirma que “o sentido de uma palavra é o seu emprego”, “a partir da ideia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego têm um ‘sentido’ particular”. O linguista postula ainda que “se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca”, no entanto, “o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta”, “nós não podemos jamais prever ou fixar” (BENVENISTE, 2006, p. 231). O sentido, em Benveniste, está, portanto, atrelado à referência, ao que não se pode jamais prever ou fixar, bem como à frase, concebida como “acontecimento que desaparece”.

Cumpre, portanto, atentar para duas questões. A primeira delas diz respeito ao fato de que, embora se observe a noção de sentido ligada ao que não se pode prever, fixar, ao acontecimento evanescente, nesse mesmo texto e no conjunto da obra benvenistiana, as noções de forma e sentido estão sempre atreladas. A segunda questão aponta para a conclusão de que o “desconhecido” da linguagem refere-se à busca pelas relações entre forma e sentido estabelecidas na linguagem, que são sempre únicas, particulares e singulares. Essa busca coloca no centro da pesquisa a linguagem tomada em seu caráter de inventividade, em sua historicidade radical.

É essa “cabeça de medusa” que “está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam” (BENVENISTE, 2005c, p. 135), que perpassa toda

a obra benvenistiana. É a questão do sentido que intervém nas reconstruções semânticas, nas análises linguísticas, nas discussões acerca de métodos de descrição, no dossiê *Baudelaire*. É essa questão que faz Benveniste colocar a vida na linguagem e a linguagem na vida, abordando temáticas como a relação entre língua e pensamento, língua e sociedade, língua e cultura, língua e homem.

1. A relação entre linguagem e pensamento

Em “categorias de pensamento e categorias de língua”, Benveniste (2005a, p. 68-69) atenta para o fato de que o que chamamos de “o que queremos dizer” ou “o que temos no espírito” ou “no nosso pensamento” trata-se de um conteúdo de pensamento, que seria muito difícil de definir em si mesmo, salvo por características de intencionalidade ou como estrutura psíquica, por exemplo. Esse conteúdo receberia forma somente e quando é enunciado.

A língua, tomada por Benveniste (2005a) como uma grande estrutura, que encerraria estruturas menores e de muitos níveis, daria a sua forma ao conteúdo de pensamento. O conteúdo então de pensamento deve ser distribuído “entre morfemas de certas classes, organizadas numa certa ordem, etc” (BENVENISTE, 2005a, p. 69). O conteúdo deve, portanto, “passar pela língua e tomar-lhe os quadros” (BENVENISTE, 2005a, p. 69). Nesse momento da reflexão, como em diversos outros de sua obra, Benveniste encontra Saussure, ao afirmar que, fora dos quadros da língua, “o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como ‘conteúdo’ distinto da forma que a língua lhe confere” (BENVENISTE, 2005a, p. 69).

É diante dessa postura teórica que Benveniste (2005a, p. 69) afirma que “a questão de saber se o pensamento pode dispensar a língua ou contorná-la como obstáculo, por menos que se analisem rigorosamente os dados em pauta, aparece destituída de sentido”. Assim, os termos pensamento e língua aparecem como solidários e mutuamente necessários, na medida em que um pensamento não pode se materializar a não ser pela língua e uma língua não teria outra função que a de significar.

Em seu artigo, Benveniste busca argumentar na direção oposta a uma ideia bastante generalizada em sua época de que o pensamento poderia especificar livremente as suas categorias, instaurar novas, enquanto as categorias linguísticas, atributos de um sistema que cada locutor recebe e conserva, não seriam modificáveis segundo o capricho de cada um.

Para fazê-lo, o linguista remonta às categorias de Aristóteles, as quais se apresentam como predicados que se podem afirmar do ser, e busca demonstrar que as distinções propostas pelo filósofo são em primeiro lugar categorias de língua e que este, raciocinando de maneira absoluta, acabou por reconhecer simplesmente certas categorias fundamentais da língua na qual pensa. Dessa forma, Benveniste (2005a) conduz sua reflexão de maneira a encontrar aquela de Meschonnic (2008, p. 25, tradução nossa) que, no texto “Oui, qu’appelle-t-on penser?”, afirma que “a teoria da linguagem é simples, ela parte da proposição de que pensar não é pensar se não se pensa a linguagem, porque pensar se faz na e pela linguagem. O que é mais que pensar um objeto, qualquer que seja, do saber”.¹

Após apresentar uma análise das categorias de Aristóteles, Benveniste (2005a, p. 76, grifo do autor) afirma que, “na medida em que as categorias de Aristóteles se reconhecem válidas para o pensamento, revelam-se como a transposição das categorias de língua”, por isso, “é o que se pode *dizer* que delimita e organizar o que se pode pensar”. É a língua, portanto, que “fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito” (BENVENISTE, 2005a, p. 76).

O linguista observa que a noção de “ser” é a condição de todos os predicados apresentados por Aristóteles, dela depende todas as modalidades do “ser-tal”, do “estado”, todas as ideias possíveis do “tempo” etc. Contudo, Benveniste (2005a) chama a atenção ao fato de que, ainda assim, esse conceito reflete uma propriedade linguística muito específica. É essa situação específica do verbo “ser” em grego que teria gerado o nascimento e o desdobrar-se de toda a metafísica grega do “ser”, as magníficas imagens do poema de Parmênides e a dialética do *Sofista*.

Obviamente, não seria a noção linguística que teria orientado a noção do “ser”, pois cada pensador teria a sua, mas foi, sem dúvida, essa noção linguística que permitiu fazer do “ser” uma noção objetivável, que poderia ser manejada, analisada e situada como qualquer outro conceito.

A fim de aprofundar a argumentação, Benveniste (2005a) busca uma confrontação na língua ewe (falada no Togo), em que a noção de “ser” ou o que se poderia assim denominar se reparte entre muitos verbos. O linguista mostra que há praticamente cinco verbos distintos que corresponderiam aproximativamente às funções do verbo “ser” no grego. Observa ainda que não se

1 “La théorie du langage, c’est simple, elle part de la proposition que penser n’est pas penser si on ne pense pas le langage, parce que penser se fait dans et par le langage. Ce qui est plus que penser un objet, quel qu’il soit, du savoir.”

trataria de uma divisão de uma mesma área semântica em cinco porções, mas de uma distribuição que acarreta uma combinação diferente, mesmo nas noções vizinhas; no interior da morfologia ou da sintaxe *ewe*, nada aproximaria esses cinco verbos. Assim, não seria possível dizer que lugar ocuparia o “ser” na metafísica *ewe*, mas *a priori* a noção deve articular-se de maneira inteiramente diferente.

A discussão operada por Benveniste (2005a) especificamente nesse texto lança mão de uma análise de como se comporta uma categoria linguística, qual seja, do verbo “ser” em duas línguas diferentes. Através da articulação entre forma e sentido, a análise mostra como se articulam língua e pensamento. Se, “ao tentarmos atingir os quadros próprios do pensamento, só nos apoderamos das categorias de língua” (BENVENISTE, 2005a, p. 79), as análises operadas por Benveniste, em que se busca discutir o funcionamento de determinado fenômeno linguístico, em que se fazem reconstruções semânticas, em que se busca compreender o universo de Baudelaire, também se configuram como materiais ricos para pensar em como a língua se articula ao pensamento e em como essa articulação se imbrica nas relações entre forma e sentido.

Seria possível ir além e dizer ainda que é porque o sentido interfere em diversas análises linguísticas que Benveniste (2005c) pode questionar, como o faz comumente, os métodos de descrição e análise vigentes em sua época. Ao articular forma e sentido, Benveniste (2005a) permite também essa articulação entre linguagem e pensamento, que pode intervir na análise do universo de uma língua, de uma obra de linguagem ou mesmo da comparação entre línguas.

2. O poema e a busca pelo desconhecido

Proponho aqui um exercício de reflexão ao pensar sobre o lugar do poema na relação entre a linguagem e o pensamento na busca pelo desconhecido na linguagem. De início é preciso, no entanto, atentar para o que entendo por poema. Tomo-o na acepção proposta por Meschonnic, para quem o poema não necessariamente é escrito em verso, nem restringe-se à literatura, mas refere-se a uma invenção de uma forma e de um sentido articulados de maneira particular. O poema é, assim, definido como um viver na e pela linguagem, através da invenção dos modos de significar, de sentir, de pensar, de compreender, de ler, de ver.

Em “A frase nominal”, Benveniste (2005b, p. 164) debate acerca da diferença entre verbo e nome e inicia sua reflexão a esse respeito, afirmando que

“as definições propostas se reduzem em geral a uma das duas que seguem: o verbo indica um processo; o nome, um objeto; ou ainda: o verbo implica o tempo; o nome não implica”. No entanto, o linguista questiona essa oposição entre “processo” e “objeto”, pois, em linguística, não poderia ter nem validade universal, nem critério constante, nem mesmo sentido claro.

A justificativa para tal posicionamento deriva da tomada de posição de Benveniste em relação ao papel da língua enquanto semiotizadora, conforme o faz no texto “Categorias de pensamento e categorias de língua”. Dessa forma, a categorização, seja do pensamento, seja da realidade, se faz via constituição linguística, em que a relação entre a forma e o sentido adquire um papel central.

A razão para a discordância do linguista está no fato de que “as noções de processo ou objeto não reproduzem os caracteres objetivos da realidade mas resultam de uma expressão já linguística da realidade, e essa expressão só pode ser particular” (BENVENISTE, 2005b, p. 164). A linguagem não registraria, assim, propriedades intrínsecas da natureza, mas categorias formais em certas línguas, projetadas sobre a natureza. A distinção entre processo e objeto somente seria válida àquele que raciocina a partir das classificações disponibilizadas por sua língua, que são transformadas em dados universais. O linguista atenta para o fato de que “uma definição que procure uma justificativa ‘natural’ para a maneira pela qual um idioma particular organiza as suas noções, é condenada a girar em círculo” (BENVENISTE, 2005b, p. 165).

Assim, Benveniste (2005b) busca estabelecer um contraste com outros idiomas, para comprovar que a relação entre objeto e processo pode inverter-se e mesmo abolir-se, ao passo que permanecem as mesmas relações gramaticais. De acordo com o linguista, em hupa (Oregon), empregam-se formas verbais ativas ou passivas na terceira pessoa como nomes: *nañya*, “ele desce”, seria a palavra para “chuva”; *nilliñ*, “ele escorre”, designa “riacho”; *naxōwilloi*, “está atado ao redor dele”, denomina “cinto”. Em siuslaw (Oregon), por outro lado, partículas como *wahá*, “de novo”, conjugam-se verbalmente. Ademais, a conjugação dos adjetivos, dos pronomes interrogativos e sobretudo dos numerais caracterizaria um grande número de línguas ameríndias.

Quanto à definição de que o verbo implicaria tempo, Benveniste (2005b) sustenta-se em línguas como o hopi, em que o verbo não implicaria absolutamente nenhuma modalidade temporal, mas tão somente modos aspectuais. Línguas como o tübatalabal (grupo uto-asteca) possuem a expressão mais clara do passado não no verbo, mas no nome: *hani-l*, “a casa”; *hai.pì.l*, “a casa no passado”. Dessa forma, conclui o linguista que “é igualmente incontestável que

não podemos fundar essa diferença do nome e do verbo sobre a análise empírica dos fatos de morfologia” (BENVENISTE 2005b, p. 166).

A proposta de Benveniste (2005b) é de que para caracterizar a oposição entre verbo e nome não se pode utilizar nem noções como objeto e processo, nem categorias como tempo, nem diferenças morfológicas. O critério deve ser de ordem sintática e prende-se à função do verbo no enunciado.

O linguista continua sua reflexão no texto supracitado. No entanto, gostaria de deter-me nesse ponto, a fim de levar ao exercício a que me propus. Em língua portuguesa, em um primeiro momento, poderíamos aceitar as duas tentativas de definição do verbo rechaçadas por Benveniste (2005b), tanto aquela que o opõe ao nome, considerando-o como um processo, quanto aquela que implica tempo. Proponho aqui um exercício de reflexão acerca dessas categorias tematizadas por Benveniste (2005b), ao analisar um poema de Manoel de Barros:

I
O mundo meu é pequeno, Senhor.
Tem um rio e um pouco de árvores.
Nossa casa foi feita de costas para o rio.
Formigas recortam roseiras da avó.
Nos fundos do quintal há um menino e suas latas
maravilhosas.
Seu olho exagera o azul.
Todas as coisas deste lugar já estão comprometidas
com aves.
Aqui, se o horizonte enrubesce um pouco, os
besouros pensam que estão no incêndio.
Quando o rio está começando um peixe,
Ele me coisa
Ele me rã
Ele me árvore.
De tarde um velho tocará sua flauta para inverter os
ocazos (BARROS, 2003, p. 84).

Haveria muitas questões que mereciam ser discutidas e que envolvem o poema apresentado, seu ritmo, sua voz, sua prosódia, sua acentuação, a articulação entre os níveis da linguagem no eixo paradigmático em relação com o eixo sintagmático. Contudo, em razão dos objetivos deste texto e do limite do espaço para a discussão, atentarei especificamente para três versos, quais sejam: “Ele me coisa/ Ele me rã/ Ele me árvore”.

Na invenção proposta pelo poema, percebemos que “coisa”, “rã” e “árvore” são verbos, somente pela definição de Benveniste (2005b), cuja caracterização se deve à função do verbo no enunciado. Nesses casos, não podemos certamente utilizar o critério morfológico, nem a categoria temporal para analisá-los. É certo que se trata de léxicos que comumente adquirem a função de nomes na língua e que, nesses casos específicos, significam processos.

Foi a leitura desses léxicos enquanto verbos, mais especificamente enquanto processos, que levou à tradução desses verbos para o francês, por Celso Libânio, da seguinte forma: “Elle me chosifie”, mas “Elle me rend grenouille./ Elle me rend arbre.”. Nessas traduções, é possível observar que no primeiro caso se utiliza um verbo, mas, nos dois seguintes, “grenouille” e “arbre” retornam à função de nomes e são combinadas ao verbo “rendre”, que significa processo nessa construção. Um dos sentidos explorados pela construção do poema é, sem dúvida, o de processo. Contudo, pode-se questionar que se esse fosse o único sentido a ser explorado, por que não teriam sido utilizadas as formas “Ele me torna rã”, “Ele me torna árvore”? Além do sentido de processo, a escolha pelo uso de “rã” e “árvore”, com a função de verbo, parece explorar um sentido de conjunção entre o *eu* e a natureza, entre o *eu* e a “rã”, entre o *eu* e a “árvore”; sentido esse também autorizado pelo próprio universo da obra barrosiana.

O exercício de reflexão a que me propus aqui visa a pensar sobre o lugar do poema nessa busca pelo desconhecido na relação entre linguagem e pensamento. É interessante observar que o que o analista busca ao debruçar-se sobre diferentes línguas pode ser encontrado na própria língua, ao eleger o poema como objeto de análise, na medida em que o poema inventa a sua própria historicidade e permite que nele se alcance o grau máximo de subjetivação, na invenção de si, dos sujeitos, da cultura, da sociedade.

3. Palavras finais

Na reflexão acerca da linguagem e do pensamento proposta por Benveniste, o linguista parece atentar para o que Trabant (2020) denominou de “eclipse linguístico”, ao discutir acerca do problema cognitivo em relação à linguagem. Por isso, observa-se em Benveniste que a linguagem é sempre constituidora, do pensamento e da realidade, está sempre produzindo esse “eclipse linguístico”. Não há fora da linguagem.

Poder-se-ia, no entanto, ser tentado a tomar, em Benveniste, a linguagem como determinadora do que se pode pensar e, portanto, construir. Não penso

assim. Penso que o que Trabant (2008, p. 17, tradução nossa) afirma acerca da relação entre língua e pensamento em Humboldt vale também para essa relação em Benveniste: “[...] as línguas não encerram o pensamento em uma camisa de força cognitiva, ao falar os falantes pensam para além da língua”²

Essa ideia parece estar proposta, em outras palavras, ao final do próprio artigo de Benveniste, “Categorias de pensamento e categorias de língua”, quando afirma que:

Nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito. O voo do pensamento liga-se muito mais estreitamente às capacidades dos homens, às condições gerais da cultura, à organização da sociedade que à natureza particular da língua. A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade da linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua (BENVENISTE, 2005a, p. 80).

Ao se colocar o poema como centro da análise, possibilita-se com maior potência observar o que pode uma língua, o que é possível criar e construir em termos de forma e sentido. É possível, enfim, observar os limites e talvez mesmo os deslimites de uma língua, os limites e os deslimites do pensamento. Alcança-se a linguagem em todo seu poder de fundadora, de criadora. É preciso lembrar que a criação de novas formas, de novos sentidos cria também novas ideias, novos mundos, novos universos.

Referências

BARROS, M. de. *La parole sans limites* (Une didactique de l'invention). Introdução, tradução e notas por Celso Libâno. Paris: Jangada, 2003.

BENVENISTE, É. Categorias de pensamento e categorias de língua. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão de Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005a. p. 68-80.

BENVENISTE, É. A fase nominal. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão de Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005b. p. 163-182.

2 “Die Sprachen schließen das Denken aber nicht in kognitive Zwangsjacken ein, sondern im Sprechen denken die Sprecher über die Sprache hinaus”. A tradução foi feita por mim, com revisão de Aroldo Garcia dos Anjos.

BENVENISTE, É. A forma e o sentido na linguagem. *In: BENVENISTE, É. Problemas de linguística geral II.* Tradução Eduardo Guimarães *et al.*; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 220-242.

BENVENISTE, É. Os níveis de análise linguística. *In: Problemas de linguística geral I.* Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão de Isaac Nicolau Salum. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005c. p. 127-140.

MESCHONNIC, H. Oui, qu'appelle-t-on penser? *In: MESCHONNIC, H. Dans le bois de la langue.* Paris: Éditions Laurence Teper, 2008. p. 9-29.

TRABANT, J. *A linguagem, objeto de conhecimento: breve trajeto pela história das ideias linguísticas.* Tradução e apresentação Carlos Piovezani, Luzmara Curcino, Marcio Alexandre Cruz. São Paulo: Parábola, 2020.

TRABANT, J. *Was ist Sprache?* München: Verlag C.H. Beck oHG, 2008.

XVI - Em busca de princípios para abordagem dos sentidos no discurso poético

José Temístocles Ferreira Júnior (UFRPE)
josetemmistocles@yahoo.com.br

1. Introdução

O discurso poético traz à tona numerosos aspectos da natureza multi-forme e heteróclita da linguagem, dando abertura para a realização de variadas pesquisas. No âmbito dos estudos linguísticos, no entanto, a significância poética ainda se apresenta como uma seara a ser explorada, justamente por estar assentada em um terreno tão fértil quanto pantanoso. Benveniste (1989) afirma que a linguagem poética tem suas próprias leis e funções. Mesmo reconhecendo isso, destaca que o estudo da linguagem ordinária poderá ser proveitoso para a compreensão da linguagem poética também. Ora, sob outra perspectiva, diríamos ainda que o estudo do discurso poético também pode ser útil para a compreensão de outras facetas da linguagem e do que está em jogo no seu espectro semiológico, capaz de pôr à mostra diferentes camadas de suas propriedades significantes. A poética que caracteriza o texto literário é um efeito decorrente de uma gama de recursos semiológicos mobilizados para dar vazão à significação.

Os apontamentos feitos por Benveniste sobre o discurso poético estão presentes, sobretudo, no Dossiê Baudelaire (DB), sobre o qual falaremos mais adiante. O DB consta em Laplantine (2008) e na publicação póstuma *Baudelaire* (BENVENISTE, 2011), organizada por Laplantine. Embora haja uma importante problemática relacionada a esta última publicação, já discutida por Fenoglio (2019), decorrente do caráter de inacabamento das notas manuscritas, o DB pode fornecer subsídios para compreensão do raciocínio iniciado por Benveniste para uma abordagem da poética no discurso, aliado a reflexões já desenvolvidas pelo linguista em outras obras (sobretudo, BENVENISTE, 1989; 2014).

Não há um modelo de análise semiológica ou enunciativa do discurso poético ou mesmo um itinerário claro para a realização de incursos sob esse escopo. Isso nos leva a buscar formular princípios para abordagem

das especificidades dessa significância. No exame da poética de Baudelaire, Benveniste procura apontar alguns recursos capazes de indicar essas especificidades, e destaca: “Estudamos ao mesmo tempo uma poesia e um poeta. Dois planos distintos. A poesia é a de um homem particular: ele enuncia suas emoções, suas obsessões, os grandes esquemas orientadores de sua sensibilidade” (BENVENISTE, envelope 14, fl. 03 *apud* LAPLANTINE, 2008, fólho 82, grifos de Benveniste).

Logo, para abordar a poética no discurso, é preciso considerar os dois planos em que se sustenta sua significância: a poesia e o poeta. Além disso, de acordo com Benveniste (2011), ao estudar o discurso poético, devemos procurar descrever o universo de experiência do autor e analisar de que maneira e por quais procedimentos formais as palavras se relacionam com esse universo de experiência. Naturalmente, isso não equivale a dizer que para apreender o universo de experiência do poeta é preciso recorrer a um biografismo ou contrapor o conteúdo da obra aos eventos da vida pessoal do autor. Na verdade, para Benveniste (1989, p. 68), a noção de experiência, explorada no texto “A linguagem e a experiência humana”, está ligada à linguagem e aos atos em que se realiza por meio de diferentes categorias de expressão, como as de pessoa e tempo, abordadas no referido artigo. Tais categorias tornam possível a constituição e a expressão da experiência subjetiva dos locutores. Nesse sentido, a poética discursiva também representa uma categoria a partir da qual é possível situar e abordar o universo de experiência do poeta.

Assim, partindo de alguns direcionamentos programáticos propostos por Benveniste no DB, iremos buscar abordar o discurso poético de João Cabral de Melo Neto (2008 [1966]) em dois poemas presentes na obra *A educação pela pedra*. Como o próprio título do nosso artigo sugere, a reflexão aqui apresentada constitui mais uma busca por princípios para abordagem da significação no discurso poético do que uma exposição elaborada com análises robustas e teorizações acabadas. Trata-se, na verdade, de uma discussão, a título de ensaio, voltada à compreensão da poética no discurso.

2. Sobre a abordagem da significância poética por uma perspectiva linguística

A necessidade de investigação sobre a organização e o funcionamento do discurso poético está posta desde algum tempo na agenda da Linguística. Fiorin (2008) destaca que até os anos 1960 a abordagem da relação entre Linguística e Literatura oscilou entre a negação da necessidade de ligação entre

os dois campos e o reconhecimento de certa vinculação, principalmente no que diz respeito ao estudo dos textos e a Estilística. No fim dos anos 1970 e com o avanço da perspectiva gerativa de estudos da linguagem, houve uma ruptura entre Linguística e Literatura, posta em suspensão justamente pelos estudos discursivos e enunciativos. Reconhecidamente, a abordagem dos sentidos no texto literário a partir de uma perspectiva linguística coloca em evidência a necessidade de adoção de pontos de vista específicos para formulação de princípios e delimitação de novas categorias de análise sob pena de reducionismos decorrentes de mera transposição de modelos analíticos.

Se, por um lado, há desafios teórico-epistemológicos e analíticos para essa empreitada, por outro, grandes descobertas e muitos avanços científicos só foram possíveis pela abordagem de fenômenos ou questões a partir da adoção de um ponto de vista diferente ou pelo enfrentamento de temáticas marginalizadas. Por isso mesmo, é preciso abordar a poética e a literatura justamente por comportarem formas perturbadoras de significância não apreensíveis a partir de categorias formais dadas previamente. O desafio é formular princípios e forjar procedimentos que norteiem a pesquisa para que esta não siga à deriva.

Embora com muitas aberturas para o desenvolvimento de investigações mais acuradas, os estudos benvenistianos (BENVENISTE, 1989; 2014) sobre a semiologia da língua nos permitem pensar em alguns princípios para abordagem dos diferentes sistemas semiológicos em que se realiza a faculdade simbólica da linguagem e a relação entre a língua e outros sistemas semiológicos.

Em “Semiologia da língua”, Benveniste (1989) ressalta o lugar de destaque ocupado pela língua em função de ser um sistema semiótico capaz de interpretar todos os outros sistemas e, ao mesmo tempo, por se apresentar como o único sistema em que a significação se articula em duas dimensões: no plano semiótico e no plano semântico. Além disso, a natureza da língua, suas propriedades e funções fazem dela a grande matriz semiótica, com potencial de interpretância e modelagem de todos os outros sistemas semiológicos. Após propor e examinar diferentes tipos de relação entre sistemas semiológicos, Benveniste (1989) formula dois princípios gerais para abordagem da significância: a) o da não redundância entre sistemas semiológicos, decorrente da impossibilidade de os sistemas semióticos significarem da mesma forma; b) o princípio da não transistematicidade do signo, justamente pelo caráter relacional e opositivo do valor do signo, determinado pelas relações estabelecidas no sistema que integra.

Na conclusão do referido artigo, após destacar o bloqueio que a noção saussuriana de signo como princípio único representava para o exame da semiologia da língua, Benveniste (1989, p. 67) afirma que a ultrapassagem dessa abordagem será feita por duas vias: “— na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão da significância, a do discurso [...]; — na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se constituirá sobre a semântica da enunciação”. A ultrapassagem da abordagem formalista não significa a ruptura com essa perspectiva ou o descarte da noção de signo linguístico formulada por Saussure (2004). Na verdade, em qualquer das vias, a noção de signo está pressuposta, mas não funciona como princípio único para abordagem da significação. O reconhecimento do plano semântico da língua, implicado na sua realidade como discurso, faz com que a significação funcione em outra dimensão e não seja tomada apenas no plano semiótico, no qual o signo se apresenta como uma unidade com força operativa. Além disso, a análise translinguística de textos e obras amplia consideravelmente o escopo da abordagem da significância da língua, o que demanda a elaboração de outros princípios e a consideração de outros aspectos teórico-epistemológicos aí implicados.

A nosso ver, a primeira via já se encontra relativamente pavimentada, pois as bases para a realização de pesquisas sobre a significação, levando em consideração os planos semiótico e semântico da língua, já estão lançadas e ultrapassam um modelo formalista, justamente por incluir o discurso como elemento fundamental para compreensão da estrutura e do funcionamento da significância linguística. Por outro lado, o caminho para estruturação da segunda via precisa ainda ser desbravado. As investigações sobre o discurso poético podem se situar nessa segunda via, e há muito a ser explorado.

3. Considerações sobre o Dossiê Baudelaire, estudo inacabado de Benveniste

Benveniste procurou desenvolver um estudo sobre o discurso poético, tomando por base poemas de Baudelaire em *As flores do mal*. O estudo deveria ter sido publicado em uma edição da revista *Langages*, organizada por R. Barthes e publicada em 1968, mas não chegou a ser concluído e só foi publicado em 2008, a partir do trabalho de doutorado desenvolvido por Laplantine (2008), como já destacamos. O material que integra o chamado Dossiê Baudelaire (DB) é composto por 367 fólios com notas manuscritas de diferentes naturezas. No trabalho de tese, Laplantine (2008) apresentou as

notas manuscritas em *fac-símile* e procedeu a sua transcrição. Como apontado por Fenoglio (2019), o material presente no DB apresenta uma problemática considerável, decorrente, sobretudo, do inacabamento das notas manuscritas e da distância que separa suas naturezas. Nossa entrada no DB tem por intuito buscar elementos capazes de subsidiar uma investigação sobre a significância no discurso poético de João Cabral de Melo Neto.

No DB, é possível notar a preocupação de Benveniste em estabelecer a oposição entre linguagem poética e linguagem ordinária ou entre poesia e prosa, acompanhada pela tentativa de delimitação de uma categoria de análise capaz de indicar a especificidade da poética no discurso. A noção de signo é substituída pela palavra poética, com o reconhecimento das especificidades da significação que operam no interior do poema: “A palavra é para o poeta outra coisa inteiramente diferente do que para o locutor. Há uma teoria da palavra na linguagem poética que ainda está para ser elaborada, [...]” (BENVENISTE *apud* LAPLANTINE, 2008, env. 22, fº 29).¹

O aspecto referencial do discurso poético é destacado como elemento que marca essa especificidade, pois, distintamente do discurso ordinário, cuja referência integra a enunciação e pode remeter a objetos que lhe são externos, no poema a referência é interna. No entanto, a oposição entre linguagem poética e linguagem ordinária ou entre prosa e poesia é deslocada ou mesmo diluída à medida que a poética é tomada como um efeito discursivo. Nesses termos, sentido e referência passam a ser situados não no plano do signo, mas no plano do discurso inteiro enquanto realização de certo exercício poético: “[...] O fato de que a língua poética não tem denotação situa o problema no nível não do signo, mas do discurso inteiro, ou melhor da função do poema enquanto realização de certo exercício da língua poética. [...]” (BENVENISTE *apud* LAPLANTINE, 2008, envelope 22, fl. 253).

Ao efetuar o desbloqueio da via para abordagem das dimensões da significação dos textos e obras, Benveniste se depara com o problema da delimitação de uma unidade a partir da qual seria possível abordar a significância poética, justamente pelo fato de esta se situar no plano do discurso inteiro ou da função do poema como realização da língua poética. A “poiesis” se mostra irreduzível ao poema e extrapola o plano das formas. Logo, a relação entre forma e sentido é redimensionada no interior do discurso poético. Em outros termos, a significância poética deve ser tomada como um efeito ou uma função que vai além dos limites de uma unidade como signo ou mesmo da palavra

¹ As traduções das notas do DB apresentadas aqui foram feitas por nós. As transcrições são lineares.

poética e decorre dos procedimentos de combinações de palavras que o poeta faz no poema. No discurso poético, sentidos e referências são criados pela escolha e arranjo de palavras.

No fólio 198, Benveniste endossa esse aspecto da significação poética, destacando que não há nenhum signo isolado que possa ser considerado específico do discurso poético. Tudo está na junção entre as palavras. Nesse sentido, a tarefa do linguista seria buscar estudar o princípio subjacente à sintagmatização realizada pelo poeta e, a partir daí, analisar as relações significantes que dela resultam:

De qualquer forma, me parece que, na poesia,
1º) Não há nenhum signo isolado que, por si só, possa ser considerado como específico para a linguagem poética ou exercendo o efeito poético (exceto por alguns clichês “espada” “onda” “azul”)
2º) Tudo está na junção. O trabalho do poeta consiste literalmente reunir palavras em conjuntos sujeitos à medição.
3º) O linguista, portanto, tem de estudar: 1º) o princípio desta sintagmática particular. 2º) as relações significantes assim obtidas (BENVENISTE *apud* LAPLANTINE, 2008, env. 20, fº 4).

Nesse sentido, para Benveniste, a sintagmática particular do discurso poético mobiliza planos sucessivos de invenção e agrupamentos novos de palavras que geram um sentido poético e produzem emoção relacionada à sonoridade do verso. O efeito poético decorre justamente do modo com que o poeta combina as palavras, e esse efeito varia em função das condições criadas pelo discurso e pela experiência. Os elementos semióticos do discurso operam uma abertura a diversas possibilidades de significância, cujos limites são demarcados de acordo com a experiência.

4. Algumas observações sobre o discurso poético de João Cabral de Melo Neto

As análises a serem apresentadas não pretendem exaurir as possibilidades de leitura ou de abordagem dos sentidos nos poemas. Pela exposição feita até aqui, sabemos que não é possível significar da mesma forma por sistemas semiológicos diferentes. De igual modo, também não vislumbramos a possibilidade de decompor a malha significativa do poema e restituir suas partes com nova amplitude. Cada sistema semiológico abarca uma parte da significação da linguagem e tem a propriedade de significar de modo específico. O que

buscamos aqui é apreender princípios subjacentes aos procedimentos empregados pelo poeta para construção de uma sintagmática particular na qual é apresentado o seu universo de experiência.

João Cabral de Melo Neto possui um vasto repertório de obras, com características muito singulares em sua organização semiótica, na abordagem temática e no modo com que expressa a sua realidade através do poema. Sua obra é composta por inúmeros poemas voltados ao fazer poético e à linguagem. Os dois poemas aqui examinados estão presentes na obra *A educação pela pedra*, que reúne quarenta e oito poemas, dispostos em quatro partes diferenciadas tipograficamente pelas letras “(a)”, “(b)”, “(A)” e “(B)”. Desse conjunto, selecionamos apenas dois: “A educação pela pedra”, que intitula a obra, e “Catat feijão”:

<p>A educação pela pedra</p> <p>1</p> <p>Uma educação pela pedra: por lições; para aprender da pedra, frequentá-la; captar sua voz inenfática, impessoal (pela de dicção ela começa as aulas). A lição de moral, sua resistência fria ao que flui e a fluir, a ser maleada; a de poética, sua carnadura concreta; a de economia, seu adensar-se compacta: lições da pedra (de fora para dentro, cartilha muda), para quem soletrá-la.</p> <p>2</p> <p>Outra educação pela pedra: no Sertão (de dentro para fora, e pré-didática). No Sertão a pedra não sabe lecionar, e se lecionasse, não ensinaria nada; lá não se aprende a pedra: lá a pedra, uma pedra de nascença, entranha a alma.</p>	<p>Catar feijão</p> <p>1</p> <p>Catar feijão se limita com escrever: joga-se os grãos na água do alguidar e as palavras na folha de papel; e depois, joga-se fora o que boiar. Certo, toda palavra boiará no papel, água congelada, por chumbo seu verbo: pois para catar esse feijão, soprar nele, e jogar fora o leve e oco, palha e eco.</p> <p>2</p> <p>Ora, nesse catar feijão entra um risco: o de que entre os grãos pesados entre um grão qualquer, pedra ou indigesto, um grão imastigável, de quebrar dente. Certo não, quando ao catar palavras: a pedra dá à frase seu grão mais vivo: obstrui a leitura fluviente, flutual, açula a atenção, isca-a com o risco.</p>
--	---

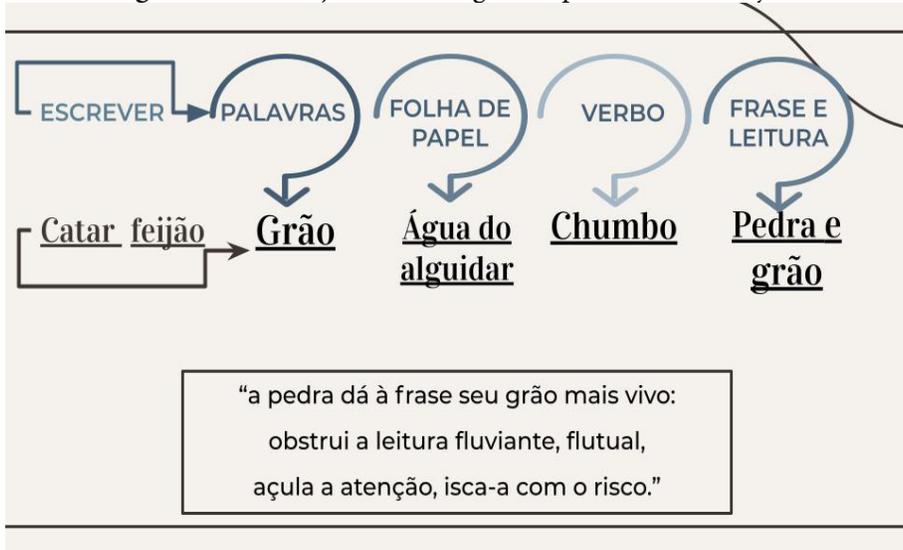
A escolha de uma palavra como “pedra” já é indicativa de uma sintagmática particular, que ressignifica termos comuns a partir de novas combinações. Em uma acepção mais usual, “pedra” remeteria ao mineral, fragmento de rocha. No poema “A educação pela pedra”, a palavra “pedra” é personificada por sua aptidão para ensinar por lições e pela vivência. São apontadas três lições dadas pela pedra: “A lição de moral, sua resistência fria ao que flui e a fluir, a ser maleada”; “a de poética, sua carnadura concreta”; e “a de economia, seu

adensar-se compacta”. Ao final da primeira parte do poema, o poeta fala de “lições da pedra [...], para quem soletrá-la”. Com a expressão “soletrar”, evoca-se um outro aspecto para o termo “pedra”, relacionado, agora, às propriedades da palavra. O termo também aparece no poema “Catar feijão” presente na mesma obra, mas em outra parte, sem conexão aparente com o primeiro poema.

No segundo poema, Melo Neto (2008) coloca em relação o ato de catar feijão e o ato de escrever desde o primeiro verso do poema. A aliança entre os atos é estabelecida pela expressão “limita”, que, em uma acepção bastante específica, pode remeter tanto a “comparar” ou “assemelhar”, quanto a “pôr limite”. A primeira possibilidade é corroborada na sequência dos versos do poema, nos quais são estabelecidas as analogias entre catar feijão e escrever. A segunda possibilidade ganha respaldo com os sentidos da palavra “risco”, que aparece na segunda parte do poema. No caso de “catar feijão”, “risco” pode remeter ao traço que estabelece os limites na disposição dos grãos; já no caso de “escrever”, “risco” pode indicar traço ou rabisco. Em ambos, “risco” também evoca “perigo” ou “possibilidade”, e uma outra rede de relações é criada. Diferente do signo linguístico, cuja totalidade resulta da união de um significante a um significado, a palavra poética abre uma rede de possibilidades de associações não excludentes. No discurso poético, o princípio que rege a sintagmatização não é a uniformidade dos sentidos, normalmente efetuada pelo plano semântico da língua, e, sim, um amalgamento que redimensiona a amplitude da significância.

No poema, as relações de correspondência entre os atos de catar feijão e escrever são feitas por associações entre elementos pertencentes às duas esferas, que se assemelham pelas relações de seleção e combinação que demandam. Ilustramos essas analogias no esquema abaixo:

Figura 1 – Ilustração das analogias no poema “Catar feijão”



Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao estabelecer as correspondências, o poeta amplia a dimensão significante, deixando à mostra outras possibilidades de significação a partir de novas alianças entre palavras. Fica evidente a metalinguagem da poesia cabralina, voltada tanto para a palavra quanto para o fazer poético. Após estabelecer essas relações de correspondências, Melo Neto volta a abordar a pedra nos três últimos versos do poema. Cada verso remonta a uma lição apresentada no poema “A educação pela pedra”: “a pedra dá à frase seu grão mais vivo” (lição poética, sua carnadura concreta); “obstrui a leitura fluviente, flutual” (lição de moral, a que flui e a fluir) e “açula a atenção, isca-a com o risco” (lição de economia, seu adensar-se compacta). Os sentidos de pedra, evocados no primeiro poema, são retomados em “Catar feijão” e redimensionados a partir das associações estabelecidas e direcionadas pela experiência. Como mineral, fragmento de rocha, a pedra é comumente encontrada entre os grãos do feijão e, nessa mesma acepção, também mantém relação com a escrita, sobretudo se considerarmos os históricos registros rupestres, a escrita cuneiforme ou hieróglifos. Assim, nessa acepção, é possível estabelecer a relações de analogia entre os atos de catar feijão e escrever.

Uma segunda possibilidade para o termo “pedra” o associa ao conceito de palavra. Basta observar os versos “lições da pedra (de fora para dentro, cartilha muda), para quem soletrá-la”, em “A educação pela pedra”, ou “a pedra dá à frase seu grão mais vivo”, no poema “Catar feijão”. Assim, “pedra” e “palavra”

apresentam aspectos como concretude, contingenciamento ou resistência àquilo que flui ou a fluir e adensamento, e isso reforça a correspondência estabelecida entre catar feijão e escrever.

No caso da lição de economia, o último verso do poema “Catar feijão” apresenta em sua forma um exemplo da lição de economia tratada em “A educação pela pedra”, pois inúmeras possibilidades de sentido são postas à mostra nele. Basta observar algumas possibilidades de sentido da palavra “risco”, mencionadas acima: “possibilidade”, “perigo”, “rabisco”, “traço”. No caso da acepção de “traço”, pode indicar o limite da disposição dos grãos de feijão (no ato de catar feijão) ou o rabisco usado para escrever.

Para cada possibilidade de sentido, cria-se uma rede de possibilidades de associação e interpretação. Assim, aquilo que diz a lição de economia dada pela pedra no poema “A educação pela pedra” é exemplificado no poema “Catar feijão”. Ao observar que os três últimos versos desse poema demonstram as lições da pedra, anunciadas em “A educação pela pedra”, o próprio sentido de “pedra” é associado ao sentido de “palavra”. Ora, a significância aí extrapola também o poema, pois a restituição dos sentidos só é possível quando os dois poemas são postos em relação. Trata-se de um mecanismo particular da sintagmática desse poeta, cujo princípio se funda no estabelecimento de correspondências, e estas não estão restritas a um poema. É preciso considerar também o poeta como um plano de funcionamento da significância poética.

5. Algumas considerações finais

Nos poemas apresentados aqui, é possível verificar que a metalinguagem e as correspondências constituem importantes recursos semiológicos da sintagmática particular de João Cabral de Melo Neto. Por meio de analogias criadas em arranjos novos de palavras, a expressão da poética cabralina demanda do leitor o estabelecimento de correspondências para apreensão do universo de sua experiência. Além disso, a sintagmática de Melo Neto (2008) faz com que o leitor se volte para a palavra, tomando-a como objeto de reflexão à medida que é levado a sair da linearidade significativa que integra os versos do poema.

Em outros termos, no plano dos poemas apresentados, o estabelecimento de correspondências e a metalinguagem funcionam como princípios de uma sintagmática particular e constituem procedimentos ou recursos semiológicos por meio dos quais o poeta demanda de seu leitor a tomada da palavra como objeto, seja para compreender as correspondências estabelecidas, seja

para vislumbrar as dimensões significantes evocadas. Logo, a sintagmatização poética de Melo Neto (2008) leva o leitor a sair da linearidade significativa do discurso ordinário e desautomatizar da linguagem. Por meio das correspondências e da metalinguagem, o poeta faz operar o princípio de sua sintagmática particular. A observação desses procedimentos pode servir como uma via possível para apreensão do universo de experiência do autor e permite vislumbrar uma singularização estilística em sua poesia.

Referências

BENVENISTE, É. *Baudelaire. Présentation et transcription de Chloé Laplantine*. Limoges: Lambert-Lucas, 2011.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Edição estabelecida por Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FENOGLIO, I. *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*. Organização de Valdir do Nascimento Flores, Verónica Galíndez e Heloisa Monteiro Rosário. Brasília: Editora UnB, 2019.

FIORIN, J. L. Linguagem e Interdisciplinaridade. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 10, n 1, p. 29-53, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/nTDjhCdwBqjsF-GYct5ckdcd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

LAPLANTINE, C. *Émile Benveniste: poétique de la théorie*. 2008. Publications e transcription des manuscrits inédits d'une poétique de Baudelaire. Tese (Doutorado) – Ecole Doctorale Pratiques et théories du sens, Université Paris 8, Saint-Denis. 2008.

MELO NETO, João Cabral de. *A educação pela pedra e outros poemas*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2008.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.

XVII - Ele-tornado-eu: como a teoria dos pronomes de Benveniste pode contribuir para o debate racial?¹

Renata Trindade Severo (IFRS/PoA)
renata.severo@poa.ifrs.edu.br

Há pouco tempo, pesquisei os gestos de resistência (FOUCAULT, 1995) que tensionam os regimes de verdade do dispositivo da racialidade (CARNEIRO, 2005). Naquele momento, optei por seguir o caminho apontado por Aimé Césaire (2010) e localizar no Movimento da Negritude uma mudança na produção de discursos sobre o ser negro. Para esse escritor martinicano, a Revolta Haitiana é o marco que assinala o nascimento desse Movimento. Ao abordar essa visão de Césaire, Moore (2010) nos oferece a seguinte perspectiva:

Vista desse ângulo analítico panorâmico, enraizado na *experiência coletiva*, a **Negritude** pode ser apreendida como o fruto do amadurecimento gradativo de toda uma linhagem de pensamento, de ambos os lados do Oceano Atlântico, sobre a condição dos africanos no seu continente e de seus descendentes na diáspora (MOORE, 2010, p. 8, negrito do autor, itálicos nossos).

A Negritude produz um discurso sobre o ser negro que vai de encontro àquele hegemônico que o objetifica. Segundo Mbembe (2018), há, sobre o negro, dois textos que procuram definir o que ele é. O primeiro, a que ele nomeia “consciência ocidental do negro”, por procurar responder à questão “Quem é esse?”, aborda uma realidade exterior, que ele situa em relação a um *eu* que é centro de toda e qualquer significação; o segundo texto, nomeado “consciência negra do negro”, responde a um tipo diferente de interrogações, essas propostas à primeira pessoa do singular. Assim, temos que o primeiro é o texto em que o sujeito negro é produzido como um *ele*, enquanto o segundo é produzido por e produz um *eu*.

1 Este texto parte de uma problemática já abordada no artigo “Letramento racial e técnicas de si” (SEVERO, 2021). Aqui, no entanto, o foco é o aprofundamento em um aspecto apenas rapidamente abordado naquele texto. Pequenos trechos que retomam o pensamento de Mbembe (2018) são reaproveitados daquele artigo.

A maneira como Mbembe organiza os discursos produzidos sobre o negro remete qualquer pesquisadora da enunciação à diferença proposta por Émile Benveniste (2005c [1956]; 2005a [1958]) entre *pessoa* e *não pessoa*. Naquele momento, contudo, o foco do trabalho — a relação entre letramento racial (TWINE; STEINBUGLER, 2006) e técnicas de si (FOUCAULT, 2014) — me permitiu apenas algumas pinceladas enunciativas em um texto que se apoiava majoritariamente em conceitos foucaultianos.

Ao visualizar a questão a partir da perspectiva enunciativa, neste *Colóquio*, pretendo observar, a partir das noções benvenistianas de *pessoa* e *não pessoa*, o que acontece nos processos de definição e autodefinição a que Mbembe faz referência. Para tanto, é preciso, primeiramente, delinear um quadro em que seja possível articular termos foucaultianos como *dispositivo*, *discurso* e *sujeito* aos termos benvenistianos *discurso*, *enunciação* e *sujeito*. Como se a tarefa não fosse suficientemente complexa, ainda, é necessário que isso seja feito de forma breve. Vejamos.

Se o tempo é curto, atalhos são imprescindíveis. Tomarei aqui apenas os aspectos de cada termo que são comuns aos dois autores. Começemos pelo termo em que Foucault e Benveniste estão mais próximos: *discurso*. Nos dois autores, há a ideia de que o discurso resulta da produção de enunciados. Por sua vez, a noção de enunciação comum ao filósofo e ao linguista é a de ato que produz enunciados. O ato de apropriar-se da língua e enunciar produz, além de enunciados, um efeito. Esse efeito, em ambos os autores, é a subjetividade: o sujeito, sempre efêmero, sempre produção, o *eu* benvenistiano, que só existe na enunciação, o *sujeito* foucaultiano, que é efeito dela. Nessas aproximações, ignoro, a contragosto tanto de foucaultianos quanto de benvenistianos, tenho certeza, complexidades presentes nos pensamentos dos dois autores. Trata-se, no entanto, de um corte necessário neste momento.

Resta-nos abordar o termo *dispositivo*, presente apenas em Foucault:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (FOUCAULT, 1998, p. 244).

A noção de dispositivo que mobilizaremos aqui é aquela proposta por Carneiro, ao desenvolver o conceito foucaultiano em termos de relações raciais: “[...] da perspectiva foucaultiana, entendemos as relações raciais no Brasil como um domínio que produz e articula saberes, poderes e modos de

subjetivação, conformando um dispositivo de racialidade” (CARNEIRO, 2005, p. 34).

É no quadro do dispositivo da racialidade que são produzidos os discursos sobre o negro, tanto o discurso do poder — representado aqui pela “consciência ocidental do negro” — quanto o que lhe oferece resistência — representado aqui pela “consciência negra do negro”. Poder e resistência, termos foucaultianos, são forças em relação que atuam no dispositivo, tensionando a produção de regimes de verdade e, conseqüentemente, de sujeitos. Foucault sugere, inclusive, que se estude o poder a partir das resistências: “usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder [...] [m]ais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 234).

O primeiro desses discursos define negro a partir de sua exterioridade; trata-se, nas palavras de Mbembe, de um “[...] conjunto de vozes, enunciados e discursos, de saberes, comentários e disparates, cujo objeto são a coisa ou as pessoas ‘de origem africana’ e aquilo que se afirma ser seu nome e sua verdade [...]” (MBEMBE, 2018, p. 60), cuja “[...] função é, antes de mais nada, codificar as condições de surgimento e manifestação de um *sujeito racial* então chamado de negro [...]” (MBEMBE, 2018, p. 61, grifos do autor).

O segundo, ainda de acordo com Mbembe, “[...] se quer ao mesmo tempo gesto de autodefinição, modo de presença perante si mesmo, olhar interior e utopia crítica” (MBEMBE, 2018, p. 62). Em contraste com o primeiro, que, segundo o filósofo, por procurar responder à questão “Quem é esse?,” “[...] se esforça por nomear uma realidade que lhe é exterior e que ele tende a situar em relação a um eu tomado como centro de toda e qualquer significação” (MBEMBE, 2018, p. 62), o segundo texto responde “[...] a uma outra categoria de interrogações colocadas à primeira pessoa do singular”.

Pode-se dizer que o primeiro texto produz uma *definição* de negro, enquanto o segundo produz uma *autodefinição*. A importância da autodefinição é uma temática que vem sendo abordada no âmbito da Negritude desde, pelo menos, o século XIX. Já nos textos de W.E.B. DuBois do final do século XIX e início do século XX, a *autoafirmação*² aparece como movimento essencial à “afirmação do direito à humanidade do negro” (DUBOIS, 2021, p. 73). É no

2 Neste texto, uso “autoafirmação” e “autodefinição” como palavras que remetem à produção de um discurso sobre o negro pelo negro. Um estudo sobre a diferenciação entre “autoafirmação” em DuBois e “autodefinição” em Hill Collins ainda está por ser feito. Audre Lorde alinha “determinar” e “definir” em uma mesma conceituação do termo “Kujichagulia”: “autodeterminação, a decisão de definirmos quem somos, nos darmos um nome, falarmos por nós, em vez de nos deixarmos definir pelos outros ou deixar que os outros falem por nós” (LORDE, 2019, p. 54).

final do século XX, com Patricia Hill Collins, que a autodefinição é conceituada. Em *Black Feminist Thought* (2000), um capítulo inteiro é dedicado a abordar a maneira como mulheres negras norte-americanas têm se autodefinido historicamente e a importância, inclusive, mas não apenas, política desse gesto. Nesse livro, a autora recupera a ideia de *dual consciousness* de DuBois (2021) para falar sobre como convivem, nas mulheres negras, o discurso exterior sobre ser negra e suas próprias autodefinições. No capítulo “The Power of Self-Definition”, a autora explora representações de autodefinição na música, na literatura e na vida das mulheres negras norte-americanas.

Uma vez apresentadas as peças desse quebra-cabeças — nomeadamente, a articulação entre os conceitos foucaultianos e benvenistianos, o quadro do dispositivo da racialidade, o contraste entre definição e autodefinição, assim como a importância dessa última para o movimento negro —, proponho agora que pensemos as categorias de pessoa e não pessoa e a relação que podemos estabelecer entre essas categorias e as produções dos discursos sobre o negro mencionadas por Mbembe. Nesse processo, espero responder a duas questões: é possível, a partir da teoria dos pronomes de Émile Benveniste, propor-se uma contribuição para o debate racial? Em caso afirmativo, de que maneira se materializa essa contribuição?

Como se sabe, Benveniste parte da gramática árabe para construir uma crítica ao que ele considera um equívoco: a percepção dos pronomes *ele* e derivados como pessoas. Essa crítica aparece pela primeira vez em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, de 1946, toma corpo em “A teoria dos pronomes”, de 1956, e em “Da subjetividade na linguagem”, de 1958. A partir daí, com o estabelecimento dessas categorias, o linguista organiza o que Flores considera o fundamento da “presença linguística da subjetividade na linguagem” (FLORES, 2013, p. 88). Em razão da restrição de tempo e espaço, não reproduzirei aqui o percurso de estabelecimento desse fundamento, já explorado em tantos trabalhos conhecidos da nossa área (CAVALHEIRO, 2005; SILVA, 2007; TEIXEIRA, 2012, por exemplo).³ Retomarei, sucintamente, apenas alguns aspectos dessas categorias que são relevantes para a reflexão que ora apresento.

Começemos pelas correlações: de pessoalidade — que opõe “pessoa” (*eu* e *tu*) a “não pessoa” (*ele*) — e de subjetividade, que indica o aspecto

3 Aqui, gostaria de deixar registrado que, se houvesse mais espaço, eu recuperaria algumas questões abordadas nesses trabalhos: o apagamento de Gregor Samsa quando lhe negam o lugar de tu em Cavalheiro; a importância de se atribuir o lugar de tu ao infante em Silva; e as muitas formas como a teoria dos pronomes tem sido aproveitada em áreas vizinhas à Linguística, em Teixeira.

transcendental de *eu* sobre *tu*. *Eu* é a forma que indica a subjetividade — “é ‘ego’ que diz *ego*” —, uma vez que “[é] na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (ambas citações são de BENVENISTE, 2005a, p. 286, grifos do autor). O *tu*, Benveniste o define “[...] como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se oporão juntas à forma de ‘não pessoa’ (=ele).” (BENVENISTE, 2005c, p. 255).

Além dessas duas correlações, destaco, ainda, a característica de inversibilidade, que “[...] consiste em que ‘eu’ e ‘tu’ são inversíveis: o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas pessoas e ‘ele’, uma vez que ‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém” (BENVENISTE, 2005b, p. 253).

Finalmente, recupero algumas afirmações benvenistianas sobre a terceira pessoa: “‘a terceira pessoa’ não é uma ‘pessoa’” (BENVENISTE, 2005b, p. 251); “[...] esse sujeito, expresso ou não, nunca é proposto como ‘pessoa’” (BENVENISTE, 2005b, p. 253); “*Ele* (ou *ela*) pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtraí-lo à esfera pessoal do ‘tu’ (‘vós’)⁴” (BENVENISTE, 2005b, p. 253, grifos do autor).

É velho conhecido nosso o trabalho desenvolvido por Dufour (2000) a partir da teoria dos pronomes. Ao explorar, a partir de Benveniste, a “trindade natural” da língua, o filósofo francês também recupera os conceitos de unário e dual. Para ele, a proposição benvenistianiana “é eu quem diz eu” revela o unário, uma vez que retorna sobre si mesma, produzindo uma dobra (é a Deleuze que Dufour recorre aqui). O caráter dual aparece aqui nas díades eu-tu e eu-tu/ele, estabelecidas por Benveniste. O trinitário, obviamente, cabe ao conjunto eu + tu + ele: “para ser um, é preciso ser dois, mas quando se é dois, de imediato se é três” (DUFOUR, 2000, p. 55).

Podemos, agora, retornar à origem da reflexão que proponho aqui: a existência de dois discursos sobre o negro, o primeiro, que relega ao negro o lugar de *ele*, o excluindo da correlação de pessoa, marcando-o como ausente, o objetificando. O segundo, produzido a partir da autodefinição do sujeito negro, a partir do momento em que esse se coloca no lugar de *eu*. A partir do que acabamos de lembrar da teoria dos pronomes, é legítimo nos perguntarmos:

4 Benveniste assinala que essa estratégia pode ser aplicada tanto para demonstrar respeito, podendo elevar um ser a algo mais que uma pessoa, ou desprezo, anulando esse ser como pessoa.

como pode um *ele* tornar-se *eu*? Que processos teriam que acontecer para que, apesar de excluído da relação de inversibilidade, aquele a quem sempre foi negado o direito a ser *eu* (DUFOUR, 2000) se aproprie da língua, enuncie-se e se proponha como sujeito da linguagem? Acredito que o percurso que alterou as condições de possibilidade de emergência do discurso (é a Foucault que recorro aqui) inicia-se em uma instância discursiva intrarracial: é trocando o lugar de *eu* (DUFOUR, 2000) entre si, dentro de comunidades negras, que se estabelece o sujeito negro.

Dufour descreve o “ato de nascimento do sujeito” (DUFOUR, 2000, p. 91) em uma sequência temporal que vai do unário ao trinitário passando pelo dual. Ao analisar as obras de autoras negras como Audre Lorde, bell hooks, Patricia Hill Collins e, mais recentemente, Grada Kilomba — e aqui opero um recorte de gênero dentro do recorte racial, que, infelizmente, não poderei aprofundar agora —, percebo que o ato de nascimento da sujeita negra segue uma outra ordem, que reencena o conceito africano de *ubuntu* — “eu sou porque tu és” —, partindo do dual, em uma intersubjetividade radical que cria as condições para que o unário emergja. A metáfora do espelho (muitas vezes, o espelho de Oxum), a que frequentemente essas autoras recorrem, pode ilustrar esses tempos: como em um reflexo, o *tu* surge para que possa surgir o *eu*. Gostaria de explorar as maneiras como cada uma dessas autoras trabalha essa metáfora, mas não há tempo. Já mencionei Hill Collins (2000), que mostra como a autodefinição sempre esteve presente entre mulheres negras e exemplifica esse processo em compositoras de *blues* e escritoras; acrescento palavras de Audre Lorde, que, em diversos momentos de sua obra, mas de forma especial em sua biografia *Zami* (LORDE, 2006), ressalta o papel constitutivo das várias mulheres que cruzaram sua vida, que a “ajudaram a dar substância” (LORDE, 2006, p. 255, tradução nossa).

O tempo do unário, de propor-se sujeito na e pela linguagem, transborda da instância enunciativa intrarracial. Ao propor-se *eu* na instância enunciativa inter-racial, essa sujeita negra coloca em sua frente um *tu* a quem dita seus termos. A produção do discurso do ser negro sobre si mesmo reproduz o unário sem prescindir do dual: *eu* diz a *tu* algo sobre *eu*. Há aí uma dobra do eu, que ocupa simultaneamente dois lugares, o de quem diz e o de quem é dito. Tal é a cena enunciativa da autodefinição.

Ao se apropriar da língua e enunciar, o sujeito é referência de tudo o que é enunciado: ele estabelece o *tu*, determina o *ele* e cria, por meio de seu discurso, universos para os quais é a única “chave”.⁵ Quando, à força de resistência,

5 “Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso,

a sujeita negra se propõe como *eu*, a despeito do lugar a que a relegaram,⁶ essa chave é sua e, de alguma forma, o mundo muda. Como diz Angela Davis: quando uma mulher negra se move, toda a sociedade se move.

Se pode contar a história dos movimentos das minorias oprimidas como a história do *ele* que se torna *eu*: as mulheres, as minorias raciais, os LGBTQIAP+, as pessoas com deficiência ou as ditas loucas — colocadas no lugar de *ele*, subtraídas da esfera pessoal, como disse Benveniste. Neste pequeno texto, espero ter esboçado algumas pistas que nos indiquem de que forma seria possível, a partir da teoria dos pronomes, propor-se uma contribuição para o debate racial, ao abordar o processo de autodefinição como a retomada do direito de ser *eu* por indivíduos negras/es/os.

Referências

BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. [1958]. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005a. p. 284-293.

BENVENISTE, É. Estrutura das relações de pessoa no verbo. [1946]. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005b. p. 47-259.

BENVENISTE, É. A natureza dos pronomes. [1956]. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005c. p. 277-283.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) — Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negra-soulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

CAVALHEIRO, J. dos S. *O espaço ficcional e a experiência subjetiva: uma análise de “A metamorfose”*. 2007. 1 v. Dissertação (Mestrado) — Curso de Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2546?show=full>. Acesso em: 14 out. 2021.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre a Negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

caracterizadas por esse sistema de referências internas **cuja chave é eu**, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor” (BENVENISTE, 2005c, p. 281, itálicos do autor, negritos nossos).

6 “Ele (ou ela) pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtrai-lo à esfera pessoal do ‘tu’ (‘vós’)” (BENVENISTE, 2005b, p. 253).

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.

DUBOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.

DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. As técnicas de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos — IX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 264-296.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, D.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. São Paulo: Autêntica, 2019. p. 51-56.

LORDE, A. *Zami: a new spelling of my name — a biomythography*. Berkeley: Crossing Press, 2006.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOORE, C. Introdução. In: CÉSAIRE, A. *Discurso sobre a Negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SEVERO, R. T. Letramento racial e técnicas de si. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 3, n. 18, p. 6400-6415, 29 nov. 2021. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/82010>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SILVA, C. L. da C. *A instauração da criança na linguagem: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem*. 2007. 293 f. Tese (Doutorado) — Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10407>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TEIXEIRA, M. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2639>. Acesso em 14 out. 2021.

TWINE, F. W.; STEINBUGLER, A. The gap between whites and whiteness: interracial intimacy and racial literacy. *DuBois Review: Social Science Research on Race*, New York, v. 2, n. 3, p. 341-363, ago. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231775543_The_gap_between_whites_and_whiteness_Interracial_Intimacy_and_Racial_Literacy. Acesso em: 26 mar. 2021.

XVIII - Onde a linguística e a antropologia se encontram – diálogos entre Benveniste e Lévi-Strauss

Gabriela Barboza (FURG)
barboza.gabrielab@gmail.com

1. Ponto de partida

Em maio de 2021, quando recebi a primeira circular deste *Colóquio*, fiquei muito contente em saber que ele aconteceria e, mais, que desta vez eu poderia participar de outra maneira. Passada a euforia inicial, veio o pavor: o que falar sobre Benveniste que já não tenha sido dito? Na ilusão de que o tudo pode ser dito, na ânsia de dizer a palavra mais nova, fiquei quebrando cabeça, querendo reinventar a roda. Ao mesmo tempo, lembrei-me de um trecho da introdução do livro *Langues, cultures, religions*, em que Laplantine e Pinault fazem a seguinte afirmação: a obra de Benveniste é relativamente desconhecida. Ao reler esse trecho, de imediato pensei na minha relação com a obra do linguista, e também na relação entre a obra do linguista e aquilo que se costuma ler. Vamos fazer a conta: conforme Moïnfar (1975), Benveniste publicou 18 obras, 291 artigos, 300 resenhas e 34 comunicações. Acrescentemos as obras póstumas, que são, até o momento, 3 (sem considerar os manuscritos publicados anexos a outros livros). Colocando em relação essa vasta produção e aquilo que li desse total, a conta, em porcentagem, fecha em menos de 5%. Ou seja, deve haver algo a se dizer.

Ainda que se coloque a afirmação de Laplantine e Pinault em perspectiva, tendo a concordar com os autores, pois considero que perdemos a visão do todo, ou, pelo menos, uma visão mais ampla da obra de Benveniste. O semanticista teve interesses muito diversos, mas com alguns unificadores: a significação, “como as línguas significam”, e o homem na língua. Essas questões perpassam toda a reflexão e se manifestam sob diferentes vieses.

Os estudos de enunciação em Benveniste, ao mesmo tempo que consolidaram um campo do saber muito produtivo, “enclausuraram” o autor por um tempo. Cabe recordarmo-nos de que o título da obra mais célebre de Benveniste se chama *Problemas de linguística geral*, e não *Problemas de linguística da enunciação*. Ignoramos o geral e nos dedicamos ao enunciativo, sem

considerar que o enunciativo integra o geral. Foi a partir da constatação um pouco mais palpável daquilo que ignoro e daquilo que priorizo a respeito da obra de Benveniste que surgiu a proposta deste texto.

Quando se fala das relações entre Benveniste e Lévi-Strauss, temos um horizonte mais ou menos compartilhado com base em dois fatos: 1) Benveniste foi um dos membros da banca de defesa de tese de Estado de Lévi-Strauss,¹ em 1948, e b) ambos fundaram, juntamente com o geógrafo Pierre Gourou, a revista *L'Homme*, em 1961. Para além de se perguntar qual é o lugar de um linguista na arguição de uma tese em sociologia² e na fundação de uma revista de antropologia – perguntas necessárias, mas que não pretendo explorar neste texto –, meu objetivo é mais modesto: apresentar e discutir alguns diálogos estabelecidos entre ambos os pesquisadores em pontos ligados à reflexão linguística e à reflexão antropológica.

Na correspondência de Benveniste a Lévi-Strauss, publicada parcialmente por Bader (2012) e integralmente por Joseph, Laplantine e Pinault (2020), é possível encontrar debates sobre diversos temas: organização do parentesco indo-europeu, indicação de livros, comentários sobre publicações, indicação de Lévi-Strauss ao Collège de France. As cartas que inspiraram este trabalho foram escritas entre 1948 e 1967, Lévi-Strauss defende sua tese de Estado em 1948, a revista *L'Homme* é lançada em 1961. Há um intervalo de 13 anos entre um evento e outro e um período de 19 anos de troca de correspondências, o que nos mostra que, além da comprovação de que Benveniste e Lévi-Strauss mantiveram certo diálogo nesse ínterim e após, há também a descoberta de que sua relação é maior do que a que inicialmente se supunha.

Aresi (2020) apresenta, em sua tese, uma leitura de pontos de diálogo que permitem supor Benveniste leitor de Lévi-Strauss e Marx. Com a publicação das cartas de Benveniste a Lévi-Strauss, e a partir de incursões iniciais na obra de ambos, entendo que seja possível verificar também o caminho contrário: Lévi-Strauss leitor de Benveniste. Sem pretender ser exaustiva, o enfoque principal da discussão se dará principalmente em torno das questões ligadas a a) arbitrariedade do signo, b) estudos de línguas diversas e estudos de costumes e práticas de diferentes sociedades a partir dos estudos de língua.

1 Tese principal: As estruturas elementares do parentesco; tese complementar: A vida familiar e social dos Nambikwara.

2 Há algumas pistas na correspondência entre Jakobson e Lévi-Strauss, em que este, na carta de 4 de julho de 1948, afirma que “Benveniste foi o único membro da banca a entender o que eu queria fazer”.

2. Sobre a arbitrariedade

Na coletânea de textos presentes em *Antropologia estrutural* – livro que, segundo Lévi-Strauss, pretende esclarecer o método estrutural em antropologia –, há uma parte intitulada “linguagem e parentesco”. Aí, é possível deduzir algo sobre a concepção de linguagem do antropólogo, pois ele se dedica a abordar o problema da correlação entre língua, natureza e cultura dando ênfase ao aspecto da natureza simbólica de ambas. Esse aspecto da discussão coloca em destaque o princípio da arbitrariedade do signo formulado por Saussure.

No texto “Posfácio aos capítulos III e IV”, Lévi-Strauss discute, entre outras questões, a arbitrariedade do signo linguístico. Esse debate sobre a arbitrariedade ocorre em um contexto bastante específico, em que o antropólogo responde às críticas de Haudricourt e Granai de que estaria equivocado em sua reflexão sobre as relações de identidade entre língua e sociedade e língua e cultura, por não considerá-las realidades inteiramente opostas, uma vez que na língua se estaria diante de uma “dupla arbitrariedade” – a do significante em relação ao significado e a do signo em relação ao objeto “real” –, enquanto a cultura seria “consequência” de uma relação direta que a sociedade mantém com a natureza.

Para responder às críticas, o antropólogo parte da proposição de Benveniste para negar a arbitrariedade apriorística do signo linguístico e estabelecer uma analogia com a arbitrariedade dos fenômenos da cultura. A proposição a que me refiro está ligada ao texto de Benveniste em que ele discute o caráter arbitrário do signo, realizada em “Natureza do signo linguístico”.

Ancorado nos exemplos do *Curso de linguística geral*,³ Benveniste, em “Natureza do signo linguístico”, questiona o tipo de relação entre o significante e o significado. Para ele, não há como a natureza da relação interna ao signo ser arbitrária, ela é necessária (contingente). O conceito (significante) é forçosamente idêntico ao “conjunto fônico” (significado). “Ora, é somente se se pensa no animal boi, na sua particularidade concreta e substancial que se tem base para julgar ‘arbitrária’ a relação entre *boi* de um lado, *oks* do outro, com uma mesma realidade” (BENVENISTE, 1995a, p. 54-55, grifos do autor). A arbitrariedade do signo linguístico, portanto, se dá fora do signo, ela se dá na relação entre o signo e a realidade. “O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro. [...] O

3 Exemplos que, futuramente, saberá não pertencerem a Saussure, mas a seus alunos. Esse fato gera outras repercussões em torno do artigo de Benveniste.

arbitrário só existe aqui em relação com o fenômeno ou o objeto material e não intervém na constituição própria do signo” (BENVENISTE, 1995a, p. 56).

Em Lévi-Strauss, vemos uma reflexão semelhante:

O signo linguístico é arbitrário *a priori*, mas deixa de sê-lo *a posteriori*. Nada há, *a priori*, na natureza de certos preparados à base de leite fermentado que imponha a forma sonora *fromage*, ou melhor, *from-*, já que a desinência está presente em outras palavras. [...] Em compensação, não há por que ter certeza de que tais opções fonéticas, arbitrárias em relação ao *designatum*, não reverberam imperceptivelmente, em seguida, talvez não no sentido geral das palavras, mas sobre sua posição num meio semântico (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 138, grifos do autor).

A desestabilização da arbitrariedade do signo acompanha Lévi-Strauss por boa parte de sua reflexão, já que é também a partir desse deslocamento feito da linguística que o antropólogo encontra um “caminho do meio”, o embate entre natureza e cultura no seu campo de atuação para a questão do incesto e, por extensão, para as questões gerais ligadas à antropologia. Lévi-Strauss incorpora a reflexão de Benveniste à sua para negar a arbitrariedade apriorística do signo linguístico e afirmar a arbitrariedade dos fenômenos da cultura, que eram tidos, comumente, pelos antropólogos, como motivados, seja por aspectos geográficos, raciais, seja pelas determinações da natureza sobre o homem. Para Lévi-Strauss, é universal (portanto natural) o fenômeno da proibição do incesto, mas é particular a cada sociedade (portanto cultural) o modo como se dá essa restrição. Ainda que o cite poucas vezes, há, na reflexão do antropólogo, uma leitura de Benveniste que faz parte da solução para uma de suas principais questões ligadas ao parentesco e que irá, como prevê Benveniste em mais de uma carta,⁴ transformar a antropologia e as ciências sociais.

3. Reflexões sobre línguas e sociedades diversas

Bader (2009; 2012) propõe quatro pontos de aproximação entre Benveniste e Lévi-Strauss, a saber: o marxismo; a admiração por Rousseau; o interesse de Lévi-Strauss pela linguística e o interesse de Benveniste por mitos e culturas; o interesse de ambos pela questão das estruturas. Ainda que todos eles sejam relevantes e contribuam fortemente para a reconstrução do que Rosário (2018) chama de *condições de enunciação*, o aspecto de convergência intelectual entre os pesquisadores sobre o qual me interessa jogar luz

4 Ver, por exemplo, as cartas 1, 5 e 11.

neste texto é aquele ligado ao terceiro ponto e que diz respeito aos estudos das línguas diversas e aos estudos de costumes e práticas de diferentes sociedades.

Nas cartas de Benveniste a Lévi-Strauss, abundam exemplos de discussões sobre o parentesco indo-europeu, sobre povos indígenas e outros tantos. Tanto para um pesquisador quanto para outro, as discussões sobre costumes, religiões, relações sociais etc. passam, obrigatoriamente, pelo linguístico. Evidentemente, cada um deles fará diferentes observações, desde os pontos de vista que lhes cabem.

Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, Benveniste (1995a, p. 20) afirma que “é sempre das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas”. É crucial ter essa afirmação em mente ao propor qualquer discussão sobre língua ancorada nos princípios benvenistianos. A reflexão sobre o papel ocupado pelas línguas para essa teoria da linguagem é uma importante tarefa a ser cumprida, mas excede o escopo deste texto.⁵ É necessário, em todo caso, reforçar que todas as reflexões linguísticas do semanticista passam, de algum modo, pelas línguas, para que, a partir daí, se possa afirmar algo sobre a natureza da língua – os exemplos são abundantes. Trago para a discussão dois deles, ambos retirados das cartas a Lévi-Strauss.

Benveniste, na carta 3, de 24 de junho de 1948, debate com Lévi-Strauss a respeito de relações endogâmicas e exogâmicas nas sociedades avéstica e iranianas. A partir dessa reflexão, surge uma questão conexa ao assunto, que diz respeito à terminologia grega:

Outro ponto merece atenção, principalmente pelos fatos relacionados que traz à tona. Estamos lidando com um parentesco que se manifesta na ocasião do luto. Ora, há algum tempo estou intrigado com um fato singular da terminologia grega, que não tem paralelo até onde sei. Em grego, um mesmo termo [κδοϋ] designa o parentesco por casamento e o luto. A noção de prestar as últimas homenagens e a de se aliar pelo casamento têm a mesma expressão. Será isso o reflexo de uma exogamia estrita, segundo a qual o clã onde tomo uma esposa assume a obrigação de enterrar meus mortos em reciprocidade? Conhecemos outros exemplos de serviços funerários tão estreitamente ligados ao intercâmbio de mulheres? (BENVENISTE, 1948 *apud* JOSEPH; LAPLANTINE; PINAULT, 2020, p. 160, tradução nossa).

5 Sara Luiza Hoff, doutoranda da UFRGS, está desenvolvendo uma reflexão em sua tese de doutoramento sobre a diversidade das línguas na obra de Benveniste. Em breve, o campo terá à disposição pesquisa desenvolvida em profundidade sobre a temática.

Benveniste parece ter um interesse genuíno pelas línguas indígenas, o que se pode supor a partir de suas expedições ao Alasca, com pesquisas sobre as línguas haida, tlingit, gwich'in (cheloux), tutchone, esquimó e outras. Ao conhecer e pesquisar as gramáticas das línguas indígenas, o linguista consegue colocar em perspectiva a generalização de questões linguísticas – pensadas como universais a partir do indo-europeu – e reavaliá-las ou confirmá-las. Em cartas à fundação Rockefeller, instituição financiadora de suas expedições de 1952 e 1953, Benveniste insiste sobre o fato de que seu trabalho não é estritamente técnico, linguístico, mas que trata, ao mesmo tempo, de questões “de ordem geral que necessitam de uma viagem [onde se coletarão] dados ligados tanto à língua, quanto à cultura e às instituições” (BENVENISTE, 1952, n. p., tradução nossa). Suas preocupações com as línguas indígenas estavam orientadas no sentido de uma certa indissociabilidade entre os estudos das instituições e os estudos de língua.

Segundo Laplantine (2013, n. p., tradução nossa) os exemplos de línguas ameríndias intervêm (e não são meros exemplos que podem ser excluídos da leitura) “na discussão de noções como a frase nominal, frase relativa, pessoa, verbo, tempo, discussões sobre método das línguas”. Na carta 8, de 7 de fevereiro de 1952, Benveniste rebate as reflexões de Lévi-Strauss sobre os *kepkiriwat*:

Li com grande interesse suas engenhosas considerações sobre o arranjo dos elementos no vocabulário de partes do corpo em *kepkiriwat*. Mas me sinto muito envergonhado em formular uma opinião. Não apenas não conheço esta língua que você cita, mas na minha leitura me deparei com dificuldades de princípio às quais não sei se uma resposta é possível. Limito-me a enunciá-las. A principal delas é: como analisar palavras? Ou seja, como analisar os morfemas? Uma comparação sistemática deve ser feita desses termos corporais com o restante do vocabulário, sem noções preconcebidas, e em particular para ver de acordo com quais princípios se agenciam os elementos identificáveis. [...]

Outra dificuldade, relacionada, aliás, à anterior, resulta da incerteza sobre onde se está em relação à estrutura geral da língua. Existem prefixos, sufixos? Aqui está uma questão específica. Você percebe uma diferença peculiar entre um grupo de termos, obtido pela indicação das partes do corpo do informante, e outro grupo que se relaciona com os corpos de animais esquartejados. Isso me sugere imediatamente uma hipótese, que talvez você tenha considerado. Essa diferença é uma diferença entre dois prefixos possessivos. As palavras da primeira série, todas começando com *u-*, referem-se ao corpo do informante; aqui, “braço” deve significar “meu braço”. Os da segunda série, aplicados a um animal, teriam um *s-* que seria o possessivo da 3ª sg. E aqui a palavra traduzida por “estômago” seria “*seu* estômago”. Esta é apenas uma hipótese, mas a priori

os nomes das partes do corpo, assim obtidos, devem ser acompanhados de índices de posse. Isso mudaria significativamente a interpretação dos termos.

[...] É bem possível que na base de muitos desses termos haja, como você supõe, certos processos composicionais análogos aos do guató. Estou me concentrando em problemas preliminares, porque toda análise depende deles, e faço isso apenas para garantir a base de uma interpretação. Em qualquer caso, seria necessário examinar todos os fatos coletados para determinar as classes de formas (nominais, verbais, simples, compostas, sufixadas etc.) e proceder com mais segurança à análise desses termos (BENVENISTE, 1952 *apud* JOSEPH; LAPLANTINE; PINAULT, 2020, p. 165, grifos do autor, tradução nossa).

Na medida em que é possível aprender com o que Benveniste explica, mas também com o como e com o que exemplifica, cabe notar o tratamento dado por Benveniste às questões de Lévi-Strauss. As temáticas levantadas pelo antropólogo eram, aparentemente, ligadas a culturas de sociedades específicas. Qual é a resposta do linguista? “Ora, há algum tempo estou intrigado com um fato singular da terminologia grega”, “como analisar palavras?” e toda ordem de preocupações linguísticas. A resposta do linguista é a linguística.

Sem pretender excluir as questões ligadas à cultura, a instituições, Benveniste parece reconhecer e reivindicar o lugar da linguística nas ciências humanas, e isso se dá implícita ou explicitamente. No prefácio de *Vocabulário das instituições indo-europeias*, afirma que “o aspecto histórico e sociológico desses processos [de análise e reconstrução de termos indo-europeus] fica a cargo de terceiros” (BENVENISTE, 1995b, p. 9). Ainda: “Os historiadores e os sociólogos verão melhor o que podem aproveitar das presentes análises, nas quais não entra nenhum pressuposto extralinguístico” (BENVENISTE, 1995b, p. 10).

Lévi-Strauss (2012) também parece se movimentar nas bordas entre a linguística e a antropologia. Ao tratar do sistema de parentesco – tarefa que lhe é tão cara –, afirma que há duas ordens de realidades distintas com as quais trabalha o sociólogo: o sistema terminológico (ligado ao vocabulário) e o sistema de atitudes (ligado às práticas sociais). Dito de outro modo, para Lévi-Strauss, os sistemas de parentesco são, ao mesmo tempo, uma questão linguística e uma questão antropológica. Certamente, os usos que o antropólogo faz do sistema terminológico de determinada língua atende a objetivos diferentes dos do linguista.

Ao sintetizar sua reflexão sobre os tipos de sistemas de parentesco, resultante de análise de termos, observa que

Na área indo-europeia, a estrutura social (regras de casamento) é simples, mas os elementos (organização social) destinados a compor a estrutura são numerosos e complexos. [...] Quando descrevemos desse modo a estrutura social, não podemos pelo menos encetar um diálogo com os linguistas? (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 120).

Ainda a respeito do diálogo entre os campos, escreve:

Os linguistas fornecem aos sociólogos etimologias que permitem estabelecer entre certos termos de parentesco laços que não eram imediatamente perceptíveis. [...] Durante uma sessão recente do Círculo Linguístico de Nova York, Julien Bonfante ilustrou esse ponto de vista lembrando a etimologia da palavra “tio” em certas línguas românicas, como o grego *θείος*, que dá, em italiano, espanhol e português, zio e tio. E acrescentava que, em certas regiões da Itália, o tio se chama *barba*. “Barbã”, o “divino” tio, quantas sugestões esses termos trazem para os sociólogos! [...] Qualquer que seja a interpretação que convenha dar aos fatos apresentados, não resta dúvida de que a linguística colabora para a solução do problema ao localizar, no vocabulário contemporâneo, a persistência tenaz de certas relações desaparecidas (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 58, grifo do autor).

É possível ver, com essas duas citações, o reconhecimento – até mesmo a necessidade – dado à linguística pela antropologia. Não poderia ser diferente com a “ciência-piloto” das outras ciências humanas. Se a língua é o interpretante da sociedade na forma de um semantismo social (ROSÁRIO, 2018; ARESI, 2020), estudar sociedades passa pelo estudo da língua/das línguas. Em termos de análise, a língua é o inescapável não só para o linguista.

Benveniste reitera, em seus últimos escritos e nas últimas aulas, que a língua contém a sociedade. A obra *Vocabulário das instituições indo-europeias* pode ser vista como uma grande demonstração do fato de que os outros sistemas semiológicos precisam da língua como interpretante. Do exposto até aqui, parece que não há caminho – nem para o linguista nem para o antropólogo – que não passe pela língua.

Tanto Benveniste quanto Lévi-Strauss reconhecem e resguardam, ao mesmo tempo, o seu lugar e o lugar do outro. Ainda que ambos se valham do vocabulário de diferentes sociedades, o que resulta da abordagem dos termos será diferente. Enquanto Benveniste se atém às relações próprias à língua e deixa interpretações alheias ao seu campo para “historiadores e sociólogos”, Lévi-Strauss se vale do valor que os termos têm para o estudo de parentesco.

4. Ponto de chegada

Para finalizar a discussão, reforço que meu objetivo foi muito mais apresentar um diálogo e apontar possíveis pontos de relação entre Benveniste e Lévi-Strauss do que, de fato, explorar a reflexão sobre uma questão específica. Ao olhar para os textos do antropólogo, foram tantas as possibilidades de relação que qualquer tentativa de esboçar aproximações seria insuficiente. De fato, “todo esforço para formular numa linguagem comum as questões linguísticas e as questões culturais nos coloca imediatamente numa situação extraordinariamente complexa. E não devemos nos esquecer disso” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 83).

Retomando Aresi (2020), procurei mostrar, de algum modo, que tanto Benveniste quanto Lévi-Strauss se liam e debatiam sobre diferentes assuntos. A proposta de diálogo entre os pesquisadores a que me dediquei fazer resultou neste texto inicial sobre um tema relativamente novo, cujas possibilidades de abordagens são inúmeras. De fato, a partir da publicação das cartas de Benveniste a Lévi-Strauss, novas perspectivas de trabalho e investigação são aventadas.

Do que consegui propor até aqui, fica a impressão de que há, no contato entre o linguístico e o antropológico, a tentativa de restabelecimento de um laço que, para mim, parecia ter se perdido, na medida em que a linguística prescindiu, por um bom tempo, da consideração daquele que fala a língua e em que a antropologia quis passar longe de métodos que não lhe fossem próprios. Lévi-Strauss resume essa situação da seguinte maneira: “os antropólogos correm atrás dos linguistas e estes, por sua vez, perseguem os antropólogos, cada grupo tentando obter do outro justamente aquilo de que gostaria de se livrar” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 107).

Parafraseando Lévi-Strauss – em carta a Jakobson em que fala sobre a leitura de Benveniste diante da discordância na escrita de um texto –, entendendo que, por mais apressada que seja a relação que estabeleci e ingênua e inicial minha leitura, ainda há algo de curioso nela. Mesmo que a partir de diálogos muito prematuramente estabelecidos, a relação entre Benveniste e Lévi-Strauss merecia ser verificada, e a discussão com a área, proposta. O debate está colocado.

Referências

- ARESI, F. *A relação entre língua e sociedade na reflexão teórica de Émile Benveniste*. 2020. 285 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2020.
- BADER, F. Une lettre d'Émile Benveniste à Louis Renou. *Incontri linguistici*, Pisa/Roma, n. 32, p. 139-158, 2009.
- BADER, F. Lettres d'Émile Benveniste à Claude Lévi-Strauss. Contribution à la biographie d'Émile Benveniste. In: BORGHELLO, G.; ORIOLES, V. *Per Roberto Gusmani 1*. Linguaggi, culture, letterature 2. *Linguistica storica e teorica. Studi in ricordo*. Udine: Forum, 2012. p. 227-249.
- BENVENISTE, É. [Correspondência]. Destinatário: Fundação Rockefeller. Paris, 1952. 1 carta manuscrita. Armazenado em: Archives de la Rockefeller Foundation. RF, RG 1.2. Series 500R. Box 12. f. 112.
- BENVENISTE, É. *Langues, cultures, religions*. Orgs. Chloé Laplantine e Georges--Jean Pinault. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2015.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995a.
- BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-europeias*. v. 1 e 2. Campinas, SP: Unicamp, 1995b.
- JOSEPH, J.; LAPLANTINE, C.; PINAULT, G-J. Lettres d'Émile Benveniste à Claude Lévi-Strauss (1948-1967). *Histoire Épistémologie Langage*, Les Ulis Cedex A, v. 42, n. 1, p. 155-181, 2020.
- LAPLANTINE, C. Emile Benveniste et les langues amérindiennes. *History and Philosophy of the Language Sciences*, [s. l.], 2 Oct. 2013. Disponível em: <https://hiphilangsci.net/2013/10/02/emile-benveniste-et-les-langues-amerindiennes-4/>. Acesso em: 15 out. 2021.
- LAPLANTINE, C. Emile Benveniste et les langues amérindiennes. *History and Philosophy of the Language Sciences*, 2013.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- MOÏNFAR, M. D. Bibliographie des travaux d'Émile Benveniste. In: SOCIÉTÉ DE LINGUISTIQUE DE PARIS (ed.). *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Louvain: Peeters, 1975. p. IX-LIII.

ROSÁRIO, H. M. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. 2018. 174 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2018.

XIX - Uma linguística da língua que contém a sociedade em Benveniste

Fábio Aresi (UFPEL)
fabio_koy@yahoo.com.br

Neste estudo, procuro mostrar de que maneira a relação estabelecida por Benveniste entre língua e sociedade, em seu texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968), é reveladora de um linguista, senão influenciado, ao menos interessado pelas ideias de Hegel e Marx, ao mesmo tempo que jogarei luz sobre a originalidade de sua visão de sociedade. Para mim, a perspectiva benvenistiana da relação entre essas duas entidades, ao incorporar a significação da língua e o ato enunciativo como partes centrais da reflexão, abre, para a linguística, a possibilidade de um estudo sediado nessa relação. O objetivo aqui é tão somente o de dar visibilidade a tal possibilidade. Para tanto, realizo, em um primeiro momento, uma ligeira revisão do texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968), através da qual elucidado a perspectiva semiológica instaurada por Benveniste para o estudo da relação entre língua e sociedade. Feito isso, passo a mostrar o quanto a consideração da língua enquanto base da diferenciação entre individual e coletivo é tributária de uma visão dialética, e o que ela revela acerca da noção de sociedade em Benveniste. Por fim, tento demonstrar o quanto a reflexão ali realizada é atravessada por questionamentos que colocam em evidência uma leitura marxista por parte do linguista, uma vez tomada a sociedade como “estrutura”. Tais pontos, segundo creio, permitem que se advogue em defesa da possibilidade de uma linguística fundada a partir da premissa benvenistiana de que “a língua contém a sociedade”.

Benveniste inicia seu texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968) por um dado de evidência, de caráter essencialmente antropológico: “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro” (BENVENISTE, 2006, p. 93). Dessa necessária relação interpessoal mediada pela linguagem, decorre uma constatação ainda mais ampla:

A partir desse momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir desse momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra (BENVENISTE, 2006, p. 93).

Para Benveniste, língua e sociedade não podem ser tomadas fora de uma relação mutuamente constitutiva. Tal conclusão poderia nos levar a crer que seria possível estabelecer, entre a estrutura de uma e de outra, correlações unívocas e constantes. Entretanto, Benveniste não encontra dificuldade em demonstrar que, se por um lado, língua e sociedade são entidades que estão intimamente ligadas, por outro, não se pode estabelecer entre elas uma relação de isomorfia em nível estrutural.

Como, então, considerar a relação entre elas? A saída se dá, para Benveniste, através da diferenciação entre duas noções de “língua” e de “sociedade”. Trata-se, segundo ele, de conceber, para cada uma, um *nível histórico* e um *nível fundamental*. No nível histórico, estão língua e sociedade enquanto dados empíricos, particulares (língua russa, língua chinesa, língua francesa de um lado, sociedade russa, sociedade chinesa, sociedade francesa de outro). No nível fundamental, está a sociedade “como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens” e a língua “como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (BENVENISTE, 2006, p. 96). Para o linguista, é em nível fundamental que podemos tratar da relação entre as duas entidades.

Tomando, então, língua e sociedade na sua acepção fundamental, Benveniste se pergunta: “Como poderemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (BENVENISTE, 2006, p. 97). Surpreendemos, nessa interrogação, evidências de um princípio de método: supor a relação entre língua e sociedade implica necessariamente analisar a sociedade *através da análise da língua*. O linguista afirma no parágrafo seguinte: “Estamos considerando aqui a língua somente como *meio de análise da sociedade*” (BENVENISTE, 2006, p. 97 grifos nossos). O que significa colocar a relação nesses termos? Pensar a sociedade através da análise da língua significa, para Benveniste, tomar “língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado” (BENVENISTE, 2006, p. 97). A relação entre as duas entidades não se dará em nível de estrutura, como faz sugerir o título do texto; ela será de ordem *semiológica*. Trata-se, portanto, de olhar para a sociedade através do

prisma da língua, o que significa, em última instância, olhar para a sociedade *na língua*.

A aproximação efetuada por Benveniste entre língua e sociedade a partir de um ponto de vista semiológico o leva a formular duas “proposições conjuntas”. São elas, nas palavras do linguista: “Em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 97). Identifico, nessas duas proposições, uma potência teórica de enorme alcance, e que permite, segundo acredito, fazer delas os axiomas de toda uma linguística, da qual Benveniste, ainda nesse mesmo texto, dá alguns direcionamentos. Com a primeira das proposições, estabelecemos os componentes e suas respectivas funções: a língua, tomada enquanto sistema de formas significantes, ocupa o lugar de interpretante; a sociedade, pensada enquanto princípio de coletividade humana, assume a posição de interpretado. Com a segunda proposição, explicamos a razão fundamental dessa interação: a língua é o interpretante e a sociedade é o interpretado porque o modo de organização da sociedade está contido no modo de organização da língua. Reconheço, desse modo, certo grau de subordinação metodológica: porque “a língua contém a sociedade”, seu papel de interpretante faz dela não apenas o *operador* de uma análise da sociedade, mas também o próprio *objeto* dessa análise. Simultaneamente instrumento e objeto, a língua enquanto interpretante da sociedade figura, assim, tal como Benveniste a considera, um “meio de análise da sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 97). Esta se dá, portanto, *na e pela* língua.

Benveniste demonstra seu ponto de vista a partir de dois modos de verificação. O primeiro deles, de caráter empírico, evidencia a especificidade *meta-linguística* da língua, uma vez que esta se deixa isolar e descrever-se por si própria, capacidade não facultada à sociedade. Não só temos a possibilidade de (na realidade, somos obrigados a) estudar a língua tomando como ferramenta conceitual a própria língua, como também podemos fazê-lo de forma isolada, dissociando-a de seu emprego e, através disso, das relações que ela estabelece com o mundo, para descrevê-la em suas propriedades intrínsecas. A sociedade, por outro lado, não dispõe de um aparelho conceitual que lhe seja próprio para descrever-se a si mesma. Cabe à língua fornecer o instrumental de análise, através de sua capacidade de expressão linguística. Como Benveniste afirma, “há uma metalinguagem, não há metassociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 100). Isso não só coloca em destaque uma relação assimétrica de “includor” e “incluído”, como também demonstra que o papel de “interpretante” atribuído à língua implica também uma questão *operacional*, uma vez que ela constitui

“necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar” (BENVENISTE, 2006, p. 99).

A segunda maneira pela qual Benveniste expõe sua tese de que a língua contém a sociedade é afirmando que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 98). Para ele, a diferenciação entre indivíduo e sociedade, princípio básico da organização social, constrói-se a partir de uma distinção no interior da própria língua, a qual constitui simultaneamente a possibilidade mesma da atividade linguageira:

Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele” (BENVENISTE, 2006, p. 101).

O que está na base de diferenciação entre indivíduo e sociedade é o mecanismo linguístico responsável pela categoria de *pessoa*. Vemos o quanto a relação que se estabelece entre locutor e alocutário no ato de enunciação assume uma função determinante da realidade antropológica e social. A característica dupla e paradoxal da língua de suprir ao mesmo tempo uma necessidade individual e coletiva é dada não por um elemento externo à língua, mas por uma estrutura específica interna à própria língua. Apropriando-se da língua através de índices pessoais, o homem constitui-se como sujeito na e pela sua própria enunciação, incluindo a si mesmo no seu discurso como *eu*, e se situando em relação a um *tu*; em sentido mais amplo, situando-se em relação à sociedade.

Identifico, nessa relação de reciprocidade entre termos opostos, um pensamento marcadamente orientado pela *dialética*. O conceito de “dialética”, cujo reconhecimento maior no âmbito da filosofia se deve ao idealismo de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e à posterior crítica materialista feita por Karl Marx, diz respeito ao movimento do pensamento que se estabelece a partir de relações constitutivas entre termos opostos.

Reconheço essa mesma configuração de pensamento em “Da subjetividade na linguagem” (1958), quando Benveniste demonstra que a condição de diálogo, isto é, de reciprocidade entre *eu* e *tu*, é o que permite ao homem diferenciar-se do que não é ele. Afirma o linguista:

Caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do ‘próximo’, ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa **realidade dialética** que englobe os dois termos e os defina pela **relação mútua** que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade (BENVENISTE, 2005, p. 287, itálicos do autor, negritos nossos).

A “realidade dialética” de que fala Benveniste envolve um englobar de termos opostos (indivíduo e sociedade) que se definem unicamente a partir da sua relação mútua. As polaridades “eu-outro” e “indivíduo-sociedade” constituem, assim, desde uma perspectiva dialética, não objetos *em* relação, mas objetos *de* relação, pois não preexistem a ela; são realidades opostas que nascem e dependem da relação que estabelecem entre si. O fundamento dessa relação, informa-nos Benveniste, é dado pela língua. A categoria de *pessoa*, responsável pela possibilidade de conversão da língua em discurso, surge, portanto, de uma relação dialética entre *eu* e *tu*. Desse modo, assim como Marx se faz valer do pensamento dialético hegeliano para pensar a organização social a partir de sua base material, Benveniste mobiliza o dialetismo para pensar a sociedade a partir de seu fundamento linguístico. Como Benveniste expõe em “A linguagem e a experiência humana” (1965), “desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda” (BENVENISTE, 2006, p. 69, grifos do autor). Novamente, o linguista conclui: “Uma *dialética* singular é a mola desta subjetividade” (BENVENISTE, 2006, p. 69, grifo nosso).

A leitura de “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968) permite, ainda, identificar uma definição de sociedade a partir de sua *organização estrutural*. Benveniste reconhece uma *estrutura* inerente à sociedade, ainda que deixe claro que não será em função dela que ele estabelecerá a relação entre as duas entidades. No entanto, proponho que nos detenhamos nela por um instante. Diz ele:

A base da estrutura linguística é composta de unidades distintas, e estas unidades se definem por quatro caracteres: elas são unidades discretas, são em número finito, são combináveis e são hierarquizadas. A estrutura da sociedade não pode ser reduzida a este esquema, ela é de

natureza dupla. Existe de um lado um sistema relacional, que é chamado o sistema do parentesco; e de outro um *sistema de relação, de divisão, é o sistema das classes sociais que é agenciado pelas funções de produção* (BENVENISTE, 2006, p. 95, grifo nosso).

Essa passagem é normalmente evocada para atestar a incompatibilidade estrutural entre língua e sociedade. No entanto, ela também abriga uma visão acerca das relações que definem a estrutura da sociedade. Observemos bem: Benveniste concede a natureza da organização social como sendo de caráter duplo: de um lado, há um sistema que se constitui a partir das relações de parentesco; de outro, um sistema que se organiza em função da divisão de classes sociais. No primeiro deles, encontramos uma visão que se liga profundamente às investigações antropológicas de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), da qual não me ocuparei aqui. O segundo caráter, porém, demonstra uma visão marcadamente marxista. Benveniste reconhece que a estrutura da sociedade também é composta por um sistema de relações organizadas por “funções de produção”. Noto, aqui, uma perspectiva que parece se alinhar com o pensamento produzido pelo materialismo histórico de Karl Marx. Trata-se, na perspectiva marxista, de pensar a sociedade através de uma ótica materialista, ou seja, a partir do princípio de que “é o modo dos homens procurarem seus meios de subsistência que determina os demais aspectos da vida social” (ENGELS *et al.*, 1945, p. 194). A sociedade, desse ponto de vista, é tomada como o resultado da necessidade humana de transformar a natureza para produzir os meios de sua própria subsistência. O *trabalho* surge, então, como noção fundamental para se compreender as relações sociais, pois é justamente em função dele, na acepção materialista, que tais relações se estabelecem:

Nenhuma sociedade pode viver e desenvolver-se sem produzir as utilidades necessárias à sua existência. Ora, as utilidades necessárias à existência não são fornecidas espontaneamente pela natureza; o homem deve produzi-las com o seu trabalho. Ao fabricar os objetos de uso, o homem modifica as substâncias da natureza, transforma-as e adapta-as a fim de satisfazerem as suas necessidades. Nesse sentido, a produção é a ação do homem sobre a natureza. O homem, porém, existe e produz não como indivíduo isolado, mas como membro da sociedade. Assim, pois, o processo de produção supõe uma determinada relação não apenas entre a sociedade e a natureza mas também entre os próprios homens (ENGELS *et al.*, 1945, p. 350).

Pois bem, as relações que os homens estabelecem entre si em função do trabalho constituem, portanto, *relações de produção*, e são estas, por sua

vez, que configuram a divisão da sociedade em classes sociais. É nítida a alusão que se percebe, na definição estrutural de sociedade em Benveniste, à visão marxista. Surpreendemos elementos dessa visão de organização social em outros momentos de “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968). Benveniste diz, ao afirmar a impossibilidade de se estabelecer uma relação histórica ou genética entre língua e sociedade:

A língua nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana, ela se elabora pelo mesmo processo que a sociedade, *pelo esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos*. É neste *trabalho coletivo e por este trabalho coletivo* que a língua se diferencia, aumenta sua eficiência, da mesma maneira que a sociedade se diferencia em suas atividades materiais e intelectuais (BENVENISTE, 2006, p. 97, grifos nossos).

A revolução teórica de Benveniste consiste em colocar, na base dessas relações de produção material que caracterizam a sociedade desde a perspectiva marxista, o poder significante e unificante da língua. Ele afirma:

Acima das classes, acima dos grupos e das atividades particularizadas, reina um poder coesivo que faz uma comunidade de um agregado de indivíduos e que *cria a própria possibilidade da produção e da subsistência coletiva*. Este poder é a língua e apenas a língua (BENVENISTE, 2006, p. 97, grifo nosso).

Mais uma vez, está posto, para Benveniste, o papel fundante da língua na existência e na organização do humano. A atividade produtiva do homem e as relações e divisões que daí surgem decorrem do poder significante da língua. Assim, se Marx vê nas relações *materiais* o princípio explicativo da sociedade, Benveniste reconhece na *língua* o fundamento e a própria possibilidade de tais relações, como testemunha a seguinte passagem do texto “Semiologia da língua” (1969), na qual está posta a inversão da relação de encaixe sociológica: “A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 63, grifo nosso). Benveniste toma a língua, enquanto *prática humana*, como a realidade material por excelência, uma vez que, como aponta Milner (2003), ele “funda o sujeito e a subjetividade sobre uma base material: a linguagem enquanto proferida” (MILNER, 2003, p. 98, tradução nossa). Portanto, para Milner, o destaque em itálico na passagem “É ‘ego’ que diz ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 286), de “Da subjetividade na linguagem” (1958), tem como objetivo

“ênfatizar que o dizer, aqui, é um dizer em ato” (MILNER, 2003, p. 98, tradução nossa). Do que conclui:

Não somente a linguagem não é uma superestrutura [...], como também, em Benveniste, funciona como uma infraestrutura: a infraestrutura material da subjetividade. Seria um excesso reconhecer aqui [...] uma tentativa de teoria materialista dialética do sujeito? (MILNER, 2003, p. 98, tradução nossa).

Desse modo, para Benveniste, as relações de produção em função das quais a sociedade se organiza (e das quais fala Marx) só são possíveis porque o homem é, em primeiro lugar, um ser de linguagem, e que, portanto, faz dela a sua realidade material, na e pela enunciação.

Do que pudemos apreender através desse estudo, há muita novidade em articular língua e sociedade à luz de uma teorização enunciativa acerca dos pronomes. E há, sobretudo, uma novidade enorme em tomar a reflexão sobre “a inclusão do falante em seu discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 101) como um caminho teórico possível para pensar sobre “a pessoa na sociedade enquanto participante” (BENVENISTE, 2006, p. 101). Ora, o ato enunciativo, por se dar a partir de um mecanismo linguístico de caráter intrínseca e dialeticamente intersubjetivo, é a manifestação mais explícita de nossa condição enquanto sujeitos sociais. A condição de reciprocidade que é inerente à sociedade decorre, assim, dessa situação única e paradoxal que caracteriza a língua, e que a permite, ao mesmo tempo, suprir uma necessidade profundamente individual e ser coextensiva a toda a coletividade. Tais observações me levam à conclusão de que Benveniste oferece, através de suas investigações, os pressupostos teóricos para um possível modo de fazer linguística, ou, ao menos, para pensar a enunciação sob uma perspectiva ainda pouco explorada. Ao apresentar a estrutura de base responsável pelo funcionamento subjetivo e referencial do discurso, o linguista coloca a língua sob uma nova configuração, que diz respeito ao seu aspecto social, enquanto atividade linguística no seio da sociedade, considerando-a, portanto, como uma “prática humana” (BENVENISTE, 2006, p. 102). Vejo, aqui, o fenômeno da enunciação sob uma perspectiva mais ampla se comparado àquela teorizada no texto “O aparelho formal da enunciação” (1970), na qual a enunciação, enquanto fenômeno linguístico, é contemplada em seu aspecto *individual*, sendo assim definida como “este colocar em funcionamento a língua por um *ato individual* de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82, grifo nosso).

A consideração da relação entre língua e sociedade no ato-processo enunciativo – aqui entendido como “uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 102) – permite olhar para a enunciação como ato de apropriação por *coletividades humanas*, ou, melhor dizendo, como a apropriação da língua por um locutor que está inserido em uma coletividade, da qual é integrante. Consequentemente, a noção de “apropriação” é ressignificada, implicando não apenas a atualização da língua em discurso, como também a sua *transformação e renovação via discurso*.

Também é inegável o paralelo que Benveniste busca sutilmente tecer entre sua reflexão e uma compreensão de sociedade marcadamente influenciada pelo materialismo dialético. A leitura aqui efetuada permite acompanhar, nas entrelinhas do linguista, uma visão de sociedade organizada em classes, e que essa configuração se dá em função de suas relações de produção. Para Benveniste, porém, o fundamento de tais relações reside no poder de significação da língua e em seu modo único de organização, que possibilitam as relações inter-humanas e a ação transformadora do homem sobre a natureza. A noção de “produção”, tão cara ao pensamento marxista, também ocupa um lugar central na reflexão de Benveniste acerca da relação entre língua e sociedade. Assim, se, para Marx, a sociedade pode ser entendida a partir da maneira como as coletividades se organizam em função da *produção material* para sua subsistência, Benveniste vê na língua um “sistema produtivo” de base, no sentido mais materialista do termo. Ora, o fato de que a língua se encontra de tal modo organizada que permite aos falantes apropriarem-se dela para produzir sentido na instância caracterizadora do ato de enunciação dá, desde o ponto de vista linguístico, suporte para tomar a enunciação enquanto a própria possibilidade das relações produtivas que caracterizam a sociedade. Tudo aponta, portanto, para a possibilidade de uma análise da sociedade através de uma análise da língua, tal como Benveniste define o seu viés semiológico. Somos levados, por consequência, a nos interrogar sobre a possibilidade de um fazer linguístico que contemple essa relação fundante. Eu denomino esse fazer como uma **“linguística da língua que contém a sociedade”, que toma a língua como objeto de uma investigação integradora do humano e da sociedade, e cujo potencial apenas começamos a vislumbrar.**

Referências

- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- ENGELS, F.; THALHEIMER, A.; HARARI, J.; SEGAL, L. *Introdução ao estudo do marxismo*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945.
- MILNER, J-C. *El periplo estructural*. Figuras y paradigma. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

XX - Do rastro ao signo: questões sobre a escrita na obra benvenistiana

Paula Ávila Nunes (UTFPR)
paulanunes@utfpr.edu.br

“[...]a] escrita, este rastro privilegiado que os homens deixam de si mesmos” (Jeanne Marie Gagnebin)

1. Introdução

O leitor familiarizado com a obra de Benveniste provavelmente já observou uma flagrante ausência temática nos textos que compõem os dois volumes de sua obra mais difundida no Brasil, *Problemas de linguística geral (PLG)*. Enquanto o linguista se debruça exaustivamente sobre o tema da escrita durante suas aulas no ano de 1969 (que, lembremos, é o da publicação de “Semiologia da língua” e provavelmente o de escrita de “O aparelho formal da enunciação”, dois textos que mais fortemente articulam toda a teoria desenvolvida até ali), é notório que a escrita não só não aparece como objeto específico de investigação de nenhum artigo dos *PLG*, como fica relegada, no máximo, a uma observação no parágrafo final do sintético e programático texto “O aparelho formal da enunciação” ou a uma breve menção em “Semiologia da língua”.

É a partir dessa configuração particular que se propõe a hipótese que norteia este texto: Benveniste não escreveu formalmente sobre a escrita porque suas ideias a respeito do tema supõem algumas formulações muito tardias em sua obra, expressas nos textos do final da década de 1960 e início da de 1970. A hipótese, portanto, é de que a teorização sobre escrita não chega a ganhar corpo na obra do sírio por se tratar de pontos de convergência de toda a teoria pregressa elaborada pelo professor, o que exigiria que tal repertório conceitual estivesse razoavelmente bem desenvolvido (e publicado) para que fosse possível pensar sobre esses pontos de convergência.

O leitor das *Últimas aulas* encontra um Benveniste preocupado em desvendar as especificidades da escrita. Suas lições nos legam importantes contribuições sobre o tema, mesmo que o mestre, ele mesmo, não tenha podido sistematizá-las textualmente. O que se pretende aqui, portanto, é tentar evidenciar de que forma as elucubrações de Benveniste sobre a escrita podem ser pensadas como um grande ponto articulador de suas formulações teóricas anteriores. Para tanto, tenta-se evidenciar que a escrita (1) tem relação com a noção de semiologia da língua, (2) atesta a natureza primordialmente significativa da língua, (3) articula diferentes funções da linguagem, além de que (4) reúne o método global e analítico de análise linguística. As seções que seguem se dedicam a cada um desses argumentos.

2. A escrita e a semiologia da língua: um problema de linguística geral

A escrita interroga fortemente os linguistas quanto a seu estatuto em relação à língua. Definida como “uma tecnologia instrumental desenvolvida para dar visibilidade a uma língua” (XAVIER, 2013, p. 70), como “processo de tradução do tempo no espaço” (GNANADESIKAN, 2009, n. p.), ou ainda, conforme o próprio Benveniste sugere, como um “instrumento de semiotização da própria língua” (BENVENISTE, 2014, p. 150), o único consenso parece ser o de que a escrita, sendo artificial (e, portanto, acessória), não é a língua ela mesma, mas uma tecnologia aplicada à língua (CUPANI, 2013; AUROUX, 1992). Essa particularidade, qual seja, a de a escrita ser uma representação de segunda ordem, que opera sobre o caráter simbólico primeiro das línguas naturais, impõe um impasse à linguística. O tema da escrita talvez seja, portanto, um tema de linguística geral, tal como Benveniste entende esse campo: “[...] a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma, sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos” (BENVENISTE, 2014, p. 90).

A escrita, assim, nos interroga, como objeto artificial e secundário que é, sobre seu lugar no rol de assuntos de interesse da linguística, fazendo-nos questionar, como parece fazer Benveniste, qual a natureza desse objeto, em que ele se diferencia da língua propriamente dita, em que consistem seus signos, que relação estabelece com o sistema que lhe serve de base. Nessa concepção, a escrita se coloca como um problema de semiologia, nos termos que o teórico desenvolve em “Semiologia da língua”. Ou seja, trata-se de investigar a relação do sistema da escrita em referência ao sistema da língua, já que “as relações entre estes sistemas [de signos] constituirão o objeto da semiologia” (BENVENISTE, 1986, p. 51), levando-nos a mais uma resposta para a célebre

pergunta “qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (BENVENISTE, 1986, p. 43).

3. A escrita e a natureza significante da língua

Este talvez seja o ponto mais central da teorização benvenistiana sobre escrita, que o permite chegar à ideia de autossemiotização da língua. A premissa básica que se sustenta aqui é a de que, para que haja uma primeira ideia de sistema de escrita (seja como artefato mnemotécnico, seja como sistema propriamente dito), é necessário que se realize, para o ser humano, uma passagem que vai do rastro ao signo. Ora, se a escrita é uma tecnologia, isso significa que ela transforma algo natural em artificial (CUPANI, 2013). A hipótese postulada aqui é que essa passagem se dá do rastro (elemento natural e sem intenção significativa *per se*) para o signo (artificial e significante). Vejamos duas importantes observações de Levinas (1972, p. 66, tradução nossa) sobre esses dois termos: “[...] mesmo tomado como signo, o rastro tem ainda isto de excepcional em relação a outros signos: ele significa fora de toda intenção de fazer signo”. E ainda: “o rastro não é um signo como outro. Mas exerce também o papel de signo. Pode ser tomado por um signo” (LEVINAS, 1972, p. 66, tradução nossa). Ora, o que faz a passagem do rastro para o signo? Precisamente a capacidade que a língua tem de significar, isto é, de atribuir sentido. Poderíamos inclusive cogitar que a escrita opera a passagem do sinal ao símbolo (CASSIRER, 2011), já que, a uma mera inscrição sobre uma superfície qualquer (elemento que existe no mundo natural, tal como a chuva deixa rastro na terra), atribui-se sentido na forma de signo (o rastro na terra é simbolizado como vestígio de que houve chuva). Essa possibilidade de atribuição de significado a uma inscrição é o elemento fundador e *sine qua non* para a instituição de qualquer possibilidade de escrita.

A diferença específica entre uma escrita propriamente dita e outras marcas deixadas sobre qualquer superfície (como os desenhos, por exemplo) reside no fato de que, na escrita, essa marca tem não apenas a intenção deliberada de significar (ou seja, de fazer signo, nas palavras de Levinas), mas, sobretudo, para tanto, essa marca precisa ter duas características: 1) ela deve ser resultado de uma análise semiótica da língua que representa; 2) deve materializar semioticamente essa análise (semiótico aqui entendido nos termos de “Semiologia da língua”).

Em outras palavras, ao rastro, vestígio não intencional e meramente sinalizatório, ao qual não cabe interpretação, apenas reconhecimento, o ser humano atribuiu caráter significante, transformando-o em signo, de caráter

simbólico e, portanto, representacional. Essa passagem é o coração de qualquer sistema de escrita:

A língua enquanto representada pela escrita e esta própria representação restam a considerar. Devemos considerar a escrita em si. É uma distinção que introduzo e que é indispensável. Pois somente ela permite refletir a respeito da escrita como sistema semiótico, o que Saussure não faz. É, no entanto, o primeiro princípio da análise de escrita (BENVENISTE, 2014, p. 128).

A capacidade de significar, juntamente com um arranjo formal específico de cada sistema de escrita, é o que diferencia esse sistema de quaisquer outras expressões visuais:

“Ler” e “escrever”: mas, inicialmente, entre a “pictografia” e a “escrita”, onde está a fronteira? Podemos traçá-la com segurança: a pictografia pode ser compreendida, não lida, enquanto uma escrita só é escrita se pode ser lida. Tudo está aí: ler é o critério da escrita (BENVENISTE, 2014, p. 180).

Portanto, pode-se concluir que é a capacidade significante da língua que nos permite atribuir significado a traços que vemos a chamar de escrita.

Nós propomos que a natureza essencial da língua, que comanda todas as funções que ela pode assumir, é sua natureza *significante*. Ela é *informada de significância*, mesmo considerada fora de qualquer emprego, de qualquer utilização particular ou geral (BENVENISTE, 2014, p. 90, grifos do autor).

Essa função significante, pelo que lemos em “Semiologia da língua”, permite a relação de interpretação entre sistemas de signos de ordens diferentes, tal como acontece com a língua em relação à escrita.

4. A escrita e as funções da linguagem

Na última passagem citada na seção anterior, Benveniste faz alusão a “todas as funções que ela [a língua] pode assumir”. Quais seriam essas funções? A resposta não se encontra de forma organizada na obra do autor, mas podemos inferi-la a partir de algumas passagens. Sobre a função significante, primordial, que comanda e possibilita todas as outras, já sabemos do posicionamento do autor, e tentamos articulá-la à especificidade da escrita. Vejamos,

na continuação, como a escrita opera também em pelo menos duas outras funções.

4.1 A função instrumental

Afirma Benveniste que “[a] escrita foi sempre e por toda parte o instrumento que permitiu à língua semiotizar a si mesma. [...] A escrita, e mais particularmente a escrita alfabética, é o *instrumento de autosemiotização da língua*” (BENVENISTE, 2014, p. 155, grifo do autor). No entanto, interessa-nos observar o caráter instrumental da escrita por dois ângulos distintos. Primeiramente, é incontestado que a escrita é um instrumento, uma técnica de registro da língua. Por outro ângulo, porém, isso só é possível pela própria função significante da língua, que, ao atribuir a rastros o estatuto de signo, condição essencial para a instituição da escrita, como vimos, opera, também, por via instrumental. Ora, o caráter instrumental da língua não é novidade em Benveniste: já em “Da subjetividade da linguagem”, o sírio faz uma importante (e útil) observação, logo no parágrafo inicial de seu mais célebre texto: a língua não é um instrumento, mas pode *portar-se* como tal no discurso, ou seja, em seu emprego. Não se trata, portanto, de uma característica ontológica, pois essa característica – a ontológica – é sua função significante, mas de uma característica de emprego. A língua está apta a ser empregada como instrumento, o que nos revela, mais uma vez, a particularidade da língua entre todos os outros sistemas de signos.

Dito de outra forma, se a escrita revela o processo de autosemiotização da língua, é porque, além de sua natureza significante, a língua está de tal forma organizada que se encontra “apta a servir de instrumento” (BENVENISTE, 1995, p. 284). As funções significante (da língua em direção à escrita) e instrumental (da escrita em direção à língua e vice-versa), portanto, operam juntas para possibilitar a escrita, e conduzem, ainda, a uma terceira, não menos essencial: a metalinguística.

4.2 A função metalinguística

A metalinguagem depende das funções instrumental e significante da língua, pois, como Benveniste nos ensina em “Semiologia da língua”, a língua, nesse caso, é o instrumento de análise de um objeto muito particular: ela mesma. Tal particularidade é um dos elementos mais distintivos da língua em relação a outros sistemas semiológicos.

Vejam, assim, que a mera função instrumental não seria suficiente para que pudéssemos criar um sistema de escrita enquanto tal. Se assim fosse, qualquer registro mnemotécnico poderia ser alçado ao estatuto de escrita. No entanto, o que difere qualquer registro impresso em uma superfície de uma escrita propriamente constituída é o elemento representado. Ou seja, o grande salto para o ser humano se dá quando passamos a representar não mais o referente (como nas pinturas rupestres, por exemplo, que não são uma escrita, mas um artefato mnemotécnico e/ou expressivo), mas o sistema que cria a representação desse referente (a língua):

O que é preciso para que esta representação gráfica se torne escrita? É preciso uma verdadeira descoberta: que o locutor-*scriptor* descubra que a mensagem é expressa em uma forma linguística e que é a forma linguística que a escrita deve reproduzir. Daí data uma verdadeira revolução: a escrita tomará a língua como modelo (BENVENISTE, 2014, p. 141, grifo do autor).

Observe-se, a partir dessa citação, que Benveniste assume o corolário saussuriano de que a língua é um todo por si e um princípio de classificação (inclusive dela mesma), o que convoca, mais uma vez, o argumento benvenistiano da necessidade de delimitar as especificidades dos sistemas de signos, o que o mestre genebrino não fez. Uma das grandes contribuições de Benveniste, nesse sentido, é mostrar que língua e escrita não se diferenciam na forma como significam:

Nosso propósito [nas últimas aulas] era o de estudar a língua, depois sua relação com a escrita, para ver como uma e outra significavam (operavam uma significação com ajuda de um sistema de distinções representativas e constantes). Ora, deparamo-nos com a seguinte constatação: a língua e a escrita significam exatamente da mesma maneira (BENVENISTE, 2014, p. 173).

Eis a importância capital do texto “Semiologia da língua”: se língua e escrita significam exatamente da mesma maneira, o que as diferencia? Precisamente as relações que um sistema tem com o outro, relações estas que Benveniste chamava atenção como objeto do próprio campo dos estudos semiológicos.

4.3 As três funções articuladas

Pela linha de raciocínio empreendida até aqui, vemos que a escrita nos revela, então, a um só golpe, pelo menos três funções da linguagem:

A língua opera uma redução sobre si mesma. De sua *função instrumental* desprende-se sua *função representativa*, cujo instrumento é a escrita. Ora, a escrita *muda de função*: de instrumento para iconizar o real, ou seja, o referente, a partir do discurso, ela se torna, pouco a pouco, o meio de representar o próprio discurso, logo os elementos do discurso, logo os elementos desses elementos (sons/letras) (BENVENISTE, 2014, p. 157, grifos nossos).

Eis aí uma particularidade que nunca é demais ser sublinhada: o que a escrita toma como objeto é a própria função significante da língua em sua organização semiótica. E ela o faz por sua função instrumental, articulada à função instrumental da própria língua, que, voltada sobre ela mesma, muda de função (passa a ser metalinguística). E essas três funções, na forma como operam em conjunto para a formalização da escrita, podem ser condensadas numa espécie de aforismo, que Benveniste (2014, p. 156) enunciou da seguinte forma: a escrita “realiza graficamente o semiótico”. É por isso que podemos dizer que a escrita, no gesto de tomar a língua como objeto, articula o método global e analítico de análise linguística, questão com que Piguet provoca Benveniste no debate final de “A forma e o sentido na linguagem”.

Observemos que, para Benveniste (2014, p. 157), “[...] a ‘escrita’ é primeiramente concebida como globalidade, ela enuncia sinteticamente uma sucessão de ideias, ela conta uma história inteira”. Benveniste parece nos lembrar de que, se a escrita significa da mesma forma que a língua, isso se dá por operar por dois universos de significação (semiótico e semântico). Do ponto de vista semiótico, como vimos, é a própria organização semiótica da língua que a escrita toma como objeto e realiza formalmente, no modo visual. No entanto, a escrita, tal como a língua, também assume um emprego. É nesse emprego, como pontua Benveniste, que ela “conta uma história inteira”, o que parece encaminhar para o modo semântico de significação. Nessa condição, a escrita seria capaz, por sua forma específica de relação com a língua que representa, de operar uma apreciação analítica do sistema representado (semiótico), ao mesmo tempo que resguarda sua capacidade global de significar (semântico).

5. Conclusão: a escrita como ponto de convergência das teorizações benvenistianas

Do exposto até aqui, parece-nos claro que o tema da escrita em Benveniste não é homogêneo. Primeiramente, porque, quando falamos de escrita, podemos estar nos referindo à passagem de uma condição ágrafa para uma em que há grafia, aos diferentes sistemas de escrita, à prática de textualização ou até mesmo a um texto escrito como objeto “acabado”. Tentei observar aqui o que as teorizações benvenistianas podem nos informar sobre a primeira concepção de escrita supracitada. Todas as outras, porém, podem muito bem encontrar lugar como objeto teórico a partir das formulações do sírio.

Em segundo lugar, a escrita impõe ao linguista uma observação que se dá por dois vetores: da língua em relação à escrita e desta em direção àquela. Portanto, se é o ponto de vista que cria o objeto, é notório também que as funções entre esses dois sistemas se modificam a depender da direção vetorial adotada. Mais importante, contudo, é o que isso nos indica: se podemos depreender dos textos de Benveniste uma espécie de aparelho de funções, que resta a ser descrito e sistematizado, podemos perseguir a hipótese de que há hierarquia entre essas funções. No topo, reside a função significante, de natureza ontológica, que comanda todas as outras funções. E as relações entre essas outras funções dependem do objeto a ser descrito, sobretudo quando diferentes sistemas semiológicos são colocados em relação.

Apesar de tudo isso, e a título de provocação, considero, porém, que há algo que escapa ao que a linguística pode dizer sobre a escrita. Quanto a isso, resta-nos recorrer aos poetas:

Então minha mãe perguntou se eu não gostaria de aprender a guardar as coisas de dentro da cabeça. [...] Depois ela disse: as coisas de pensar. Se souberes escrever, as folhas de papel serão caixinhas onde podes arrumar com palavras tudo aquilo que não queres esquecer. E as folhas de papel, tão planas e aparentemente vazias, adquiriram fundura, uma imensidão inesperada, porque, se eu soubesse escrever pirilampo, para sempre um pirilampo estaria ali, talvez até de cauda acesa, à minha espera. Meu. Sem ir embora. Eu disse: é a minha palavra preferida. A minha mãe respondeu: eu sei. Aceitei ir à escola, porque aceitei ser torturado em troca da ciência deslumbrante de aprender a guardar a fortuna das palavras. O dinheiro que caía da boca das pessoas. Quando entrei na sala de aula, convicto de que me bateriam e sangrariam, eu tinha esse segredo fulminante. Haveria de fazer dos meus cadernos os lugares mais extensos do mundo (MÃE, 2020, p. 49).

O testemunho de Valter Hugo Mãe sobre sua relação com a escrita nos encaminha a pensar também que essa relação mesma pode ser objeto de investigação, quando pensamos na relação que o falante/escrevente tem com sua

própria língua. Mas o excerto atesta, sobretudo, aquilo que Benveniste mesmo já nos ensinava:

O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma sociedade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu (BENVENISTE, 1995, p. 27).

E a escrita, nas belas palavras do poeta, nos dá testemunho disso.

Referências

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes, 1986.
- CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CUPANI, A. *Filosofia da tecnologia: um convite*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GNANADESIKAN, A. *The Writing Revolution: Cuneiform to the Internet*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.
- LEVINAS, E. *Humanisme de l'autre homme*. Montpellier: Fata Morgana, 1972.
- MÃE, V. H. *Contra mim*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2020.
- XAVIER, A. C. *A era do hipertexto: linguagem e tecnologia*. Recife: Pipa Comunicações, 2013.

XXI - A semiologia da língua é a metassemântica?

Heloisa Monteiro Rosário (UFRGS)
heloisa.monteirorosario@gmail.com

1. Palavras iniciais

Trago, no título deste trabalho, uma pergunta e, com ela, uma provocação para nossa discussão neste 4º *Colóquio Leituras de Émile Benveniste*.

Buscando uma resposta, trago uma parte de meu périplo em torno do *Benveniste semiólogo*; falo, portanto, de algumas das ideias apresentadas e defendidas em minha tese de doutorado (ROSÁRIO, 2018).

Considero que, com a publicação dos dois volumes de seus *Problemas de linguística geral* (1966; 1974) e com a publicação de suas *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)* (2012), dois importantes marcos a respeito das ideias do linguista são estabelecidos. Se, de um lado, seus *Problemas* acabam se configurando em um marco para os estudos enunciativos a partir de 1966, de outro, suas *Últimas aulas* acabam se configurando em outro marco a partir de 2012, na medida em que trazem à tona, por sua vez, o interesse de Benveniste pela questão semiológica, discutida especialmente, entre 1968 e 1969, em suas aulas no Collège de France e em seu artigo “Semiologia da língua”.

Cabe, no entanto, salientar que não estou aqui afirmando que existe uma fase enunciativa e outra semiológica no pensamento de Benveniste. Nada disso. Não se trata de fases. De fato, o que existe é sempre um mesmo e constante movimento de reflexão que tem a língua como objeto e que envolve a questão da significação,¹ seja de um ponto de vista linguístico (enunciativo ou não), seja de um ponto de vista semiológico.

Em outras palavras, acompanhando Teixeira e Messa (2015, p. 100), para mim, esses diferentes pontos de vista do linguista (ou eixos de interesse relacionados à ideia de um universo benvenistiano) têm seu *ponto de convergência* na questão da significância da língua. Daí por que não é possível tomar o pensamento benvenistiano de modo fragmentado e desconexo ou, como foi

1 Como mostra a pergunta, recorrente em textos do autor: “Como (um)a língua significa?”

o caso durante muito tempo, reduzido a um só aspecto: o da enunciação;² embora, é claro, se possa eleger um desses pontos ou eixos isoladamente como objeto de estudo e pesquisa.

Nesse sentido, uma falta de coesão de conjunto não passa de um efeito; ou seja, resulta do modo como a obra de Benveniste se apresenta, o que não se dá na forma de uma publicação (ou um conjunto de publicações) em que o linguista desenvolva e sistematize seu pensamento, mas sobretudo através de diferentes publicações que compilam alguns de seus muitos artigos dispersos.³ Por outro lado, certamente também contribui para esse efeito o fato de o linguista ministrar aulas no Collège de France e não na universidade, onde suas ideias são debatidas na filosofia (por Ricoeur) e não na linguística, campo no qual, apesar do indiscutível sucesso editorial de seus *Problemas*, sua repercussão é mais positiva entre os gerativistas do que entre os funcionalistas. Ou seja, no campo da linguística, o contexto universitário francês tem igualmente um papel não negligenciável no modo como se dão (ou não se dão) a discussão e a circulação das ideias de Benveniste. Aproveito e observo aqui como essa questão da recepção de uma obra, um pensamento, e a questão do contexto universitário em um determinado momento e espaço têm efeitos sobre o modo como essa obra, esse pensamento, circula e entra ou não no debate.⁴

Em relação a isso, a descoberta de manuscritos do linguista, assim como as recentes publicações desses textos inéditos (suas *Últimas aulas*, em 2012, e *Baudelaire*, em 2011), proporcionou uma considerável redescoberta de suas ideias, relançando, conforme atestam, por exemplo, Dessons (2009), Flores (2013) e Bédouret-Larraburu e Laplantine (2015), sua atualidade.

A partir dessas publicações, referindo-se especificamente ao contexto brasileiro, Flores (2017, p. 77) aponta uma significativa mudança de perspectiva, uma vez que os estudos em Benveniste passam a ter um caráter predominantemente intrateórico, trazendo para o centro da reflexão a imanência de sua teoria da linguagem, o que corresponde, para o autor, ao terceiro eixo da segunda recepção do linguista no Brasil.

Conseqüentemente, não só outras questões começam a ser discutidas (como a semiológica e a poética), mas, além disso, noções e discussões são

2 Ressalto ainda que, muitas vezes, indo mais longe nessa lógica reducionista, existem trabalhos que não apenas restringem as ideias de Benveniste à questão enunciativa, mas, além disso, limitam a reflexão que apresentam a uma simples identificação e análise de marcas formais, o que também merece ser problematizado.

3 Sobre a obra de Benveniste, conferir, por exemplo, Moïnfar (1992).

4 Sobre a recepção de Benveniste no Brasil, conferir Flores (2017).

ressignificadas na medida em que não mais se restringe o pensamento sobre a linguagem elaborado por Benveniste à teoria da enunciação, mas se busca considerar o conjunto de sua obra e a formulação de uma teoria da linguagem em sentido amplo: em outras palavras, conforme Flores (2013, p. 180), uma teoria da linguagem “na qual a enunciação tem indubitável lugar de destaque, mas que a transcende”.

Isso posto, vamos ao *Benveniste semiólogo* e à questão (provocadora) a respeito da semiologia da língua que dá título a este trabalho!

2. Sobre o artigo “Semiologia da língua” e a questão semiológica em Benveniste

O artigo “Semiologia da língua” sempre me intrigou, suscitando uma série de discussões e perguntas, como, por exemplo:

- Por que esse artigo é apresentado em duas partes (Parte I e Parte II)?
- Qual é especificamente a função da Parte I e a da Parte II?
- Que relação é possível estabelecer entre essas duas partes?
- Como a passagem relativa à metasssemântica se relaciona com o artigo como um todo?
- O que é, afinal, a metasssemântica? Trata-se da semiologia da língua, que intitula o artigo?

Respostas para essas perguntas, de fato, apenas encontrei com a leitura e o debate de suas *Últimas aulas*, uma vez que, com a consideração dessa publicação, surgiu, para mim, uma outra possibilidade de leitura do artigo, o que se deu principalmente em função de duas questões: de um lado, é claro, daquilo que os próprios manuscritos trazem em termos de ideias e de discussão teórica; de outro, daquilo que se passa a conhecer sobre aspectos relativos à vida (percurso pessoal e profissional) e à obra de Benveniste, sobretudo ao longo dos anos 1960. Em Rosário (2018), buscando aprofundar a discussão das ideias de Benveniste, trago isso através do que nomeei uma *composição vida-obra-teoria*.

Essa leitura de suas *Últimas aulas* me levou, por conseguinte, a buscar outros textos (anteriores ou posteriores a sua publicação em 2012) que também tratam, de um modo ou de outro, desses aspectos: Dosse (1992a; 1992b), Dessons (2006), Milner (2008 [2002]), Pinault (2013) e Fenoglio (2013a; 2013b; 2016a; 2016b), por exemplo.

Com isso, meu périplo em torno do *Benveniste semiólogo* foi se configurando, ao mesmo tempo que fui compreendendo que, nesses anos 1960, a atividade profissional de Benveniste envolve a escrita e a publicação de inúmeros artigos,⁵ a participação em diferentes encontros científicos,⁶ além da docência no Collège de France em dois cursos distintos: um dedicado ao indo-europeu, ao indo-iraniano ou a outra língua (ou conjunto de línguas), e outro dedicado à linguística geral. Eis aí o teórico, o pesquisador e o professor, como diz Fenoglio (2013b, p. 45).

Ressalto que a perspectiva resultante dessa *composição vida-obra-teoria* não somente revela a densa e intensa atividade intelectual do linguista, mas também sua profunda inserção nas discussões de seu tempo, e, em relação a isso, destaco sua parceria com Gourou e Lévi-Strauss na criação (em 1961) e na direção da revista de antropologia *L'Homme*, assim como seu engajamento na discussão semiológica que caracteriza a época e que tem na figura de Barthes seu nome central.⁷

Nesse sentido, sustento que uma discussão a respeito da reflexão semiológica de Benveniste deve ser pautada pelo artigo “Semiologia da língua”, única publicação sobre o tema da pena do linguista. No entanto, não vejo como possível tratar dessa reflexão somente a partir do artigo. É preciso, sem dúvida nenhuma, igualmente considerar no *corpus* de pesquisa outros textos do linguista que remetem à questão semiológica,⁸ o resumo que Benveniste faz

5 Saliento, a título de exemplo, os textos “Semiologia da língua”, publicado inicialmente, em 1969, na revista *Semiotica*, e “O aparelho formal da enunciação”, publicado inicialmente, em 1970, na revista *Langages*, ambos reunidos, em 1974, no segundo volume dos *Problemas*.

6 A esse respeito, também a título de exemplo, saliento que Benveniste participa do *Primeiro Simpósio Internacional de Semiótica*, ocorrido em Varsóvia, em 1968, sendo responsável, inclusive, por sua conferência de abertura. Saliento ainda duas outras conferências, ocorridas respectivamente em 1966 e 1968, que resultaram, posteriormente, nas publicações: “A forma e o sentido na linguagem” (1967) e “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1970), ambas reunidas, em 1974, no segundo volume dos *Problemas*.

7 Para Pinault (2013, p. 9), Benveniste tem um papel determinante no debate semiológico dos anos 1960, o que é comprovado por sua participação na criação da revista *Semiotica* e na fundação (juntamente com Barthes, Lévi-Strauss e Greimas) do Círculo de Semiótica de Paris, sem contar sua participação na organização de aulas de semiótica na École Pratique des Hautes Études (EPHE) e, como referido anteriormente, suas aulas no Collège de France. Observo ainda que, em 1969, Benveniste se torna o primeiro presidente da Associação Internacional de Semiótica (de cuja fundação também participa) e aceita a presidência do Círculo de Semiótica de Paris.

8 Como, por exemplo, “Tendências recentes em linguística geral” (1954) e “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963), do primeiro volume, “Estruturalismo e linguística” (1968), “Esta linguagem que faz a história” (1968) e “Estrutura da língua e estrutura da socieda-

de seu curso sobre a semiologia no *Annuaire du Collège de France 1968-1969* (BENVENISTE *apud* LAPLANTINE, 2013, p. 3) e, evidentemente, suas *Últimas aulas*.⁹

Considerando, de um lado, o artigo e, de outro, as aulas (através de suas *Últimas aulas* e do resumo do *Annuaire*), verifica-se que o roteiro de discussão seguido por Benveniste no Collège de France aproxima-se muito do roteiro presente nas duas partes do artigo. Essa proximidade mostra a estreita relação entre esses dois momentos ou, dito de outro modo, espaços (o do artigo e o das aulas), o que se dá não porque um deles, anterior, serve de referência para o outro, posterior, mas porque a escrita e a publicação de “Semiologia da língua” ocorrem paralelamente a essas aulas entre 1968 e 1969. Ou seja, a relação entre o artigo e as aulas não é de anterioridade, mas sim de simultaneidade;¹⁰ daí por que insisto na importância de que esses dois espaços sejam considerados em sua sincronia.

Isso me permitiu melhor compreender o porquê da Parte I e da Parte II (de sua divisão, função e relação):

- a primeira, retomando (didaticamente inclusive) a discussão semiológica em Peirce e Saussure – grandes pensadores que se dedicaram à questão – para, em seguida, introduzir a perspectiva de Benveniste de que cabe à semiologia estudar não apenas os sistemas semiológicos em si, mas também as relações entre os sistemas de signos, tendo a língua aí um papel fundamental;
- a segunda, retomando as noções de semiótico e semântico e propondo a noção de interpretância da língua para, a partir daí, introduzir uma questão específica: a ideia de uma semiologia de segunda geração, a metassemântica, na parte final do texto.

A mobilização desse *corpus* de pesquisa (cujos textos dividi em *textos de teorização*, *textos de contextualização* e *textos de divulgação*) também me permitiu compreender que a *semiologia da língua* de Benveniste não se restringe à questão da metassemântica, uma vez que engloba todas as relações nas quais a língua significa um outro sistema; ou seja, todas as vezes que, *pela e na semiologia da língua*, um sistema interpretado é significado devido à propriedade constitutiva da língua de interpretar, o que ocorre quando se considera

de” (1968/1970), do segundo volume dos *Problemas*.

9 Sem perder de vista, cabe o registro, que se trata de um texto geneticamente estabelecido por Coquet e Fenoglio.

10 A respeito dessa estreita relação entre o artigo e as aulas, remeto a Fenoglio (2013b), Chepiga, Galíndez-Jorge e Fenoglio (2009) e Chepiga *et al.* (2012).

a relação da língua com os outros sistemas, consigo mesma (a escrita), com a sociedade e, também, quando se considera a relação da língua com os textos e as obras (a metassemântica).

Insisto nessa perspectiva, pois, ao longo de “Semiologia da língua”, o linguista menciona a questão da escrita (que seria tratada em outro momento, conforme o *Annuaire*), reservando grande espaço para a discussão da relação da língua com os outros sistemas. Além disso, em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1970), o ponto de vista adotado por Benveniste é o semiológico. Isso já mostra que a ideia da língua como interpretante não se limita à metassemântica, mas relaciona todas essas questões. Dito de outro modo, é plausível dizer que sua reflexão semiológica tem na noção de interpretância da língua seu *ponto de convergência*. Eis a relação da metassemântica com o artigo “Semiologia da língua” como um todo (bem como com outros textos em que a noção de interpretância opera).

Embora compreenda então, *como um todo*, sua ideia de uma *semiologia da língua*, reconheço que a reflexão de Benveniste a respeito da metassemântica difere daquela que envolve a escrita e a sociedade. Se, no que diz respeito à escrita e à sociedade, seu ponto de vista é semiológico – na medida em que a escrita é o instrumento (*pela escrita*) e a manifestação (*na escrita*) do processo de autossemitização da língua (a interpretação que a língua faz de si mesma), assim como a língua é o instrumento (*pela língua*) e a manifestação (*na língua*) do processo de semiotização da sociedade (de interpretação da sociedade) –, no que diz respeito à metassemântica, por sua vez, o que Benveniste propõe é, especificamente, uma semiologia.

Em outras palavras, em todas essas reflexões, a questão semiológica está presente e fundamenta a discussão, o que não significa dizer que, em todas elas, isso produza uma semiologia propriamente dita. Nesse sentido, quando Benveniste (1989, p. 97) toma, por exemplo, língua e sociedade “em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado”, isso não produz uma semiologia, mas aponta prospectivamente para uma linguística.

3. Concluindo

Considerando meu périplo em torno do *Benveniste semiólogo*, faço a respeito da questão semiológica alguns apontamentos.

Em primeiro lugar, relaciono a expressão *semiologia da língua*, que intitula o artigo “Semiologia da língua”, à sua reflexão semiológica *como um todo*.

Em segundo lugar, relaciono o projeto prospectivo da metasssemântica, proposto na parte final do artigo, à análise semiológica de um campo específico de estudos: sua *semiologia de segunda geração*. Trata-se, para Benveniste, de uma semiologia baseada na língua (por isso, de “segunda geração”) e não, como propõe Saussure no *Curso*, no signo (considerada de “primeira geração”).

Lembro que essa perspectiva de leitura resulta da *composição vida-obra-teoria* configurada a partir de “meus encontros” com Benveniste e com muitos daqueles que se debruçaram sobre seu percurso, seus textos e suas ideias.

Assim, respondo negativamente à questão (provocadora) do título deste trabalho.

Gostaria, ainda, de fazer um último apontamento (não menos importante) a respeito da questão semiológica em Benveniste. Acredito que, com sua *semiologia da língua*, o linguista busca restabelecer uma relação com as ciências humanas, o que se dá a partir da língua, que, em função de sua dupla significância, tudo significa. Aliás, é o próprio Benveniste que postula a ideia de que a língua é um elo entre as ciências que falam do homem: “Tenho a consciência, cada vez mais viva, de que *o nível significante une o conjunto das ciências do homem*” (BENVENISTE, 1974 [1968], p. 38, grifos e tradução nossos).

Com isso, nesses outros campos do saber, para falar do homem, uma reflexão a respeito da linguagem se torna incontornável, uma vez que é a língua, e somente a língua, que significa a si mesma e os outros sistemas semiológicos.

Por fim, sobre a abordagem reducionista com a qual, muitas vezes, o pensamento de Benveniste é tratado (sua teoria da linguagem), retomo a observação na qual Dessons (2006, p. 26, tradução nossa) sustenta que

[...] particularmente sugestivo, até mesmo perturbador, o pensamento de Benveniste se vê frequentemente atenuado e desnaturalizado pela vulgarização de sua teoria linguística reduzida apenas às análises das marcas formais de enunciação, em detrimento das considerações teóricas de ordem mais geral, cujo alcance revela, no entanto, uma concepção forte e original das relações entre a linguagem e o homem.

E faço um paralelo: Se a teoria da linguagem de Benveniste não se reduz à enunciação e se sua reflexão enunciativa não se reduz a um simples estudo de marcas formais, sua *semiologia da língua* igualmente não pode ser reduzida ao final programático do artigo “Semiologia da língua”, ou seja, à questão da metasssemântica, como procurei mostrar.

Assim, voltando ao convite de Flores, há quase dez anos – “É tempo de reler Benveniste” (2013, p. 191) –, afirmo que continua sendo tempo de

reler Benveniste, e, para tanto, os trabalhos apresentados neste *Colóquio* muito contribuem!

Referências

BÉDOURET-LARRABURU, S.; LAPLANTINE, C. *Émile Benveniste: vers une poétique générale*. Pau: Presses universitaires de Pau et des Pays de l'Adour, 2015.

BENVENISTE, É. *Baudelaire*. Org. Chloé Laplantine. Limoges: Éditions Lambert-Lucas, 2011.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes/Editora da Unicamp, 1995. Original publicado em 1966.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989. Original publicado em 1974.

BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Éditions Gallimard, 1974.

BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. Org. Jean--Claude Coquet e Irène Fenoglio. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Original publicado em 2012.

CHEPIGA, V.; GALÍNDEZ-JORGE, V.; FENOGLIO, I. Remarques de synthèse concernant la comparaison entre les notes des cours 1968-1969 et le Brouillon de l'article 'Sémiologie de la langue', 2009. Texto não publicado.

CHEPIGA, V. *et al.* Le couple conceptuel 'sémiotique/sémantique' dans les manuscrits d'Émile Benveniste. *SHS Web of Conferences*, I, Congrès Mondial de Linguistique Française – CMLF 2012, p. 1057-1071, 2012.

DESSONS, G. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions IN PRESS, 2006.

DESSONS, G. La place du poème dans la théorie du discours. *In: MARTIN, S. (org.). Émile Benveniste – Pour vivre langage*. Mont-de-Laval: L'Atelier du Grand Tétras, 2009. p. 71-81.

DOSSE, F. *Histoire du structuralisme* — t. 1. Le Champ du signe, 1945-1966. Paris: Éditions La Découverte, 1992a.

DOSSE, F. *Histoire du structuralisme* – t. 2. Le Champ du signe, 1967 à nos jours. Paris: Éditions La Découverte, 1992b.

FENOGLIO, I. 1966: Benveniste publie les *Problèmes de Linguistique Générale*. *Acta Fabula* (Dossier critique – 1966, annus mirabilis), Paris, v. 14, n. 8, p. 1-11, 2013a.

FENOGLIO, I. Éléments pour une genèse de la notion d'énonciation chez Benveniste: Ce que dévoilent les manuscrits. In: DUFAYE, Lionel; GOURNAY, Lucie (org.). *Benveniste après un demi-siècle: Regards sur l'énonciation aujourd'hui*. Paris: Éditions Ophrys, 2013b. p. 41-83.

FENOGLIO, I. Le pré-nom et ses marges: d'Ézra à Émile. In: FENOGLIO, Irène *et al.* *Autour d'Émile Benveniste*. Paris: Éditions du Seuil, 2016a. p. 329-386.

FENOGLIO, I. Traces. Langue. Écriture. In: FENOGLIO, Irène *et al.* *Autour d'Émile Benveniste*. Paris: Éditions du Seuil, 2016b. p. 11-34.

FLORES, V. do N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FLORES, V. do N. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

LAPLANTINE, C. Faire entendre Benveniste. *Acta Fabula* (Dossier critique – Ce qui a fait signe & ce qui fait sens), Paris, v. 14, n. 7, p. 1-10, 2013.

MOÏNFAR, M. D. L'œuvre d'Émile Benveniste. *Linx*, Nanterre, n. 26, p. 15-26, 1992.

MILNER, J-C. *Le périple structural*. Lagrasse: Verdier/poche, 2008. Original publicado em 2002.

PINAULT, G-J. Benveniste et l'invention du discours. *Fabula LHT* (Dossier 1966, annus mirabilis), Paris, n. 11, p. 1-13, dez. 2013.

ROSÁRIO, H. M. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. 2018. 174p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006. Original publicado em 1916.

TEIXEIRA, M.; MESSA, R. M. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 97-116, jun. 2015.

Nota sobre os autores

Alena Ciulla

Doutora em Linguística, é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, no Instituto de Letras, e professora-orientadora da linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ana Paula Ramos de Souza

Pós-doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professora do Departamento de Saúde da Comunicação Humana da UFRGS e dos Programas de Pós-graduação em Distúrbios da Comunicação Humana e em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Carmem Luci da Costa Silva

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, no Instituto de Letras, e professora-orientadora da linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É também Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ/CNPq.

Carolina Knack

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Celia H. P. Della Méa

Doutora em Estudos do Texto e do Discurso, é professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e professora-orientadora da linha de pesquisa “Aspectos Clínicos e Linguísticos na Aquisição, Desenvolvimento e Distúrbios de Linguagem” do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Claudia Toldo

Doutora em Estudos do Texto e do Discurso, é professora do Curso de Letras e professora-orientadora da linha de pesquisa “Constituição e interpretação do

texto e do discurso” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Daiane Neumann

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Curso de Letras e professora-orientadora da linha de pesquisa “Texto, discurso e relações sociais” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É também líder do grupo de pesquisa “Linguística, literatura e arte” do CNPq.

Daniel Costa da Silva

Doutor em Letras (Estudos da Linguagem), é tradutor de francês-português.

Fábio Aresi

Doutor em Letras (Estudos da Linguagem), é professor do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Gabriela Barboza

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Heloisa Monteiro Rosário

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Departamento de Línguas Modernas, no Instituto de Letras, e professora-orientadora da linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Isabela Barbosa do Rêgo Barros

Doutora em Letras, é professora do Curso de Letras, na Escola de Educação e Humanidades, e do Curso de Fonoaudiologia, na Escola de Saúde e Ciências da Vida, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Compõe também o quadro permanente de professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da UNICAP, na linha de pesquisa “Aquisição, Desenvolvimento e Distúrbios da Linguagem” em suas diversas manifestações.

Jefferson Lopes Cardoso

Doutor em Letras (Estudos da Linguagem), é professor do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É também supervisor clínico e professor do Curso de Especialização em Atendimento Clínico (ênfase Psicanálise) da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS.

Jomson Teixeira da Silva Filho

Doutor em Linguística, é professor e pesquisador da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

José Temístocles Ferreira Júnior

Doutor em Linguística, é professor da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Márcia Elisa Vanzin Boabaid

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Departamento de Ciência da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen.

Marlete Sandra Diedrich

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Curso de Letras e professora-orientadora da linha de pesquisa “Constituição e interpretação do texto e do discurso” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Paula Avila Nunes

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Curso de Letras Português e professora-orientadora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Renata Trindade Severo

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Porto Alegre.

Silvana Silva

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem), é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, no Instituto de Letras, e professora-orientadora da linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Valdir do Nascimento Flores (UFRGS)

Doutor em Linguística, é professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, no Instituto de Letras, e professor-orientador da linha de pesquisa “Análises textuais, discursivas e enunciativas” do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É também Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ/CNPq.